

intelligere

Revista de História Intelectual

vol.1,nº1 | Dez.2015



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
UNIVERSITY OF SÃO PAULO

Grupo de Pesquisa em História Intelectual (Departamento de História)
Research Group on Intellectual History (Department of History)

CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

Sara Albieri (USP) - *editora executiva / executive editor*
Ciro Flamarion Cardoso (UFF) - *in memoriam*
Constance Blackwell (Foundation for Intellectual History)
Estevão Rezende Martins (UnB)
Francine Iegelski (História – USP)
Francisco Vázquez García (Universidad de Cádiz)
José Antonio Vasconcelos (História – USP)
Julio Bentivoglio (UFES)

Kleverton Bacelar Santana (UFBA)
Maurício de Carvalho Ramos (Filosofia – USP)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Paulo Iumatti (Instituto de Estudos Brasileiros -USP)
Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)
Silvio Moral Marques (UFSCar)
Temístocles Cezar (UFRGS)

CONSELHO CONSULTIVO / CONSULTING EDITORS

Adilson de Oliveira Franceschini (ESPM)
Alberto Cupani (Universidade Federal de Santa Catarina)
Alexandre Avelar (Universidade Federal de Uberlândia)
Allan Megill (University of Virginia)
André Mello (Universidade de Brasília)
André Mota (Medicina Preventiva – USP)
Arturo Rodríguez Peixoto (Udelar – Uruguay)
Daniel Brauer (Universidad de Buenos Aires)
Dominic Scott (University of Kent)
Elias Thomé Saliba (História – USP)
Fabio Franzini (Universidade Federal de São Paulo)
Francisco Alambert (História – USP)
Francisco Martinho (História – USP)
Francisco O'Reilly (Udelar – Uruguay)
Gregory Clays (University of London)
Horacio Gutierrez (História – USP)
Itamar Freitas de Oliveira (Universidade de Brasília)
Jorge Grespan (História – USP)

José Reinaldo de Lima Lopes (Direito – USP)
José Ricardo de C. M. Ayres (Medicina Preventiva – USP)
Laura Alemán (Udelar – Uruguay)
Leila Hernandez (História – USP)
Leopoldo Waizbort (Sociologia – USP)
Luis Alberto Peluso (Universidade Federal do ABC)
Luiz Henrique Dutra (Universidade Federal de Santa Catarina)
Maria de Lourdes Mônaco Janotti (História – USP)
Marisa Deaecto (Escola de Comunicações e Artes – USP)
Miguel Soares Palmeira (História – USP)
Milton Meira do Nascimento (Filosofia – USP)
Nelson Schapochnik (Faculdade de Educação – USP)
Oswaldo Pessoa Jr. (Filosofia – USP)
Raquel Glezer (História – USP)
Ricardo Navia (Udelar – Uruguay)
Robert Calabria (Udelar – Uruguay)
Rolf Kuntz (Filosofia – USP)
Yamandú Acosta (Udelar – Uruguay)

EQUIPE EDITORIAL
EDITORIAL COMMITTEE

Tiago Almeida (USP) – *editor gerente / managing editor*
André Serradas (SIBi- USP)
Lauro Fabiano de Souza Carvalho (USP)
Michel Wunderlich (USP)

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO
PUBLICATION STAFF

Bruno Bosso
Igor Muraro
Ivan Kowaleski Figueira de Barros
Vinicius Veneziani

ILUSTRAÇÃO DE CAPA
COVER ILLUSTRATION

Sandro Castelli

APOIO
SPONSORS

Departamento de História / USP
LabTeo – Laboratório de Teoria da História e História
da Historiografia / USP
Programa de Pós-Graduação em História Social
Programa de Pós-Graduação em História Econômica
SIBi - Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

intelligere

Revista de história intelectual

vol.1, nº 1 (dezembro de 2015)

Intelligere, *Revista de História Intelectual* é um periódico científico quadrimestral, eletrônico, quadrilíngue (português, espanhol, francês e inglês) dedicado aos estudos de História Intelectual. Criado em 2015 por iniciativa do Grupo de Pesquisa em História Intelectual, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, **Intelligere** conta com ampla rede acadêmica de interlocução, formada por pesquisadores de diversas universidades do Brasil e do exterior.

Intelligere publica artigos, ensaios, entrevistas e resenhas cobrindo uma ampla variedade de assuntos, com diferentes recortes temporais e metodológicos, desde que compatíveis com a história intelectual, aqui entendida *lato sensu* como um modo de visar ideias, conceitos, textos, autores, escolas e estilos de pensamento e formações intelectuais diversas, constitutivos desse campo de investigação.

Intelligere é uma publicação realizada na Universidade de São Paulo, com o apoio do SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

Intelligere, *Journal of Intellectual History* is a quarterly journal, electronic, quadrilingual (Portuguese, Spanish, French and English) devoted to studies of Intellectual History. Created in 2015 by initiative of the Research Group on Intellectual History, Department of History, University of São Paulo, **Intelligere** has an extensive academic network of dialogue made up of researchers from several universities in Brazil and abroad.

Intelligere publishes articles, essays, interviews and book reviews covering a wide variety of subjects within different temporal cuts and methodological approaches, as long as compatible with a comprehensive sense of intellectual history, here conceived broadly as a way to target ideas, concepts, texts, authors, schools and styles of thought and diverse intellectual formations to constitute this field of research.

Intelligere is published at University of São Paulo with the support of SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

Administração / Correspondência Office / Contact

Revista Intelligere
Universidade de São Paulo – Departamento de História
LabTeo – Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia
Avenida Lineu Prestes, 338 - São Paulo-SP 05508-900 Brasil
Tel: (11) 3091-0303
E-mail: revistaintelligere@usp.br

Sumário

Sara Albieri
Apresentação
~ v ~

David Armitage
A virada internacional na História Intelectual
~ 1 ~

Carlos Illades
Para una historia conceptual de lo social
~ 16 ~

Oswaldo Pessoa Jr.
Três tipos de histórias contrafactuais
~ 26 ~

Joyce E. Chaplin
**As vidas de uma vida americana:
a Autobiografia de Benjamin Franklin e a ideia de identidade pessoal**
~ 34 ~

Itamar Freitas de Oliveira
La historia del tiempo presente en revistas especializadas brasileñas (2007 – 2014)
~ 46 ~

Phillip Honenberger
Allan Megill
Inferência abdutiva e historiografia: uma conversa para historiadores e filósofos
~ 58 ~

Maurício de Carvalho Ramos
**Metamorfoses temáticas, conceituais e emblemáticas:
a construção de um método epistemológico histórico morfológico**
~ 82 ~

Marcos Camolezi
Bergson revisitado: entrevista com François Azouvi
~ 116 ~

Marcos Camolezi
Bergson revisité: entretien avec François Azouvi
~ 126 ~

Apresentação

A História Intelectual no Brasil se insere na trajetória da História das Ideias. Ela chega na forma de uma nova denominação para um velho campo de investigação e de início não traz consigo exigência de mudança. “História intelectual, ou história das ideias”, um par não-excludente, conforme assinala José Murilo de Carvalho, nos primeiros parágrafos de um judicioso artigo sobre o tema¹. Com efeito, a história das ideias tem longa tradição entre nós, tratando das obras de pensamento consideradas pilares na constituição dos diversos campos disciplinares. Via de regra, os estudos históricos relacionados à cultura intelectual e à produção do conhecimento nas diferentes áreas de investigação acadêmica, foram, durante muito tempo, considerados competência específica de cada área. Essa historiografia organizava autores e escolas em ordem cronológica, como uma sucessão. O autor em geral aglutinava a obra de forma não problemática, embora por vezes as obras fossem agrupadas em correntes de pensamento. Quando os horizontes desse tipo de abordagem se alargaram, procuraram de início recuperar contextos sociais diversos que explicariam obras e autores: história das ideias enquanto história das ideologias, pondera ainda o mesmo José Murilo, identificando acertadamente essas condutas historiográficas entre nós.

Com o progressivo estabelecimento da História Intelectual – essa nova denominação da História das Ideias, de origem anglófona – os historiadores de profissão parecem retomar com interesse renovado os desafios de interpretação da produção intelectual. Voltou-se a interrogar historicamente as relações, quer práticas ou estruturais, entre produção intelectual, cultura, economia e sociedade. É possível falar de ideias enquanto objeto de investigação histórica? A operação de interpretação de textos pode reivindicar independência dos contextos históricos? O que significa contextualizar? Qual a relação entre ideias, discursos, textos e livros? É possível supor uma dinâmica temporal interna à história intelectual?

Diferentes doutrinas oferecem respostas a essas questões, propiciando a constituição de um campo de investigação compartilhado por diferentes escolas metodológicas. No cenário acadêmico norte-americano dos anos de 1940, o trabalho fundador de Arthur Lovejoy ganha corpo no *Journal of the History of Ideas*, veículo que expressa de modo privilegiado os primeiros caminhos da pesquisa e os debates e tensões que acompanham o deslocamento gradual do campo para a nova denominação: História Intelectual. Na Alemanha do entreguerras desenvolve-se o projeto de um vocabulário histórico-crítico que acaba por transbordar os limites da proposta original em direção a uma História dos Conceitos, tendo Reinhart Koselleck como principal portador internacional. Em países de cultura ibérica e no Brasil, boa parte da nova história política voltou-se para a identificação de conceitos, suas mutações e seus rastros ao longo de extensos períodos de transformação social. A partir dos anos de 1960, Peter Laslett, John Pocock e Quentin Skinner retomam o pensamento político moderno interpretando obras e autores a partir de contextos linguísticos minuciosamente reconstruídos. A nova abordagem convoca doutrinas da Linguística e da Filosofia sobre a natureza da linguagem, e começa por impactar os estudos de ciência e filosofia políticas, mas logo se apresenta aos estudos históricos das ideias como um caminho promissor de pesquisa. Via de regra, as incursões pela recuperação de

¹ José Murilo de Carvalho, “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”, *Topoi*, (Rio de Janeiro), [vol.] 1,1 (2000): 123-152.

contextos linguísticos em novos objetos de análise historiográfica, contudo, são bastante tímidas, dada a exigência documental e interpretativa desse procedimento propugnado pela chamada Escola de Cambridge. Na França, a história intelectual se estabeleceu, primeiro, como abordagem da história das ciências, que teria como objetos o pensamento científico e a cultura científica, tal como encontramos nas obras de Gaston Bachelard, Alexandre Koyré e Georges Canguilhem. Mais recentemente, François Hartog propôs a História Intelectual como uma abordagem para a historiografia (ou história da historiografia), a partir de um problema elaborado por esse historiador, que leva em consideração as ideias de autores considerados “outsiders” em relação ao campo disciplinar.

As propostas dessas escolas suscitam questões de teoria e método e provocam revisões de conduta na historiografia das ideias, no tratamento de obras e autores, na compreensão das correntes de pensamento. As pesquisas passam a ter por objeto as circunstâncias de produção, discussão, escrita e propagação de ideias, pelo estudo crítico de discursos, textos e livros, seus contextos de produção, transmissão e recepção, e pela recuperação de seu significado histórico.

Esse gênero de estudos históricos já está bastante estabelecido nos países de língua inglesa, na Alemanha e na França. A transmissão de suas teses e discussões, por sua vez, é recepcionada e aclimatada adquirindo características locais. No Brasil, apesar do grande número de pesquisadores, não foi possível ainda constituir uma rede de intercâmbios efetivos acerca do tema, embora na última década possamos destacar diversos esforços nesse sentido, a exemplo de publicação de teses, artigos, revistas e dossiês de revistas que tratam de problemas de história intelectual. Esses interesses, por exemplo, são claramente percebidos nos esforços coletivos de professores da Universidade de São Paulo, reunidos em torno do Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia (LabTeo), que, regularmente, têm publicado, orientado dissertações de mestrado e teses de doutorado, e oferecido disciplinas dentro do campo da história intelectual.

O Grupo de Pesquisa em História Intelectual na USP, reunindo professores e estudantes de nossa universidade e de várias universidades brasileiras e estrangeiras, foi então criado para promover a pesquisa e o intercâmbio em História Intelectual, entendida como campo de investigação com amplo espectro de temas e problemas, situado no entrecruzamento da história das ideias, da filosofia, das ciências e da cultura. A revista *Intelligere* nasceu desse entrecruzamento. Neste número inaugural reúne um leque variado de artigos, representativos em grande medida dos muitos objetos dos quais a história intelectual pode tratar, com diferentes abordagens. Dessa forma pretende contribuir decisivamente para os esforços de consolidação desse campo de investigação histórica entre nós.

Sara Albieri

Editora executiva

revistaintelligere@usp.br



ARTIGOS - ARTICLES

A virada internacional na História Intelectual*

David Armitage
History Department
Harvard University
armitage@fas.harvard.edu

tradução de Fábio Sapragnas Andrioni

Como citar este artigo: Armitage, David. "A virada internacional na História Intelectual". Traduzido por Fábio Sapragnas Andrioni. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 1, nº1, p. 1-15. 2015. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Historiadores de todos os campos recentemente têm se movimentado na direção de estudos que são descritos variadamente como internacional, transnacional, comparativo e global. Seus esforços não têm sido idênticos em alcance, em matéria ou em motivação, e nem existe algum consenso sobre como as abordagens não nacionais da história deveriam ser diferenciadas entre si. A semelhança familiar que liga essas abordagens é o desejo de ir acima ou além das histórias dos Estados definidos pelas nações e das nações delimitadas por Estados. Tomados em conjunto, esses projetos abrangem a “*international turn*” na escrita da história. Nesse caso, a melhor maneira de proceder é retornar às raízes da história intelectual, no período anterior ao que a historiografia fora adotada como a serva dos Estados nacionais.

Palavras-chave: história intelectual – virada internacional – história contemporânea – história transnacional – história global.

The international turn in Intellectual History

Abstract: Historians in all fields have more recently been moving towards studies they describe variously as international, transnational, comparative, and global. Their efforts have not been identical in scope, in subject matter, or in motivation, nor is there any consensus on how these non-national approaches to history should be distinguished from each other. The family resemblance that links these approaches is the desire to go above or beyond the histories of states defined by nations and of nations bounded by states. Taken together, these projects comprise the international turn in historical writing. In this case, the best way to proceed is to return to the roots of intellectual history itself in the period before historiography had been adopted as a handmaiden of national states.

Keywords: intellectual history – international turn – contemporary history – transnational history – global history.

* Artigo originalmente publicado em: David Armitage, “The International Turn in Intellectual History”, In *Rethinking Modern European Intellectual History*, ed. Darrin M McMahon and Samuel Moyn (New York: Oxford University Press, 2014), pp. 232-252.

... ideas are the most migratory things in the world.¹

(Arthur O. Lovejoy, 1940)

On croit souvent que la vie intellectuelle est spontanément internationale. Rien n'est plus faux.²

(Pierre Bourdieu, 1990)

Na maior parte da existência do ofício histórico, na maior parte do mundo, os historiadores estiveram comprometidos com o nacionalismo metodológico. Como a maioria dos outros cientistas sociais, eles assumiram que nações com identificação própria, organizadas politicamente em Estados, eram os objetos primários do estudo histórico.³ As principais tarefas dos historiadores eram narrar adequadamente como os Estados-nações emergiram, como eles se desenvolveram e como eles interagiam com os outros. Até mesmo os historiadores cujos trabalhos deliberadamente atravessaram as fronteiras das histórias nacionais trabalharam em cima de linhas similares. Por exemplo, historiadores da diplomacia usaram arquivos nacionais para reconstruir as relações entre Estados. Historiadores da imigração traçaram a chegada e a assimilação de novos povos nos Estados existentes.⁴ E historiadores do império estudaram impérios como extensões das histórias nacionais, apesar de geralmente manterem uma separação severa entre a história dos Estados metropolitanos (a maioria na Europa) e suas colônias (a maioria fora da Europa). Em todos esses campos, a substância da história constituía-se de estabilidade, e não de mobilidade, do que era fixo, e não do que era misto.

Historiadores de todos os campos recentemente têm se movimentado na direção de estudos que são descritos variadamente como internacional, transnacional, comparativo e global. Seus esforços não têm sido idênticos em alcance, em matéria ou em motivação, e nem existe algum consenso sobre como as abordagens não nacionais da história deveriam ser diferenciadas entre si. Historiadores internacionais frequentemente tomam como verdade a existência de uma sociedade de Estados, mas olham além das fronteiras dos Estados para mapear as relações entre eles, desde a diplomacia e as finanças até as migrações e as trocas culturais. Historiadores transnacionais examinam processos, movimentos e instituições que vão além das fronteiras territoriais: por exemplo, o meio-ambiente, o crime organizado, epidemias, corporações, religiões e os movimentos sociais internacionais. Historiadores comparativos lidam com assuntos históricos distintos – os quais são normalmente, mas nem sempre, definidos nacionalmente – em conjunto entre si, embora nem sempre com bases em qualquer conexão histórica real entre seus objetos de estudo. E os historiadores globais tratam da história e das pré-histórias da globalização, das histórias dos objetos que se tornaram universalizados e das conexões entre áreas sub-globais, tais como as dos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico. A semelhança familiar que liga essas abordagens é o desejo de ir acima ou

¹ Arthur O. Lovejoy, 'Reflections on the History of Ideas,' in *Journal of the History of Ideas* 1 (1940): 4.

² Pierre Bourdieu, 'Les conditions sociales de la circulation internationale des idées,' in *Romanistische Zeitschrift für Literaturgeschichte/Cahiers d'Histoire des Littératures Romanes* 14 (1990), 2.

³ '... a nation is a community of sentiment which would adequately manifest itself in a state of its own; hence, a nation is a community which normally tends to produce a state of its own': Max Weber, *From Max Weber: Essays in Sociology*, ed. H. H. Gerth and C. Wright Mills, new edn. (London: Routledge, 1991), 176; "... uma nação é uma comunidade de sentimento que se manifestaria adequadamente num Estado próprio; daí, uma nação é uma comunidade que normalmente tende a produzir um Estado próprio", Max Weber, *Ensaio de sociologia*. (Rio de Janeiro: LTC, 1982), 207.

⁴ Andreas Wimmer e Nina Glick Schiller, 'Methodological Nationalism, the Social Sciences, and the Study of Migration: An Essay in Historical Epistemology,' in *International Migration Review* 37 (2003), 576-610.

além das histórias dos Estados definidos pelas nações e das nações delimitadas por Estados. Tomados em conjunto, esses projetos abrangem a “*international turn*”⁵ na escrita da história.⁶

Esta “*international turn*” representa, talvez, o maior movimento transformador da historiografia desde o surgimento da história social nos anos 1960 e do “*linguistic turn*”, nos anos 1970⁷. Por que ela está acontecendo simultaneamente em meio a tantas áreas de trabalho da história seria uma boa questão para a história intelectual. Contudo, ela coloca um problema específico para os historiadores intelectuais, que têm, até agora, escrito pouco sobre a “*international turn*”. Essa ausência de compromisso pode ser atribuída, em parte, ao materialismo reinante em muitos ramos históricos que, em seus campos, abrangem a “*international turn*”. Historiadores do capital, do império e da imigração, ao lado de sociólogos e arqueólogos com ambições globais, têm conduzido o debate sobre esse movimento e produzido muitos dos principais trabalhos de síntese. Para tais historiadores, ‘cada época tem o pensamento que necessita’ – Budismo, Cristianismo, Islamismo: é tudo a mesma coisa.⁸ Para eles, a história intelectual parece imaterial nos dois sentidos do termo: um tipo de história “do pescoço pra cima”, lidando com imaginações insubstanciais de seres não corpóreos do espaço interior. O principal desafio para os historiadores intelectuais é como combater esse ceticismo sem sucumbir ao reducionismo ou dissolver a identidade de seu campo. Nesse caso, a melhor maneira de proceder é retornar às raízes da história intelectual, no período anterior ao que a historiografia fora adotada como a serva dos Estados nacionais.

A história intelectual pode reivindicar, justificadamente, ter sido história internacional “*avant la lettre*”. Como Donald Kelley mostrou, os primeiros praticantes de história das ideias, desde Thomas Stanley, na Inglaterra de meados do século XVII, a Victor Cousin, na França pós-Napoleônica, produziram trabalhos que eram notavelmente cosmopolitas em conteúdo e em caráter. Esses historiadores emergiram de tradições do ecletismo filosófico, remetendo a Diógenes Laércio, mas apareceram, mais diretamente, dos debates epistemológicos do começo da modernidade, nos quais ideias eram consideradas independentes de suas origens, fossem nacionais ou outras.⁹ Estas primeiras formas de história das ideias foram produtos característicos da uma República das Letras que era conscientemente supranacional em suas filiações e na natureza de suas trocas acadêmicas. A *Respublica literarum* ‘abrange o mundo inteiro e é composta de todas as nacionalidades, de todas as classes sociais, de todas as idades e de ambos os sexos’ escreveu um de seus cidadãos, o acadêmico e literato francês Bonaventure d’Argonne, em 1699: ‘todas as línguas, as antigas, assim como as modernas, são faladas’. Dentro de uma comunidade global que se estendia da China até o Peru, ‘ideias são sem cor, sem idade, sem raça, sem gênero – e, a isso, poderia ser adicionado: sem lugar e sem estado.’¹⁰

A história intelectual nasceu internacional e continuou assim por muito tempo após o surgimento do nacionalismo dentro da profissão do historiador e fora dela. A lógica da

⁵ Armitage usa “*international turn*” pensando na “*linguistic turn*”. Como, no Brasil, às vezes se usa “*linguistic turn*”, às vezes, virada linguística, aqui, usamos “*international turn*”, mas pode ser também “virada internacional” (N.T.).

⁶ Patricia Clavin, ‘Defining Transnationalism,’ in *Contemporary European History* 14 (2005), 421-39; C. A. Bayly, e outros, ‘AHR Conversation: On Transnational History,’ in *American Historical Review* 111 (2006), 1441-64; Pierre-Yves Saunier, ‘Transnational,’ in Akira Iriye and Pierre-Yves Saunier, eds., *The Palgrave Dictionary of Transnational History* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009), 1047-55; Iriye, Iriye, *Global and Transnational History: The Past, Present, and Future* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013).

⁷ Para uma discussão mais ampla dos “*turns*” recentes na escrita da história, ver Judith Surkis e outros, ‘AHR Forum: Historiographic “Turns” in Critical Perspective,’ *American Historical Review* 117 (2012), 698-813.

⁸ Ian Morris, *Why the West Rules—For Now: The Patterns of History, and What They Reveal About the Future* (London: Profile Books, 2010), 420, 476, 568, 621.

⁹ Donald R. Kelley, *The Descent of Ideas: The History of Intellectual History* (Aldershot: Ashgate, 2002), chs. 1-2.

¹⁰ Bonaventure d’Argonne, quoted in Anthony Grafton, ‘A Sketch Map of a Lost Continent: The Republic of Letters,’ in Grafton, *Worlds Made by Words: Scholarship and Community in the Modern West* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2009), 9.

soberania territorial marcou-a muito menos do que outras áreas de investigação histórica e tornou-se artigo de fé, entre historiadores das ideias, que seus objetos de estudo escapavam das fronteiras nacionais. Por exemplo, a ‘New History’, de Frederik Jackson Turner e James Harvey Robinson, que foi pioneira nos EUA, no fim do século XIX, questionava a historiografia nacionalista no momento de seu nascimento e extraiu inspiração dos fenômenos históricos que escapavam das garras da historiografia nacionalista. Como Turner notou em 1891, ‘Ideias, até mesmo mercadorias, recusam os limites de uma nação... isso é verdade, especialmente no nosso mundo moderno, com seu comércio complexo e com meios de conexão intelectual’.¹¹ Meio século depois, o pai fundador da história moderna das ideias, Arthur O. Lovejoy, poderia estar relembando as palavras do Turner quando afirmou, em 1938: ‘Ideias são mercadorias, as quais entram no comércio entre Estados’. Como essas ideias eram manufaturadas e como elas viajavam, quem as traficava e quem as consumia, não eram questões que o historiador das ideias clássico pensava perguntar: isso era uma tarefa que ele deixava para os especialistas em literatura comparada, ‘entendida como o estudo das relações intelectuais internacionais’.¹² Somente com o advento da história social das ideias e da história do livro que tais preocupações materiais concerniram aos historiadores intelectuais. Esse novo ramo da história intelectual também proclamou seu internacionalismo, como uma história dos *livres sans frontières* uniu-se a uma história das ideias sem fronteiras.¹³ ‘Pela sua própria natureza, livros se recusam a estar contidos dentro de qualquer disciplina’, argumentou Robert Darnton, em 1994: ‘Eles também recusam o respeito às fronteiras nacionais’.¹⁴

A resistência inata da história intelectual ao nacionalismo poderia ter tido o efeito paradoxal de tornar difícil, para o campo, a “*international turn*” nos anos mais recentes. Por os historiadores intelectuais não precisarem rejeitar as categorias nacionais ou adotar alternativas cosmopolitas para elas, eles poderiam estar metodologicamente despreparados para tal movimento. De fato, a “*international turn*” tem chegado tardiamente na história intelectual, como um equivalente acadêmico dos saltos tecnológicos, conforme o campo muda do não nacional ao supranacional sem ter se detido totalmente nas estruturas nacionais.¹⁵ Esse movimento implica em encarar algumas das deficiências da história intelectual tal como ela é tradicionalmente praticada, especialmente sua resistência a considerar as dimensões espaciais do contexto. Isso também demanda uma insistência maior sobre as contribuições distintas que a história intelectual pode dar, de forma mais geral, para uma “*international turn*” mais ampla. No entanto, historiadores intelectuais possuem algumas das melhores ferramentas disponíveis para traçar o surgimento de categorias como internacional e global, para rastrear a circulação de ideias e para enfrentar alguns dos desafios trazidos pela “*international turn*”, entre eles, os perigos do idealismo, do classicismo e do presentismo, e os desafios de redefinir o contexto. A história intelectual poderia, por isso, ter tanto a oferecer para a “*international turn*” quanto a “*international turn*” tem a oferecer para a história intelectual.

* * * * *

¹¹ Frederick Jackson Turner, ‘The Significance of History’ (1891), in Turner, *The Early Writings of Frederick Jackson Turner*, ed. Everett E. Edwards (Madison: The University of Wisconsin Press, 1938), 57; Peter Novick, *That Noble Dream: The “Objectivity Question” and the American Historical Profession* (Cambridge: Cambridge University Press, 1988), 89-95.

¹² Arthur O. Lovejoy, ‘The Historiography of Ideas’ (1938), in Lovejoy, *Essays in the History of Ideas* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1948), 3, 1.

¹³ Leslie Howsam and James Raven, ‘Introduction,’ in Howsam and Raven, eds., *Books between Europe and the Americas: Connections and Communities, 1620-1860* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011), 1.

¹⁴ Robert Darnton and Krassimira Daskalova, ‘Book History, the State of Play: An Interview with Robert Darnton,’ in *SHARP News* 3, 3 (Summer 1994): 2.

¹⁵ Margrit Pernau, ‘Whither Conceptual History? From National to Entangled Histories,’ in *Contributions to the History of Concepts* 7 (2012), 1-11.

Uma década atrás, eu sugeri que ‘um renascimento na história do pensamento internacional’ estava começando e que poderia ‘abrir novos diálogos entre historiadores, teóricos políticos, acadêmicos de Relações Internacionais e advogados internacionais’¹⁶. O renascimento está agora em um curso bom e tem produzido os primeiros frutos da “*international turn*” da história intelectual. Essa renovação da história do pensamento internacional marca as três fases mais recentes das relações entre história intelectual e história internacional: uma era de conciliação que foi desde o fim da I Guerra até os anos 50; uma era de estranhamento, que percorreu o começo dos anos 60 até metade dos anos 90; uma era de reaproximação que está ainda em progresso.

Na era inicial de conciliação, historiadores das ideias foram, com frequência, metodologicamente cosmopolitas e politicamente internacionalistas em seu enfoque, enquanto estudantes de Relações Internacionais com disposição histórica lidavam abertamente com ideias ao invés de modelos abstratos ou teorias. Pensadores, por outro lado, tão diversos quanto Hannah Arendt, Raymond Aron, Herbert Butterfield, Hans Morgenthau, Reinhold Niebuhr, Carl Schmitt, Kenneth Waltz e Martin Wight baseavam-se em cânones históricos compartilhados, mesmo se discordassem profundamente a respeito de assuntos como a ética da paz e da guerra ou o equilíbrio entre soberania nacional e a autoridade das instituições internacionais.¹⁷

Durante a sequência da era do estranhamento, historiadores intelectuais e historiadores internacionais se separaram ainda mais. As fronteiras disciplinares se endureceram e foram mais ferozmente defendidas. O refinamento das metodologias e a aceleração da especialização profissional fizeram as conversações entre os campos menos comuns. A separação entre o doméstico e o internacional acentuou-se. Teoria – fosse política ou internacional – perdeu chão para os modelos positivistas, os quais excluíram ideias e éticas dos reinos da política e das Relações Internacionais, particularmente nos Estados Unidos. Em retrospecto, a Conferência de Políticas Internacionais de maio de 1954, convocada in Washington, D.C., pela Rockefeller Foundation, na qual Morgenthau, Niebuhr e outros participaram, agora parece o ponto alto de uma abordagem ética para os assuntos internacionais antes do triunfo comportamentalista das Ciências Sociais nos Estados Unidos.¹⁸

Ao longo do quarto de século seguinte, os historiadores intelectuais se afastaram cada vez mais dos historiadores internacionais enquanto uma história social, que ressurgia, pressionava ambos os campos para as margens da profissão histórica, especialmente nos Estados Unidos. O que um acadêmico dizia para outro acadêmico era tão antiquado quanto o que um filósofo escrevia sobre outro filósofo. Como Robert Darnton observou sombriamente em uma coleção publicada em 1980, pela Associação Americana de História: ‘Está-se difundindo um mal-estar entre os historiadores das ideias nos Estados Unidos... Hoje ela parece ter sido rebaixada... após um realinhamento da pesquisa nas últimas duas décadas’. No mesmo volume, Charles Maier ofereceu uma avaliação pessimista da história internacional: ‘A história das relações internacionais ... [tem] pouco senso de empreendimento coletivo, de estar na vanguarda da pesquisa histórica’.¹⁹

¹⁶ David Armitage, ‘The Fifty Years’ Rift: Intellectual History and International Relations,’ in *Modern Intellectual History* 1 (2004), 108-09.

¹⁷ Brunello Vigezzi, *The British Committee on the Theory of International Politics (1954-1985): The Rediscovery of History* (Milan: Edizioni Unicopli, 2005).

¹⁸ Martin Wight, ‘Why Is There No International Theory?’ (1959), in Herbert Butterfield and Martin Wight, eds., *Diplomatic Investigations: Essays in the Theory of International Politics* (London: Allen & Unwin, 1966), 17-34; Stanley Hoffman, ‘An American Social Science: International Relations,’ *Daedalus* 106 (1977), 41-60; Nicolas Guilhot, ed., *The Invention of International Relations Theory: Realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory* (New York: Columbia University Press, 2011).

¹⁹ Robert Darnton, *O beijo de Lamourette* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990), p. 175; ‘a malaise is spreading among intellectual historians ... after a realignment of research during the last two decades,

Como acontece tão frequentemente, insinuações de obsolescência provaram ser as esporas da inovação. Dentro de pouco mais de uma década, os dois campos começaram a convergir novamente. A era da reaproximação, começando em 1990, viu os revigoramentos da história intelectual e da história internacional em paralelo ao aumento do emaranhamento dos dois campos. Pelo menos alguns estudiosos das Relações Internacionais encontraram-se em uma fase “pós-positivista”, marcada pelo interesse renovado em teoria, na história das questões internacionais e na história de sua própria disciplina. Historiadores internacionais se tornaram mais interessados em cultura, ideologia e instituições, ‘defensores da *‘international turn’* assim como proponentes vigorosos da história intelectual e cultural’. Ao mesmo tempo, historiadores intelectuais começaram a tratar historicamente as normas e as interações entre pessoas, estados e outros órgãos corporativos no mundo, além da esfera doméstica, sob a rubrica da história do pensamento internacional.²⁰

O termo ‘pensamento internacional’ foi originalmente uma invenção de publicistas e literatos britânicos simpáticos à Liga das Nações e às instituições internacionais nascentes nos anos entre guerras. Seu propósito original fora denotar um passado útil ao invés de criar uma história crítica.²¹ Ele recebeu apoio de internacionalistas igualmente comprometidos do outro lado do Atlântico, especialmente do advogado americano de temas internacionais, James Brown Scott, e de quem criou o cânone dos trabalhos de pensamento internacional, desde Balthazar Ayala até Richard Zouche na série ‘Clássicos da Lei Internacional (1911-50)’ patrocinada pela Carnegie Endowment for International Peace.²² A retomada recente da história do pensamento internacional parece emergir como um campo robusto em seu próprio direito, com um cânone de autores, com problemas e com movimentos mais extensos e menos teológicos, e não apenas como um subconjunto da história do pensamento político.²³ O pensamento internacional, agora, não significa tanto um corpo de uma doutrina alternativa para ser implementada em propósitos presentes, mas sim o passado do pensamento internacional como a atividade da reflexão teórica sobre questões internacionais.

Um retorno humanístico às fontes do pensamento internacional revelou a distância entre o que pensadores como Hugo Grotius, Thomas Hobbes e Immanuel Kant estavam fazendo – ou, com a mesma frequência, o que eles não estavam tentando fazer – e os usos feitos deles dentro das disciplinas históricas posteriores. Grotius poderia não ter a intenção de ser o pai da lei internacional. Hobbes não era ‘hobbesiano’, pelo menos não tanto quanto o termo fora usado como um termo da habilidade humana pelos estudantes de Relações

she now sits below the salt.’ Robert Darnton, ‘Intellectual History and Cultural History,’ in Michael Kammen, ed., *The Past Before Us: Contemporary Historical Writing in the United States* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1980), 327; Charles Maier, ‘Marking Time: The Historiography of International Relations,’ in Kammen, ed., *The Past Before Us*, 355.

²⁰ Lucian M. Ashworth, ‘Interdisciplinarity and International Relations,’ in *European Political Science* 8 (2009), 16-25; Duncan Bell, ‘Writing the World: Disciplinary History and Beyond,’ in *International Affairs* 85 (2009), 3-22; Thomas W. Zeiler, ‘The Diplomatic History Bandwagon: A State of the Field,’ in *Journal of American History* 95 (2009), 1053 (quoted).

²¹ John Galsworthy, *International Thought* (Cambridge: Heffers, 1923); F. Melian Stawell, *The Growth of International Thought* (London: T. Butterworth, 1929). On their immediate antecedents, see Casper Sylvest, *British Liberal Internationalism, 1880-1930: Making Progress?* (Manchester: Manchester University Press, 2009).

²² John Hepp, ‘James Brown Scott and the Rise of Public International Law,’ *Journal of the Gilded Age and Progressive Era* 7 (2008), 151-79; Benjamin Allen Coates, ‘Trans-Atlantic Advocates: American International Law and U.S. Foreign Relations, 1898-1919’ (unpub. Ph.D. thesis, Columbia University, 2010), 101-05.

²³ Edward Keene, *International Political Thought: A Historical Introduction* (Cambridge: Polity, 2005); Beate Jahn, ed., *Classical Theory in International Relations* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006); Duncan Bell, ed., *Victorian Visions of Global Order: Empire and International Relations in Nineteenth-Century Political Thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 2007); Ian Hall and Lisa Hill, eds., *British International Thinkers from Hobbes to Namier* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009).

Internacionais. E Kant era mais que teórico da ‘paz democrática’, ao que ele fora reduzido pelos internacionalistas teleológicos desde o começo do século XX.²⁴ Para o século XX, há estudos históricos de pensadores internacionais de todas as espécies, desde Norman Angell e Hannah Arendt até Leonard Woolf e Alfred Zimmern, com uma produção de pequena escala, especialmente vigorosa, devotada ao trabalho de Carl Schmitt.²⁵ Ao mesmo tempo, os historiadores autocríticos das disciplinas de Relações Internacionais e de leis internacionais expuseram, por exemplo, como um ‘discurso de anarquia’, contingentemente gerado nos anos entre guerras, se tornou uma verdade atemporal para a posterior Escola Realista de Relações Internacionais, e mostraram a cumplicidade dos advogados internacionais idealistas com as empresas imperiais, desde o Congo Belga à Baía dos Porcos.²⁶

Historiadores intelectuais têm estado em boa posição para ajudar os historiadores internacionais céticos em questionar as pedras fundamentais de sua disciplina. Por exemplo, nenhuma data era mais fundadora para as Relações Internacionais que 1648 e a Paz da Vestfália. A demolição do ‘mito de 1648’ como as origens de um mundo de mútuo reconhecimento, de não interferência nos Estados soberanos, era um processo relativamente íntegro. Ele se baseava em uma leitura dos tratados de Münster e de Vestfália, no reconhecimento de que impérios, federações e outros tipos de soberanias, dispostas em camadas ou divididas, eram mais características da autoridade política do que qualquer soberania tida como ‘vestfaliana’, e na atenção ao mundo além do norte da Europa, para ver quanto pouco respeito foi dado à soberania putativa de vários povos sob o regime do império.²⁷ O mito vestfaliano, por sua vez, sustentara um conjunto de suposições que definiram o pensamento internacional moderno: que Estados, e não indivíduos, eram os atores primários em questões internacionais; que as esferas doméstica e estrangeira eram distintas e separadas; que a lei positiva triunfou sobre a lei natural; que o padrão hierárquico de civilização aplicava-se por todo o globo; e que o reino do internacional era anárquico e por isso governado por máximas da razão de Estado. Essas suposições fundamentais não eram nem uniformes nem incontestadas, mas elas estabeleceram os termos do debate por pelo menos um século e meio.²⁸

A história intelectual internacional ainda está repleta de possibilidades de pesquisa. Por exemplo, quais eram os meios de comunicação para o pensamento internacional e como eles

²⁴ Richard Tuck, *The Rights of War and Peace: Political Thought and the International Order from Grotius to Kant* (Oxford: Oxford University Press, 1999); Martine Julia van Ittersum, *Profit and Principle: Hugo Grotius, Natural Rights Theories and the Rise of Dutch Power in the East Indies, 1595-1615* (Leiden: Brill, 2006); Noel Malcolm, ‘Hobbes’s Theory of International Relations,’ in Malcolm, *Aspects of Hobbes* (Oxford: Oxford University Press, 2002), 432-56; Sankar Muthu, *Enlightenment Against Empire* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003); Eric S. Easley, *The War over Perpetual Peace: An Exploration into the History of a Foundational International Relations Text* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004); David Armitage, *Foundations of Modern International Thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 2013).

²⁵ David Long and Peter Wilson, eds., *Thinkers of the Twenty Years’ Crisis: Inter-War Idealism Reassessed* (Oxford: Oxford University Press, 1995); Patricia Owens, *Between War and Politics: International Relations and the Thought of Hannah Arendt* (Oxford: Oxford University Press, 2007); Jeanne Morefield, *Covenants without Swords: Idealist Liberalism and the Spirit of Empire* (Princeton: Princeton University Press, 2005); Louiza Odysseos and Fabio Petito, eds., *The International Political Thought of Carl Schmitt: Terror, Liberal War and the Crisis of Global Order* (London: Routledge, 2007); William Hooker, *Carl Schmitt’s International Thought: Order and Orientation* (Cambridge: Cambridge University Press, 2009); Stephen Legg, ed., *Spatiality, Sovereignty and Carl Schmitt: Geographies of the Nomos* (London, 2011).

²⁶ Brian Schmidt, *The Political Discourse of Anarchy: A Disciplinary History of International Relations* (Albany, NY: State University of New York Press, 1998); Martti Koskenniemi, *The Gentle Civilizer of Nations: The Rise and Fall of International Law, 1870-1960* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001).

²⁷ Andreas Osiander, ‘Sovereignty, International Relations, and the Westphalian Myth,’ in *International Organization* 55 (2001): 251-87; Benno Teschke *The Myth of 1648: Class, Geopolitics and the Making of Modern International Relations* (London: Verso, 2003); Benjamin Straumann, ‘The Peace of Westphalia as a Secular Constitution,’ in *Constellations* 15 (2008): 173-88; Pärtel Püriimäe, ‘The Westphalian Myth of Sovereignty and the Idea of External Sovereignty,’ in Hent Kalmo and Quentin Skinner, eds., *Sovereignty in Fragments: The Past, Present and Future of a Contested Concept* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010), 64-80.

²⁸ Armitage, *Foundations of Modern International Thought*.

poderiam ser entendidos usando os métodos da história do livro?²⁹ Começando no fim do século XVII e continuando no presente, gêneros de escrita e publicações novas e persistentes, entre elas coleções de tratados, manuais diplomáticos e história das relações internacionais e das leis das nações, proliferaram entre as culturas eclesiástica, acadêmica e humanística que frequentemente cruzavam com comunidades militares e diplomáticas transnacionais. Análises mais aprofundadas de tais gêneros poderiam nos ajudar a entender por que Kant lançou *Zum ewigen Frieden* (1795) na forma de um tratado, por exemplo.³⁰ Quais eram os personagens dos romances filosóficos adotados pelos representantes casuístas, pelos administradores voltados à literatura e pelos intelectuais em escritórios de instituições burguesas internacionais do século XVIII em diante?³¹ E como o pensamento internacional era, em si mesmo, internacionalizado? Para pegar apenas um exemplo, a tradução e a circulação, na Ásia, de um sentido principal de “*Elements of International Law*” (1836), de Henry Wheaton, sugere que as suposições subjacentes ao pensamento internacional moderno estavam se tornando cada vez mais transregionais, ou até totalmente globais, em meados do século XIX.³² Nesse sentido, a receptividade do mundo ao contágio de soberania, o que quase o afetou universalmente, ainda requer explicação, especialmente por atender às condições e aos determinantes domésticos de sua recepção e de sua domesticação.³³ Só então, poderemos entender a coprodução ativa do nacional e do internacional ao longo do globo nos séculos XIX e XX.³⁴

A internacionalização do internacional pode também ser abordada por meio da história intelectual das instituições internacionais. Proponentes da nova história internacional há muito instaram seus colegas a ‘internacionalizar a história internacional’, não só por estudar atores sem Estado no campo internacional: corporações, organizações não-governamentais, movimentos sociais transnacionais e órgãos tais como a Organização Mundial da Saúde ou as Nações Unidas.³⁵ Esse chamado gerou, recentemente, novas oportunidades para arquivos de histórias intelectuais do Institut de Droit International, do Carnegie Endowment for International Peace, da Liga das Nações, da UNESCO e da União Europeia, para apontar apenas alguns dos mais proeminentes. Alguns desses trabalhos eram internalistas e celebratórios, principalmente aqueles feitos através do Projeto de História Intelectual das Nações Unidas, mas muito deles ajudaram a expandir o alcance dos atores, dos arquivos e das

²⁹ Para um estudo modelo da tradução e da circulação dos textos econômicos, ver Sophus Reinert, *Translating Empire: Emulation and the Origins of Political Economy* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2011).

³⁰ Para o trabalho sugestivo nessas direções, ver Randall Lesaffer, ed., *Peace Treaties and International Law in European History: From the Late Middle Ages to World War One* (Cambridge: Cambridge University Press, 2004); Daniel Ménager, *Diplomatie et théologie à la Renaissance* (Paris: Presses Universitaires de France, 2001); Ellen M. McClure, *Sunspots and the Sun King: Sovereignty and Mediation in Seventeenth-century France* (Urbana: University of Illinois Press, 2006); Timothy Hampton, *Fictions of Embassy: Literature and Diplomacy in Early Modern Europe* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2009).

³¹ Ian Hunter, ‘Vattel’s Law of Nations: Diplomatic Casuistry for the Protestant Nation,’ in *Grotiana* 31 (2010): 108-40.

³² Lydia H. Liu, *The Clash of Empires: The Invention of China in Modern World Making* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2004), 108-39; Liu, ed., *Tokens of Exchange: The Problem of Translation in Global Circulations* (Durham, NC: Duke University Press, 1999); Carol Gluck and Anne Lowenhaupt Tsing, eds., *Words in Motion: Toward a Global Lexicon* (Durham, NC: Duke University Press, 2009).

³³ David Armitage, *The Declaration of Independence: A Global History* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2007), 107-12; C. A. Bayly, ‘European Political Thought and the Wider World during the Nineteenth Century,’ in Gareth Stedman Jones and Gregory Claeys, eds., *The Cambridge History of Nineteenth-Century Political Thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011), 835-63.

³⁴ C. A. Bayly and Eugenio Biagini, eds., *Giuseppe Mazzini and the Globalization of Democratic Nationalism, 1830-1920* (Oxford: Oxford University Press for the British Academy, 2008); Maurizio Isabella, *Risorgimento in Exile: Italian Emigrés and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era* (Oxford: Oxford University Press, 2009).

³⁵ Akira Iriye, ‘Internationalizing International History,’ in Thomas Bender, ed., *Rethinking American History in a Global Age* (Berkeley: University of California Press, 2002), 47-62; Iriye, *Global Community: The Role of International Organizations in the Making of the Contemporary World* (Berkeley: University of California Press, 2002).

instituições abertas para a consulta por historiadores intelectuais.³⁶ Um produto dessa expansão tem sido a nova história dos direitos humanos, um campo agora em sua segunda onda, uma vez que se moveu de sua fase teleológica de apenas contar histórias para uma literatura mais crítica, alerta ao contexto e às discontinuidades.³⁷

Outros assuntos de interesse para os historiadores intelectuais – a história do pensamento econômico; concepções de guerra e de governo; saúde pública; e a história da ciência – podem todas ser pesquisadas em arquivos de instituições internacionais, de companhias e de corporações. A esse respeito, historiadores intelectuais modernos podem aprender com aqueles primeiros modernistas, que seguiram historiadores da ciência na construção das histórias intelectuais das companhias de comércio da Inglaterra e da Holanda nos séculos XVII e XVIII.³⁸ A explosão de interesse entre teóricos políticos e estudantes de ética sobre as dimensões internacionais e globais de seus interesses de estudo têm ajudado a acelerar esses desenvolvimentos, os quais ganharam espaço entre um público cada vez mais consciente das dimensões transnacionais das questões humanas apreendidas pelo apanhado de significados do termo ‘globalização’.³⁹ Todos esses movimentos, por sua vez, encorajaram e reforçaram tendências internas, dentro da história intelectual, para reconstruir argumentos que lidavam com questões além da nação ou do Estado, que, coletivamente, eu tenho chamado de “*international turn*” entre os historiadores intelectuais.

* * * * *

O espaço é, agora, a fronteira final para a história intelectual. A “*international turn*” reviveu o interesse em concepções de espaço ao observar áreas que eram maiores que nações, não confinadas pelas fronteiras políticas dos Estados e conectadas por ligações e circulações transnacionais. A maioria da população mundial, para a maioria da história registrada, viveu não em Estados-nações, mas em impérios, aqueles expandidos, políticas estratificadas que projetavam vários tipos de universalismos no sentido de suspender as diferenças entre populações sem lutar pela uniformidade entre elas. Por um período relativamente breve, entre o começo do século XVI e o começo do século XX, alguns desses impérios eram o crescimento natural da confiança das culturas nacionais, particularmente na Europa e na Ásia, mas a maioria era pré-nacional ou supranacional em sua composição. Espaços oceânicos conectavam elementos desses impérios no período moderno, mas as áreas marítimas, como o

³⁶ Koskenniemi, *The Gentle Civilizer of Nations*; Roger-Pol Droit, *L'Humanité toujours à construire: regard sur l'histoire intellectuelle de l'UNESCO, 1945-2005* (Paris: UNESCO, 2005); Glenda Sluga and Sunil Amrith, ‘New Histories of the United Nations,’ in *Journal of World History* 19 (2008): 251-74; Emma Rothschild, ‘The Archives of Universal History,’ in *Journal of World History* 19 (2008): 375-401; Mark Mazower, *Governing the World: The History of an Idea* (London: Allen Lane, 2012); Richard Jolly, Louis Emmerij and Thomas G. Weiss, *UN Ideas that Changed the World* (Bloomington: Indiana University Press, 2009), e trabalhos similares da United Nations Intellectual History Project.

³⁷ Para o primeiro, ver e.g. Elizabeth Borgwardt, *A New Deal for the World: America's Vision for Human Rights* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2005); Lynn Hunt, *Inventing Human Rights: A History* (New York: W. W. Norton, 2007); Jenny S. Martinez, *The Slave Trade and the Origins of International Humanitarian Law* (New York: Oxford University Press, 2012); for the second, Samuel Moyn, *The Last Utopia: Human Rights in History* (Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press, 2010); Stefan-Ludwig Hoffmann, ed., *Human Rights in the Twentieth Century* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010); Akira Iriye, Petra Goedde, and William I. Hitchcock, eds., *The Human Rights Revolution: An International History* (Oxford: Oxford University Press, 2011).

³⁸ Van Ittersum, *Profit and Principle*; Philip J. Stern, *The Company-State: Corporate Sovereignty and the Early Modern Foundations of the British Empire in India* (New York: Oxford University Press, 2011).

³⁹ Para uma excelente cartilha, ver Duncan Bell, ed., *Ethics and World Politics* (Oxford: Oxford University Press, 2010).

Mediterrâneo, os oceanos Índico, Atlântico e Pacífico também segmentaram soberanias e tornaram-se campo de batalha para a rivalidade entre impérios.⁴⁰ À luz da longa história do império, o mundo eterno dos Estados, postulado pelas concepções modernas de relações internacionais, parece fugidio, até mesmo marginal. Na verdade, se por algumas estimativas, um mundo de Estados-nação verdadeiros, separados do império, emergiram apenas com o zênite da descolonização, logo foram arrastados pela onda de transnacionalismo que irrompeu após o fim da Guerra Fria, então o apogeu do Estado durou menos que uma geração, de cerca de 1975 a 1989.⁴¹ Toda história, antes e depois, era história ou pré-nacional ou pós-nacional.

Por simultaneamente unir e dividir, os impérios induziram a competição conceitual e facilitaram a circulação de ideias entre povos em diáspora e ao longo das rotas comerciais.⁴² A partir dessas coalisões e transmissões emergiram ‘universalismos competidores’ de império, religião e economia política, por exemplo, assim como ideologias expansivas que contrariavam ou subsumiam-nos, tal como o pan-islamismo, o pan-africanismo, o nacionalismo, o anticolonialismo e outras formas de ‘cosmopolitanismo de cor’.⁴³ A maioria desses movimentos era invisível desde que a história fosse vista através de espetáculos nacionalmente formatados. Eles voltaram à vista apenas quando as experiências mais antigas de espaço – mais extensas, mais fluidas e menos confinadas às fronteiras territoriais – novamente moldaram questões sobre o passado.

O campo é corrente de metáforas espaciais – de ideias como ‘migratória’ e de livros fugindo dos limites das nações; de ‘horizontes’ de entendimento e da ‘esfera’ pública; de ‘localismos’ e ‘provincialismos’ como determinantes de ideias; de concepções de ‘contenção’ hermenêutica e ‘movimento’ crítico, por exemplo – mas tais figuras de linguagem não indicam qualquer compromisso substantivo com questões de espaço e lugar. Essas são, ao invés, indicações abreviadas que ideias carecem de determinantes materiais e que elas precisam ser colocadas em contextos construídos quase inteiramente como temporais e linguísticos e não como físicos ou espaciais.⁴⁴ Como John Randolph observa neste volume, ‘O resultado é um tipo de geometria intelectual – o posicionamento de ideias em um espaço abstrato – em vez de geografia intelectual’.⁴⁵ Michael Foucault poderia estar falando especificamente para historiadores intelectuais quando declarou em uma entrevista: ‘O espaço é o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel. Em compensação, o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético’.⁴⁶

⁴⁰ Lauren Benton, *Law and Colonial Cultures: Legal Regimes in World History, 1400-1900* (Cambridge: Cambridge University Press, 2002); Benton, *A Search for Sovereignty: Law and Geography in European Empires, 1400-1900* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).

⁴¹ Frederick Cooper, *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History* (Berkeley: University of California Press, 2005); Cooper and Jane Burbank, *Empires in World History: Power and the Politics of Difference* (Princeton: Princeton University Press, 2010).

⁴² Sobre história intelectual, ver especialmente David Armitage, ed., *Theories of Empire, 1450-1800* (Aldershot: Variorum, 1998); Ruth Ben-Ghiat, ed., *Gli imperi. Dall'antichità all'età contemporanea* (Bologna: Il Mulino, 2009); Sankar Muthu, ed., *Empire and Modern Political Thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 2012).

⁴³ Sugata Bose, *A Hundred Horizons: The Indian Ocean in the Age of Global Empire* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2006); Bose and Kris Manjappa, eds., *Cosmopolitan Thought Zones: South Asia and the Global Circulation of Ideas* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010); Cemil Aydin, *The Politics of Anti-Westernism in Asia: Visions of World Order in Pan-Islamic and Pan-Asian Thought* (New York: Columbia University Press, 2007); Erez Manela, *The Wilsonian Moment: Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism* (New York: Oxford University Press, 2007); Nico Slate, *Colored Cosmopolitanism: The Shared Struggle for Freedom in the United States and India* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2011).

⁴⁴ Peter Burke, ‘Context in Context,’ in *Common Knowledge* 8 (2002): 152-77; Rita Felski and Herbert F. Tucker, eds., ‘Context?,’ in *New Literary History* 42 (2011), vii-xii, 557-756; Peter E. Gordon, ‘Contextualism and Criticism in the History of Ideas,’ in this volume.

⁴⁵ John Randolph, ‘The Space of Intellect (and the Intellect of Space),’ neste volume.

⁴⁶ Michel Foucault, *Microfísica do poder*. (Rio de Janeiro: Graal, 1984), p. 158-159. ‘L’espace, c’est ce qui était mort, figé, non dialectique, immobile. En revanche, le temps, c’était riche, fécond, vivant, dialectique’: ‘Questions à Michel Foucault sur la géographie,’ *Hérodote* 1 (1976), 78.

Espaço pode ser entendido intensivamente tanto quanto extensivamente. A este respeito, historiadores da ciência podem ter muito a ensinar tanto para historiadores internacionais quanto para historiadores intelectuais. Uma ‘*spatial turn*’ da história da ciência pôs em dúvida a universalidade da verdade e insistiu no conhecimento local: não poderia haver visão de lugar nenhum quando cada visão saltou de algum lugar. Ideias emergem de lugares fortemente definidos, de praias do litoral, também de bancadas de laboratórios e dos bares, assim como das academias reais. Quando vista microscopicamente nesse sentido, a teia sem emendas de conhecimento abstrato acabou por ser um mosaico quebradiço de preocupações contingentes.⁴⁷ Se um dos objetivos dessa literatura foi desmascarar a presumida universalidade da razão científica, o outro foi mostrar como apenas fragmentos do conhecimento eram acumulados e coletados e como sua credibilidade era assegurada. Nós precisamos entender não somente como o conhecimento é produzido em lugares específicos, mas também como transações ocorrem entre os lugares: que é como as ideias viajam, quem as transporta, qual bagagem elas carregam em suas viagens e como elas se tornam domesticadas e naturalizadas depois de sua chegada.⁴⁸

Essa abordagem revelou um mecanismo intrincado de obtenção de informação que fez o conhecimento científico possível e plausível. Até mesmo o mais fisicamente isolado dos pensadores, como Isaac Newton, o cercado por terra que nunca viu, em sua vida, o mar, poderia se tornar um centro global do cálculo, pois ele comandava uma teia mundial de correspondentes, desde o Golfo de Tonkin até o Estreito de Magalhães.⁴⁹ Órgãos corporativos, tais como a Companhia de Jesus e a Companhia das Índias Orientais Inglesa e Holandesa, facilitaram a grande ciência, no sentido da produção de conhecimento à longa distância.⁵⁰ E mais tarde, as ‘teias do império’ dissolveram as distinções entre centros e periferias, conforme cada lugar considerado periferia adquiria um lugar central no acúmulo de arquivos imperiais, testando hipóteses e gerando ideologias através das trocas entre colônias.⁵¹ Dessa forma, conexões extensivamente elaboradas ligaram intensivamente locais desenvolvidos para criar novos mapas de conhecimentos e cânones transnacionais através de transmissões de ideias e de informações ao longo dos continentes e dos oceanos.

Esses estudos, os quais Pierre Bourdieu denominou ‘uma ciência das relações internacionais em matéria de cultura’, oferecem geralmente modelos reprodutíveis para a história intelectual.⁵² Quando concepções de espaço expandem, teias de significância se

⁴⁷ Adi Ophir and Steven Shapin, ‘The Place of Knowledge: A Methodological Survey,’ in *Science in Context* 4 (1991), 3-21; Diarmid A. Finnegan, ‘The Spatial Turn: Geographical Approaches to the History of Science,’ in *Journal of the History of Biology* 41 (2008), 369-88; Charles W. J. Withers, ‘Place and the “Spatial Turn” in Geography and in History,’ in *Journal of the History of Ideas* 70 (2009), 637-58. More generally see Jo Guldi, ‘What is the Spatial Turn?’ in <http://spatial.scholarslab.org/spatial-turn>, [accessed 31 January 2013].

⁴⁸ Steven Shapin, ‘Placing the View from Nowhere: Historical and Sociological Problems in the Location of Science,’ in *Transactions of the Institute of British Geographers* n. s. 23 (1998), 6-7 (quoted); John Tresch, ‘Bringing Back the Lovejoy: History of Science and Intellectual History,’ in this volume.

⁴⁹ Simon Schaffer, ‘Newton on the Beach: The Information Order of *Principia Mathematica*,’ *History of Science* 47 (2009), 243-76.

⁵⁰ Steven J. Harris, ‘Long-Distance Corporations, Big Sciences, and the Geography of Knowledge,’ in *Configurations* 6 (1998), 269-304; Harold J. Cook, *Matters of Exchange: Commerce, Medicine, and Science in the Dutch Golden Age* (New Haven: Yale University Press, 2007); Luke Clossey, *Salvation and Globalization in the Early Jesuit Missions* (Cambridge: Cambridge University Press, 2008); Anna Winterbottom, ‘Producing and Using the *Historical Relation of Ceylon*: Robert Knox, the East India Company and the Royal Society,’ in *British Journal for the History of Science* 42 (2009), 515-38.

⁵¹ Tony Ballantyne, *Orientalism and Race: Aryanism in the British Empire* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2002), 1-17.

⁵² Pierre Bourdieu. “As condições sociais da circulação internacional das idéias”. In: *Enfoques*, v.1, n.1 (nov. 2002), Rio de Janeiro: PPGSA, 2002, p. IV. ‘... une science des relations internationales en matière de culture’: Bourdieu, ‘Les conditions sociales de la circulation internationale des idées,’ 1.

ramificam e redes de trocas proliferam para criar contextos inovadores e conexões não antecipadas entre eles. Padrões cambiantes de sociabilidade e de correspondência, de distribuição de livros e de organização espacial de conhecimento – em salas e edifícios, ruas e praças, cidades e regiões, países e continentes, impérios e oceanos – forçaram pensadores a reconceber a natureza de suas audiências, o impacto potencial dos seus argumentos e a extensão de suas esferas de ação. À luz dessas considerações, para responder a questões ‘O que era esclarecimentos’, historiadores intelectuais sintonizados com o espaço podem agora perguntar ‘Onde estava o Esclarecimento?’, uma questão totalmente respondível somente no contexto global que perpassa a *longue durée*.⁵³

Mudar concepções de espaço expandiu os contextos para as ideias e, com elas, as muitas possibilidades para pensar. O exemplo mais familiar para os historiadores intelectuais Europeus poderia ser os contextos mais amplos da exploração e da colonização transoceânicas geradas por pensadores no começo da Europa moderna, como encontros interculturais, e a proliferação de impérios ao longo do Oceano Índico, do mundo Atlântico e, mais tarde, do Pacífico, testaram concepções de natureza, civilização, comunidade política, propriedade, diversidade religiosa e tolerância, entre outras questões.⁵⁴ Por exemplo, John Locke, um leitor voraz de literatura de viagem, defrontou-se com instâncias de diversidade, crença e prática retirados de narrativas dos cinco continentes;⁵⁵ Thomas Hobbes, um consumidor mais modesto da cultura americana, moldou seu entendimento das relações internacionais pela referência às descrições etnográficas do estado da natureza;⁵⁶ e a política econômica de David Hume devia muito às suas conexões atlânticas.⁵⁷ Como o ‘Grande Mapa da Humanidade’ foi desenrolado (na ressoante frase de Edmund Burke), possibilidades verdadeiramente globais de pensamento se abriram para gerações de pensadores que escreveram depois de meados do século XVIII – entre eles, Diderot, Turgot, Smith, Kant, Herder, Burke e Bentham – com consequências para suas construções sobre universalismo e sobre cosmopolitanismo, assim como para suas concepções de cultura e de diferença.⁵⁸ Movendo-se para o fim do século XIX, a compreensão de espaço pela tecnologia – entre outros, o barco a vapor, a ferrovia e o telégrafo – produziram novas formas imagináveis de comunidade política sobre as extensões do império e através do mundo. Conforme Foucault, espaço era dinâmico, não era estático. Os contextos para expansão do pensar envolveram todo o globo. Historiadores intelectuais modernos, portanto, têm que rastrear ideias até mesmo em escalas maiores: continental, inter-regional, transoceânica e, finalmente, planetária. Como Heidegger, Schmitt e Arendt estavam

⁵³ Charles W. J. Withers, *Placing the Enlightenment: Thinking Geographically about the Age of Reason* (Chicago: University of Chicago Press, 2007); Withers and Robert Mayhew, ‘Geography: Space, Place and Intellectual History in the Eighteenth Century,’ in *Journal for Eighteenth Century Studies* 34 (2011), 445–52; Caroline Winterer, ‘Where is America in the Republic of Letters?’, in *Modern Intellectual History* 9 (2012), 597–623; Sebastian Conrad, ‘Enlightenment in Global History: A Historiographical Critique,’ in *American Historical Review* 117 (2012), 999–1027.

⁵⁴ Anthony Pagden, *The Fall of Natural Man: The American Indian and the Origins of Comparative Ethnology*, rev. edn. (Cambridge: Cambridge University Press, 1986); Annabel Brett, *Changes of State: Nature and the Limits of the City in Early Modern Natural Law* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2011); David Armitage and Alison Bashford, eds., *Pacific Histories: Ocean, Land, People* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013).

⁵⁵ Daniel Carey, *Locke, Shaftesbury, and Hutcheson: Contesting Diversity in the Enlightenment and Beyond* (Cambridge, 2006).

⁵⁶ Srinivas Aravamudan, ‘Hobbes and America,’ in Daniel Carey and Lynn Festa, eds., *The Postcolonial Enlightenment: Eighteenth-Century Colonialism and Postcolonial Theory* (Oxford, 2009), 37–70; Pat Moloney, ‘Hobbes, Savagery, and International Anarchy,’ in *American Political Science Review* 105 (2011), 189–204.

⁵⁷ Emma Rothschild, ‘The Atlantic Worlds of David Hume,’ in Bernard Bailyn and Patricia L. Denault, eds., *Soundings in Atlantic History: Latent Structures and Intellectual Currents, 1500–1830* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2009), 405–48.

⁵⁸ P. J. Marshall and Glyndwr Williams, *The Great Map of Mankind: British Perceptions of the World in the Age of Enlightenment* (London: Dent, 1982); Paul Cheney, *Revolutionary Commerce: Globalization and the French Monarchy* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010); Muthu, *Enlightenment Against Empire*; Jennifer Pitts, *A Turn to Empire: The Rise of Imperial Liberalism in Britain and France* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005); David Armitage, ‘Globalizing Jeremy Bentham,’ *History of Political Thought* 32 (2011), 63–82.

entre os primeiros a notar, em meados do século XX, o espaço exterior poderia ser a verdadeira fronteira final para a história intelectual.⁵⁹

* * * * *

Até agora, essa explicação da “*international turn*” na história foi bastante otimista, a *tour d’horizon* das conquistas asseguradas e das promessas ainda a serem cumpridas. Porém, antes da bonança, há a tempestade. Em quais sentidos a “*international turn*” poderia possivelmente ser uma virada para o pior? Esse movimento não entrou ainda na fase da merecida autocrítica, nem atraiu muita atenção dos de fora. Contudo, algumas investidas já foram feitas contra ela, entre elas a de reificação, de presentismo, de ‘classicismo’ e de mudar concepções de contexto.⁶⁰ Nenhuma dessas críticas é peculiar à história intelectual internacional: todas são familiares aos debates sobre a história das ideias ao longo, pelo menos, da última metade do século XX. Contudo, elas todas podem se tornar mais agudas quando a história intelectual se estender sobre porções maiores do espaço, quando novas formas de disjunção entre ideias e novas demandas analíticas vierem à tona.

Reificação é uma acusação familiar, que remonta, no mínimo, às críticas da Escola de Cambridge à história das ideias de Lovejoy: o que parecem ser repetições da mesma ideia se tornam concepções distintas que precisam de desagregação ao invés de assimilação dentro de narrativas amplas sobre o tempo ou através do espaço. Por exemplo, o liberalismo na Grã-Bretanha não era o mesmo liberalismo na Índia: cada desenvolvimento dentro de seu nicho ecológico próprio, contudo eles não emergiram na ignorância um do outro, mas mais por diálogos mediados por condições locais de recepção, circulação e hibridização de argumentos.⁶¹ Após, pelo menos, meados do século XVIII, as condições de recepção eram transregionais e cada vez mais globais: ‘liberais’ Indianos no começo do século XIX, como Rammohan Roy, viam seus próprios conflitos contra o despotismo como parte dos movimentos mundiais que envolviam as colônias Britânicas e Portuguesas na Ásia, a monarquia Espanhola no mundo atlântico e a própria Grã-Bretanha. Textos carregavam ideias, mas sempre em meio a paratextos que enquadravam e, então, em contextos imprevisíveis para suas traduções e reapropriações. Essas condições geraram desigualdades a partir de igualdades, mas raramente alcançaram completa disjunção e incompatibilidade. Com tais ressalvas em mente, o perigo de cair em reificação poderia ser dissipado. Com assistência metodológica onde necessária, digamos, da *Rezeptionsgeschichte* (história da recepção), da história do livro, e da teoria pós-colonial, deveria ser possível evitar os perigos da história *de* ideias mais antiga, menos sofisticada e transnacional, e substituí-la com uma história *em* ideias mais metodologicamente robusta e transtemporal.⁶²

⁵⁹ Duncan Bell, ‘Dissolving Distance: Technology, Space, and Empire in British Political Thought, c. 1770-1900,’ in *Journal of Modern History* 77 (2005), 523-63; Michael Lang, ‘Mapping Globalization or Globalizing the Map: Heidegger and Planetary Discourse,’ in *Genre: Forms of Discourse and Culture* 36 (2006), 239-50; Benjamin Lazier, ‘Earthrise; or, The Globalization of the World Picture,’ *American Historical Review* 116 (2011), 602-30.

⁶⁰ Emma Rothschild, ‘Arcs of Ideas: International History and Intellectual History,’ in Gunilla Budde, Sebastian Conrad and Oliver Janz, eds., *Transnationale Geschichte: Themen, Tendenzen und Theorien* (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2006), 217-26; Chris Goto-Jones, ‘The Kyoto School, the Cambridge School, and the History of the Political Philosophy in Wartime Japan,’ in *Positions: East Asia Cultures Critique* 17 (2009), 13-42.

⁶¹ C. A. Bayly, *Recovering Liberties: Indian Thought in the Age of Liberalism and Empire* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011).

⁶² David Armitage, ‘What’s the Big Idea? Intellectual History and the *Longue Durée*,’ in *History of European Ideas* 38 (2012), 493-507; Armitage, *Civil War: A History in Ideas* (New York: Knopf, forthcoming).

O presentismo poderia oferecer um perigo mais sério para a “*international turn*”. ‘O empreendimento todo (da história intelectual internacional) é ele mesmo presentista’. Emma Rothschild notou, ‘no sentido que a “*transnational turn*” é influenciada, em aspectos óbvios, pelas controvérsias públicas sobre a “globalização” do final do século XX e começo do século XXI’.⁶³ Contudo, não podemos mais ignorar os argumentos atuais de que nós podemos recusar a presença de debate sobre conexões e concepções cosmopolitas, universais ou globais no passado. É um truísmo – e, como todos os truísmos, por definição, pelo menos, parcialmente verdadeiros – que nosso presente, em constante mudança, continuamente revela aspectos do passado que foram negligenciados ou subvalorizados. Nesse caso, como em outros aspectos da história transnacional, duas abordagens são possíveis: ‘Uma primeira sugeriria que as conexões existiram e eram conhecidas pelos atores passados, mas foram esquecidas por alguma razão ou colocadas de lado. A tarefa dos historiadores seria, então, redescobrir os traços perdidos. Uma segunda visão colocaria, ao invés, que historiadores poderiam agir como eletricitistas, conectando circuitos por atos de reconstituição imaginativa ao invés de simples restituição’.⁶⁴ A primeira dessas abordagens – mais conectiva que comparativa, mais reconstitutiva que repositiva – poderia ser preferível para a maioria dos historiadores, mas a segunda é, também, certamente necessária para a criação da distância histórica requerida entre imperativos passados e preocupações atuais. Nós certamente nos iludimos se imaginamos que não vemos essas preocupações através de um vidro escuro. Nós só estaremos aptos a vê-las claramente se as pusermos em uma perspectiva em longo prazo.

‘Classicismo’ – a ideia que ‘apenas o elevado, ou o grande, ou o altamente educado, tem sido o assunto, em geral, das histórias da mente individual, ou o próprio indivíduo – é uma acusação familiar contra a história intelectual em vez de uma falha própria da história intelectual com uma guinada internacional’.⁶⁵ J.S. Mill, por exemplo, refutara isso já em 1838 em sua defesa de Bentham e Coleridge:

filosofia especulativa, a qual ao superficial aparece como uma coisa tão remota aos assuntos da vida e exterior aos interesses dos homens, é, na realidade, a coisa, na Terra, que mais os influencia e, em longo prazo, domina todas as outras influências, salvo aquelas as quais deve ela mesma obedecer. Os escritores de quem nós falamos nunca foram lidos pela multidão, exceto pelos seus trabalhos mais leves, seus leitores eram poucos: mas eles têm sido os professores dos professores.⁶⁶

Entre os filósofos especulativos e a grande multidão estão os pensadores que Rothschild chamou de ‘intermediários’ ou de ‘pensamentos médios’, as reflexões daqueles tão indistintos para ser assunto da biografia intelectual individual, mas tão profusos em deixar seus traços reflexivos para serem subsumidos em algumas histórias das *mentalités*, especialmente, mas

⁶³ Rothschild, ‘Arcs of Ideas,’ 221.

⁶⁴ David Armitage and Sanjay Subrahmanyam, ‘The Age of Revolutions, c. 1760–1840: Global Causation, Connection, and Comparison,’ in Armitage and Subrahmanyam, eds., *The Age of Revolutions in Global Context, c. 1760–1840* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010), xxxi.

⁶⁵ Rothschild, ‘Arcs of Ideas,’ 222. For implied rebuttals of this accusation, see, for example, Jonathan Rose, *The Intellectual Life of the British Working Classes*, 2nd edn. (New Haven: Yale University Press, 2010); Christopher Hilliard, *To Exercise Our Talents: The Democratization of Writing in Britain* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2007).

⁶⁶ J. S. Mill, ‘Bentham,’ in *London and Westminster Review* 19 (August 1838), 467.

não exclusivamente, aqueles comprometidos na política pública de várias formas.⁶⁷ Tais pessoas eram normalmente intermediários e viajantes, membros das migrações massivas asiáticas, europeias e africanas que cruzaram (e recruzaram) os Oceanos Atlântico e Pacífico e as estepes, mas também agentes interculturais que trafegaram no conhecimento local e na criação da ‘inteligência global’⁶⁸. Como historiadores reconstróem suas formas de inteligência, e as histórias de suas ideias, nós podemos esperar encontrar evidências ainda mais disseminadas de formas de pensamento transnacional.⁶⁹

As definições cada vez mais elásticas de contexto demandadas pela história transnacional não deveriam deter os historiadores intelectuais. Alguns estão começando a questionar quão precisamente pode uma ideia ser entendida ‘no contexto’, se o contexto agora é definido para abranger comunicações intercontinentais, comunidades multi-idiomáticas ou a expansão de sistemas mundiais?⁷⁰ Aqui, novamente, as oportunidades podem ser maiores que os perigos. Cânones de relevância devem ser definidos, rotas de transmissões ativas (ou pelo menos plausíveis) mapeadas e escalas de referências calibradas conforme concepções contemporâneas do internacional ou do global; com tais fronteiras no lugar, seria factível reconstruir contextos espaciais significativos para as ideias que nós traçamos através das fronteiras e de comunidades discursivas limitadas.

Concepções historicizantes de espaço – do nacional, do internacional, do transnacional e do global – poderiam, de fato, ser a agenda indicada para a história intelectual após a “*international turn*”, assim como as concepções historicizantes de tempo foram o maior projeto para a história intelectual nos séculos XIX e XX. Essa agenda conduz inexoravelmente a questões que significam, para a história intelectual, seguir a “*global turn*”. Exatamente o que a história intelectual global compreenderia ou mesmo o que o seu objeto-assunto será, está ainda distante de ficar claro, embora debates vigorosos já tenham se iniciado.⁷¹ Se a “*global turn*” é apenas uma extensão lógica da “*international turn*” ou um empreendimento distinto em sua própria razão, resta saber. Com esses horizontes ampliados e com perspectivas atraentes, não é, certamente, prematuro dar boas vindas tanto à “*international*” quanto à “*global*” enquanto “*turns*” para o melhor na história intelectual, conforme elas tem sido para a escrita histórica *tout court*.

⁶⁷ Emma Rothschild, ‘Language and Empire, c. 1800,’ in *Historical Research* 78 (2005), 210; Rothschild, ‘Political Economy,’ in Stedman Jones and Claeys, eds., *The Cambridge History of Nineteenth-Century Political Thought*, 774-76.

⁶⁸ Simon Schaffer e outros, eds., *The Brokered World: Go-Betweens and Global Intelligence, 1780-1820* (Sagamore Beach: Science History Publications, 2009).

⁶⁹ Bose and Manjapra, eds., *Cosmopolitan Thought Zones*; Emma Rothschild, *The Inner Life of Empires: An Eighteenth-Century History* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2011).

⁷⁰ Goto-Jones, ‘The Kyoto School, the Cambridge School, and the History of the Political Philosophy in Wartime Japan,’ 14 (‘historical context does not appear to overlap with spatiocultural context’).

⁷¹ Donald R. Kelley e outros, ‘Intellectual History in a Global Age,’ in *Journal of the History of Ideas* 66 (2005): 143-200; Andrew Sartori, *Bengal in Global Concept History: Culturalism in the Age of Capital* (Chicago: University of Chicago Press, 2008); Antony Black, ‘Toward a Global History of Political Thought,’ in Takashi Shōgimen and Cary J. Nederman, eds., *Western Political Thought in Dialogue with Asia* (Lanham, MD: Lexington Books, 2009), 25-42; Samuel Moyn and Andrew Sartori, eds., *Global Intellectual History* (New York: Columbia University Press, 2013); Shruti Kapila, ‘Global Intellectual History and the Indian Political,’ in this volume.



ARTIGOS - ARTICLES

Para una historia conceptual de lo social

Carlos Illades
División de Ciencias Sociales y Humanidades
Universidad Autónoma Metropolitana
cillades@correo.cua.uam.mx

Como citar este artigo: Illades, Carlos. "Para una historia conceptual de lo social". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 1, nº1, p. 16-25. 2015. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: até agora, a história conceitual tem tomado como objeto de estudo fundamental a linguagem política, deixando de lado o conjunto de significados referentes ao social. Podemos considerar isso como uma consequência da hegemonia do pensamento liberal dentro do discurso público e das repercussões do que ele produziu dentro do campo historiográfico. Ainda que pouco se tenha trabalhado nele, tanto o materialismo cultural – Raymond Williams, Richard Hoggart e E. P. Thompson – como “a história vista de baixo” – Thompson, Eric Hobsbawm, George Rudé, Christopher Hill e Rodney Hilton – oferecem um corpus o suficientemente vasto para recuperar a história conceitual do social.

Palavras-chave: história intelectual – história conceitual – linguagem política – materialismo cultural – história conceitual do social.

For a conceptual history of the social

Abstract: until now, the conceptual history has taken as fundamental subject matter the political language, leaving aside the set of meanings for the social. We can consider this as a result of the hegemony of liberal thought within the public discourse and the repercussions of what he produced in the historiographical field. Although little has worked on it, both cultural materialism - Raymond Williams, Richard Hoggart and EP Thompson - and "history from below" - Thompson, Eric Hobsbawm, George Rudé Christopher Hill and Rodney Hilton - They provide a sufficiently large corpus to recover the concept of social history.

Keywords: Intellectual History - conceptual history - political language - cultural materialism - conceptual history of social.

Hasta ahora, la historia conceptual ha tomado como objeto de estudio fundamental el lenguaje político, dejando de lado el conjunto de significados referidos a lo social. Esto podemos considerarlo una consecuencia de la hegemonía del pensamiento liberal dentro del discurso público y de las repercusiones que ello produjo dentro del campo historiográfico. Los importantes trabajos de Pierre Rosanvallon, sobre Francia, y los de Elías José Palti, acerca de América Latina, en parte influidos por el discípulo de François Furet, constituyen ejemplos relevantes de esta tendencia,¹ si bien en los últimos años Rosanvallon se ocupó en la formulación de la “nueva cuestión social”, esto es, la tensión entre democracia y desigualdad en las sociedades contemporáneas.

Aunque poco se ha trabajado en ello, tanto el materialismo cultural -Raymond Williams, Richard Hoggart y E.P. Thompson -, y la “historia desde abajo” - Thompson, Eric Hobsbawm, George Rudé, Christopher Hill y Rodney Hilton -, ofrecen un corpus lo suficientemente vasto para recuperar la historia conceptual de lo social. Debemos a Williams el mejor registro de ésta a partir de la Revolución industrial. *Culture and society* (1958) expuso cómo adquirieron relevancia las palabras industria, clase, cultura, democracia y arte cuando la maquinización alteró de forma definitiva la reproducción social. O, para emplear las propias categorías del pensador galés, el proceso mediante el cual la revolución dentro de la esfera productiva generó una “estructura de sentimiento” particular donde estos conceptos cobraban sentido dentro de un lenguaje común que rebasaba las fronteras ideológicas y temporales, situando en un mismo horizonte a escritores diversos.² *Keywords* (1978) extendió el análisis a varias decenas de palabras que constituyen el vocabulario básico de la cultura y la sociedad:

de las alrededor de doscientas palabras que escogí por haberlas leído o escuchado en discusiones muy generales con usos que me parecían interesantes o difíciles, seleccioné luego sesenta y escribí un apéndice de *Culture and Society*, que en su texto principal se refería a una serie de escritores y pensadores. Pero cuando terminé ese libro, mi editor me dijo que había que acortarlo: una de las cosas que podían eliminarse era ese apéndice... Durante más de veinte años le hecho agregados: reuní ejemplos, encontré nuevos puntos de análisis, incorporé otras nuevas palabras.³

Culture and Society no fue de fácil asimilación por parte de sus contemporáneos, comenzando por la dificultad de adscribirlo a una disciplina en particular. Lo que para algunos era historia cultural, para otros era “semántica histórica, historia de las ideas, crítica social, historia literaria y sociología”. Es decir, el variado abanico que conformaría a partir de los ochenta, gracias a los pioneros estudios de Williams, el campo de los Estudios culturales; también lo podemos llamar convencionalmente “interdisciplina”. De esto fue plenamente consciente el historiador galés cuando publicó *Keywords*: “el trabajo que registra este libro en un

¹ Pierre Rosanvallon, “La consagración del ciudadano” en *Historia del sufragio universal en Francia* (México: Instituto Mora, 1999); Pierre Rosanvallon, *Por una historia conceptual de lo político* (Buenos Aires: FCE, 2002); Pierre Rosanvallon, “El pueblo inalcanzable” en *Historia de la representación democrática en Francia* (México: Instituto Mora, 2004); Elías José Palti, “La nación como problema” en *Los historiadores y la “cuestión nacional”* (Buenos Aires: FCE, 2002); Elías José Palti, “El tiempo de la política” en *El siglo XIX reconsiderado* (Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2007). Sobre la perspectiva de Rosanvallon puede verse François Dosse, “La marcha de las ideas” en *Historia de los intelectuales, historia intelectual* (Valencia: PUV, 2007), 243-249.

² Raymond Williams, *Cultura y sociedad. De Coleridge a Orwell* (Buenos Aires: Nueva Visión, 2001); María Elisa Cevasco, *Para leer a Raymond Williams* (Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2003), 161.

³ Raymond Williams, *Palabras clave. Un vocabulario de la cultura y la sociedad* (Buenos Aires: Claves, 2000), 18-19.

área donde diversas disciplinas convergen pero en general no se encuentran”.⁴ De ese feliz “desencuentro”, sin embargo, surgió una fructífera problematización acerca del estudio histórico de los conceptos, de la relación indisoluble con sus referentes sociales, el lenguaje corriente que los nombra y de su entrelazamiento en sistemas de pensamiento complejos e ideologías, cuestiones que abordaremos en las siguientes páginas.

ALGUNOS PROBLEMAS

Sin proponer un método, Williams dejó algunos trazos sobre cómo reunir “un vocabulario de la cultura y la sociedad”; otros más podemos entresacarlos de sus escritos. Antes de que se pusiera de moda el “giro lingüístico” entre los historiadores, el pensador galés reivindicó la centralidad del lenguaje en la constitución del mundo social apuntando que aquél no es un simple vehículo de la comunicación, pues es constituyente de la realidad y posee tanto una materialidad práctica como una historicidad específica, ambas eminentemente colectivas. Únicamente “vemos” la realidad cuando empleamos esquemas perceptivos contruidos socialmente, y situados temporal y espacialmente. Asimismo, como comprobó Williams en sus investigaciones, que “sobre muchas de las cuestiones no podía reflexionarse exhaustivamente, y algunas de ellas, creo, no pueden ni siquiera abordarse al menos de que seamos conscientes de las palabras como elementos de los problemas”. En esta dirección, Stedman Jones señaló que “el lenguaje desecha cualquier simple concepto de determinación de la concienciación por el ser social porque él mismo es parte del ser social”.⁵

El lenguaje verbaliza la experiencia y ésta adquiere un significado dentro de la “estructura de sentimiento” dominante en cada época, un todo orgánico pautado a su vez por los grupos sociales más poderosos. Planteamiento semejante a la tesis gramsciana sobre la “hegemonía cultural” de las clases dominantes, las cuales se transforman en dirigentes justamente cuando imponen su concepción del mundo, esto es una ideología, al conjunto de la sociedad.⁶ Emparentado también al materialismo histórico y cultural propuesto por Thompson, quien recordaba a Althusser que

*las personas no sólo viven su propia experiencia bajo la forma de ideas, en el marco del pensamiento y de sus procedimientos... También viven su propia experiencia como sentimiento y elaboran sus sentimientos en las coordenadas de su cultura, en tanto que normas, obligaciones y reciprocidades familiares y de parentesco, valores o - mediante formas más elaboradas - como experiencias artísticas o creencias religiosas.*⁷

El “lenguaje real”, dice Williams, nunca es autónomo y está compuesto por las palabras y secuencias de éstas que determinados hombres y mujeres emplearon al significar sus vivencias colectivas. Esclarecer estos conceptos y las conexiones respectivas articulándolos a la vez con la experiencia de la Revolución industrial es el programa subyacente a *Culture and Society* que, en su tentativa, acompaña a *The Making of the English Working Class* (1963), la obra mayor de Thompson. Mientras el intelectual galés trató de aprehender los significados que permitieron racionalizar la transformación del modo de vida de millares de personas, el historiador oxoniense procuró reconstruir la experiencia histórica que convirtió a la

⁴ *Ibid.*, 18, 21.

⁵ Cevalco, *Para leer a Raymond Williams*, 179, 184; Raymond Williams, *La larga revolución* (Buenos Aires: Nueva Visión, 2003), 58; Williams, *Palabras clave*, 20; Gareth Stedman Jones, *Lenguajes de clase. Estudios sobre la historia de la clase obrera inglesa* (Madrid: Siglo Veintiuno, 1989), 21. Se citan los dos últimos.

⁶ Williams, *La larga revolución*, 70; Hugues Portelli, *Gramsci y el bloque histórico*, 1973, 6ª ed. (México, Siglo Veintiuno: 1979), 18.

⁷ E.P. Thompson, *Miseria de la teoría* (Barcelona: Crítica, 1981), 263. Énfasis propio.

muchedumbre del siglo XVIII en una clase disciplinada en el primer tercio de la centuria siguiente rompiendo, en sus palabras, “con cierta ortodoxia ‘marxista’... que creía que la clase obrera era una creación más o menos espontánea de las nuevas fuerzas productivas y relaciones de producción”.⁸

De ninguna forma el lenguaje pierde para Williams su referencialidad (material e histórica), las prácticas concretas a las que alude. En el caso específico de los vocablos industria, clase, cultura, arte y democracia, el referente histórico es el corte epocal que potenció como ninguno las capacidades productivas de la sociedad humana y, al mismo tiempo, marcó los límites de la civilización según entrevió el primer socialismo. No obstante, este proceso resulta incomprensible sin los conceptos que, vinculados entre sí, lo significan. Y esto vale tanto para los participantes directos de las transformaciones en el mundo del trabajo - la clase obrera estudiada por Thompson- como para los pensadores quienes intentaron captar las grandes transformaciones de la sociedad industrial, la “estructura de sentimiento” objeto de *Culture and Society*. Preguntarse por un orden de prelación carece de sentido, pues uno y otro están implicados recíprocamente, dado que “la conciencia es parte de la realidad y la realidad, parte de la conciencia, en el proceso general de nuestra organización viviente”.⁹ Como tampoco tiene pertinencia afirmar que existe una base económica la cual determina a una superestructura jurídica e ideológica (donde algunos marxistas sitúan al lenguaje), porque esta división simplemente no es tal. Williams y Thompson combatieron esta postura que reducía la complejidad social al punto de despojarla de sus atributos, por lo que quedaron a resguardo de la objeción de White a una eventual historia intelectual marxista:

*Si la historia intelectual toma como objeto especial las ideas, mentalités, los sistemas de pensamiento, los sistemas de valores e ideales de las sociedades particulares del pasado, [y] simplemente trata a éstos como datos que reflejan procesos aún más básicos... entonces la historia intelectual es supletoria en relación con la reconstrucción histórica de estos otros procesos, pues en este caso sólo puede duplicar los relatos proporcionados por los especialistas de estos otros campos de estudio...*¹⁰

Pero rechazar que las ideas sean un simple “reflejo” de la base económica no supone negar el vínculo entre los distintos órdenes de lo real, lo cual complica en lugar de simplificar el análisis de las representaciones lingüísticas, ideológicas o de otra índole. Por el contrario, es más sencillo autonomizar la esfera de las ideas, dejándolas al margen de la totalidad social, preocupación cardinal del materialismo cultural.

Indicados estos “parecidos de familia”, podemos volver a las discretas sugerencias que brinda Williams a los interesados en adentrarse en la historia de las “palabras clave”. Clave – advierte - en dos sentidos: porque son “significativas y vinculantes en ciertas actividades así como en su interpretación”; porque son “significativas e indicativas en ciertas formas de pensamiento”. Prácticas y reflexivas simultáneamente, en la medida en que están imbricadas con la realidad, a la que constituyen y quien las dota de entidad; también, porque no existe una separación tajante entre la cultura popular y la alta cultura, ambas integradas en lo que llama “modo de vida”.¹¹

Ni siquiera el arte escapa a esta naturaleza terrena, a formas comunicativas establecidas socialmente y acotadas por la historia, no obstante que la civilización burguesa lo confinó a una

⁸ E.P. Thompson, *La formación de la clase obrera en Inglaterra*, vol. 1, 1977, 2ª. ed. prólogo de Josep Fontana (Barcelona: Crítica, 1989), 19.

⁹ Williams, *La larga revolución*, 36.

¹⁰ Hayden White, *El contenido de la forma. Narrativa, discurso y representación histórica* (Barcelona, Paidós: 1992), 216.

¹¹ Williams, *Palabras clave*, 19; Williams, *La larga revolución*, 56.

zona de experiencia particular -llámese emoción, belleza, fantasía, imaginación o inconsciente- e impenetrable, si bien en la práctica nunca se limitó a ésta,

*ya que en realidad se extiende desde las actividades cotidianas más corrientes hasta crisis e intensidades excepcionales y utiliza una gama de medios, desde las palabras de la calle y las historias populares comunes hasta extraños sistemas e imágenes que, sin embargo, pudo convertir en propiedad de todos.*¹²

Habitualmente el lenguaje ordinario registra los cambios en el mundo material antes de que los textos escritos dejen constancia de ellos. Por eruditos que sean, los diccionarios suelen llevar ese retraso con respecto del lenguaje oral, lo cual vale especialmente para los términos de uso corriente. De otro lado, cuando se trata de conceptos intelectualmente más elaborados, la fuente de autoridad principal es el lenguaje escrito. Asimismo, la perspectiva que ofrecen estos grandes compendios de la lengua tiene una impronta etimológica y filológica, soslayando la conexión e interacción de los vocablos. Y, en ocasiones, “especialmente en ciertos términos sociales y políticos sensibles, los supuestos de la opinión ortodoxa... se dejan ver o no están muy por debajo de la superficie”. En rigor, al trabajar con estos materiales “implica tener por momentos de lo que puede llamarse la ideología de los compiladores, y me parece que esto, sencillamente, hay que aceptarlo y admitirlo...”¹³

Las limitaciones no son solamente esas; otras más tienen que ver con que palabras importantes han transitado por varias lenguas y, a falta de estudios equivalentes para distintos países, es casi imposible reconstruir la secuencia completa de las variaciones de su significado. No por ello deja de ser fascinante observar los cambios que pudieron registrar los diccionarios: si de suyo los significados primigenios son dignos de atención, “lo más interesante a menudo es su variación ulterior”. Ahora bien, estas mutaciones no son meramente inerciales, ocurren porque los vocablos y su significado están insertos en relaciones reales, a menudo conflictivas, las cuales están en movimiento y sujetos a alteraciones en la medida en que operan dentro de estructuras más amplias y en sistemas sociales específicos formando parte de “los procesos de cambio social e histórico”. Esto no quiere decir que la lengua sea un simple reflejo de estos; antes bien, *Keywords* se propuso mostrar “que algunos procesos sociales e históricos se producen *dentro de ella*, de una manera que indica hasta qué punto son realmente integrales los problemas del significado y las relaciones”. Constantemente surgen nuevas relaciones o cambia la forma de enfocar las ya existentes, de manera tal que “los sentidos anteriores y posteriores coexisten o se convierten en verdaderas alternativas en donde se debaten los problemas de la creencia y de la filiación contemporáneas”.¹⁴

EL PRIMER “RACIMO” DE PALABRAS CLAVE

Industria, arte, cultura, clase y democracia –dijimos- constituyeron el bloque inicial sobre el que comenzó a trabajar Williams, para extenderlo después a otras palabras. La característica esencial de esta primera selección es que sus significados son conexos y todos se modifican sustancialmente en el siglo XVIII, cuando ocurre la Revolución industrial, expresión tomada por cierto de los autores franceses que hicieron la obligada analogía con la revolución de 1789. Industria, arte y cultura se convierten en sustantivos, dejan de ser un atributo humano para transformarse en cosas, en instituciones con vida propia. Clase, en su acepción social, también proviene de ese tiempo señalando en principio la división de la sociedad en clases

¹² Williams, *La larga revolución*, 50.

¹³ Williams, *Palabras clave*, 22.

¹⁴ *Ibid.*, 24, 25, 26. Énfasis propio.

inferiores, medias y superiores, volviéndose más específico el término en las primeras décadas del siglo XIX. La palabra democracia, empleada en la Grecia antigua, irrumpió en el vocabulario político gracias a las revoluciones norteamericana y francesa, aunque con la carga negativa de su asociación con el jacobinismo y el gobierno de las clases bajas.¹⁵

Veamos con detenimiento estos cambios y sus implicaciones para darnos cuenta de la profundidad de su metamorfosis. Comencemos con la palabra latina *industria*. El vocablo aparece en inglés en el siglo XV y es sinónimo de “diligencia”, lo que lo opone a la holgazanería y la torpeza. En el siglo XVI la palabra *industrial* sirvió para distinguir los frutos cultivados o industriales de los naturales. Apuntamos ya que en el siglo XVIII refiere a una institución productiva, significado que quedará plasmado en *La riqueza de las naciones* (1776), de Adam Smith. Para entonces, el sustantivo de alguna manera denota la escisión que en el mundo fabril se operó entre el obrero y la máquina, la separación de éste de los medios de producción y de los beneficios del trabajo, razón por la cual conectará con el concepto de *alienación* en su acepción marxista, esto es, cuando “el trabajador pierde a la vez el producto de su labor y el sentido de su propia actividad productiva, a consecuencia de la expropiación de ambos por el capital”.¹⁶

Arte, del latín *artem*, está identificado en origen con la habilidad o destreza para hacer algo, remontándose su uso en inglés al siglo XIII. Mientras la industria implicaba una *disposición*, en consecuencia una inclinación moral del individuo que lo hacía optar por la diligencia y desdeñar la holgazanería, buscar hacer algo útil, el arte refería a una *capacidad*, por tanto a una virtud que se potenciaba con el trabajo, la disciplina, el estudio y los buenos hábitos. De hecho, eran prácticamente equivalentes el artesano y el artista todavía en el siglo XVI. Es hacia finales del siglo XVIII cuando se asocia a éste con la creación, la imaginación, la inteligencia e incluso con la espontaneidad, añadiéndosele posteriormente el ingrediente de la sensibilidad, en tanto que el artesano se identifica con el trabajo manual calificado y las artes mecánicas; sus objetos con la repetición, la producción en serie y la monotonía. La degradación del trabajo artesanal en la escala de la virtud fue uno de los motores del movimiento obrero francés de la primera mitad del siglo XIX y de la utopía estética de William Morris de finales de siglo. Para el genio de las artes decorativas, el arte tal como existía en la sociedad capitalista debería de desaparecer para resurgir en el socialismo donde la brecha entre las bellas artes y las artesanías, producto de la separación entre las elites ilustradas y las masas ignorantes, quedaría salvada.¹⁷

Cultura, de origen latino, liga con los verbos cultivar, habitar, proteger y honrar (con veneración). Cuando la palabra pasó al inglés en el siglo XV, el significado primordial estaba en la labranza, es decir, la atención al crecimiento natural. Un siglo después el contenido semántico se desplazó al desarrollo humano, perdurando esta acepción hasta principios del siglo XIX. Herder cuestionó la hipotética superioridad de la cultura europea –tan pretenciosa que se asume “universal”– y su imposición en el resto del planeta, a la vez que hizo una innovación capital al hablar de culturas en plural, llamando la atención sobre “las culturas específicas y variables de diferentes naciones y periodos, pero también las culturas específicas y variables de los grupos sociales y económicos dentro de una misma nación”. El romanticismo “desarrolló ampliamente este sentido como una alternativa a la “civilización” ortodoxa y dominante”.¹⁸ Es así que Rousseau quiso convertir a la sociedad en una comunidad ética donde se tratara justa y respetuosamente a los sirvientes y a los trabajadores del campo, se preservara la naturaleza y consumieran mesuradamente sus recursos como los productos del trabajo. Y

¹⁵ Williams, *Cultura y sociedad*, 14-15. En 1794 se registra su uso en Francia. Hannah Arendt, *Sobre la revolución* (Madrid: Alianza, 2004), 159.

¹⁶ Williams, *Palabras clave*, 184, 35.

¹⁷ *Ibid.*, 40-41; William H. Sewell, Jr., *Trabajo y revolución en Francia. El lenguaje del movimiento obrero del antiguo régimen hasta 1848* (Barcelona: Taurus, 1992), 45; E.P. Thompson, *William Morris. De romántico a revolucionario* (Valencia: Edicions Alfons El Magnànim, 1988), 597 y ss.

¹⁸ Williams, *Palabras clave*, 90. Énfasis propio.

Fourier diseñó un programa social para trascender esa calamidad que era la civilización conduciendo racional y productivamente las pasiones humanas, liberando sus pulsiones. La asociación ocuparía entonces el lugar de “la competencia individual, insolidaria, complicadora y arbitraria...”¹⁹

La crisis de la hegemonía cultural de la *gentry* y las manifestaciones plebeyas de descontento, admirablemente tratadas por Thompson, corrieron simultáneamente a la conversión de la palabra cultura en sustantivo independiente que plasma la separación de la “alta cultura” de la “cultura popular”. El paralelo con lo ocurrido con el arte es evidente, cuando relegó a la artesanía a un estrato inferior. La sensibilidad y la inteligencia, de creadores y espectadores, se convirtió en un asunto de pocos, aunque la novela democratizó como ninguna la cultura en el siglo XIX al extenderse la alfabetización a las clases medias y trabajadoras, además de desarrollarse el mercado editorial.²⁰

Del latín *classis*, donde clasificaba a los romanos de acuerdo con los bienes que poseían, *clase* entró al inglés hacia finales del siglo XVI. Su acepción social moderna, que divide a la sociedad de acuerdo con su capacidad económica, corresponde al siglo XVIII, periodo en el cual surgen un conjunto de “singulares colectivos” (nación, historia, revolución, libertad, etcétera), como los llamó Koselleck, que disuelven la diversidad en una forma general.²¹ Fue entonces que comenzó a preocupar a algunas inteligencias agudas el conflicto entre las clases, de “masas que recíprocamente se enfrentan en el mundo” - decía Goethe -, en una constante discordia que Michelet intentaría vanamente solucionar. Esto, pensaba el conde de Saint-Simon, era atribuible a las clases ociosas, improductivas o privilegiadas, razón por la cual los productores de “cosas útiles” eran quienes debían dirigir a la sociedad.²²

El colectivo singular clase - en su vertiente de clase trabajadora - se sustanció en el movimiento obrero moderno el cual, efectivamente, subsumió la diversidad de oficios particulares y de trabajos concretos en un sustantivo y en la noción de trabajo abstracto. Incorporó también una organización (incluso partidaria), una épica histórica y una simbología que reforzaron la identidad que transcendía las fronteras nacionales y el color de la piel. Para continuar con Koselleck, el socialismo fue su “horizonte de expectativa”²³ en el tránsito al siglo XX. La imagen más poderosa desde 1890 continúa siendo el día del trabajo que,

*de hecho, es una fiesta más universal que cualquier otra excepto el 25 de diciembre y el 1 de enero, y ha dejado muy atrás a sus rivales religiosas. Pero surgió de la base. Le dieron forma los propios obreros anónimos que, por medio de ella, se reconocieron a sí mismos como una sola clase, a pesar de las barreras del oficio, de la lengua, incluso de la nacionalidad, cuando decidieron que una vez al año se abstendrían deliberadamente de trabajar: harían caso omiso de la obligación moral, política y económica de trabajar.*²⁴

A diferencia de las otras palabras, *Democracia* proviene del griego y, como todos sabemos, significa “gobierno o poder del pueblo”. No había mayor problema mientras fuera

¹⁹ Jean-Jacques Rousseau, *Julia, o la nueva Eloísa*, prólogo y traducción de Pilar Ruiz Ortega (Madrid: Akal, 2007). 498 y ss.; Charles Fourier, *El nuevo mundo industrial y societario*, prólogo de Michel Butor (México: FCE, 1989), 52.

²⁰ E.P. Thompson, *Costumbres en común* (Barcelona: Crítica, 1995), 49 y ss.; Williams, *Cultura y sociedad*, 43 y ss.

²¹ Williams, *Palabras clave*, 62 y ss.; Reinhart Koselleck, *historia/Historia*, traducción e introducción de Antonio Gómez Ramos (Madrid: Trotta, 2004), 38.

²² Johann Wolfgang von Goethe, *Las afinidades electivas*, edición, traducción e introducción de Manuel José González y Marisa Barreno (Madrid: Cátedra, 2000), 110; Jules Michelet, *El pueblo* (México: FCE, 2005), 33 y ss.; Ghita Ionescu (ed.), *El pensamiento político de Saint-Simon* (México: FCE, 1983), 118.

²³ Reinhart Koselleck, *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos* (Barcelona: Paidós, 1993), 83.

²⁴ Eric J. Hobsbawm, *Gente poco corriente. Resistencia, rebelión y jazz* (Barcelona: Crítica, 1999), 147. Énfasis propio.

claro qué era el gobierno y quién era el pueblo. Con la Revolución francesa - apunta Arendt - “por primera vez el vocablo [pueblo] abarcó no sólo a quienes no participaban en el gobierno, es decir, no sólo a los ciudadanos, sino al pueblo bajo”. De hecho, como la acepción corriente identificaba a la democracia con el gobierno de la gente común,

la palabra fue hasta el siglo XIX un término fuertemente desfavorable, y recién entre fines de este siglo y principios del siglo XX una mayoría de partidos y corrientes políticas se unieron en una declaración de fe en la democracia. Éste - dice Williams - es el hecho histórico más sorprendente.

Como también lo es que actualmente se asimile la democracia al liberalismo pues, en rigor - señala Bobbio - “un Estado liberal no es por fuerza democrático: más aún, históricamente se realiza en sociedades en las cuales la participación en el gobierno está muy restringida, limitada a las clases pudientes”. En este sentido, el relato de la formación de la clase obrera inglesa, realizado por Thompson, comienza justamente cuando artesanos de distintos oficios se dan cuenta de que, a pesar de ser la mayoría de la sociedad, carecían de la representación política monopolizada por los propietarios: comandados por un zapatero, esos “innumerables miembros” formarían en 1792 la Sociedad de Correspondencia de Londres. De igual forma - señala Stedman Jones -, la fuerza del movimiento cartista “residió en su identificación del poder como fuente de la opresión social y en su capacidad de concentrar en un objetivo común el descontento de las clases obreras sin representación”.²⁵

LAS PALABRAS CLAVE DE HOY

Sería difícil señalar cuáles son las palabras clave de la época actual y, de igual forma, escoger unas pocas que pudieran esbozar la estructura de sentimiento de la posmodernidad, o lógica cultural del capitalismo tardío - como la nombra Jameson - la cual domina el universo de nuestras representaciones.²⁶ ¿Capitalismo, globalización, democracia, violencia, alienación, ecología, individuo, ciencia, comunidad, crisis, masas, trabajo, imagen, delincuencia, riqueza, desempleo?

A riesgo de hacer una selección arbitraria, o más bien con la certeza de que será así, tomaremos tres que pertenecen al ámbito social (capitalismo, violencia y desempleo) y son sin duda apropiadas, aunque insuficientes, para adentrarnos en el tiempo presente que parece cerrar la etapa histórica iniciada con la Revolución industrial, la cual autores como Lyotard han llamado “sociedad del conocimiento o sociedad posindustrial”.²⁷

La palabra *capitalismo* apareció en inglés a principios del siglo XIX y, poco después, se incorporó al francés y al alemán. Los usos divergieron por lo general en considerarlo exclusivamente como un sistema económico o, a la vez que eso, como una formación histórica. De acuerdo con la primera acepción - nos recuerda Dobb -

se identifica con el sistema de iniciativa individual absolutamente libre: un sistema en que las relaciones económicas y sociales se reglan por contrato; en que los hombres se comportan como

²⁵ Arendt, *Sobre la revolución*, 99; Williams, *Palabras clave*, 95; Norberto Bobbio, *Liberalismo y democracia* (México: FCE, 1989), 7; Thompson, *La formación de la clase obrera en Inglaterra*, vol. 1, 6 y ss.; Stedman Jones, *Lenguajes de clase*, 157.

²⁶ Fredric Jameson, *El giro cultural. Escritos seleccionados sobre el posmodernismo 1983-1998*, prólogo de Perry Anderson (Buenos Aires: Manantial, 1999), 57.

²⁷ Perry Anderson, *Los orígenes de la posmodernidad* (Barcelona: Anagrama, 2000), 38.

agentes libres en la búsqueda de su sustento y en que no hay compulsiones ni restricciones legales.

En el sentido de formación histórica, Marx lo caracterizó como un “modo de producción” fundamentado en la propiedad privada del capital y la explotación del trabajo; mientras Sombart y Weber lo vieron como la encarnación del “espíritu burgués”, una síntesis venturosa de aventura, cálculo y racionalidad. Identificado en principio con la libre competencia, a la vuelta del siglo XX el capitalismo se manifestaba más bien bajo la forma de monopolios, tendencia que se profundizó con la concentración de capital que exigía la industria pesada de la segunda Revolución industrial (carbón, hierro; hidrocarburos, más adelante). En la tercera, pasaría a las industrias flexibles de las altas tecnologías (nanotecnología, cibernética, biotecnología). Actualmente, incluso, se separó de su geografía productiva, radicándose en el intangible mundo financiero.²⁸

Violencia proviene del latín *violentia*, que significaba “vehemencia”, “ímpetuosidad”. Adoptada por el inglés, desde finales del siglo XIII denotó “fuerza física”. Contra las autocracias, los revolucionarios del siglo XIX consideraron legítimo recurrir a ella, pero con la expansión de los sistemas democráticos la “violencia política” generó rechazo dentro de la opinión pública. En su sentido contemporáneo, para deslindar este empleo de la fuerza de acuerdo con quienes lo realizan, habitualmente se habla de violencia cuando se trata de entidades distintas del Estado - el que posee el monopolio legítimo de su uso, de acuerdo con Weber- y simplemente de fuerza, si éste es quien la emplea. De cualquier manera, para sus críticos, como la principal fuente de violencia es el poder, no deja de tratarse del “derecho a ejercer la violencia”.²⁹ Sin embargo, tanto la multiplicación de las fuentes de la violencia en la época actual - la guerra en todas sus formas, el despojo de comunidades enteras, la relocalización de las empresas dejando sin trabajo a miles de personas, la discriminación - como de poderes ya no necesariamente estatales - pensemos en las organizaciones criminales o en los grupos paramilitares -, pero no por eso enteramente desligadas del Estado, introducen nuevas dificultades para su conceptualización.

El término *desocupación* designó desde el siglo XVI en Inglaterra a cosas que no se les daba ningún uso y, en la centuria siguiente, se extendió a personas vagabundas y ociosas. La economía política clásica asimiló el trabajo asalariado al empleo y, en su crítica de ésta, Marx consideró que la economía capitalista creaba un “ejército industrial de reserva”, esto es, de trabajadores desocupados y disponibles, para pagar salarios bajos y abaratar los costes de producción. Todavía a finales del siglo xx mantenía vigencia la asociación del trabajo con el empleo, pues, quienes hablaban del “fin del trabajo”, aludían al mismo tiempo al desempleo provocado por el desplazamiento de la mano de obra por las máquinas, característica de una nueva civilización “en la que sólo una pequeña parte de la población encontrará funciones”.³⁰

Por tanto, el desempleo es uno de los problemas medulares de la sociedad contemporánea donde un amplio segmento de la fuerza laboral se alterna entre el trabajo precario y el paro, por lo que algunos hablan de la emergencia de una “clase trabajadora informal” la cual crece aceleradamente en las grandes concentraciones urbanas del planeta.³¹ Este fenómeno, aunado a la declinación de la clase obrera industrial y del campesinado,

²⁸ Maurice Dobb, *Estudios sobre el desarrollo del capitalismo*, 1971, 9ª ed. (México: Siglo Veintiuno, 1977), 17-18; Jameson, *El giro cultural*, 188. Se cita el primero.

²⁹ Williams, *Palabras clave*, 324-325; Bolívar Echeverría, *Valor de uso y utopía* (México: Siglo Veintiuno, 1998), 95; Étienne Balibar, *Violencias, identidades y civilidad. Para una cultura política global* (Barcelona: Gedisa, 2005), 210.

³⁰ Williams, *Palabras clave*, 101; Fernando Díez, *El trabajo transfigurado. Los discursos del trabajo en la primera mitad de siglo XIX* (Valencia: PUV, 2005), 25; Jeremy Rifkin, *El fin del trabajo* (México: Paidós, 1994), 33; Viviane Forrester, *El horror económico* (México: FCE, 1997), 35. Se cita éste.

³¹ Mike Davis, *Planeta de ciudades miseria* (Madrid: Foca, 2007), 237.

constituyen dos de las transformaciones más dramáticas de los últimos cincuenta años, puntos de inflexión dentro del proceso histórico global.

Si bien los fenómenos enunciados por estos tres vocablos vienen de antaño, lo cierto es que ahora se presentan de manera más cruda y con mayor recurrencia que en el pasado; la tecnología los potenció a una magnitud sin precedente aunque, al mismo tiempo, los hemos naturalizado a tal grado que la violencia no provoca ya horror, aunque ocasionalmente el desempleo suscita la indignación moral experimentada por los modernos. No obstante las mutaciones sufridas por el capitalismo en los últimos trescientos años, y el evidente declive de la clase obrera fabril, el sujeto social que de acuerdo con el marxismo sería quien lo enterraría, nadie duda que estemos todavía dentro de aquél, e incluso que vivimos dentro de un “capitalismo salvaje” o desregulado, que depreda tanto los derechos ganados históricamente por el trabajo como el medio ambiente, coloniza los últimos reductos que le faltaban -la naturaleza y el inconsciente- y no le cuesta ningún esfuerzo avenirse con la delincuencia, como muestra la asombrosa expansión del crimen organizado durante la era neoliberal, servirse de formas actualizadas de trabajo coactivo o explotar el trabajo infantil. Es más - señala Eagleton - el capitalismo actual “requiere un ser humano que todavía no ha existido: un ser humano que sea prudentemente sobrio en la oficina y salvajemente anárquico en el centro comercial”.³²

³² Terry Eagleton, *Después de la teoría* (Barcelona: Debate, 2005), 40.



ARTIGOS - ARTICLES

Três tipos de histórias contrafactuais

Osvaldo Pessoa Jr.
Departamento de Filosofia
Universidade de São Paulo
opessoa@usp.br

Como citar este artigo: Pessoa Jr., Osvaldo. “Três tipos de histórias contrafactuais”. *Intelligere, Revista de História Intelectual* vol. 1, nº1, p. 26-33. 2015. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: O artigo inicia-se com uma descrição da abordagem dos modelos causais em história da ciência, discutindo a postulação de histórias contrafactuais na ciência. A seguir, caracterizam-se três tipos diferentes de análises contrafactuais que podem ser feitas em ciências históricas, todas favorecidas pela avaliação retrospectiva. A história econômica e tecnológica é caracterizada pela sua razoável previsibilidade; a história da ciência e da matemática pela sua objetividade; e a terceira classe, que engloba a “história virtual” e a evolução biológica, pela sua vasta amplitude de possibilidades futuras.

Palavras-chave: modelos causais - avanços científicos - força causal - história contrafactual - história econômica - Robert William Fogel - história virtual - evolução biológica.

Three types of Counterfactual History

Abstract: The paper starts out by presenting the approach to the history of science based on causal models, discussing the postulation of counterfactual histories of science. Three different types of counterfactual analyses may be done in the historical sciences, all of which have the benefit of hindsight. Economic history and history of technology are characterized by their reasonable predictability; history of science and mathematics by their objectivity; and the third class, which includes “virtual history” and biological evolution, because of its vast scope of future possibilities.

Keywords: causal models - scientific advance - causal strength - counterfactual history - economic history - Robert William Fogel - virtual history - biological evolution.

Modelos causais em história da ciência

Na década de 1970, amadureceu um projeto de se fazer certa “ciência da ciência”, em que os dados empíricos viriam do trabalho de historiadores da ciência, e a parte teórica se originaria das “metateorias” de dinâmica científica de filósofos como Kuhn, Lakatos e Laudan. No entanto, esse projeto fracassou,¹ em parte devido à dificuldade de se testarem as diferentes metateorias de maneira objetiva (a melhor tentativa foi a de Donovan, Laudan & Laudan).² Uma possível solução para esse impasse seria o uso da computação para armazenar informações históricas e rodar programas que pudessem testar as diferentes teses metateóricas. Mas como representar informação histórica em linguagem computacional?

Uma abordagem simples seria ler a narrativa de um historiador da ciência e representar seus aspectos mais salientes. Consideremos, por exemplo, o seguinte trecho:

*A resolução desses problemas foi muito facilitada quando Robert Bunsen, em meados da década de 1850, introduziu uma lâmpada que fornecia uma chama quente de baixa luminosidade intrínseca; com esse “bico de Bunsen”, espectros de chama podiam ser observados contra um fundo com um mínimo de contaminantes, e a análise espectral foi assim geralmente facilitada. Em particular, William Swan, usando o bico de Bunsen, pôde mostrar convincentemente em 1856 que as fortes linhas D podiam ser atribuídas ao sódio, sendo que a presença generalizada destas linhas é devido à contaminação geral com pequenas quantidades deste elemento. Foi contra esse pano de fundo que Bunsen e Kirchhoff levaram adiante suas pesquisas colaborativas em 1859-1860.*³

O autor escreve sobre certos *problemas*, que estimularam a construção de um *instrumento*, que foi importante para a confirmação de uma *hipótese* (que as fortes linhas D são devidas ao sódio), que por sua vez foi importante para as *descobertas* de Bunsen e Kirchhoff. O historiador escreve sobre problemas, instrumentos, descobertas, ideias, teorias, leis etc., e cada um desses avanços é mais ou menos relevante para o aparecimento e confirmação de outros avanços científicos. Destaquemos então tais “unidades de conhecimento científico” e representemos cada uma delas em nossa base de informação. Diversos nomes têm sido dados a essas unidades (contribuições, realizações, manifestações, novidades, memes cognitivos), mas adotaremos uma forma mais curta, “avanços”, mesmo que estes possam não ser uma contribuição positiva para o progresso da ciência.⁴ Um avanço é qualquer conhecimento científico que é passado explicitamente ou tacitamente entre cientistas. O protótipo de um avanço é uma ideia, mas há outros tipos de avanços teóricos, como explicações, leis, problemas, desenvolvimento de teoria, assim como avanços experimentais, como dados, experimentos e instrumentos. Outros tipos de avanços incluem a comparação entre teoria e experimento, teses metodológicas, afirmações metafísicas, projetos, conhecimento tácito e até manifestações culturais (quando são relevantes para a atividade científica).

Uma segunda característica do discurso do historiador é que os avanços são conectados de certas maneiras: eles influenciam o aparecimento de outros avanços, e também afetam o grau de aceitação de outros avanços. Tal conexão é por vezes tomada como sendo uma relação lógica, e muitas vezes é o raciocínio lógico do cientista que o leva a novos avanços. Mas os avanços se influenciam mutuamente de maneiras mais gerais, e tomaremos tal influência como

¹ Pessoa Jr., “Unidades de conhecimento na teoria da ciência” em *Philosophos*, [vol.] 9 (2004): 207-24.

² A. Donovan; L. Laudan & R. Laudan (orgs.), *Scrutinizing science: empirical studies of scientific change* (Dordrecht: Kluwer, 1988).

³ D. M. Siegel, “Balfour Stewart and Gustav Robert Kirchhoff: two independent approaches to Kirchhoff’s radiation law”, *Isis* [vol.] 67: 568-9.

⁴ Pessoa Jr., “Unidades de conhecimento na teoria da ciência”, 2004.

sendo *causal*. A construção do bico de Bunsen foi essencial para a descoberta de Swan de que as linhas D provêm do sódio; em outras palavras, sem o bico de Bunsen, Swan não teria confirmado aquela debatida hipótese. Assim, o bico de Bunsen pode ser considerado uma “causa” da descoberta de Swan, no sentido expresso pela chamada definição contrafactual de causalidade. Essa definição foi dada em uma passagem isolada de Hume,⁵ para o caso de uma condição necessária: “Ou em outras palavras, *quando, não existindo o primeiro objeto, jamais existiria o segundo*”.

Relações causais em sistemas sociais são sempre complicadas, e dificilmente se pode isolar uma condição necessária e suficiente. Assim, uma causa é melhor concebida como uma “condição INUS”,⁶ o que equivale a dizer, em nosso exemplo, que muitas outras causas agiram concomitantemente com o bico de Bunsen para levar Swan à sua descoberta, e que provavelmente um outro conjunto suficiente de condições (não incluindo o bico de Bunsen) poderia ter levado à sua descoberta. Outro enfraquecimento dessas relações causais é que um conjunto de condições enseja apenas um aumento da *probabilidade* de que um cientista chegará a certo avanço em certo intervalo de tempo. O número imenso de influências causais que agem ao acaso em um cientista, mas que não podem ser descritos pelo modelo, são considerados “ruído” ou flutuações aleatórias, cuja dispersão pode ser incorporada em funções de distribuição probabilística.⁷

Uma terceira característica da presente descrição da ciência é a “força causal” de um avanço, ou a potencialidade de um avanço influir no aparecimento de outros avanços (mediado, é claro, pelos cérebros e mãos dos cientistas). Esta força causal geralmente varia com o tempo. Um avanço teórico pode surgir como uma simples consideração de uma ideia, depois se tornar uma proposta de hipótese, posteriormente ser defendida explicitamente, em seguida ser considerada plausível, após o qual ganhar bastante evidência favorável, depois apoio intenso, até adquirir larga aceitação. Esses estágios podem ser considerados “graus de aceitação” de uma hipótese, e a força causal de uma ideia cresce à medida que aumenta sua aceitação.

Uma hipótese pode também receber apoio negativo, em diferentes graus, e isso afeta a sua força causal, que pode ser anulada, e pode levar ao abandono de outros avanços anteriormente aceitos.

Considerações semelhantes podem ser aplicadas para um avanço experimental, como um instrumento. Um instrumento pode ser construído com base em um novo princípio, mas de início seu desempenho pode ser ruim, depois sua resolução (ou outra medida de qualidade) pode melhorar, levando a um aumento do uso do instrumento. A noção de força causal (a capacidade de um avanço levar ao surgimento de outros avanços) também se aplica nesta situação. Mas, para um instrumento, a força causal depende não só do grau com que ele é usado ou vendido (o que é análogo ao grau de aceitação de uma ideia), mas também em suas medidas de qualidade: uma melhor resolução experimental permite dados mais precisos, o que aumenta a possibilidade de se descobrir novos avanços (fenômenos ou leis).

Levando em conta a força causal de um avanço, pode-se perguntar o que leva a uma alteração no grau de aceitação de uma ideia ou na qualidade de um instrumento. Geralmente é o surgimento de outros avanços, ou uma alteração na força dos avanços conectados ao avanço

⁵ D. Hume, *Investigação sobre o entendimento humano*, trad. L. Vallandro, (São Paulo: Abril Cultural, 1980 [1748]), Os Pensadores, 2ª ed., seção VII, 166.

⁶ J. L. Mackie, “Causes and conditions”, *American Philosophical Quarterly*, [vol.] 2 (1965): 245-64.

⁷ Pessoa Jr., “Modelos causais em história da ciência”, *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, [vol.] 9 (2006): 383-95.

em questão. Ou seja, avanços não só causam o aparecimento de outros avanços, mas também causam alterações nas forças causais destes outros avanços.⁸

Histórias contrafactuais da ciência

Extraímos do discurso do historiador um modelo da ciência em que avanços são ligados por relações causais probabilistas. Ao definir a causalidade em termos contrafactuais, introduzimos automaticamente a controvertida noção de história “contrafactual” ou “virtual”. Uma situação contrafactual é uma situação possível que não aconteceu. Será que é necessário introduzir possibilidades contrafactuais na descrição causal da história? Pode-se sempre escolher evitar enunciados contrafactuais. Porém, se o relato faz menção a causas históricas, pode-se argumentar que este enunciado causal equivale à postulação de um cenário contrafactual. Por exemplo, se alguém afirmar que a causa principal do declínio da ciência na França, em torno de 1830, foi a sua estrutura organizacional centralizada, então ele estará implicitamente afirmando que se tal estrutura *tivesse sido* transformada em uma estrutura mais descentralizada, como nos países germânicos, então a ciência francesa *teria* prosperado melhor.

Em suma, cenários contrafactuais na história são sempre especulativos, mas o mesmo ocorre para a postulação de causas. Nas ciências duras, uma afirmação causal pode ser testada ao se explorarem diferentes resultados de um experimento, para cada valor dos parâmetros controlados pelo cientista. Esses experimentos mapeiam as possibilidades de resultados da situação experimental, de forma que se pode dizer que as histórias possíveis (que descrevem os resultados dos experimentos) são todas *factuais*, e que a “história” da situação experimental repete-se muitas vezes. No caso da história social, repetições de conjuntos de condições relevantes são bastante raras, de forma que atribuições de causas são difíceis de serem testadas, permanecendo especulativas, assim como as afirmações contrafactuais.

No caso da história da ciência, repetições de condições relevantes não são tão raras, e levam às chamadas “descobertas independentes”. Em nosso estudo de modelos causais, as descobertas independentes são especialmente interessantes, pois correspondem a dois (ou mais) caminhos possíveis que são *factuais* (não contrafactuais). “Quase descobertas” são também interessantes, como no caso de Thomas Melvill, pioneiro da análise química com chamadas, em 1852, mas que morreu no ano seguinte com 27 anos de idade. O historiador da ciência Harry Woolf⁹ comentou que Melvill “estava claramente no caminho de uma descoberta importante na ciência”, o que incluiria a descoberta das linhas escuras no espectro solar. Tal avanço poderia assim ter ocorrido em torno de 1760, num cenário contrafactual, quatro décadas antes de sua descoberta em nosso mundo factual (que ocorreu em 1802, com Wollaston, e independentemente com Fraunhofer, em 1814).

Ao se trabalhar com modelos causais, pode-se escolher incluir tais informações contrafactuais ou não. É altamente provável que se Melvill não tivesse morrido, ele teria chegado ao mencionado avanço. No entanto, há um problema em se incluir informação do tipo “se não tivesse morrido” no banco de dados históricos do modelo causal: pois se poderia incluir igualmente informação do tipo “se tivesse morrido”. No exemplo apresentado, poderia também ter acontecido que o jovem Fraunhofer tivesse morrido quando a oficina de vidraçaria na qual trabalhava desmoronou em 1801. Se quisermos manter a história *factual* como a média do conjunto de mundos possíveis considerados (o que seria a nossa melhor estimativa, em termos estatísticos), então cenários contrafactuais deveriam ser introduzidos em pares

⁸ Pessoa Jr., “The causal strength of scientific advances” em *Brazilian studies in the history and philosophy of science*, A.A.P. Videira & D. Krause (orgs.), *Boston Studies in the Philosophy of Science*, vol. 290 (New York: Springer, 2011), 223-31.

⁹ Woolf, H. (1964). “The beginnings of astronomical spectroscopy” em *L'aventure de la science – mélanges Alexandre Koyré*, I.B. Cohen & R. Taton (orgs.) (Paris: Hermann, 1964), vol. 1, 628.

balanceados - como o par “se tivesse morrido” e “se não tivesse morrido” (isso *não* foi feito em Pessoa Jr.).¹⁰

Os seres humanos possuem uma intuição muito boa para imaginar situações contrafactuais,¹¹ assim como para imaginar causas, o que está ligado ao valor adaptativo, na evolução biológica, de se prever o futuro. Historiadores da ciência muitas vezes tecem afirmações contrafactuais, geralmente de maneira marginal, mas recentemente mais atenção tem sido dada a afirmações contrafactuais na história da ciência.¹²

Assumindo uma visão objetivista da ciência, é natural supor que certos avanços surgem inevitavelmente, como a tese de que o DNA é uma dupla hélice. Argumentaremos na seção seguinte que é isso que permite que se possam postular, de maneira plausível, histórias contrafactuais da ciência.

As histórias contrafactuais que são exploradas na presente abordagem são muito próximas da história factual, e boa parte da pesquisa investiga as consequências de atrasos ou antecipações de um avanço. Nas diversas histórias possíveis que são postuladas, cada avanço mantém sua identidade, ou seja, desprezamos as mudanças de significado ocasionadas por diferentes contextos; o que muda de história possível para história possível (dentre as que consideramos) é principalmente a ordem em que os avanços aparecem, ou seja, seu caminho causal.

Um cenário contrafactual é uma situação possível que de fato não aconteceu. Mas o que seria uma situação “possível”? Para nossos propósitos, não seria toda classe de possibilidades lógicas, conforme é considerado na metafísica de mundos possíveis, mas sim um subconjunto desta classe, que às vezes é chamado de “possibilidades temporais” (ou possibilidades “causais”). Partimos da hipótese de que o futuro é “aberto”, e de que diferentes possibilidades futuras são parcialmente dependentes de nossas escolhas e de eventos aleatórios no mundo físico. (Se o universo for estritamente determinista, então haveria somente um cenário temporalmente possível para o futuro, e somente uma história possível.)

Aceito isso, podemos definir um cenário possível como *uma possibilidade futura em algum instante t_0 do passado*. De acordo com esta definição, uma história contrafactual deve ser definida em relação a um tempo de ramificação t_0 no passado (o instante em que a situação contrafactual se “ramificou” da história factual). A probabilidade atribuída a um estado de coisas contrafactual geralmente muda de acordo com o tempo de ramificação escolhido.

Pode-se perguntar se seria causalmente possível que bactérias fossem descobertas na Terra sem o uso de microscópios ópticos. Suponha que não houvesse nenhuma maneira de produzir vidro na Terra; então, seria plausível especular que as bactérias teriam sido descobertas de outra maneira, através de outro caminho que não envolvesse microscópios ópticos. Porém, não há nenhum instante t_0 no passado a partir do qual um mundo possível sem vidro pudesse se ramificar (a não ser, talvez, se voltássemos a um instante muito próximo do *Big Bang*). Portanto, tal cenário não é “causalmente” possível, apesar de ser fisicamente possível (no sentido de que não viola nenhuma lei física) e logicamente possível.

¹⁰ Pessoa Jr., “Descobertas independentes por caminhos diferentes: o caso da lei da reversão espectral (1848-59)” em *Filosofia e história da ciência no cone sul. Seleção de trabalhos do 5º encontro*, R. A. Martins e outros (orgs.) (Campinas: Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul, 2008), 347-56.

¹¹ N.J. Roese & J.M. Olson (orgs.), *What might have been: the social psychology of counterfactual thinking* (Mahwah NJ: Erlbaum, 1995).

¹² G. Radick, G., “Introduction: Why what if?”, *Isis*, [vol.] 99 (2008): 547-51.

A noção de uma “árvore de histórias possíveis” é útil na filosofia da ciência também para esclarecer diferentes concepções de progresso científico, como a mais tradicional convergência para a verdade (Popper, etc.) e a mais relativista concepção de seleção da teoria mais apta (Kuhn).¹³

Cenários contrafactuais em diferentes campos

Há pelo menos três tipos diferentes de análises contrafactuais que podem ser feitas em ciências históricas. A mais consagrada vem da área de história econômica, iniciando-se com o trabalho de Robert William Fogel¹⁴ sobre ferrovias e o crescimento econômico dos Estados Unidos no século XIX. Havia uma concepção tradicional de que as ferrovias teriam sido indispensáveis para o progresso norte-americano no séc. XIX, ou seja, que elas teriam sido causa necessária para este progresso. Fogel examinou esta tese, calculando minuciosamente os custos e a eficiência de alternativas, e concluiu que se a tecnologia ferroviária não estivesse disponível na época, haveria uma alternativa igualmente eficiente que seria o transporte por hidrovias. Segundo seus cálculos, o produto interno bruto de fato atingido nos Estados Unidos com ferrovias em 1^a de janeiro de 1890 teria sido atingido *sem* ferrovias (mas com hidrovias) apenas três meses depois! A opção por hidrovias aproveitaria os rios e lagos navegáveis, os canais já construídos, e requeria a construção de vários novos canais. A industrialização acabaria sendo mais estimulada em regiões diferentes das que de fato foram estimuladas em nosso mundo atual.

O que permite que se façam cálculos econômicos sobre cenários contrafactuais é a possibilidade de se fazerem previsões quantitativas razoavelmente precisas sobre o futuro. Por exemplo, o governo pode abrir hoje uma licitação em busca de uma alternativa energética, e diferentes projetos de engenharia poderão ser apresentados, cada qual com um cenário possível para o futuro. Depois que um deles é escolhido e implementado, os projetos não concretizados terão se tornado histórias contrafactuais (dado que foram possibilidades futuras em um instante passado). A avaliação retrospectiva que fazemos hoje de um projeto escrito em um instante t_0 do passado permite também uma melhor avaliação do correspondente cenário contrafactual do que a avaliação que se tinha do cenário futuro em t_0 , já que hoje conhecemos o desenrolar factual da conjuntura mundial desde então.

Esses dois elementos, *previsibilidade* e *avaliação retrospectiva*, tornam bastante plausível a avaliação contrafactual na história econômica e tecnológica.

Um segundo tipo de análise contrafactual é feito na história da ciência e da matemática. Aqui, a postulação de cenários contrafactuais é menos precisa do que na história econômica, pois não temos como prever o futuro da ciência, ao contrário do relativo controle que se tem na engenharia, tecnologia e economia. No caso da ciência, podemos talvez prever aspectos ligados à política científica e tecnológica, mas não podemos prever quais novas descobertas serão feitas.

Há, porém, uma característica distintiva no desenvolvimento da ciência e da matemática, que é sua *objetividade*. De maneira simplificada, a ciência natural é uma tentativa de espelhar a realidade, e tal realidade (que é invariante através de mundos possíveis) restringe o aparecimento de avanços científicos. Em termos mais gerais, sem este comprometimento com o realismo científico (mas apenas com a objetividade), podemos dizer que há “atratores” na

¹³ Pessoa Jr., “Scientific progress as expressed by tree diagrams of possible histories” em *Anais do V simpósio internacional Principia*, C.A. Mortari & L.H.A. Dutra (orgs.) (Florianópolis: Núcleo de Estudos da Linguagem – Universidade Federal de Santa Catarina, 2009), 114-22.

¹⁴ R. W. Fogel, *Railroads and American economic growth* (Baltimore: Johns Hopkins Press, 1964).

ciência, matemática e tecnologia (sejam esses atratores a realidade natural, a consistência da teoria, categorias subjetivas, determinações materiais, ou o que quer que seja) que restringem a formulação dessas disciplinas. Em quase todos os mundos causalmente possíveis, ramificando digamos após o ano de 1800, os cientistas teriam descoberto que a molécula responsável pela hereditariedade tem a estrutura de uma dupla hélice, então nesse sentido há um atrator comum agindo nessas possíveis histórias da ciência.

Com a vantagem que temos hoje de poder fazer uma análise retrospectiva do passado, sabemos (em larga medida) o que os cientistas do passado estavam próximos de descobrir. Isso permite que imaginemos que consequências teriam pequenas modificações nas circunstâncias e escolhas envolvendo os cientistas. Podemos conjecturar quais poderiam ter sido os diferentes caminhos que levaram a uma descoberta, como a quantização de energia, examinada em Pessoa Jr.¹⁵ Podemos investigar que consequências teriam surgido se um avanço aparecesse antes ou depois da época em que de fato apareceu.

Mas qual seria a utilidade de se postularem histórias contrafactuais da ciência, de gerá-las com o auxílio de um computador? Mesmo sem a postulação de cenários contrafactuais, muito poderia ser feito com modelos causais detalhados, como testar diferentes teses metateóricas (tal testabilidade não seria aquela das ciências duras, mas das ciências humanas). Mas se pudéssemos gerar cenários contrafactuais que fossem plausíveis para a intuição do historiador, isso indicaria que a teoria da ciência por trás desses modelos é bem construída, e este seria o fim último do presente projeto: contribuir para uma teoria da ciência plausível e testável.

Um terceiro tipo de análise contrafactual ocorre na história social, política e cultural, na abordagem conhecida como “história virtual”. Aqui, porém, as restrições são muito mais fracas do que nos dois tipos anteriores: aqui não há uma racionalidade econômica que permita prever com algum detalhe as escolhas coletivas dos agentes, e nem um atrator forte como na ciência, matemática e tecnologia. Por exemplo, o que teria acontecido se o tiro que matou John F. Kennedy tivesse errado? Nosso conhecimento do comportamento humano nos diria, com segurança, que ele teria imediatamente se escondido e deixado Houston, mas e depois? O número de cenários possíveis aumenta imensamente. Alguns eventos, como a eleição presidencial de 1964, pareceriam previsíveis: neste cenário contrafactual, Kennedy teria uma alta probabilidade de ser reeleito. Mas, depois disso, os Estados Unidos teriam permanecido na Guerra do Vietnã? Muitos historiadores opinaram sobre esta questão, mas um consenso não foi atingido.¹⁶ O melhor que se poderia fazer é atribuir uma probabilidade em torno de 1/2 para cada alternativa, mas isso não seria muito útil, pois eventos subsequentes também seriam imprevisíveis.

Mais poderia ser dito sobre a história virtual, mas consideremos um último caso de raciocínio contrafactual, que surge na biologia evolutiva. Biólogos como Stephen Jay Gould,¹⁷ Stuart Kauffman e Richard Dawkins¹⁸ examinaram a questão de como poderia transcorrer a evolução biológica na Terra se se voltasse a “fita da evolução” até um instante do passado, e variações aleatórias fizessem os seres vivos evoluir em diferentes direções. O consenso é que as espécies que apareceriam na Terra seriam bem diferentes das atuais, e que o que definimos como a espécie humana não apareceria para ramificações em tempos anteriores a alguns

¹⁵ Pessoa Jr., “Histórias contrafactuais: o surgimento da física quântica”, *Estudos Avançados* [vol.] 14, 39, (2000): 175-204.

¹⁶ D. Kunz, “Camelot continued: What if John F. Kennedy had lived?” em *Virtual history*, N. Ferguson (org.) (London: Picador, 1997), 368-91.

¹⁷ S.J. Gould, *Wonderful Life* (New York: W.W. Norton, 1989), cap. 5.

¹⁸ R. Dawkins, *The ancestor's tale*. (London: Weidenfeld & Nicolson, 2004), 482-93.

milhões de anos atrás. O paleontólogo Dale Russell e o geólogo S. Conway Morris especularam sobre o que poderia ter acontecido se um grande meteoro não tivesse caído na Terra há 65 milhões de anos atrás, extinguindo os dinossauros. Talvez um descendente do troodonte se tornasse tão inteligente quanto somos no mundo atual, e a esta altura estaria fazendo filosofia da ciência! Notemos neste caso, porém, que apesar da grande divergência que há na variação biológica (mesmo que sujeita a restrições), é razoável supor que seres inteligentes eventualmente habitariam a Terra, o que é um exemplo de evolução “convergente”. Pode-se dizer que nichos ambientais agem como atratores para o desenvolvimento de estruturas biológicas, ou “tipos ecológicos”. A postulação de histórias evolutivas contrafactuais dependeria de conhecimento sobre quais variações são possíveis e sobre como agem as pressões seletivas (conhecimento este que já foi alcançado em larga medida). No entanto, o número de ramos possíveis seria imenso, ao contrário do caso do aparecimento de avanços relevantes na história da ciência, e do caso das possibilidades racionais na história econômica, mas semelhante à história virtual e ao desenrolar de jogos esportivos.

Agradecimentos

Este trabalho foi apresentado em 17 de agosto de 2010 no IV Seminário de História e Filosofia da Ciência, organizado em Ilhéus por Marisa Donatelli, dando ensejo a avanços sugeridos por Pablo Mariconda, Paulo Margutti, Rodrigo de Faria e Valter Alnis Bezerra.



ARTIGOS - ARTICLES

As vidas de uma vida americana
A Autobiografia de Benjamin Franklin e a ideia de identidade pessoal

Joyce E. Chaplin
History Department
Harvard University
chaplin@fas.harvard.edu

tradução de Raquel Krempel

Como citar este artigo: Chaplin, Joyce E. "As vidas de uma vida americana - A autobiografia de Benjamin Franklin e a ideia de identidade pessoal". Traduzido por Raquel Krempel. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 1, nº1, p. 34-45. 2015. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: recorrendo aos campos da história dos impressos e da história da ciência - dois campos de importância indiscutível para entender Benjamin Franklin, o impressor da Filadélfia, e Benjamin Franklin, o famoso experimentador elétrico - este ensaio sugerirá que as memórias de Franklin são evidência de que ele pensou sobre si mesmo como encarnado em ações (como ele tinha se apresentado ao mundo, através de experimentos científicos) e como identificado em relação a outras pessoas, como ele tinha sido por muito tempo, como um colaborador em diversos projetos e como um correspondente. Isso é diferente do seu sentido desencarnado e individualista que a maioria das edições de sua autobiografia, como uma simples narrativa, lhe deram. Edições mais complexas e com diversos textos podem ser ao menos igualmente válidas, sobretudo para mostrar como ideias de identidade pessoal, nesse ponto da história, eram coletivas e encarnadas.

Palavras-chave: Benjamin Franklin – biografia – identidade pessoal - história dos impressos – história da ciência – história intelectual.

The lives of an American life - The Autobiography of Benjamin Franklin and the idea of personal identity

Abstract: Drawing upon the fields of the history of print and the history of science - two fields of undoubted significance for understanding Benjamin Franklin the Philadelphia printer and Benjamin Franklin the famous electrical experimenter - this essay will suggest that Franklin's memoirs are evidence that he thought of himself as embodied in actions (as he had introduced himself to the world, through scientific experiments) and as identified in relation to other people, as he had for so long been as a collaborator on various projects and as a correspondent. This is different from the disembodied and individualistic sense of him that most editions of his autobiography as a simple narrative have given. More complicated and multi-text editions may be at least as valid, not least in showing how ideas of personal selfhood, at this point in history, were collective and embodied.

Keywords: Benjamin Franklin – biography – personal identity - history of print – history of science – intellectual history.

Benjamin Franklin não foi o primeiro americano a documentar a própria vida, tampouco foi incomum o registro de sua vida. No final do século dezoito, dentro do ambiente das colônias britânicas, a autodocumentação por meio da narrativa pessoal era uma prática bem estabelecida, e a publicação dos resultados tinha se tornado comum. Mas a “Autobiografia” de Franklin se destaca porque se tornou o primeiro best-seller americano. Ao contrário de outras memórias dos primórdios da história americana, ela tem sido parte do cânone da literatura americana desde o século XIX e, bem ou mal, mesmo que outros exemplos de escrita de vida americana ou britânica do Atlântico dessa época tenham compartilhado os holofotes, a “Autobiografia” de Franklin manteve uma presença persistente. Sua narrativa pode ser mais incomum, no entanto, não por causa de sua fama, mas porque nunca foi concluída. Ela é a obra inacabada mais amplamente lida no mundo, e é bastante interessante que, dentre todos os livros do mundo, seja uma autobiografia que ocupe essa posição. Porque as memórias e o seu autor são famosos, elas são frequentemente citadas como evidência de uma ideia emergente do eu moderno, um caso em que uma pessoa que, apesar de não ser bem nascida, escreveu para identificar-se como o autor (ou autora) de uma vida, compreendendo tanto os fatos que compuseram a vida como as experiências pessoais que tiveram importância acumulada. Mas, no caso do famoso e amplamente citado exemplo de Franklin, ocorre que a ideia embutida de um “eu” é intrigantemente incompleta.¹

Para tornar as coisas ainda mais interessantes, a obra de Franklin é incompleta em dois sentidos: Franklin nunca completou a narrativa que iniciou, como a história de sua vida, e não há instruções claras existentes sobre quais textos ele queria publicar conjuntamente ou dentro dela, como suplementos para a narrativa. Ao contrário, vários herdeiros de Franklin passaram a ponderar acerca de como ele poderia ter querido que o livro fosse, e todos desde então continuam enfrentando esse desafio. De modo geral, uma resposta simples foi sugerida para o problema. A imensa maioria daqueles que editaram o texto de Franklin publicou a narrativa como uma história independente contendo as memórias declaradas de uma pessoa sobre seu eu anterior; a maioria dos estudiosos que citam a obra a consideram da mesma maneira. O resultado é uma visão não problematizada da identidade pessoal, na qual Franklin é pensado como tendo pretendido que sua narrativa estabelecesse algo internamente consistente sobre seu eu individual. Embora alguns estudiosos tenham enfatizado a habilidade de Franklin de fazer sua vida (e seu eu) aparecer em aspectos muito particulares, as estratégias dele só destacam a deliberação pela qual essa pessoa moderna em particular apresentou sua identidade pública como de autoria própria.

Estudos mais recentes, contudo, questionam se “identidade” pode ter algum significado para o início da era moderna, e há a preocupação concomitante de que utilizar um conceito de “identidade americana” (como faz uma grande quantidade de obras sobre história e literatura

¹ Para o exame – se não obsessão – da geração passada de estudiosos da questão da identidade no mundo Atlântico, ver os ensaios representativos em Nicholas Canny e Anthony Pagden, eds., *Colonial Identity in an Atlantic World, 1500-1800* (Princeton: Princeton Univ. Press, 1987); Ronald Hoffman, Mechal Sobel & Fredrika J. Teute, eds., *Through a Glass Darkly : Reflections on Personal Identity in Early America* (Chapel Hill, N. C.: Omohundro Institute of Early American History and Culture, 1997); e Robert Blair St. George, ed., *Possible Pasts: Becoming Colonial in Early America* (Ithaca: Cornell University Press, 2000). Para uma das análises mais atentas do eu e da identidade nos primórdios da era moderna, ver Dror Wahrman, *The Making of the Modern Self: Identity and Culture in Eighteenth-Century England* (New Haven: Yale University Press, 2004). Para exames influentes da formação textual da identidade, com a autobiografia de Franklin como um exemplo central, ver Larzer Ziff, *Writing in the New Nation : Prose, Print, and Politics in the Early United States* (New Haven, Conn.: Yale Univ. Press, 1991); Michael Warner, *The Letters of the Republic : Publication and the Public Sphere in Eighteenth-Century America* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 19). Ormond Seavey, *Becoming Benjamin Franklin: The Autobiography and the Life* (University Park, Penn.: Penn. State Univ. Press, 1988), é um exemplo representativo de como os historiadores leem as memórias como o registro de uma vida histórica.

americana) só duplica o problema. Havia realmente, antes dos anos 1800, uma crença comum de que uma pessoa individual tinha um senso estável de identidade? Ou os historiadores impuseram essa ideia a pessoas em um momento da história em que isso teria lhes parecido absurdo? Ideias da época sobre identidade poderiam ter incluído designações firmes de nacionalidade, tais como “americano”, ou (para os colonos na América Britânica) “colonial”, “crioulo”, ou “britânico”? A identidade era um rótulo fixo que uma pessoa vestia como um indivíduo, dentro do qual se sentia inserida? Ou era, em vez, uma série móvel de designações, experimentadas contextualmente e em interação com outros?²

Se a história da identidade pessoal tem sido uma preocupação central para os estudiosos da formação dos Estados Unidos, incluindo historiadores de história intelectual, e se a “Autobiografia” de Franklin é um exemplo frequentemente citado no desenvolvimento do conceito da identidade moderna, então o fato é que esse celebrado exemplar não é de modo algum tão claro em sua concepção original como tendemos a acreditar. A escrita de vida de Franklin constituiu, desde o início, um legado literário confuso. Ele era confuso em muitos sentidos—Franklin não apenas decidiu não deixar instruções claras para a sua disposição final, como também tinha espalhado (ou perdido) alguns dos diferentes segmentos que ele parecia querer inserir ali, o que colocou pressão sobre seus vários herdeiros e admiradores para reconstruir, da melhor maneira que podiam, o que podia ter sido projetado como um compêndio, e não como uma narrativa única.

Esse problema deu ao próprio manuscrito completo sobrevivente da autobiografia, mantido na Huntington Library em San Marino, Califórnia, um status um tanto problemático. Foi ele concebido como uma narrativa independente, tal como tem sido entendido mais recentemente, como uma história bastante legível dos famosos altos e baixos do Fundador? Ou Franklin teria pensado a sua narrativa como uma série de longas introduções, ou textos paralelos a ainda outros escritos que ele considerava igualmente valiosos como interpretações dos episódios importantes de sua vida? É difícil descobrir evidência clara tanto para um lado como para o outro. Se Franklin deixou instruções escritas para algum de seus herdeiros literários, elas não vieram à tona. Entretanto, o texto de sua autobiografia sempre incluiu anotações de que alguns documentos poderiam ou deveriam ser inseridos em vários pontos, as quais a maioria dos leitores (e alguns editores) da narrativa simplesmente ignora. Finalmente, duas das publicações de Franklin que poderiam ser consideradas modelos potenciais para a “autobiografia” apontam, sem ajuda, para duas direções completamente diferentes: ou para a envolvente narrativa em primeira pessoa, desprovida de vozes concorrentes, ou então para um compêndio documentário e até mesmo multivocal.

Recorrendo aos campos da história dos impressos e da história da ciência - dois campos de importância indiscutível para entender Benjamin Franklin, o impressor da Filadélfia, e Benjamin Franklin, o famoso experimentador elétrico - este ensaio sugerirá que as memórias de Franklin são evidência de que ele pensou sobre si mesmo como encarnado em ações (como ele tinha se apresentado ao mundo, através de experimentos científicos) e como identificado em relação a outras pessoas, como ele tinha sido por muito tempo, como um colaborador em diversos projetos e como um correspondente. Isso é diferente do seu sentido desencarnado e individualista que a maioria das edições de sua autobiografia, como uma simples narrativa, lhe deu. Edições mais complexas e com diversos textos podem ser ao menos igualmente válidas,

² Rogers Brubaker e Frederick Cooper, “Beyond ‘Identity,’” *Theory and Society*, 29 (2000): 1-47; Joyce E. Chaplin, “Expansion and Exceptionalism in Early American History,” *Journal of American History*, 89 (2003); “Creoles in British America: From Denial to Acceptance” em *Creolization: History, Ethnography, Theory*, ed. Charles Stewart (Walnut Creek, Ca.: Left Coast Press, 2006).

sobretudo para mostrar como ideias de identidade pessoal, nesse ponto da história, eram coletivas e encarnadas.³

Franklin escreveu suas memórias durante um momento crítico de transição na escrita de vida, a exposição de uma vida em primeira pessoa, e desse modo ele exemplificou o que muitos outros colonos consideravam como gêneros importantes para explicar eles mesmos. Especificamente, Franklin e seus contemporâneos tinham à sua disposição tanto tradições cristãs de autoabnegação, como exames pós-renascentistas de uma personagem em constante evolução. Contudo, Franklin escreveu um pouco cedo demais para considerar moldar a história de sua vida de acordo com ideias ainda mais novas de um eu interior único e autêntico, e jamais poderemos saber se ele sequer pensou sobre si mesmo nesses termos.⁴

O gênero ocidental mais antigo na tradição de escrita de vida, a confissão religiosa, a crítica do eu como um meio para a redenção espiritual, foi de grande utilidade para muitos dos colonos americanos de orientação espiritual. Muitas vidas de santos cristãos, quer autobiográficas ou biográficas, usaram essa narrativa espiritual clássica, a qual tinha o objetivo de mostrar aos crentes o valor de uma vida exemplar e fazê-los imitá-la. Franklin certamente conhecia as famosas *Confissões* de Santo Agostinho (e possivelmente as *Confissões* de Jean-Jacques Rousseau, que menciona, embora rejeite o gênero). E ele tinha certamente ouvido ou lido muitas elegias puritanas da Nova Inglaterra a indivíduos que tinham levado vidas cristãs exemplares, variações protestantes na longa tradição de confissões espirituais. Em suas próprias memórias, a ênfase de Franklin em sua educação religiosa em Boston, suas reflexões sobre seus erros ou errata, e o seu “Projeto audacioso e árduo de chegar à Perfeição moral” mostram sua dívida com a tradição espiritual na escrita de vida.⁵

Mas a sua narrativa pouco se parece com outros exemplos coloniais que são muito mais investidos de piedade. Agora é uma prática padrão comparar Franklin com Olaudah Equiano, o ex-escravo africano que também escreveu memórias. Embora Equiano fosse mais jovem que Franklin e um convertido ao cristianismo, por isso em certo sentido duplamente distanciado das tradições espirituais dos escritos de vida ocidentais, sua narrativa é muito mais convencional como uma história de luta e redenção cristãs. Também é relevante que Franklin abertamente parodiou gêneros puritanos de autoexame, como em suas famosas cartas “*Silence Dogood*”, nas quais ele escreveu como se fosse uma viúva puritana que estava sempre tentando, e de algum modo sempre falhando, ser humilde diante de Deus e de seus superiores sociais.⁶

³ Sobre a história do livro, da impressão, e da publicação nas colônias (e no mundo Atlântico), ver Warner, *Letters of the Republic*; Hugh Amory e David D. Hall, eds., *The Colonial Book in the Atlantic World* (Worcester, Mass.: American Antiquarian Society, 2000); David D. Hall, *Ways of Writing: The Politics and Power of Text-Making in Seventeenth-Century New England* (Philadelphia: Pennsylvania Univ. Press, 2008). Distingo minha interpretação do manuscrito de Franklin como um legado ambíguo, especialmente suas decorrentes incertezas de publicação, da análise do texto como deliberadamente inacabado, de Douglas Anderson, uma interpretação que ignora a história post-mortem da publicação do texto. Ver Anderson, *The Unfinished Life of Benjamin Franklin* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2012).

⁴ Sobre a auto-exposição “romântica” que enfatizou um conjunto de experiências interiores altamente individualizadas como relacionadas à identidade, ver Jay Paul, *Being in the Text: Self-Representation from Wordsworth to Roland Barthes* (Ithaca, N. Y.: Cornell Univ. Press, 1984); Charles J. Rzepka, *The Self as Mind: Vision and Identity in Wordsworth, Coleridge and Keats* (Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1986).

⁵ Sacvan Bercovitch, *The Puritan Origins of the American Self* (New Haven, Conn.: Yale Univ. Press, 1960); Daniel B. Shea, *Spiritual Autobiography in Early America* (Princeton: Princeton Univ. Press, 1968); Ruth A. Banes, “The Exemplary Self: Autobiography in Eighteenth-Century America,” *Biography*, 5 (1982), 226-39; Kathleen Lynch, *Protestant Autobiography in the Seventeenth-Century Anglophone World* (New York: Oxford University Press, 2012).

⁶ Vincent Carretta, *Equiano, the African: Biography of a Self-Made Man* (Athens, Ga.: Univ. of Georgia Press, 2005), xiii, 193, 206; Joyce E. Chaplin, “1722: Benjamin Franklin’s Silence Dogood Letters,” em *A New Literary History of America*, ed. Greil Marcus and Werner Sollors (Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 2009).

De fato, em suas referências constantes à literatura secular, e em sua admissão irônica, quase cômica de suas falhas, Franklin deu um passo estratégico para longe do gênero cristão das confissões. Ele se distanciou da piedade convencional mesmo quando ele valorizava essa qualidade em outras pessoas (e a recomendava em teoria). Ele equilibrou esses remanescentes religiosos com as tradições seculares de autoaprimoramento que tinham caracterizado a escrita de vida desde a Renascença. A criação e a apresentação de uma personagem polida eram objetivos de manuais de conduta nos tempos coloniais, guias que eram normalmente escritos para aconselhar jovens aristocratas e futuros monarcas que herdariam poder e precisavam aprender como projetar autoridade da maneira correta. Nicolau Maquiavel famosamente subverteu esse gênero de espelho-para-príncipes em *O Príncipe* (1532), que recomendava esperteza e o uso declarado da força, enquanto manuais de conduta mais tradicionais defendiam a misericórdia e a justiça.⁷

O ideal de autoaprimoramento principesco estava, entretanto, se espalhando para o resto da sociedade. Guias de autoajuda logo apareceram para auxiliar as sempre crescentes classes médias. Os guias ensinavam as pessoas a se polirem, para parecerem com as ordens em vigor, através da aquisição de um repertório de hábitos graciosos e itens de consumo caros: boas maneiras à mesa, modos apropriados de falar em público, dançar na moda, ampla leitura, a aquisição de línguas estrangeiras, e vestimentas e móveis para casa apropriados. O desenvolvimentos de guias para a boa vida correu paralelamente com uma profusão geral, pelos séculos XIV e XV, de narrativas em primeira pessoa. De fato, enquanto a escrita de vida continuava a ser dominada pelas histórias de pessoas exemplares ou da elite, membros alfabetizados das classes artesãs (normalmente homens, mas às vezes mulheres) cada vez mais mantinham diários e outras explicações pessoais deles mesmos.⁸

Enfatizo os exemplos desse gênero em desenvolvimento da escrita de vida porque eles chegaram em quantidades abundantes nas colônias britânicas do século XVIII. Franklin não era único em seu entusiasmo pelo gênero de literatura de autoajuda, que foi importado, lido e reimpresso amplamente pelo Atlântico britânico. Como muitos de seus contemporâneos, incluindo George Washington, ele redigiu um programa de autoaprimoramento. Ele foi mais longe que outros autores ao escrever literatura de autoajuda para publicação, tanto na forma de recomendações sinceras (*"The Way to Wealth"*) como de paródias (*"How to Make Oneself a Disagreeable Companion"*). Ele respondeu ao pedido de alguns amigos, de completar e publicar um ensaio chamado *"Art of Virtue"*, com a decisão, ao contrário, de incorporar seu programa moral à sua história de vida. Às voltas com uma carreira pública progressivamente ocupada, tornada ainda mais ocupada com a Revolução Americana, ele tentou compor uma narrativa clara de si mesmo, do nascimento até o serviço público que, em um círculo vicioso, o mantinha preocupado demais para realmente documentar como e por que ele tinha se tornado tão proeminente.⁹

Franklin escreveu suas memórias em quatro seções em quatro momentos diferentes durante o último quartel de sua vida, começando em 1771, aos 65 anos. Ele escreveu em folhas grandes de papel, tamanho fôlio, dobradas ao meio formando páginas que mediam cerca de 25cm por 38cm, aproximadamente as dimensões de um laptop. Ele dividiu cada página longitudinalmente e compôs um esboço inicial em uma metade, deixando o outro lado em

⁷ Felix Gilbert, "The Humanist Concept of the Prince and the Prince of Machiavelli," *Journal of Modern History*, 11 (1939), 449-83.

⁸ Norbert Elias, *The Civilizing Process*, trad. Edmund Jephcott (Oxford: Blackwell, 1994); Stephen J. Greenblatt, *Renaissance Self-Fashioning: From More to Shakespeare* (Chicago: Univ. of Chicago Press, 1980); James Amelang, *The Flight of Icarus: Artisan Autobiography in Early Modern Europe* (Stanford: Stanford Univ. Press, 1998); Adam Smyth, *Autobiography in Early Modern England* (New York: Cambridge University Press, 2010).

⁹ Richard L. Bushman, *The Refinement of America: Persons, Houses, Cities* (New York: Knopf, 1992), 30-99; Joyce E. Chaplin, ed., "Benjamin Franklin: A How-to Guide. Catalog of an Exhibition" número duplo do *Harvard Library Bulletin*, vol. 17, no. 1 (2007).

branco, para que pudesse fazer notas a si mesmo para adicionar ou alterar o material posteriormente, ou para compor mudanças ao que ele já tinha escrito.¹⁰

A maioria das páginas, 200 de 230, inclui alterações de um tipo ou de outro, feitas ou logo depois que Franklin compôs o texto original, ou quando ele já tinha passado para eventos posteriores e reconsiderado sua redação original. A página com as alterações mais densas é a primeira, já que Franklin, um escritor realizado, lutou para criar o começo certo para a sua história. Ele começou com uma visão geral da história da família Franklin. Isso deve ter parecido muito alheio ao seu verdadeiro assunto, ele mesmo, porque ele adicionou na margem vários comentários pessoais: seu progresso “da pobreza e obscuridade nas quais nasceu e foi criado, a um estado de riqueza e algum grau de reputação”, sua crença de que ele “não deveria ter qualquer objeção contra uma repetição da mesma vida desde o começo”, contanto que ele pudesse corrigir seus erros, e sua admissão sincera de que escrever suas memórias gratificaria sua “*Vaidade*”. Ele tomou decisões sobre como moldar a história enquanto avançava. Por exemplo, todos exceto um de seus famosos “errata”, os maiores erros de sua juventude, foram primeiramente adições marginais, pensamentos posteriores que ele inseriu depois no fluxo narrativo. Essas pequenas confissões adicionaram muito à história, evitando que ela fosse uma história meramente autocongratatória dos triunfos subsequentes de Franklin.¹¹

As razões de Franklin para escrever suas memórias mudaram ao longo dos quase 19 anos em que ele as compôs. Ele escreveu a primeira das quatro seções (87 páginas manuscritas) no verão de 1771, durante uma visita de duas semanas a seu amigo Jonathan Shipley, Bispo de St. Asaph. Franklin endereçou essa peça de abertura ao seu único (e ilegítimo) filho, William Franklin, mas quando escreveu a seção seguinte ele havia rompido relações com William, que tinha se mantido leal à Grã-Bretanha enquanto seu pai se aliou aos Revolucionários Americanos. Amigos insistiram que Franklin continuasse suas memórias. Quando voltou a escrever, ele pretendia que a história de sua vida se dirigisse a um público mais amplo, a geração nascente de americanos independentes. Naquele momento Franklin estava na França e, liberado de seus deveres como plenipotenciário americano naquele país em 1784 - quando os Estados Unidos tinham conquistado sua independência da Grã-Bretanha - finalmente foi capaz de escrever a segunda parte de suas memórias, um total de 12 páginas, incluindo a lista das treze virtudes pessoais que ele tentou cultivar. (“6. INDÚSTRIA. Não perder tempo... 12. CASTIDADE. Manter relações sexuais raramente, exceto pela saúde ou descendência; nunca por tédio) - isso atraía igualmente tanto aqueles leitores que as viam como objetivos sérios como aqueles que pensavam que Franklin estava aqui novamente parodiando o auto-aprimoramento sério.

Franklin tomou uma decisão estratégica, quando voltou à Filadélfia em 1785, de usar seu tempo no mar para esboçar algumas teses científicas, ao invés de continuar escrevendo suas memórias. Ele fez isso para a alegria dos historiadores da ciência, mas para a tristeza de estudiosos de literatura. O serviço público absorveu Franklin mais uma vez quando ele retornou à Filadélfia, em 1785, e foi (um tanto ressentido) varrido para a política, como chefe do governo da Pensilvânia, e como um representante da Pensilvânia na Convenção Constitucional Federal, em 1787.

Em 1788, Franklin se aposentou de vez do serviço público e teve finalmente tempo para escrever a terceira parte de sua narrativa, 119 páginas, a mais longa seção do texto. Mas a sua saúde rapidamente em declínio o interrompeu. Foi impossível para ele compor mais do que uma quarta parte muito curta antes de sua morte, em 1790. Ele estava fraco demais até para pegar sozinho uma caneta, e provavelmente ditou essas últimas 7 páginas ao seu neto até que

¹⁰J. A. Leo Lemay & Paul Zall, eds., *The Autobiography of Benjamin Franklin: A Genetic Text* (Knoxville: Univ. of Tennessee Press, 1981)..

¹¹ *Ibid.*

fosse incapaz de continuar até mesmo isso. A narrativa simplesmente termina no meio de 1758. Felizmente, Franklin tinha feito um esboço para a obra inteira, provavelmente quando começou a escrever a sua primeira parte, então temos boa evidência do que ele queria incluir, pelo menos até a época de sua partida da América para a França, em 1776. Contudo, esse preenchimento retrospectivo não leva em conta se Franklin estaria satisfeito ou com o esboço existente, ou com a lista de tópicos que ele tinha pretendido cobrir. As correções e alterações que nós vemos agora no manuscrito podiam ter sido apenas as primeiras de uma série de revisões.

Quando Franklin morreu, legou o manuscrito de sua autobiografia ao mais velho de seus dois netos, William Temple Franklin, o filho ilegítimo de seu rompido filho William, para quem as memórias tinham sido destinadas originalmente. Tendo tirado o garoto do pai monarquista, o avô tinha feito o melhor para terminar a educação de Temple e lançá-lo à vida. Ele tentou lhe arranjar um bom casamento na França e depois conseguir uma boa posição para ele no governo americano, mas nenhum dos dois funcionou. O manuscrito foi mais uma tentativa de dar ao jovem algo de valor que, quando impresso, poderia lhe proporcionar uma pequena renda. Mas Franklin tinha pedido ao seu outro neto, Benjamin Franklin Bache, que fizesse duas cópias das três primeiras partes da autobiografia para mandar a amigos na Inglaterra e na França, para receber suas críticas e pensamentos para revisão. Embora Temple tenha herdado o texto mais completo, e o direito implícito de publicá-lo, ele cometeu um erro estratégico ao contar ao recipiente francês de uma das duas cópias, Louis Guillaume Le Veillard, sobre sua intenção de publicar as memórias juntamente com várias outras obras de seu avô.¹²

Antes que Temple pudesse fazê-lo, uma tradução francesa da primeira parte da autobiografia de seu avô apareceu em Paris em 1791. Le Veillard negou que tivesse dado sua cópia a alguém (talvez alguém tenha interceptado sua correspondência com Temple?) e o editor nunca identificou sua fonte, que ainda é desconhecida. O editor reconheceu que o caso era pelo menos um pouco nefário ao dar a sua obra o título *Mémoires de la vie privée de Benjamin Franklin*. Uma *vie privée*, ou vida privada, estava, em 1791, apenas começando a perder sua encarnação indecente original, de um relato ofegante dos detalhes pessoais que uma pessoa famosa não desejaria que o público conhecesse, ou mesmo detalhes inventados que ele ou ela achariam difíceis de refutar, algo bastante semelhante às exposições de tabloide de uma celebridade de hoje em dia. Antes e durante a Revolução Francesa, muitos indivíduos proeminentes, incluindo membros da família real, foram vítimas da publicação de muitas *vie privée*, que eram propagandas com a intenção de revelar o vício pessoal e a corrupção sistêmica da antiga ordem. Algumas dessas, as quais apareceram na mesma época da edição da autobiografia de Franklin, eram tão difamatórias que os seus verdadeiros impressores não punham seus nomes nas capas. Ao invés disso, as atribuíam à impressora de ninguém menos que Benjamin Franklin! Essa foi uma estratégia inteligente, porque era verossímil. Franklin era, naturalmente, famoso como impressor, e era conhecido por ter dirigido uma pequena editora em sua residência em Passy, França, onde ele publicou materiais para a república americana, que tinha se removido do sistema de governo monárquico, tal como a França tinha acabado de fazer.¹³

A *vie privée* pirateada de Benjamin Franklin estava muito longe de ser a edição completa e respeitável das memórias de seu avô que Temple Franklin tinha esperado publicar. Pior ainda, duas edições em inglês da autobiografia parcial apareceram em 1793, cada uma delas traduzida a partir da vazada edição francesa. (A esse ponto, a prosa original de Franklin era

¹² *Ibid.*

¹³ Robert Darnton, *The Devil in the Holy Water, or the Art of Slander from Louis XIV to Napoleon* (Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press, 2010), 422-38; Hector Fleischmann, *Les Pamphlets libertin contre Marie-Antoinette* (Toulouse : Futur luxe nocturne, 2011).

quase irreconhecível.) Enquanto isso, acreditando erroneamente que a sua própria versão do manuscrito podia ter mais erros que as outras duas cópias, Temple a ofereceu a Le Veillard em troca da cópia do francês, sem perceber que o seu original incluía sete páginas finais preciosas que nenhuma outra versão continha. Temple publicou uma edição de seis volumes dos papéis de seu avô, incluindo a versão de Le Veillard da autobiografia, em Londres, entre 1817 e 1818. Essa edição das memórias de Franklin tinha vários defeitos, notavelmente a ausência da seção final. Além disso, Temple suavizou algumas das expressões simples e diretas de seu avô com uma linguagem que teria parecido, aos leitores do século XIX, mais refinada, mais condizente com o estadista nacional que Franklin tinha se tornado no final de sua vida, e menos característica do trabalhador colonial com avental de couro que ele tinha sido um dia. Contudo, essa edição das *Memórias da vida e escritos de Benjamin Franklin*, apesar de comprometida, apesar de atrasada, era a edição padrão, reimpressa muitas vezes e lida como as “memórias”, ou “vida”, definitivas de Franklin, primeiro chamada de uma “autobiografia” nos anos de 1840.¹⁴

O manuscrito original e completo de Franklin ressurgiu em 1867, mas só em 1981 apareceu uma edição impressa precisa baseada nele, quase 200 anos depois da morte de Franklin. Esse tesouro acadêmico foi obra de J. A. Leo Lemay e Paul Zall, que trabalharam na Biblioteca Huntington para produzir um texto genético do manuscrito que indicasse, na forma impressa, a natureza completa da composição de Franklin, incluindo emendas, correções e supressões. Seguindo o exemplo de Lemay e Zall, desde 1981, o ímpeto tem sido de tentar aperfeiçoar, tanto quanto possível, versões impressas da narrativa manuscrita completa. De fato, o aumento do uso do termo “autobiografia” para descrever a narrativa propriamente dita coincidiu com a crescente tendência de publicá-la sozinha, ao invés de como uma parte de um compêndio, como Temple Franklin tinha escolhido fazer.¹⁵

Conforme já sugeri, ambas as decisões—tanto a narrativa isolada como o compêndio pesado—têm precedentes em dois outros escritos de Franklin, qualquer um dos dois podendo ser visto como um predecessor de suas memórias, em termos de sua popularidade e influência durante a sua vida, isto é, de sua capacidade de transmitir algo central sobre quem Franklin pensava ser e por que ele escreveu o que escreveu.

O primeiro modelo possível é *Experiments and Observations on Electricity* de Franklin, publicado pela primeira vez em 1751 e expandido em várias edições mais longas dali em diante. Ao designar essa obra como um exemplo de escrita de vida, obviamente quero reivindicar que consideremos uma ampla gama de exemplos para esse gênero. De várias maneiras, a obra científica se assemelha à autobiografia em sua ênfase na experiência pessoal. Em seu formato original, ela era uma coleção de cartas de Franklin, narrativas curtas em primeira-pessoa do que ele tinha feito em vários experimentos. Essa abordagem era convencional na ciência da época, com o observador oferecendo testemunho imediato sobre o que ele (raramente ela) tinha percebido. Conforme Jessica Riskin observou sobre as cartas científicas de Franklin, elas eram especialmente vívidas em suas descrições sobre o que a eletricidade fez ao seu corpo, para dar ao leitor um melhor sentido da eletricidade e do autor, o experimentador inteiramente incorporado, que era um autoexperimentador que testemunhava sobre o que a natureza fazia ao seu corpo. Neste caso, uma ideia do eu não existia puramente dentro de uma mente, mas também no *corpus* material rodeando a mente que sentia o mundo material ao seu redor.¹⁶

¹⁴ Christopher Hunter, "From Print to Print: The First Complete Edition of Benjamin Franklin's *Autobiography*," *PBSA*, 101 (2007): 481-505.

¹⁵ J. A. Leo Lemay & Paul Zall, *The Autobiography of Benjamin Franklin: A Genetic Text*, 1981.

¹⁶ Jessica Riskin, *Science in the Age of Sensibility: The Sentimental Empiricists of the French Enlightenment* (Chicago: University of Chicago Press, 2002), 69-104. Sobre identidade, status e ciência mais amplamente analisados, ver Steven Shapin e Simon Schaffer, *Leviathan and the Airpump: Hobbes, Boyle, and the Experimental Life* (Princeton: Princeton University Press, 1985), e Shapin, *A Social History of Truth: Civility and Science in Seventeenth-Century England* (Chicago: University of Chicago Press, 1994).

Ao longo das diversas edições dos *Experiments and Observations*, aquela reivindicação pessoal do conhecimento natural foi aumentada pela inclusão de outras cartas de Franklin. Algumas delas eram sobre assuntos não experimentais, como no caso de uma carta na qual ele encorajava um amigo tímido a aprender a nadar, e algumas delas eram sobre questões político-partidárias, como as “Observations on the Increase of Mankind” de Franklin, que especulava, enquanto a Revolução Americana se aproximava e depois explodia, que os americanos poderiam simplesmente procriar mais que seus degenerados soberanos britânicos. Além disso, ao continuar expandindo e incrementando sua coleção de escritos, Franklin seguiu uma tendência contemporânea na produção de enciclopédias e dicionários, compêndios que apresentavam arsenais de conhecimento para leitores interessados, neste caso, leitores interessados em Franklin e em ciência.¹⁷

A personagem científica de Franklin, de um autor com uma personalidade individual envolvente e com uma presença corporal amplamente indicada, foi intensificada na edição mais longa dos *Experiments and Observations* a aparecer na França, sob o título de *Oeuvres de M. Franklin*, produzida em 1769 por um acólito francês, Jacques Barbeu-Dubourg. Como editor da obra, Barbeu-Dubourg providenciou a tradução das principais seções dos *Experiments and Observations* e solicitou a Franklin alguns ensaios então inéditos, incluindo o trabalho sobre natação. Ele também forneceu uma breve descrição da prática de Franklin de tomar “banhos de ar” nu. O corpo do filósofo foi praticamente exposto. Barbeu-Dubourg escreveu também uma introdução com detalhes pessoais sobre Franklin que nenhuma edição inglesa das cartas científicas tinha feito - ele era, em essência, o biógrafo do autor. Que as pessoas formaram uma imagem de Franklin como um indivíduo particular a partir dessa edição francesa é claro, pela crença errônea, na França, de que o homem de ciência americano era um Quaker. Ele não era, mas Barbeu-Dubourg insinuou que ele fosse, estimulando um mal-entendido generalizado que continua até hoje.¹⁸

Tudo isso para dizer que Franklin estava acostumado, em 1771, quando começou sua autobiografia, a pôr-se diante do público em uma série de documentos inter-relacionados, em primeira pessoa e às vezes bastante pessoais, a maioria, mas não todos, escritos por ele, a partir dos quais um leitor poderia construir uma narrativa única, se ele ou ela escolhesse fazê-lo. Isso é o que o seu primeiro best-seller internacional tinha feito, com sua história que se desenrola da identificação da eletricidade como uma força material que tinha duas manifestações materiais, positivas e negativas. E, ao se apresentar através da ciência, Franklin estava continuando a chamar a atenção para a atividade que o tinha, inicialmente, tornado internacionalmente interessante. A construção epistolar da obra não seria estranha como um exemplo de escrita de vida, especialmente no século XVIII. Tampouco o seria a inclusão de uma carta ocasional ou de outra contribuição de um outro autor, tal como Barbeu-Dubourg, a fim de aumentar a sensação de correspondência ou conversação que tipificava a sociabilidade do século XVIII.¹⁹

¹⁷ Robert Darnton, *The Business of Enlightenment: A Publishing History of the Encyclopédie, 1775-1800* (Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1979); Frank A. Kafker, ed., *Notable Encyclopedias of the Seventeenth and Eighteenth centuries: Nine Predecessors of the Encyclopédie* (Oxford: Voltaire Foundation, 1981); Richard Yeo, *Encyclopaedic Visions: Scientific Dictionaries and Enlightenment Culture* (New York: Cambridge Univ. Press, 2001).

¹⁸ Sobre a vida de Franklin na ciência e sua celebridade pública devido a sua obra científica, ver Joyce E. Chaplin, *The First Scientific American: Benjamin Franklin and the Pursuit of Genius* (New York: Perseus Books, 2006).

¹⁹ Está apenas começando a haver uma literatura sobre o eu, escrita de vida e ciência/natureza. Ver Paul White, “Darwin’s Emotions: The Scientific Self and the Sentiment of Objectivity,” *Isis*, 100 (2009), 811-26; Bernhard Kuhn, *Autobiography and Natural Science in the Age of Romanticism: Rousseau, Goethe, Thoreau* (Burlington, Vt.: Ashgate, 2009); Stacy Alaimo, *Bodily Natures: Science, Environment, and the Material Self* (Bloomington: Ind. Univ. Press, 2010). Sobre sociabilidade, ver John Dwyer e Richard B. Sher, *Sociability and Society in Eighteenth-Century Scotland* (Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 1991); Thomas Ahnert e

Dados os repetidos esforços de Franklin de expressar-se desse modo, não seria de se estranhar que ele pudesse ter desejado que suas memórias fossem publicadas dentro de *Oeuvres* ou “obras” ainda mais largamente ampliadas. Temple Franklin pode ter tomado a decisão de usar esse formato simplesmente porque ele sabia que seu avô valorizava seus compêndios científicos - e que eles tinham vendido bem na Europa, incluindo Londres, onde a sua própria edição das memórias seria publicada. É possível até mesmo que Temple pudesse estar seguindo instruções de seu avô, quer escritas ou orais.

Quero destacar que Temple Franklin estava também seguindo a lógica do próprio texto. A narrativa começou, afinal, como a carta do patriarca a William Franklin (pai de Temple), e incluía outras obras, tais como outras correspondências, juntamente com o manuscrito de Franklin. Entre a primeira e a segunda seção da narrativa, Franklin tinha inserido cartas de seus amigos Abel James e Benjamin Vaughan, cada um dos quais insistiu que ele completasse as memórias. Ele reproduziu também o texto de um anúncio público que ele tinha lançado em 1755, solicitando vagões que carregassem provisões para as tropas no oeste da Pensilvânia durante a guerra Franco-Indígena. Além disso, em diversos pontos ele anotou onde deveriam ser incluídos documentos que ele não tinha em mãos; esse foi o caso do poema de seu tio, um acróstico do nome “Benjamin Franklin”, com as palavras “inseri-lo aqui” na margem. Essa inserção tem sido normalmente fornecida, desde que foi redescoberta em meados do século XIX. Mas ela é tipicamente reproduzida em uma nota de rodapé, não incorporada dentro da narrativa, embora pareça claro que Franklin não a quisesse escondida no fim da página.

Na maioria das edições publicadas da autobiografia, os editores deixaram como estavam as referências de Franklin a algumas outras obras, sem nenhuma inserção. Quando Franklin narra sua travessia do Atlântico de volta a Filadélfia, na sua juventude, por exemplo, ele se refere ao seu “diário” de viagem e a seu “plano de conduta” para o futuro. Temple Franklin devidamente incluiu o diário inteiro em sua edição das memórias e artigos de Franklin, porque ele tinha uma cópia - de fato, a única versão que sobrevive está nas *Memórias* impressas que Temple editou. Mas ele não incluiu o plano de conduta que seu avô mencionou. Franklin tinha permitido que um amigo na Filadélfia copiasse aquele plano, e qualquer manuscrito original que possa ter existido está agora perdido. Um fragmento da cópia foi publicado em 1815 e está incluído na edição de Yale dos *Papers of Benjamin Franklin*. Mas nenhuma dessas inserções, nem o diário nem o plano, apareceu em edições recentes da “Autobiografia”. Tampouco aparece um diálogo que Franklin escreveu sobre as virtudes de uma milícia da Pensilvânia, nem o ato resultante da milícia, ambos os quais apareceram na *Gentleman's Magazine* em 1756, e ambos os quais ele anotou que deveriam ser inseridos no texto.

Considerando a fama e a importância estupendas dos escritos científicos de Franklin durante sua vida, é de se estranhar que ninguém tenha percebido que Temple Franklin poderia estar seguindo o modelo dos *Experiments and Observations* quando publicou as memórias de seu avô como parte de um compêndio. Penso que isso seja o caso porque a maioria dos editores subsequentes da “autobiografia” de Franklin trabalhavam com literatura, com pouco ou nenhum conhecimento da história da ciência, e, portanto do que era a obra-prima de Franklin durante sua vida, o texto que o fez conhecido do público. Apesar da abertura da escrita de vida a um senso de gênero mais inclusivo, a escrita científica ainda não afetou o campo mais amplo de maneiras muito poderosas. Mas no caso da “autobiografia” de Franklin, provavelmente deveria.

Susan Manning, eds., *Character, Self, and Sociability in the Scottish Enlightenment* (New York: Palgrave Macmillan, 2011); Scott Breuninger & David Burrow, eds., *Sociability and Cosmopolitanism: Social Bonds on the Fringe of the Enlightenment* (London: Pickering and Chatto, 2012).

Ou talvez não. Um segundo modelo possível para as memórias de Franklin era bem diferente dos escritos científicos. Esse era o extenso “*Speech of Father Abraham*”, uma despedida cômica que Franklin escreveu para o seu último almanaque “*Poor Richard*”, em 1757. Father Abraham é um ancião de aldeia prolixo que apresenta uma longa peroração, que é basicamente uma mistura da sagacidade e sabedoria de Richard Saunders, o pseudônimo usado por Franklin em artigos para almanaques. Publicado de maneira independente, e prolongando-se por centenas de edições, esse divertido ensaio moralista se chamava “*The Way to Wealth*”, em inglês, e “*La Science du Bonhomme Richard*”, em francês, e foi traduzido para ao menos catorze outras línguas. De maneiras ligeiramente diferentes, os dois títulos tornaram clara a expectativa de que Franklin, que estava constantemente se autoaprimorando, estava ele mesmo falando ao leitor, sob seu pseudônimo mais conhecido. Foi para homenagear o diplomata americano que John Paul Jones nomeou seu navio de guerra *Bonhomme Richard*, que era Benjamin Franklin, e vice versa.²⁰

Na escrita de vida, o uso de um pseudônimo, e até mesmo de uma personagem construída, não é incomum. E, de fato, o status complexo de Franklin como um autor que usava vários pseudônimos atraiu bastante atenção, quer para alertar sobre a sua falta de confiabilidade, quer para elogiar sua criatividade como escritor - às vezes ambos. Houve comparações entre como ele escreveu enquanto disfarçado com outro nome versus como ele escreveu como “Franklin”, por isso comparações entre a “Autobiografia” de Franklin e “*The Way to Wealth*” de Father Abraham são comparações óbvias de se fazer. Pelo menos, a consideração de Franklin como uma personagem multiplamente construída aumentou um alerta para que os historiadores pensem duas vezes antes de usar a autobiografia como uma fonte descomplicada, como uma simples narrativa de fatos ao invés de uma complexa criação literária. E a “*vie privée*”, como o título original da primeira edição francesa das memórias, tinha também enfatizado a capacidade daquele gênero de ser de algum modo não tão completo e verdadeiro, ou até mesmo voluntário.

Uma grande quantidade de edições independentes, breves e legíveis da vida de Benjamin Franklin de fato seguiu o modelo de “*Bonhomme Richard*”/“*Way to Wealth*”. A popularidade desse modelo tem sido impulsionada, ao menos em parte, pela demanda de leitores no público geral, mas também pela demanda para cursos universitários, para os quais o que se quer é uma simples brochura da autobiografia. As editoras de livros estão satisfeitas em acomodar as duas fontes de demanda. Eu diria, com base em décadas de experiência pessoal utilizando a autobiografia de Franklin em cursos, quer em cursos menores mais especializados, quer em aulas maiores e mais gerais, que os estudantes tendem, de modo geral, a ler rapidamente ou simplesmente ignorar as indicações dentro da narrativa, para prestar atenção aos outros textos inseridos nela, para melhor apreciar a voz singular de Benjamin Franklin.

Mas o ressurgimento do modelo de compêndio das memórias não é nem impossível nem improvável. Em 2007, o cientista político Alan Houston descobriu na British Library uma das inserções perdidas que Franklin tinha indicado em seu manuscrito. Essa era um pedaço de correspondência de um “*Quire Book of Letters*” que estava relacionada aos deveres de Franklin de abastecer as tropas coloniais durante a guerra Franco-Indígena. Um “*quire*” era composto de vinte e quatro a vinte e cinco folhas, aproximadamente. Franklin tinha aparentemente esquecido que o seu estoque de correspondências de guerra era um tanto maior. As quarenta e sete cartas precisaram de trinta e oito páginas para sua reprodução no volume de abril de 2009 do *The William and Mary Quarterly*. Franklin tinha indicado que ele queria que ao menos dois desses documentos fossem colocados em um ponto na história onde o leitor (de então ou de

²⁰ Patrick Sullivan, “Benjamin Franklin, the Inveterate (And Crafty) Public Instructor: Instruction on Two Levels in “*The Way to Wealth*””, *Early American Literature*, 21 (1986/87): 248-59; Claire Lienhardt, “Le Bonhomme Richard de Benjamin Franklin à la conquête de l'Europe : la diffusion d'un best-seller américain en France, en Grande-Bretagne et dans les Etats allemands des années 1770 à 1830,” tese de doutorado, Université de Lille III, 2000.

agora) provavelmente seria desafiado a lembrar do fio da narrativa, após absorver todos os detalhes sobre quais vagões carregaram quais provisões para que lugar, e sobre quem no momento tinha concordado ou discordado com a sua disposição. Além disso, o fluxo lógico seria impedido de outra forma, pelo fato de que esses dois documentos seriam, por sua vez, separados das correspondências do “*Quire Book*” que os contextualizava mais completamente, a menos que Franklin tivesse decidido que queria que ainda mais dessas cartas fossem inseridas na narrativa.²¹

Isso levanta a questão: Franklin realmente pretendia incluir esses itens, e, se sim, exatamente onde ele disse que eles deveriam ir? Se isso tivesse sido feito, a narrativa pareceria bem diferente. Ela seria composta não só na voz do autor, mas nas múltiplas vozes de seus correspondentes, mais ainda do que tinha sido o caso em seu *Experiments and Observations*. É revelador que Franklin tenha reclamado várias vezes da inconveniência de estar separado de documentos, deixados na Pensilvânia, que o teriam ajudado a escrever suas memórias, especialmente para reconstruir na forma correta eventos de longa data. Se ele tivesse reencontrado aqueles documentos, e se ele tivesse completado sua narrativa e comandado sua impressão, teria ele tornado as memórias ainda mais multivocais, quebrando seu monólogo, a fim de exibir ainda mais documentos chave da vida sendo narrada? Edições dos seus *Experiments and Observations* foram ficando cada vez mais longas; um longo conjunto de suas cartas e documentos teria sido um próximo passo natural para o aposentado e famoso homem de letras, talvez ainda mais longo e mais meticuloso do que o que Temple Franklin produziu depois da morte de seu avô.

Admito que provavelmente seria difícil para os devotos de Franklin, ou da escrita de vida, aceitar que a obra em questão poderia ter parecido tão radicalmente diferente. O necessário vai e vem entre Franklin e um elenco de apoio de outros escritores seria um reajustamento significativo da ideia de uma simples autobiografia do início da América, como de autoria de um eu. Manteria, contudo, que essa seria uma intrigante evidência do compromisso de Franklin com as correspondências e com a sociabilidade na construção de sua vida—um texto característico, e com personalidade, do século XVIII. Um meio termo seria mais parecido com o que Temple Franklin tinha tentado, publicar uma edição longa e até mesmo em múltiplos volumes da vida e cartas, com a narrativa satisfatoriamente ininterrupta, mas com todos os textos paralelos disponíveis, de modo a demonstrar, ainda que de maneira remota, um diálogo entre eles e o monólogo predominante. (Hoje, isso poderia ser feito de maneira mais satisfatória na forma de um texto eletrônico da “Autobiografia”, com links embutidos para os outros textos, o que permitiria que diferentes leitores tomassem decisões individuais sobre quais links visitar, e em que ordem.)

Muitas coisas poderiam ser defendidas sobre cada uma dessas soluções; que qualquer uma delas seria de algum modo melhor para manter as intenções originais de Franklin do que poderia ser uma “autobiografia” independente é, é claro, impossível de determinar, a menos que, de algum modo, mais de suas correspondências perdidas venham à tona, especificando exatamente como ele queria que a história fosse afinal. Enquanto isso, o entendimento atualmente dominante das memórias de Franklin como uma declaração de identidade pessoal unívoca ou monoautorial deveria coexistir com a possibilidade igualmente provável de que o autor teria desejado incorporar sua escrita de vida dentro de um conjunto de textos próprios e de outros, de modo a explicar melhor e inteiramente seu eu individual. Embora esse arranjo possa agora nos parecer paradoxal, ele se encaixa com as ideias do século XVIII de identidade como interativa e sociável, e da autoria própria como expressa através de coletividades de textos publicados.

²¹ Alan Houston, “Benjamin Franklin and the Wagon Affair of 1755,” *William and Mary Quarterly*, 3d Ser., 66 (2009), 235-86.



ARTIGOS - ARTICLES

**La historia del tiempo presente en revistas especializadas
brasileñas (2007-2014)**

Itamar Freitas de Oliveira

Departamento de História da UnB

Aluno do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS

itamarfo@gmail.com

Como citar este artigo: Oliveira, Itamar F. "La historia del tiempo presente en revistas especializadas brasileñas (2007-2014). *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 1, nº1, p. 46-57. 2015. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Este artigo apresenta um perfil de publicações periódicas especializadas em História do Tempo Presente (HTP) em circulação no Brasil entre 2007 e 2014: "*Boletim do Tempo Presente*", "*Tempo presente*", "*Cadernos do Tempo Presente*", Revista "*Agora*" e Revista "*Tempo e Argumento*". Em seguida, apresentamos o lugar da HTP nos textos de síntese da historiografia brasileira, o ciclo de vida dos periódicos, temas, perfis dos autores, das áreas de formação, marcos cronológicos dominantes nos artigos, filiações teóricas e institucionais. Nos resultados, destacaram-se o predomínio da bibliografia francesa como fundamento para autores brasileiros e a ausência de um consenso temporal sobre um possível tempo presente para a experiência nacional.

Palavras-chave: história do tempo presente – periódicos - historiografia brasileira - experiência nacional.

The history of the present time in Brazilian journals (2007-2014)

Abstract: This article presents a profile of journals specialized in History of the Present Time (HTP) circulating in Brazil between 2007 and 2014: "*Boletim do Tempo Presente*", "*Tempo presente*", "*Cadernos do Tempo Presente*", Revista "*Agora*" e Revista "*Tempo e Argumento*". The aim is to shed light on the role of HTP in synthesis texts on Brazilian historiography, the journals life cycle, subjects, educational profile of authors, key chronological landmarks predominant in articles, theoretical and institutional affiliations. Results pointed to the predominance of French literature as a theoretical basis for Brazilian authors and the absence of a temporal consensus around a possible present time for national experience.

Keywords: history of the present time – journals - brazilian historiography - national experience.

La Historia del Tiempo Presente (HTP) se concibe como un período, categoría, enfoque, campo, sub disciplina y disciplina académica, entre otras tipificaciones. Sin embargo, no es nuestra intención, en este momento, contar la historia del campo o escribir acerca de las principales cuestiones que están relacionadas con los variados significados atribuidos a la expresión. Así, no hacemos esta escoja por falta de espacio, pero porque que el mercado editorial ya ofrece las súmulas didácticas¹, colecciones², artículos de síntesis³ y entrevistas⁴ disponibles en la internet.

La estrategia adoptada, sin embargo, no nos exime de informar que la HTP y sus diferencias en variadas cultura – *temps présent* (tiempo presente) e *histoire proche* (historia reciente) en Francia, *contemporary history* (historia contemporánea), en Inglaterra, *contemporary history* e *history of our own time* (historia de nuestro propio tiempo), en Estados Unidos, *Zeitgeschichte* (historia contemporánea), *neueste Geschichte* (historia más reciente) e *neue Zeitgeschichte* (nueva historia contemporánea), en Alemania⁵ – están relacionadas con experiencias individuales e institucionales, internas y externas en los dominios de los historiadores, que surgen, simultáneamente, en países, como la Alemania, Inglaterra, Francia y España.⁶

Esas experiencias surgen para dar respuestas a los “impresionantes cambios de las sociedades que sobrevivieron a las catástrofes del siglo XXI”⁷, enfatizando, ora en la experiencia relacionada a la construcción/reconstrucción de Estados y democracias nacionales – como los estudios que abordan las causas y consecuencias de las dictaduras en Chile, Argentina, Uruguay, Paraguay e Brasil⁸– ora en las cuestiones que cruzan estas mismas naciones de manera simultánea, como el terrorismo y la degradación ambiental.⁹ Esas cuestiones, empiezan como prácticas devotadas a lo exame de la naturaleza y consecuencias de la Segunda Guerra Mundial (1939-1945) y amplianse para la grans cuestiones experimentadas por los practicantes en sus sociedades de origen.

Fue así en Alemania, con la ascensión de lo nacionalsocialismo y el exterminio de los judíos, en España, con la Guerra Civil y el Franquismo y, en Francia, con la resistencia, el régimen colaboracionista de Vichy y las derrotas coloniales¹⁰. La HTP nace, por fin, y también,

¹ Julio Aróstegui, *La historia vivida: sobre la historia del presente* (Madrid: Alianza, 2014); Henry Rousso, *La dernière catastrophe: l'histoire, le présent, le contemporain* (Paris: Gallimard, 2012).

² Agnès Chaveau e Philippe Tétard, *Questões para a história do presente* (Baurú: Edusc, 1999); Gilson Pôrto Júnior, *História do tempo presente* (Baurú: Edusc, 2007); Flávia Varella et. al., *Tempo presente & usos do passado* (Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012).

³ Henry Rousso, “The last catastrophe. The writing of contemporary history”, *Cadernos do Tempo Presente*, [v. 11], Abril (2013), <http://www.getempo.org/index.php/revistas/56-n-11-marco-de-2013/artigos/169-1-the-last-catastrophe-the-writing-of-contemporary-history> [Consultado em 03 jan. 2014].

⁴ François Hartog, Entrevista concedida a Henrique Estrada Rodrigues e Fernando Nicolazzi, *História da historiografia*, [n.] 10, (dez. 2012): 351-371; François Dosse, Entrevista concedida a Ana Carolina Fiuza F., *História Agora*, [n.] 7 (mar. 2007), <http://www.historiagora.com/revistas-antiores/historia-agora-no7/39/118-entrevista-com-francois-dosse> [Consultado em 03 jan. 2014].

⁵ Para aprender más acerca de las diferencias del termo, consultar Julio Aróstegui, *La historia vivida: sobre la historia del presente* (Madrid: Alianza, 2014), 28-31 e Henry Rousso, “The last catastrophe”.

⁶ Henry Rousso, “The last catastrophe”; Jan Palmowski y Kristina Spohr Readman, “Speaking Truth to Power: Contemporary History in the Twenty-first Century” *Journal of Contemporary History*, [v.] 46, n. 3 (2011): 485-505; Walther Bernecker, “La investigación histórica del “tiempo presente” em Alemania”, *Cuadernos de Historia Contemporánea* (Madrid) n. 20 (1998): 83-98.

⁷ Julio Aróstegui, *La historia vivida: sobre la historia del presente*, 27.

⁸ Luc Capdevila, “La sombra de las víctimas oscurece el busto de los héroes: historia del tiempo presente y construcción democrática (América Latina/Europa)”, *Diálogos* (Maringá) [vol.] 14, n. 1 (2010): 111-119.

⁹ Kristina Spohr Readman, “Contemporary history in Europe: from mastering national pasts to the future of writing the world”, *Journal of Contemporary History*, [v. 46], n. 3 (2011): 506-530, <http://jch.sagepub.com/content/46/3/506> [Consultado em 28 fev. 2014].

¹⁰ Julio Aróstegui, *La historia vivida*, 25 y 37-44. Es importante consultar las diferentes declaraciones acerca de la historia del tiempo presente como algo que hace parte del dominio de los historiadores. Pero, en primer lugar debemos especificar, con el testimonio de Francisco Carlos Teixeira da Silva, que el período mencionado no tiene una unidad en el ámbito historiográfico. Hasta mediados de la década de 1980,

dentro del dominio de los historiadores, como un síntoma de una crisis de paradigma, en relación con la objetividad histórica.¹¹

En esos citados ejemplos de países europeos, en los cuales la historia del tiempo presente logró alto grado de legitimidad en los medios académicos y políticos, por supuesto, esconden las fracturas que hacen parte de la producción de la HTP, como la división de Alemania en 1945 y la reunificación después de 1989, las disputas entre periodistas e historiadores en Francia; entre nacionalistas y los que se discutían las cuestiones transnacionales en Inglaterra. Cuando tenemos en cuenta esas fracturas es posible notar que las causas y consecuencias de la II Guerra Mundial y de la Guerra Fría, por ejemplo, pasan por la experiencia de varios países en lo siglo XX, durando hasta lo XXI.

Por otra parte, es cómodo objetar que otros desastres ocurrirán al largo de los últimos tres siglos y, por más que lo presente ya fuera experimentado como un objeto histórico en tiempos lejanos - Tucídides (460-400 a.C.) es el autor más citado. ¿Por qué razón, entonces, solamente a partir de los años 1970, la HTP se institucionaliza como una disciplina?

Para las realidades inglesas y francesas, la institucionalización fue posible porque lo principio de la “objetividad”, característica dominante de la identidad de los historiadores hasta 1914, cayó, lentamente, después de la participación de los historiadores en defensa de sus naciones, durante las guerras mundiales.¹² Así, Henry Rousso alega que los investigadores del presente, “marginales durante casi cien años en Francia, empezaron a dominar la corporación de historiadores” en la segunda década del siglo XXI.¹³

¿Porque razón crece tanto el número de practicantes de la HTP? ¿Lo que discuten esos historiadores – que es lo presente? ¿Para qué sirve? ¿Cuáles son las utilidades que tiene la HTP en el proceso de formación de personas? ¿Cuáles presentes tratan los historiadores brasileños en la última década? Este artículo intenta responder a esas cuestiones justificado por la reciente introducción de la HTP en la enseñanza de historia e, sobre todo, por la falta de un texto de síntesis que nos ofrezcan una visión panorámica de la experiencia brasileña sobre el tema.

HTP en la historia de la historiografía

Conocer y tipificar el presente historiado en Brasil no es una tarea tan agradable cuanto la originalidad de este labor puede parecer. Lo ideal sería encontramos, en las recientes historias de la historiografías brasileñas, un capítulo específico para la historia del tiempo presente. Sin embargo, como es un fenómeno muy nuevo en Brasil, que es datado en la década

principalmente en Alemania, la experiencia reciente era una "versión suave": "Esa visión" suave "de la historia del tiempo presente se puede entender, de manera clara, como la búsqueda de una solución política y emocional para apoyar los esfuerzos de reconstrucción y la creación de un proyecto de futuro, tanto en Francia como en Alemania. Del mismo modo, se puede observar, en clave psicoanalítica como una recusa a revivir el trauma. De este modo, la HTP se constituyó, desde su origen, en un tema incómodo, en un manera de 'provocar' las heridas debían ser curadas "por falta de memoria, evitando su exposición pública y reiterada [...] La mayor parte de las veces, en las bendiciones de fractura ideológica de la Guerra Fría - nadie quería, de hecho, saber exactamente lo que pasó durante la guerra y quién hizo lo qué". Francisco Carlos Teixeira Silva, *Vozes, vozes – (re)memorar* (Rio de Janeiro: Multifoco, 2012), pp. 53-4.

¹¹ Georg G. Iggers, *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge* (London: Wesleyan University Press, 1997).

¹² Henry Rousso, “The last catastrophe”, 6; Kristina Spohr Readman, “Contemporary history in Europe”, 517.

¹³ Henry Rousso, “The last catastrophe”, 9.

de 1990¹⁴, la historia de la historiografía, todavía, no ha incorporado como objeto de estudio. Esto lo podemos comprobar, por ejemplo, en los textos de síntesis de José Jobson Arruda e José Manuel Tengarrinha (1999)¹⁵, Francisco Iglésias (2000)¹⁶, en las colecciones organizadas por Marcos Cezar de Freitas (1998)¹⁷, Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (2011)¹⁸ y en el artículo que traza un panorama de la historiografía brasileña reciente, escrito por Estevão de Rezende Martins (2011)¹⁹.

La bibliografía especializada en historia de la enseñanza de historia y en la formación del profesor de historia²⁰ sigue la misma directriz. Cuando eso no ocurre – hablamos, en particular, de lo texto de Márcia Menendes Motta.²¹ Por una adversidad, la HTP es presentada como algo que es correlato a lo concepto de memoria e de manera muy restrictiva²² en lo que se refiere a los instrumentos de reproducción del campo, como lo creación de grupos de investigación, instituciones de periódicos especializados y las particularidades de la enseñanza en el nivel universitario. Por lo tanto, los que se proponen a catalogar la producción tiene mismo que buscar en las pioneras e recientes colecciones²³, en cerca de 800 artículos publicados, principalmente, en los periódicos *Tempo Presente* [2006-2014], *Ahora* [2007-2014], *Tempo e Argumento* [2009-2014] y *Cadernos do Tempo Presente* [2006-2014], además de las pocas obras que historian la formación del campo, pero tienen una circulación limitada, lo que ocurre con los citados autores Cristiane Bereta (2006)²⁴ y Francisco Carlos Teixeira da Silva (2012).²⁵

Elegimos, en ese texto, por el análisis de la producción de los cuatro periódicos que en los anuncios, títulos, alcances y editoriales asumen la palabra de historia del tiempo presente. Así, tratamos de responder las siguientes cuestiones: ¿Que temáticas son abordadas? ¿Cuáles recortes temporales son privilegiados? ¿Cual lo perfil de los autores que escriben para esos periódicos?.

¹⁴ Cristiane Bereta, “Escrever a história do tempo presente: algumas questões e possibilidades”, *Tempos Históricos*, ed. Marechal Cândido Rondon, [vol.] 09 (2006): 257-276; Francisco Carlos Teixeira Silva, *Vox, vozes – (re)memorar* (Rio de Janeiro: Multifoco, 2012).

¹⁵ José Jobson de Arruda e José Manuel Tengarrinha, *Historiografia luso-brasileira contemporânea* (Bauru: Edusc, 1999); IGLÉSIAS, Francisco. Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

¹⁶ Francisco Iglésias, *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000).

¹⁷ Marcos Cezar de Freitas, *Historiografia brasileira em perspectiva* (São Paulo: Contexto, 1998).

¹⁸ Ciro Flamarion Santana Cardoso, Ronaldo Vainfas, *Novos Domínios da História*, vol. 1, (Rio de Janeiro: Elsevier, 2012).

¹⁹ Estevão de Rezende Martins, “Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea”, *Revista Portuguesa de História*, [v.] 42, (2011): (197-210).

²⁰ *Revista Latinoamericana de Historia* - (UFRGS) - Dossier "Formación de profesores de historia" [2013] - *En Tiempo de Historia* - (UNB) - Dossier "La enseñanza de la historia" (2013), *Tiempo y Argumento* - (UDESC) - dossier "La enseñanza de la historia" [2012], *Historia Hoy* - *Revista Electrónica de historia* y -ANPUH Educación / BRASIL – todos los tres números dedicados a la enseñanza de historia [2012-2013], *Entrever* – *Periódico de las licenciaturas* (UFSC) - dossier "capacitación docente y enseñanza de la historia" [2012], *Revista de Historia y Educación* (UEL) - los 10 números [2006/2013] dedicado a la historia de enseñanza, *La educación en periodico*(UFPR) - Dossier " historia, epistemología y la educación : retos del diálogo en tiempos de incertidumbre "[2011], *Periodico de historia* (USP) - Dossier " enseñanza de la historia "[2011], *Rutas* (UDESC) - Dossier " enseñanza de la historia "[2010], *Antíteses* (UEL) - dossier "Historia y enseñanza - teorías y metodologías" [2010], *Fronteras* (UFGD) - dossier "enseñanza de la historia (2009), *Historia Periodico* (UFG) - dossier " enseñanza de la historia [2009], *Revista Soltala voz* (UFG) - Dossier "enseñanza de la historia" [2009], *Antíteses* (UEL), Dossier "Historia y la educación - la producción de conocimiento" [2009], y encabezado de página (UFPR) - Dossier "educación histórica" [2006].

²¹ Márcia Motta, “História, Memória e Tempo Presente”, In: *Novos Domínios da História*, vol. 1, (org.) Ciro Flamarion Santana Cardoso, Ronaldo Vainfas (Rio de Janeiro: Elsevier, 2012), 21-36.

²² Gerson Moura, *História de uma história* (São Paulo: Editora da USP, 1995).

²³ Marieta de M. Ferreira, Janaina Amado, *Usos e abusos da História Oral* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996); Gilson Pôrto Júnior, *História do tempo presente* (Bauru: Edusc, 2007); Dilton Maynard, *Visões do Mundo Contemporâneo*, vol. 1 (São Paulo: Livro Pronto, 2012).

²⁴ Cristiane Bereta, “Escrever a história do tempo presente: algumas questões e possibilidades”.

²⁵ Francisco Carlos Teixeira Silva, *Vox, vozes – (re)memorar* (Rio de Janeiro: Multifoco, 2012).

Antes de responder a las cuestiones, veamos algunas de las motivaciones de cada periódico, sus ciclos de vida y los grupos que se vinculan.

Un instrumento de reproducción del campo

Las revistas científicas, como sabemos, son instrumentos de reproducción de un campo y la indicación de que algún trazo específico está siendo estudiado por un grupo de investigadores. De hecho, fue precisamente a partir de un grupo de investigación, “O Tempo” - dirigido por Francisco Carlos Teixeira da Silva, de la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ) - que se originó el *Boletim do Tempo Presente* [2006] transformado actualmente en *Revista do Tempo Presente* desde 2013. El líder de ese periódico es Karl Schuster quien coordina la línea de investigación “*Historia do tempo Presente*” en lo “*Grupo de Estudos Socioculturais da América Latina*” en la Universidad de Pernambuco - UPE. De misma manera se explica la formación del *Cadernos do Tempo Presente* (2010)²⁶, derivado de los trabajos desarrollados por el “Grupo de Estudios del Tiempo Presente” - GET, sobre la coordinación de Dilton Maynard, en la Universidad Federal de Sergipe (UFS), estrechamente vinculado a lo “Tempo” UFRJ.

Lo periódico *Tempo e Argumento* [2009] es anunciado como una publicación del Programa de Posgrado en Historia de la Universidad del Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC) y surge, inspirada en las asertivas de Reinhart Kosseleck, cuando defiende la asertiva del establecimiento de un “nuevo” campo de pesquisas (Editorial del *Tempo e Argumento*, 2009).²⁷ Actualmente, es coordinada por Luciana Rossato y Maria Teresa Santos Cunha.

Por último, conozcamos la *Revista Agora* (2007).²⁸ El subtítulo nos indica las filiación – “*Periódico de Historia do Tempo Presente*”. Ese periódico ya empieza sus trabajos intentando diferenciar la historia del tiempo presente de la historia inmediata, tiendo como referencia los franceses Serge Bernstein e Pierre Milza. En la entrevista inaugural, publicada en el periódico, se queda más clara esa cuestión, preguntando a Ciro Flamarion Cardoso sobre el presente, el inmediato e contemporáneo (Entrevista, 2007).²⁹ Los primero ocho números del periódicos fueron coordinados por un grupo multidisciplinar: Clarissa Fernandes do Rego Barros (servicio social), Marcos Abreu Leitão de Almeida (historia) e Pedro Henrique Campelo Torres (ciencias sociales). Actualmente, la *Revista Agora* es coordinada por Eduardo Meiberg de Albuquerque Maranhão Filho (historia, ciencias sociales y marketing) y no explicita ninguna filiación formal a grupos o instituciones de pesquisa.

Tabla 1 – Números publicados en periódicos especializados en HTP en Brasil (2007-2014)

Títulos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
<i>Cadernos do Tempo Presente</i>				2	3	5	4	1	15
<i>História Agora</i>	3	3	1	1	3	1	2	1	15
<i>Tempo e Argumento</i>			2	2	2	2	2	1	11
<i>Tempo Presente</i>						3	3	1	07
TOTAL	3	3	3	5	8	11	11	4	48

Elaborado por el autor a partir de revistas especializadas

²⁶ Cadernos do Tempo Presente. São Cristóvão (2010-2014). Disponível em: www.getempo.org/index.php/revistas.

²⁷ Tempo e Argumento. Florianópolis (2009-2014). Disponível em: <http://revistas.udesc.br/tempoeargumento>.

²⁸ Revista Agora. Rio de Janeiro (2007-2014). Disponível em: www.historiagora.com.

²⁹ Revista Agora. Rio de Janeiro (2007-2014). Disponível em: www.historiagora.com.

La “novedad” de los periódicos también es expresada en los conceptos entre los pares. Ningún de ellos alcanzó el prestigiado concepto “A”, de acuerdo con el *Web Qualis*, en la área de historia, algo que nos indica cuando un periódico tiene un carácter internacional. El periódico *Tiempo Presente* (TP) está en proceso de evaluación. Sin embargo, mismo con el antiguo título *Boletín do Tempo Presente*, el periódico nunca avanzó para allá del “B4” (historia, letras, lengua y educación), siendo “B3” en otras áreas (geografía, filosofía/teología e derecho). *Cadernos do Tempo Presente* (CTP) es clasificado como “B3” (en historia) y “B2” (en educación). El periódico con mejor evaluación “Tempo e Argumento” (TA) es “B1” (en historia, planeamiento urbano y regional/demografía e dominio interdisciplinar). La frecuencia anual de todos los periódicos, aunque con algunas irregularidades, se ha mantenido, como se expresa en la Tabla 1.

Las tablas 1 e 2 indican que no solamente los números publicados han crecido de manera progresiva, como también los perfiles de los géneros publicados vienen cambiando en los últimos siete años. Los artículos libres, que antes representaban 86% en 2007, actualmente, son 40%. Los artículos en los dossiers, por el contrario, inexistentes en 2007, representan los mismos 40 % de los artículos libres en 2014. Las entrevistas han disminuido en cantidad y las reseñas, a pesar de representaren 17 % de toda la producción, tiene una frecuencia irregular en el periodo. Las publicaciones de fuentes e traducciones son prácticamente raras.

Tabla 2 – Números de textos publicados en periódicos especializados en HTP en Brasil (2007-2014)

Gênero	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Artigo	12	12	10	36	38	52	48	21	229
Artigo – dossiê			14	11	58	21	55	21	180
Editorial			2	2	5	3	5	4	21
Entrevista	2	2	4	2	14	2	3	1	30
Fontes			1	1				1	3
Resenha		4	6	20	18	26	21	4	99
Tradução			1	1	2				4
Total	14	18	38	73	135	104	132	52	566

Elaborado por el autor a partir de revistas especializadas

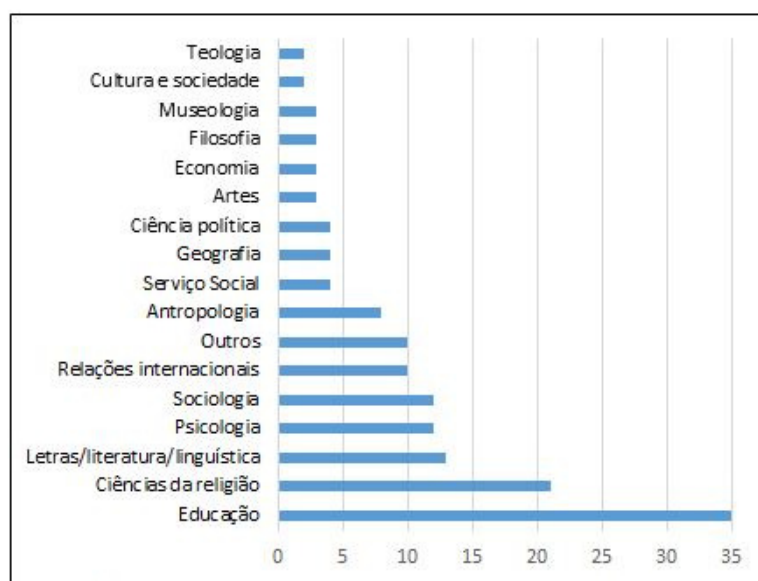
Es de nuestro interés directo las temáticas vehiculadas en los periódicos, por eso, nos concentraremos, a continuación, en el examen de los artículos (libres y dossiers), informando los autores, temas y temporalidades dominantes y descentradas, así como los indicios acerca de los sentidos de la historia del tiempo presente defendidos en esos periódicos.

Perfiles de los autores

¿Quién escribe en los periódicos que se apoderan como de HTP? La mitad de los autores son doctores. Los demás, estudiantes de doctorado (17%), maestros (11), estudiantes de maestría (10%), especialistas (1%) graduados (7%) y estudiantes de graduación (4%). Teniendo la titulación más recurrente, doctorado (202 en 491 autores), comprobamos también que, en orden progresiva, lo periódico TP es más selectivo (50% de los autores tienen doctorado), el TA, con 71% de doctores autores, demuestra la taja media baja de de incorporación de otras titulaciones, mientras que lo HA e a CTP son los que más ofrecen

espacios para maestros, estudiantes de maestría, especialistas, graduados y estudiantes de graduación. Respectivamente, sólo 39% y 43% de doctores e 20% y 10% de graduados y estudiantes de graduación hacen parte de los cuadros de colaboradores en el periodo. Sin embargo, especialmente en lo periodo *Revista Agora*, existe un gran número de autores (esencialmente en los dossiers que discuten las cuestiones de género) que son los sujetos de su propia historia e, por lo tanto, no tienen sus formaciones indicadas en algunos casos (significativa es la experiencia e no el narrador de ella).

Cuadro 1 – Distribución del número de autores por área de conocimiento en los periódicos HTP (1997-1914)



Elaborado por el autor a partir dos periódicos especializados.

Con relación a la área de actuación, las diferencias son aún mayores entre la historia e demás ciencias. Teniendo en conjunto la totalidad de los artículos, podemos decir que, en el ponto de vista del más alto grado, la interdisciplinaridad (con relación a la área de formación) no existe en los periódicos de HTP. Son 52% profesionales de historia, es decir, 211 en 491 participantes. En lo Cuadro 1, la palabra “otros” muestra claramente la dispersión e adelgazamiento de áreas, pues constan formados en arqueología, cultura y turismo, desarrollo y medio ambiente, estructura ambiental y urbana, periodismo, actividad militar, psicoanálisis, salud y semiótica, teniendo sólo un representante en cada área.

Teniendo en cuenta las 19 especialidades citadas, también podemos identificar los periódicos que más abren espacio para la colaboración multidisciplinar. Esa es alta en *HA*, baja en *CTP* y en *TAI* es baja y muy endógena (historiadora) en *TP*. En este periódico, 99% de los actores son de las áreas de historia, educación e relaciones internacionales.

Las temáticas recurrentes

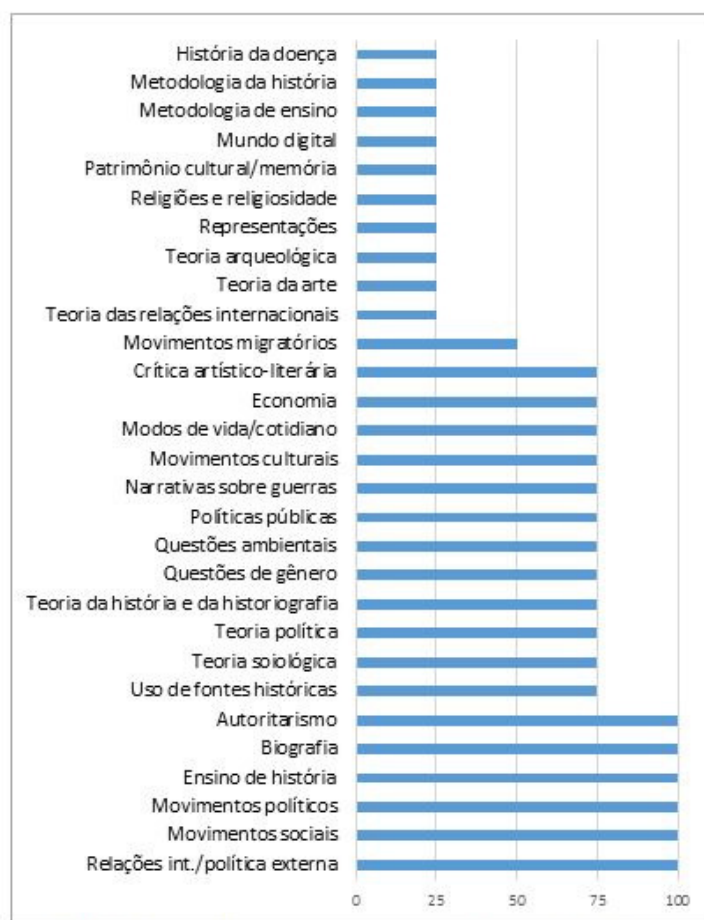
Lo Cuadro 2 presenta una visión panorámica de las temáticas citadas por los colaboradores de los periódicos especializados en HTP. Tenemos en cuenta que el

autoritarismo (en Cono Sur, Brasil de 1964-1984, en la extrema derecha nazi en Alemania, en el interior de las universidades, en Acre, en la primera mitad del siglo pasado, en la Internet en el comienzo del siglo XXI, entre otros), la biografía, enseñanza de historia, movimientos políticos (imperialismo, revolución bolivariana, *petimos*, *chavismo*, sandinistas, caras pintadas), movimientos sociales (*cangaço*, transtérminos, educación popular) y las relaciones internacionales y acciones de la política externa (Brasil-África, Brasil- países de la amazonia, Brasil-Mercosur, Estados Unidos- Medio Oriente, Estados Unidos – Unión Soviética, entre otros) son más recurrentes, se tenemos en cuenta la presencia en el periódico. Esas temáticas asisten a todos los periódicos, así como, la crítica científico-literaria (cine, teatro, tele, literatura) están presente en tres periódicos, los movimientos de migración (brasileños y argentinos en dirección a Italia, de mineros para los Estados Unidos, de los uruguayos a las naciones latino americanas) en dos y la historia de la Poliomielitis en uno.

Sin embargo, la presencia no indica consistencia. Nuestra investigación atesta que los periódicos *CPP*, *HA*, *TA* son de alta diversidad temática, es decir, tienen entre 18 y 20 de los 29 temas, mientras que *TP* es radicalmente contrario a esa condición: movimientos políticos (21%), estudios sobre la enseñanza de historia (18%) e cuestiones acerca de las relaciones internacionales y/o de política externa (12%).

Lo mismo se puede decir cuando lo cualitativo es la diferencia temática. No es el hecho del *RA* tener 22 de las 29 temáticas que lo convierten un repositorio de variados objetos, ya que 36% de sus 166 artículos, aprobados entre 2007 y 2014 abordan la religión y religiosidad, resultando en dos enormes dossiers, publicados en 2011 y 2013. En general, podemos decir que predominan el autoritarismo (14%), las formas de vida (11%) y la crítica artístico literaria (11%) en lo *CTP*, religión y religiosidad (33%) y cuestiones de género (15%) en *HA*, teoría de la historia e de la historiografía, en especial de la HTP (20%), autoritarismo (15%) y enseñanza de historia (13%) en *TA* y, como se anunció, autoritarismo (26%), movimientos políticos (21%) y enseñanza de historia (18%) en *TP*.

Cuadro 2 – Temáticas vehiculados en los periódicos de HTP (1997-1914)



Elaborado por el autor a partir de los periódicos especializados

Dos temas, por fin, nos interesan en específico: la enseñanza, historia e teoría de la historia sobre HTP. Teoría de la historia, HTP e historia de la HTP representan 8,3% del total de artículos publicados en los cuatro periódicos. Su naturaleza no difiere de lo que encontramos, por ejemplo, en encuestas transnacionales de periódicos en Alemania, Francia e Inglaterra.³⁰ Los artículos de esa sección centran, en predominio, la categoría memoria e sus relaciones con lo colectivo, trauma, olvido, el acceso a los documentos públicos y a la metodología de la historia (en específico, historia oral). En una escala menor, se dan a conocer artículos que discuten los sentidos de la historia e de HTP, las ideas de verdad, acontecimiento, intersubjetividad y el pensar históricamente. Por último, hay ejercicios de historia de la historiografía académica y de la escrita de sí.

Las aportaciones teóricas que predominan (HTP, inmediato, memoria, recentismo, historicidad) son francesas, que marcan la presencia de la lengua y cultura en nuestra historiografía académica, desde la primera mitad del siglo pasado. Los más mencionados son Agnes Chauveau, François Hartog, Henry Rousso, Jaques Le Goff, Jean Lacouture, Jean Pierre Rioux, Jean-François Sirinelli, Pierre Nora, Philippe Thetard, René Rémond y Michel De Certeau. Fuera del círculo francés, aunque no tan distante, están: Michael Pollack (austriaco,

³⁰ Kristina Spohr Readman, "Contemporary history in Europe: from mastering national pasts to the future of writing the world".

radicado en Francia), Pieter Lagrou (belga), Eric Hobsbawm y Peter Burke (ingleses), Nestor Maria Cancline (Mexico), Francisco Carlos Teixeira da Silva y Marieta de Moraes Ferreira (brasileños).

Acerca de la enseñanza de historia, los periódicos valorizan las investigaciones sobre las estrategias de comunicación, algunos clásicos como libro texto, museos y estrategias de la educación del patrimonio y las posibilidades de uso de la Internet. Otros abordan las evaluaciones de libros texto, usos de los libros textos en escuelas religiosas, el “pensamiento histórico” de los profesores y estudiantes y las categorías “pensar históricamente”, “aprender históricamente”, “evento o acontecimiento” y “memoria”. Observamos, pues, que se trata, en esos casos, mucho más de una historia del presente de la enseñanza de historia.

Con respecto a la HTP en la enseñanza de historia, esa ocupa 7,1% del total de artículos y son discutidas las representaciones sobre los nativos e historia de América, el Golpe Militar de 1964, la Guerra de las Malvinas, historias de familias e actuación de Luis Carlos Prestes. También hay textos sobre el lugar de la HTP en los currículos estatales o nacionales de Brasil, Estados Unidos, Australia, en los libros texto japoneses, argentinos y brasileños. En sus introducciones, esos textos indican la escasa producción y la posibilidad de entrada de la HTP en los currículos de Brasil por medio de la experiencia, sobre todo, europea. Los referenciales teóricos son más franceses que lo anunciado en la lista anterior y reproducen, obviamente, Rioux, Rousso e Rémond. Sin embargo, también citan las obras de Paul Ricoeur, Pierre Milza, Serge Bernstein, Maurice Agulhon, Gérard Noiriel, Marc Bloch, del autor español Julio Aróstegui, especializados en la enseñanza como Circe Bittencourt, Kazumi Munakata, Rivair Macedo, Mário Carretero, Peter Lee, Benoit Falaize, entre otros.

El tiempo cronológico que distingue del tiempo presente

La referencia temporal no parece ser elemento importante en muchos artículos. Expresiones como “actualmente”, “en el mundo contemporáneo”, “en la modernidad”, en el “mundo moderno” y “hoy” son comunes, así como artículos que empiezan y cierran sin una referencia cronológica (a excepción del año de publicación de las obras citadas). Lo mismo ocurre en algunos títulos y resúmenes. ¿Qué entendemos por la frase “La testosterona cambió mi estar acá” o “Aspectos del elemento humano en la cultura de Cabo Verde”? Hay también los que anuncian la “globalización” como enfoque y reservan la mayor parte del texto para narrar la institución de la industria cultural, desde los años 20 do siglo pasado. Otro explora los fans del cantante “Ricardo Arjona” sin informar, al menos, el tiempo en que ocurre el fanatismo o la fecha de nacimiento del artista. Lo mismo ocurre con “Imágenes del Islam en la tele brasileña: el periodismo en televisión y la telenovela El Clon”.

Sin duda, gran parte de la temporalidad está relacionada a la naturaleza teórica del tema. Las idas y vueltas del tiempo, de la Grecia antigua hasta el siglo XIX, del Renacimiento a la globalización etc., a discutir los distintos sentidos de una categoría de historia, *a justificar la ausencia de los límites cronológicos*. Sin embargo, las muestras más flagrantes de la ausencia de límites temporales, no sabemos si por protección a los testigos o por abandono metodológico, predominan en los trabajos sobre la religión o religiosidad y las cuestiones de género. Los autores que así lo hacen, aparentan entender que su “vívido” es equivalente a el “vívido” de los lectores. Ocurre que lo artículo, mismo en formato digital, produce una historicidad, que debe tener un comienzo manifiesto por su autor.

Estas dificultades no fueran suficientes para dejarnos de establecer la clasificación que si sigue. Las Tablas 3 y 4 fueran construidas por medio del objetivo inicial indicado por los

autores. En su mayoría, las tablas son aproximativas, debido a la frecuencia con que encontramos los términos “principio del siglo XIX”, “al final del siglo XX”, etc. Otros se refieren al “periodo de la dictadura militar”, “globalización”, “posmodernidad”, etc. como una manera de limitar lo objeto de estudio. Sin embargo, es muy evidente que lo presente indicado por la mayoría de los autores (cuando no están haciendo una revisión de la literatura o a buscar “las orígenes” del fenómeno o sujeto) está situando en lo principio de la década de 90 del siglo pasado. Tres de los cuatro periódicos concentran lo número dominante en la fisura generacional que ocurre desde 1991 hasta 2014.

**Tabla 3 – Artículos publicados en periódicos especializados en HTP no Brasil –
Números totales (2007-2014)**

Periódico	Total	>1891	1891-30	1931-60	1961-90	1991<	NI*
<i>Cadernos do Tempo Presente</i>	108	8	11	18	29	35	7
<i>História Agora</i>	161	18	9	16	43	46	29
<i>Tempo e Argumento</i>	122	0	18	39	33	20	12
<i>Tempo Presente</i>	34	3	0	4	8	12	7

(*) Fueran excluidos los demás géneros: editorial, entrevistas, fuente histórica y perfil.

(**) Límites temporales no identificados

Teniendo en cuenta 50% de los artículos como un punto de corte, este periodo se expande para 2 ½ generaciones, es decir, el tiempo cronológico que incluye los años de 1931-60, 1961/90 y 1991-2014. Los números son claros: CTP- 76%, HA-56%, TA-75% e TP-71%. Pero, se seguimos mirando el último periodo, comprobaremos que el respecto a la distancia temporal, algo incuestionable en la historiografía académica del siglo XX, aparenta estar desapareciendo en este tipo de periódico.

**Tabla 4 – Artículos* publicados en periódicos especializados en la HTP en Brasil –
Números totales (2007-2014)**

Periódico	Total	>1891	1891-30	1931-60	1961-90	1991<	NI**
<i>Cadernos do Tempo Presente</i>	100%	7%	10%	17%	27%	32%	6%
<i>História Agora</i>	100%	11%	6%	10%	27%	29%	18%
<i>Tempo e Argumento</i>	100%	0%	15%	32%	27%	16%	10%
<i>Tempo Presente</i>	100%	9%	0%	12%	24%	35%	21%

(*) Fueran excluidos los demás géneros: editorial, entrevistas, fuente histórica y perfil.

(**) Límites temporales no identificados

Por supuesto, existen trabajos que exploran la duración conjetural y larga. Sin embargo, como está en la Tabla 4 (columna 1), esos artículos representan entre 7% y 11% del total. Además, gran parte de este total es justificado también por las mismas razones empleadas en la significativa porcentaje de artículos atemporales: el ídolo de las orígenes y el carácter ensayístico de algunos artículos (la falta de preocupación con el tiempo e espacio específicos en la búsqueda por el mejor argumento).

En el fin, debemos registrar que, a pesar de las menciones a las categorías claves como “trauma”, “memorias que regresan” y “régimen de historicidad del presente”, la mayor parte de los trabajos justifican sus marcos temporales a través de esos complejos fundamentadores, derivados de la discusión francófona, en la mayoría de las veces. Los autores parecen, simplemente, contar una historia que ocurre en el tiempo vivido y, que, por suerte (para ellos, suponemos), un periódico a constituye como historia. Es decir: se tenemos en conjunto, en total de los artículos de un periódico o en todos los artículos del general de periódicos, no percibimos tendencias o coincidencias que nos induzcan a afirmar que los

periódicos especializados que indican o legitiman la instauración de un nuevo presente (con excepción en los años 90 del siglo pasado).

Conclusiones

Recodemos que nuestro objetivo en este artículo fué producir un perfil de los temas, autores que nos ofrecen una base que nos sirve de comparación para que, en el futuro, posamos mejor evaluar la presencia de la HTP en los currículos brasileños. Lo que creemos ser importante, en principio, es que la HTP revelada en los periódicos especializados no es una práctica de periodistas. Nos parece que el mundo académico embarga la actuación de los periodistas en tales vehículos de discusión, o que nos parece más aceptable, pues los periodistas ya narran la experiencia del presente en sus periódicos diarios o semanales, en la prensa, tele o en el formato digital.

Otro dato importante es lo ahuecamiento de la producción cuando nos acercamos del periodo más reciente, las décadas de 1990 a 2000. Es probable que la muralla de la objetividad de la ciencia, basada en una supuesta separación del pasado/presente o historia/política no tenga mucha fuerza entre los académicos que escriben en los referidos periódicos. En ese caso, lo periodismo brasileño se diferencia del periodismo alemán, inglés, francés y de norte América.³¹

Sobre los objetos, destacamos la dispersión y, en consecuencia, el reducido interés en la clásica historia política. Cuestiones de género (lesbianas, gays, mujeres), religiosidad (pentecostalismo, comunidades carismáticas, umbanda), migraciones (de mineros, uruguayos, pescadores españoles), tráfico de personas (mujeres, travestis), el patrimonio cultural (artefactos, celebraciones, carnaval del Zé Pereira), mundo digital, las políticas públicas de inclusión social en la intolerancia cotidiana, las cuestiones ambientales, las narrativas de guerras (local y regional), teoría y enseñanza de la HTP parece obscurecer, por ejemplo, la reciente experiencia autoritaria del Estado.

Algo que no provoca asombro es el uso frecuente de los aportes de la HTP con matriz (o origen) francesa, a pesar de los recientes diálogos de los grupos de pesquisa brasileños con autores alemanes, ingleses y de norte América. Esta característica marca la discusión epistemológica sobre la HTP, pero también las investigaciones diagnósticas o prescritas del uso de la HTP en la educación básica. Por supuesto, no son suficientes para indicar los periodos o la demarcación de un presente, el brasileño, que puede trasladarse al universo escolar.

³¹ *Ibid.*.



ARTIGOS - ARTICLES

**Inferência abductiva e historiografia: uma conversa para
historiadores e filósofos**

Phillip Honenberger
Department of Philosophy and Religion Studies
Rowan University
honenberger@rowan.edu

Allan Megill
Corcoran Department of History
University of Virginia
megill@virginia.edu

Com a contribuição de Jesse Dukes, Justin Reich, John Norman, Steven M. Shepard e Hillary J. Bracken

tradução de Viviane Venancio Moreira

Como citar este artigo: Honenberger, Phillip, e Megill, Allan. "Inferência abductiva e historiografia: uma conversa para historiadores e filósofos". Traduzido por Viviane Venancio Moreira. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 1, nº1, p. 58-81. 2015. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: o artigo toma a forma de uma conversa entre estudantes em um seminário de filosofia da história. O tópico do dia é abdução, uma forma de inferência identificada pela primeira vez por Charles S. Peirce, que a comparou e contrastou à dedução e indução. Após o professor introduzir o tópico e um aluno resumir a visão do próprio Peirce acerca da inferência abductiva, os alunos se revezam propondo modelos de inferência abductiva e oferecendo observações sobre a possível adequação destes modelos como descrições de ou guias para uma investigação ou explicação histórica. Um aluno propõe que a diferença da abdução, contrastando com a dedução e indução é apenas que a abdução infere que a conclusão é *possível* ao invés de necessária (*dedução*) ou *provável* (indução). Alguns alunos oferecem objeções a esta caracterização e a discussão então se move na direção de uma série de outras propostas para compreender a própria abdução, assim como a distinção entre particularidade e generalidade histórica, o caráter da explicação histórica e a função da evidência na avaliação das teses históricas.

Palavras-chave: abdução, inferência abductiva, Charles S. Peirce, lógica, probabilidade, explicação.

*Abductive inference and historiography: a conversation for historians
and philosophers*

Abstract: the article takes the form of a conversation between students in a philosophy seminar of history. The topic of the day is abduction, a form of inference first identified by Charles S. Peirce, that compared and contrasted the deduction and induction. After the teacher introduce the topic and a student summarize the own Peirce' vision about the abductive inference, students take turns proposing abductive inference models and offering observations on the possible suitability of these models as descriptions or guides for an investigation or historical explanation. A student proposes that the difference of abduction, contrasting with the deduction and induction is just that abduction infers that the conclusion is possible rather than required (deduction) or probable (induction). Some students offer objections to this characterization and discussion then moves towards a number of other proposals to understand the very abduction, as well as the distinction between particularity and historical whole, the character of the historical explanation and evidence of the role in the evaluation of historical theses.

Keywords: abduction, abductive inference, Charles S. Peirce, logic, probability, explanation.

Nota Introdutória

Este capítulo é apresentado na forma de uma discussão entre participantes em um seminário de História da Filosofia. O tópico do dia é o raciocínio abductivo. O termo “abdução” foi cunhado pelo filósofo americano Charles S. Peirce para significar a forma de raciocínio envolvido na elaboração de uma hipótese. Peirce argumentou que em adição às formas tradicionalmente reconhecidas de dedução e indução, a abdução é uma parte necessária do raciocínio filosófico, científico e histórico. Desde que Peirce introduziu o termo, acadêmicos de uma variedade de disciplinas – notadamente Umberto Eco e Paul Thagard – exploraram o conceito de abdução. O diálogo a seguir tenta articular as formas pelas quais o raciocínio abductivo pode ou não se aplicar aos problemas teóricos enfrentados pelos historiadores contemporâneos.

Agradecimentos a Jesse Dukes, Justin Reich, John Norman, Steven M. Shepard, e Hillary J. Bracken pelo material bruto a partir do qual este diálogo foi composto. As declarações feitas foram modificadas e não refletem necessariamente as opiniões de seus autores com completa exatidão, nem suas opiniões atuais e ponderadas. No entanto, quando uma ideia foi originalmente sugerida a nós pelo comentário de um participante, nós introduzimos aquela ideia através dos comentários daquela pessoa no diálogo. A discussão principal ocorreu num período de várias semanas no semestre da primavera de 1999, parte numa sala de seminário e outra através de troca de e-mails. Diferentes participantes naquela discussão se revezaram como tomadores de notas. PH e AM discutiram o tópico na primavera de 2004 e em várias ocasiões subsequentes, algumas vezes entrando em “diálogo” com os participantes do seminário de 1999, como representado no *Protocolo* do seminário (os próprios participantes estavam na época bastante dispersos). AM e PH dão crédito pela originalidade onde ele é devido e tomam responsabilidade por quaisquer erros.

PH, AM.

Allan: Vocês irão se lembrar de discussões prévias nesta aula sobre a evidência de DNA que foi publicada no último outono mostrando que uma das crianças da escrava de Thomas Jefferson, Sally Hemings, era filha de alguém da linhagem dos Jefferson.¹ Quase que imediatamente à tomada de conhecimento deste novo desenvolvimento pelos historiadores especializados em escravidão americana e na Primeira República, vários deles organizaram um congresso para examinar aqueles resultados e suas implicações. Eu frequentei o plenário do congresso nesta última manhã de domingo.² A discussão suscitou alguns assuntos teóricos interessantes. Detectei no ar uma forte baforada de preocupação do tipo “história pública” – uma preocupação de que a história deve tentar ser boa e útil para nós, agora. Em princípio, não tenho objeções a pessoas pensarem desta forma. Afinal, a escravidão e seu legado continuam assunto vivo na comunidade da Virgínia. O que é perturbador para mim não é a preocupação “presentista” – afinal, queira ou não nos aproximamos da história através de uma ou outra perspectiva do presente – mas sim minha impressão de que em alguns casos o relato do passado acaba distorcido na base da concepção do que é bom para nós, agora. Na questão Jefferson-Heming, “bom para nós agora” poderia ser, num extremo, uma história edificante

¹ Eugene A. Foster, M. A. Jobling & P. G. Taylor, “Jefferson Fathered Slave’s Last Child”, *Nature*, 5 de novembro de 1998; Nicholas Wade, “Taking New Measurements for Jefferson’s Pedestal”, *New York Times*, 7 de março de 1999.

² O congresso aconteceu em 5-6 de março na Universidade da Virgínia. Os artigos da conferência foram reunidos em Jan Ellen Lewis & Peter Onuf (eds.), *Sally Hemings and Thomas Jefferson: History, Memory, and Civic Culture* (Charlottesville, Virginia: University of Virginia Press, 1999).

sobre uma mistura amável e terna das fronteiras raciais numa situação onde menos poderíamos imaginar, ou, no outro extremo, um conto de precaução sobre um Pai de nossa Pátria que era um estuprador. Até onde consigo ver, nenhuma das histórias tem suporte de evidências adequado. Talvez seja significativo que estas possibilidades tenham sido levantadas num contexto de uma pergunta da audiência: “O que devemos dizer aos alunos do ensino fundamental sobre Jefferson e Sally Hemings?”

Mas mesmo antes daquele momento no evento, um palestrante sugeriu – ao menos se ouvi corretamente e depois me lembrei corretamente de suas palavras – que as práticas opressivas de outros donos de escravos no séculos XVIII e começo do XIX constituíam forte evidência em relação ao caso Jefferson. Mas na ausência de evidência *específica* do caso Jefferson, isto é simplesmente errado: mesmo que todos os outros donos de escravos na Virgínia tivessem mantido sexo forçado com escravas em suas **plantations**, isto não estabelece que Jefferson estuprou Sally Hemings. No máximo, tal evidência, a qual podemos pensar como *analogica* em caráter³ leva-nos a cogitar a *possibilidade* de que Jefferson realizou tais atos. E é uma possibilidade que precisa ser testada contra a totalidade da evidência – isto é, contra a totalidade da evidência *em relação a Jefferson*. O procedimento intelectualmente honesto seria lidar com a *classe* de donos de escravos, generalizar sobre esta classe, mas *não* deduzir a partir desta generalização, “Muito frequentemente donos de escravos da Virgínia fizeram sexo com suas escravas”, que qualquer dono de escravo *em particular* se adequou ao molde.

Vamos manter este assunto em mente na discussão de hoje. O Phillip irá começar relatando a teoria do raciocínio abduativo de Charles S. Peirce.

Phillip: Obrigado. Irei apresentar brevemente as características principais da teoria da abdução de Peirce, primeiramente dizendo como ela se relaciona com a dedução e indução e depois explicando como ela se apresenta dentro da teoria do método científico de Peirce. Deixo de lado a questão da aplicabilidade da noção de abdução na historiografia. Poder-se-á lidar com isto na discussão que se segue.

Ao preparar esta apresentação, atentei primariamente para dois ensaios de Peirce, um deles intitulado “Dedução, Indução e Hipótese” (1878) e o outros intitulado “Sobre a Lógica de Extrair História de Antigos Documentos, Especialmente Testemunhos” (1901).⁴ Peirce é um pensador difícil de entender, parcialmente porque ele publicou muito para muitas audiências – matemáticos, cientistas, filósofos e o público geral – e parcialmente porque ele frequentemente mudava de opinião, assim como de terminologia. Os dois ensaios que examinei são amostras disto.

Em “Dedução, Indução e Hipótese” a palavra “abdução” não é encontrada, e ainda assim é claro que o que Peirce chama de “hipótese” é a mesma coisa que ele chama mais tarde de abdução ou “inferência abdutiva.” (Douglas Anderson tem um artigo excelente sobre a forma como o conceito de abdução de Peirce mudou durante o curso de sua carreira, o qual está publicado na *Transactions of the Charles S. Peirce Society*⁵). Neste ensaio, Peirce provê a matriz

³ Shepard *et al.*, 2007, pp 132-134. Shepard, Steven, Phillip Honenberger, & Allan Megill. “A Case Study in Historical Epistemology: What Did the Neighbors Know about Thomas Jefferson and Sally Hemings?” em Megill, *Historical Knowledge, Historical Error: A Historian's Guide to Practice* (University of Chicago Press, 2007), 125-150.

⁴ Charles S. Peirce, “Deduction, Induction, and Hypothesis” em *Writings of Charles S. Peirce*, ed. Christian J. W. Kloesel (Bloomington, Illinois: Indiana University Press, 1878b), vol. 3, 323-338; Peirce, “On the Logic of Drawing History from Ancient Documents, Especially from Testimonies” em *Historical Perspectives on Peirce's Logic of Science*, ed. Eisele (1901), 736-752.

⁵ Douglas Anderson, “The Evolution of Peirce's Concept of Abduction”, *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, [vol.] 22, 2 (1986): 145-164.

desenhada para ressaltar como Dedução, Indução e Hipótese (Abdução) são diferentes. Ele o faz por meio de três experimentos de pensamento envolvendo sacos opacos contendo feijões coloridos.

Primeiramente, vamos supor que um cômodo contém vários sacos de feijões coloridos. Damos uma olhada muito cuidadosa dentro de um saco e notamos que todos os feijões no saco são brancos. Se retirarmos um punhado de feijões daquele saco e, sem olharmos para eles, concluirmos que todos os feijões na nossa mão são brancos, nós estamos procedendo por raciocínio dedutivo. Uma vez que todos os feijões no saco são brancos, e todos os feijões na nossa mão são daquele saco, sabemos com certeza que aqueles feijões são brancos. Obviamente, esta conclusão é dificilmente uma grande revelação. Isto coincide com o julgamento da tradição filosófica (comum em Hume, Leibniz e Kant, entre outros) que a conclusão de um argumento dedutivo está “contida em suas premissas” e, portanto, nunca revela qualquer conhecimento novo. Se conhecermos as premissas, já conhecemos a conclusão. Desta forma, a conclusão pode nos parecer como cômica em sua obviedade.

Em segundo lugar, suponhamos que peguemos um outro saco e, sem olhar dentro dele, retiremos um punhado de feijões. Notamos que todos os feijões na nossa mão são pretos. Deste fato podemos inferir que todos os feijões no saco são pretos, apesar de que não podemos dizer corretamente que sabemos disso com certeza. Aqui estamos fazendo uma inferência indutiva. Sabemos que, até agora, todos os feijões que retiramos do saco foram pretos e a partir deste fato estamos inclinados a inferir que o próximo feijão retirado do saco também será preto e podemos ainda inferir que *qualquer* feijão que retirarmos do saco será preto (isto é, que todos os feijões no saco são pretos). Como Hume, Kant e outros filósofos notaram há muito, a inferência indutiva parece expandir nosso conhecimento em uma forma que o raciocínio dedutivo não faz. Mas, pelas razões que Hume apresentou numa forma especialmente impactante e conhecida, o raciocínio indutivo parece incapaz de oferecer a característica de certeza do raciocínio dedutivo.

Peirce usou estes dois exemplos para mostrar que o raciocínio indutivo é o reverso do raciocínio dedutivo. Ele descreveu a indução como “remar contra a corrente da sequência dedutiva.”⁶ Esta é uma expressão estranha e ambígua da parte de Peirce, mas a esclarecerei em um momento. De acordo com Peirce, no raciocínio dedutivo nós começamos com uma *regra* (“todos os feijões neste saco são brancos”). É chamado de regra porque denota características que pertencem às entidades simplesmente em virtude de seu pertencimento a uma *classe* específica de entidades. Neste caso, as entidades particulares se conformarão à regra 100% do tempo. (Uma generalização estatística também pode ser uma regra, no caso a regra poderia afirmar que “X% das entidades pertencentes à classe P tem a característica Q.”)

Peirce também introduz a noção de um *caso*. Identificamos algo como sendo um caso quando fazemos uma declaração do seguinte tipo: “estes feijões são daquele saco.” Quando dizemos que algo é um caso, estamos dizendo que uma *coisa* ou *coisas* particular (es) (“estes feijões”) são membros da *classe* “(neste ou deste saco)” descrita(s) pela *regra*. Se soubermos ambos a regra e o caso, podemos inferir (como nossos olhos fechados, como no cenário acima) um *resultado*, que é chamado um resultado porque é uma consequência lógica imediata da observação que o *caso* é um membro da *classe* descrita na *regra*. Logo (ainda que eu vá um pouco além da terminologia de Peirce aqui), podemos pensar em casos como *coisas*, que podem ser vistas como pertencentes a uma *classe*, que é descrita esquematicamente por tal e tal *regra*, a partir da qual podemos inferir tal e tal *resultado*.

O raciocínio indutivo é o reverso deste processo. No raciocínio indutivo não temos qualquer regra dada à qual um caso particular possa ser subsumido. O caso particular

⁶ Peirce, “Deduction, Induction, and Hypothesis”, 325.

(“estes feijões são deste saco”) é combinado com outro caso particular (“estes feijões são pretos”) e tratamos o segundo caso (“estes feijões são pretos”) *como se* fosse o resultado de uma subsunção do primeiro caso a uma regra que ainda é desconhecida por nós. Qual pode ser a regra ainda desconhecida? Notem que no raciocínio dedutivo temos a regra prontamente disponível a nós, mas aqui temos que adivinhar. Ficamos inclinados a inferir uma regra que tornaria possível uma inferência dedutiva se, indo na outra direção, tivéssemos contato direto com essa regra. Assim, inferimos a regra, “todos os feijões deste saco são pretos.”. É como se tivéssemos que nadar contra a corrente do raciocínio dedutivo. Inferimos uma regra a partir de um caso e de um resultado.

Neste ponto em “Dedução, Indução e Hipótese”, Peirce nota que dedução e indução não esgotam as estruturas possíveis de inferência em termos de regras, casos e estruturas. Qual cenário, ele pergunta, poderia descrever uma inferência a partir de uma regra e um resultado. Qual cenário, ele pergunta, poderia descrever uma inferência de uma regra e de um resultado *à existência de um caso singular*.

Imaginem o seguinte cenário. Digamos que numa mesa no canto extremo do cômodo eu vejo uma pilha de feijões vermelhos e um saco. Olho dentro do saco e noto que todos os feijões no saco são vermelhos. A essa altura, posso adivinhar que a pilha de feijões vermelhos veio do saco de feijões vermelhos. Isto é uma inferência dedutiva? Não, porque tudo que tenho à minha disposição é uma regra (“todos os feijões no saco são vermelhos”) e um caso (“estes feijões que estão fora do saco são vermelhos”) que não recai na classe descrita pela regra. Portanto, não posso usar a regra (“todos os feijões no saco são vermelhos”) para dedutivamente concluir alguma coisa além sobre os feijões que estão fora do saco.

Isto é uma inferência indutiva então? Não, porque numa inferência indutiva infere-se a existência de uma regra, enquanto que a conclusão que tiro aqui (estes feijões são deste saco) não é geral (como são as regras) mas particular (como são casos e resultados). No artigo de 1878, “Dedução, Indução e Hipótese,” Peirce chama essa forma de raciocínio não-dedutivo e não-indutivo de “hipótese” (apenas mais tarde a chamará de “abdução”). Essa operação é caracterizada pela inferência a partir de uma regra conhecida (“todos os feijões este saco são vermelhos”) e de um particular conhecido (“estes feijões são vermelhos”) que é tratado como o *resultado* de um caso desconhecido, até a existência daquele caso desconhecido (“estes feijões são destes saco”). Em suma, temos...

MATRIZ DE PEIRCE

DEDUÇÃO

Regra. – todos os feijões deste saco são brancos.

Caso. – Estes feijões são deste saco.

[Portanto,] *Resultado.* – Estes feijões são brancos.

INDUÇÃO

Caso. – Estes feijões são deste saco.

Resultado. – Estes feijões são brancos.

[Portanto,] *Regra.* – Todos os feijões deste saco são brancos.

HIPÓTESE [TAMBÉM CONHECIDA COMO ABDUÇÃO]

Regra. – Todos os feijões deste saco são brancos.

Resultado. – Estes feijões são brancos.

[Portanto] *Caso.* – Estes feijões são deste saco.⁷

Estou bastante certo de que Peirce diria que esses três tipos de inferência – dedutiva, indutiva e abdutiva – esgotam as possibilidades. Mas suspeito que Peirce foi um pouco ludibriado neste sentido por seus procedimentos favoritos de investigação lógica, os quais incluíam a busca por propriedades significativas lógicas através do estudo de transformações estruturais do silogismo (o que o procedimento do seu artigo de 1878, apenas revisitado, exemplifica), e os quais também incluía a sua conhecida tendência a fazer classificações tripartites que ele considerava como sendo exaustivas (a sua assim chamada “triadomania”).⁸

Em seus escritos posteriores, Peirce concebe a abdução, dedução e indução como três estágios do que ele simplesmente chama “investigação”. Investigação, para Peirce, inclui procedimentos cotidianos de busca de informação e solução de problemas, assim como os procedimentos mais refinados das ciências modernas. Acredito que a visão de Peirce acerca da investigação tem aplicação natural e frutífera para muitas práticas dos historiadores. Deixarei para meus colegas membros do seminário dizerem precisamente como aquela aplicação deve ocorrer.

A visão de Peirce acerca do procedimento de investigação pode ser resumida da seguinte forma⁹:

- (1) Uma pessoa nota um fato surpreendente.
- (2) Ela imagina acontecimentos ou condições que poderiam explicar este fato surpreendente. Estas possíveis explicações constituem um conjunto de hipóteses e o modo de raciocínio através do qual ela constrói cada hipótese é o raciocínio abdutivo.
- (3) Ela deseja determinar qual dessas hipóteses é correta e para fazê-lo ela seleciona uma para teste. Peirce oferece algumas sugestões sobre como selecionar uma hipótese para teste em seu artigo de 1901, “Sobre a Lógica de Extrair História De Documentos Antigos, Especialmente Testemunhos,” assim como em outros lugares, mas por enquanto suprimirei isto.
- (4) Para testar essa hipótese, ela imagina (o próprio Peirce escreve “deduz”, o que pode ser um pouco enganoso) algumas consequências de sua hipótese. Ela deseja que estas consequências sejam testáveis, e preferencialmente testáveis de tal forma que ela não tenha que ir muito longe para testá-las. Ela também deseja que as consequências sejam surpreendentes no sentido de não decorrerem (ao menos não de forma simples) de alguma hipótese que já é atualmente bem aceita. Se acontecesse de elas serem assim, aquele resultado não daria a ela qualquer razão adicional para adotar a hipótese sob consideração.
- (5) Ela testa estas consequências. É aqui, de acordo com Peirce, que os cânones do bom raciocínio indutivo entram em jogo (apesar de eu pessoalmente duvidar que estes testes sempre tenham um caráter indutivo em tudo menos numa forma discreta.) Se se descobre que uma consequência “deduzida” (imaginada) é o caso, ela agora tem melhores

⁷ Exceto pela inserções em colchetes, a matriz foi retirada sem modificação de Peirce, Ibid., 325-6.

⁸ C.W. Spinks, *Peirce and Triadomania: A Walk in the Semiotic Wilderness* (Berlin: Mouton de Gruyter, 1991).

⁹ O que se segue é uma versão idealizada da explicação de Peirce dos estágios de investigação, que apresentada por Peirce (em vários formatos) em muitos textos ao longo de sua carreira. Para uma pequena amostra (do início, do meio e do fim), ver Peirce 1878a, 247-8, 1901, 732-736, e “A Neglected Argument for the Existence of God,” em *Collected Papers, Vol. 6: Scientific Metaphysics*, eds. Charles Hartshorne & Paul Weiss (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1908), 319-326.

razões para acreditar que sua hipótese está correta. Caso aconteça de uma consequência “deduzida” não ser o caso, ela descarta a hipótese ou ao menos a revisa.

Esta é, resumidamente, a teoria do método científico de Peirce. De acordo com Peirce, esses estágios são vividos repetidamente. Um fato que é surpreendente na base das velhas cogitações estimula um pensador a imaginar algum caso que o explicaria (a abdução). Para testar esta hipótese, o pensador imagina que outros fatos decorreriam desta hipótese, particularmente fatos que seriam inesperados se a hipótese não fosse verdadeira (todo o resto sendo igual) e que são testáveis sem muito trabalho. Isso leva à dedução. Finalmente, o pensador faz os testes (indução). Se esses testes negarem a hipótese, ele revisa ou descarta a hipótese. Se eles confirmarem a hipótese, a hipótese é adotada até que algum novo fato surpreendente ameace negá-la. Parte do que faz a formulação de Peirce tão notável é que ela trata o método da ciência simplesmente como uma versão mais autoconsciente dos processos inferenciais que as pessoas utilizam no cotidiano.

Allan: Phillip, interessante. O historiador que usa a abdução de forma mais conhecida (mas nem sempre de uma forma epistemologicamente responsável) é Carlo Ginzburg. Notem que seu *Clues, Myths, and Historical Method*¹⁰ consta da bibliografia deste seminário. Suspeito que Ginzburg possa ter sido estimulado naquela direção por um colega seu, Umberto Eco, uma vez que Eco há tempos tem um interesse em Peirce. Ginzburg e Eco podem ser comparados a Robin Winks, *The Historian as Detective*,¹¹ apesar do livro de Winks não ser especialmente interessante sob a perspectiva de um teórico. E R.G. Collingwood, em *A Ideia de História*,¹² também conceitua a investigação histórica no modelo da detecção criminal. Direi algo sobre as abordagens de Eco e Ginzburg um pouco mais tarde. Discussão?

Jesse: Pergunto-me por que não se pode definir a abdução simplesmente como a chegada a uma conclusão como uma *possibilidade* (ao invés de uma necessidade ou probabilidade) das premissas? De acordo com a explicação que tenho em mente, o caso é sempre algo conhecido, a premissa maior ou regra é declarada em vários graus de perceptibilidade e a conclusão é variavelmente certa, dependendo das premissas.

Então digo o seguinte:

ESQUEMA DE JESSE

Dedução:

- | | |
|---------------------------------|--------------------------------------|
| 1. Sócrates é homem. | (premissa menor, conhecida). |
| 2. Todos os homens são mortais. | (premissa maior, certeza não vista). |
| 3. Sócrates é mortal. | (conclusão, provada) |

¹⁰ Carlo Ginzburg, *Clues, Myths, and Historical Method*. Trad. por John Tedeschi and Anne C. Tedeschi (Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1992b).

¹¹ Robin Winks (ed.), *The Historian as Detective: Essays on Evidence* (New York: Harper and Row, 1969).

¹² R. G. Collingwood, *The Idea of History, revised edition, with Lectures 1926-1928*, ed. Jan Van der Dussen (Oxford, UK: Oxford University Press, 1994).

Indução:

- | | |
|---|---|
| 1. Sócrates é homem. | (premissa menor, conhecida). |
| 2. A maioria dos homens é
(ou todos os homens
observados até agora são)
mortais. | (premissa maior, probabilidade de ser vista). |
| 3. Sócrates é mortal. | Conclusão (tudo menos provada) |

Abdução:

- | | |
|----------------------------------|---|
| 1. Sócrates é homem. | (premissa menor, conhecida). |
| 2. Alguns homens são
mortais. | (premissa maior, possibilidade de ser vista). |
| 3. Sócrates é mortal. | Conclusão (possibilidade demonstrada) |

Sob esta perspectiva, parece claro que um atributo definidor da abdução como uma forma de inferência é que ela apenas demonstra possibilidade. Se a única regra que apresenta a si mesma como perceptível é “alguns homens são mortais” (e pode ser argumentado que isto é o máximo de certeza que podemos obter), então a conclusão “Sócrates é mortal” deve ser substituída por “Sócrates é possivelmente mortal.”.

Esta reflexão serve para definir a abdução simplesmente como uma mudança da premissa maior dentro do clássico modelo de dedução. No entanto, estou inclinado a pensar que a matriz de abdução de Peirce, como inferi a partir da apresentação de Phillip, é uma tentativa de ir além do modelo clássico de dedução e criar, na verdade, modelos para os três tipos de argumento. Uma consequência é que as categorias se tornam distorcidas. Então se acaba abduzindo um caso (“premissa menor”) ao invés de um resultado (“conclusão”). Mas certamente isto é estranho.

Phillip: Interessante. Se o compreendi bem, Jesse, você está sugerindo que dedução, indução e abdução podem ser comparadas simplesmente em termos de graus de confiabilidade que as premissas conferem à conclusão. Aqui o raciocínio dedutivo traz completa certeza, o raciocínio indutivo traz probabilidade e o raciocínio abduativo traz a mera possibilidade. Essa é uma sugestão interessante, a qual não estou muito certo de como avaliar. Você defende seu ponto ao expressar os três tipos de inferência como variedades da ordem da probabilidade ou possibilidade da forma familiar dedutiva, “A é B, B é C, portanto, A é C.” (Acidentalmente, Peirce, seguindo a tradição lógica medieval, chama esta forma *Barbara* e nota que todas as inferência pode ser expressas nela.¹³)

Penso que Peirce expressa as distinções entre dedução, indução e abdução numa forma que você diz “distorcida” porque ele quer sublinhar relações estruturais entre as três formas de inferência – em particular, ele quer sublinhar o ponto que, diferentemente da dedução, a indução gera uma *regra* e a abdução um *caso* (o que, em combinação com a regra, produziria o resultado mencionado nas premissas). Essas relações estruturais não são capturadas na sua reflexão sobre as três formas de inferência. Mas, mais uma vez, *sua* tipologia enfatiza algo que a

¹³ Peirce, “Deduction, Induction, and Hypothesis”, 323-324.

tipologia de Peirce não faz – o espectro dos graus de certeza atribuíveis à conclusão, baseados nas premissas, nas três formas de inferência.¹⁴ E as duas transformações não são incompatíveis. Em termos do seu exemplo “Sócrates é mortal”, o silogismo correspondente à indução como expressada pelo exemplo dos feijões de Peirce seria, “Sócrates é mortal, Todos os homens são mortais, Sócrates é (possivelmente) homem.”.

Allan: Devemos ser cuidadosos em não focar apenas no que Peirce disse e acreditou. O que é importante aqui é seja lá o que for possivelmente sugestivo e útil *para nós* naquilo que ele escreveu. E agora, ao invés de apenas um (velho) modo de pensar sobre dedução e indução (como algo que se move do geral para o particular e do particular para o geral, respectivamente), temos duas *novas* formas de pensar sobre a diferença entre dedução e indução, assim como sobre abdução. As duas novas formas são: a reflexão de Peirce em termos de resultados, regras e casos; e a reflexão de Jesse em termos de necessidade, probabilidade e possibilidade.

Jesse: Penso que podemos também distinguir dois tipos de abdução: aquela através da qual podemos inferir a existência de um (possível) caso e aquela através da qual inferimos a existência de uma (possível) regra. Imaginemos que é apresentado ao historiador um fato surpreendente que muitos mais novilhos em uma localidade específica nascem com cinco patas do que ocorre nos arredores. Tratando este fato como um “resultado”, como explicá-lo? Comparem os dois seguintes processos de raciocínio:

OS DOIS TIPOS DE ABDUÇÃO DE JESSE

Abdução 1 (Abdução Orientada Por Regra):

1. Vitelos em uma localidade específica nascem com cinco patas.	(“resultado”: premissa menor, conhecida).
2. Há / pode ter havido radiação gama.	(“caso”: conclusão, levantada como hipótese)
3. Radiação causa vitelos com cinco patas.	(“regra”: premissa maior, descoberta)

Abdução 2 (Abdução Orientada Por Fato):

1. Novilhos em uma localidade específica nascem com cinco patas.	(“resultado”: premissa menor, conhecida).
2. Radiação causa vitelos com cinco patas.	(“regra”: premissa maior, conhecida).
3. Houve radiação.	(“caso”: conclusão, descoberta)

¹⁴ Mas Peirce descreve e distingue as três formas de inferência de uma forma similar em um texto de 1903: “A Dedução prova que algo *deve* ser, a Indução mostra que algo *é realmente* operante, a Abdução meramente sugere que algo *possa ser*.” – cf. Peirce, “The Nature of Meaning” [Harvard Lectures on Pragmatism, Lecture VI], vol. 2 de *The Essential Peirce: Selected Philosophical Writings*, ed. Peirce Edition Project (Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1903), 216.

Em outras palavras, quando confrontados com um fato surpreendente que queremos explicar, podemos abduzir tanto uma *regra* que pode explicá-lo, baseada naquele fato surpreendente e outro(s) fato(s), ou abduzimos um *fato* que poderia explicá-lo, com base em uma regra ou regras (presumidas ou provadas). Em outras palavras, há a abdução orientada por regra (Abdução 1) e há a abdução orientada por fato (Abdução 2).

A abdução orientada por regra (Abdução 1) é similar à indução. A única diferença é que com a indução as premissas tornam a conclusão (a regra) *provável*, enquanto que com a abdução 1 as premissas meramente fazem a regra *possível*. Em outras palavras, na abdução a conclusão é suportada de forma mais fraca do que na indução. Outra forma de pensar a abdução 1 é que, nela, uma regra possível é descoberta ao refletir a relação entre dois casos concretos. Em contraste, o raciocínio indutivo geralmente procede através de uma consideração de correlações entre várias instâncias de dois tipos de casos.

Também noto que os historiadores com frequência usam regras ou casos meramente hipotéticos como premissas para suas inferências abdutivas. Por exemplo, o historiador confrontado com os vitelos de cinco patas pode dizer, “Se a radiação causa vitelos de cinco patas, então os vitelos podem ter sido contaminados com radiação” (Abdução 2) ou “Se os vitelos foram contaminados com radiação, então a radiação pode causar vitelos de cinco patas” (Abdução 1).

Allan: Gosto da construção do Jesse, mas preciso pensar um pouco nela. Questiono-me se a formulação regra/caso/resultado possa ser confusa demais. Sei que às vezes me confunde.

Justin: Penso que apenas necessitamos ser mais precisos com as definições que constroem a matriz. Proponho o seguinte:

AS DEFINIÇÕES DE JUSTIN DE PREMISSAS E CONCLUSÃO

- (1) *Premissa Menor* ou *Caso*: um fato observável que precisa ser aceito como verdadeiro. Pode ser tanto (a) autoevidente ou (b) aceito por definição.
- (2) *Premissa Maior* ou *Regra*: uma lei que dita alguma relação que sempre se mantém.
- (3) *Conclusão* ou *Resultado* ou *Instância*: um fato inobservável. Algo que não pode ser *nem* (a) provado simplesmente de forma empírica ou (b) aceito por definição (se um dos dois ocorrer, não seria uma Conclusão/Resultado/Instância: seria uma premissa menor).

Se adotarmos essas definições, penso que podemos representar o exemplo de Jesse dos vitelos contaminados por radiação da seguinte forma:

Todos os vitelos que sofreram radiação têm cinco patas	(premissa maior)
Este vitelo tem cinco patas.	(premissa menor)
Portanto, este vitelo sofreu contaminação por radiação.	(conclusão)

Allan: Gosto disto, mas tenho algumas poucas sugestões. (1) Para as “Premissas Maiores,” penso que “sugerir” seria melhor que “ditar”. “Sugerir” parece acomodar melhor a abdução. (2) Penso que diria fato “não observado” ao invés de fato “inobservável”. (3) Para a premissa maior do exemplo do vitelo do Justin, eu diria, “*Alguns* vitelos que sofreram radiação têm cinco patas.” É dizer demais que todo vitelo que sofreu contaminação tem cinco patas: isso estreita a abrangência da abdução consideravelmente. (4) Também mudaria o tempo verbal, dizendo “Alguns vitelos que nasceram com cinco patas.” O verbo no passado parece mais apropriado aqui do que o presente (universal) (pergunto-me porque). Finalmente, (5) penso que a conclusão deveria ser, “Este vitelo possivelmente sofreu radiação.”

Phillip: Concordo com esses pontos, na medida em que poucas das regras às quais um historiador normalmente apelaria são universais e a conclusão de uma inferência abdutiva não segue necessariamente das premissas. Mas penso que na descrição de Peirce da abdução, a possibilidade dessas modificações é razoavelmente presumida. É digno de nota, penso, que o exemplo de Justin das abduções combina com alguns dos exemplos do próprio Peirce, particularmente em um artigo de 1867, “Sobre a Classificação dos Argumentos.”¹⁵ Considerado como uma peça de raciocínio dedutivo, o seguinte é uma famosa falácia lógica chamada “afirmação do consequente”: Todos os As são B, C é B, portanto, C é A. A conclusão obviamente não segue com necessidade das premissas. Mas no raciocínio abdutivo, no qual estamos procurando determinar a causa (desconhecida) de efeitos (conhecidos), essa é frequentemente a única forma de raciocínio disponível para nós. É verdade, no exemplo do vitelo do Jesse, que *se* o vitelo sofreu de contaminação, isso explicaria o surpreendente fato de o vitelo ter cinco patas. (Também notarei que o silogismo abdutivo dos “feijões” originais de Peirce tem exatamente a mesma forma.) Em outras palavras: se a conclusão da inferência for verdade, então o fato declarado como Premissa Menor seria explicado. E é isso que a abdução faz, na reflexão de Peirce de 1878 e em qualquer outro lugar.

Finalmente, sobre as novas definições da terminologia lógica “premissa menor”, “regra” e assim por diante: também sugeriria que distinguíssemos a distinção “regra/resultado/resultado” da distinção “conclusão/premissas”. Conclusões de inferências *dedutivas* são resultados, conclusões de inferências *indutivas* são regras e conclusões de *abduções* são casos. A distinção “regra/resultado/resultado” parece para mim justificada pela abordagem funcional de Peirce dos argumentos. Quero dizer com isto que Peirce analisa as partes do argumento em termos de sua relação umas com as outras em um único processo de inferência. Em outras palavras, Peirce está preocupado com a maneira pela qual o argumento opera – isto é, como ele realmente *funciona*. Isso também quer dizer que os rótulos “regra/resultado/resultado” têm que ser compreendidos como termos relativos – ou talvez devêssemos dizer como termos *relacionais*. O que conta como um caso em um silogismo pode contar como resultado em outro.

Justin: Então em abdução começamos com a Premissa Menor ou fato – o que Peirce chama “resultado”. Por exemplo: “Este vitelo tem cinco patas” ou “Estes três vitelos nascidos em Albermarle County neste ano têm cinco patas.” Então assumimos uma Premissa Maior, declarada como uma possibilidade – o que Peirce chama de uma “regra”. Por exemplo: “Vitelos com cinco patas *podem* ter sofrido contaminação.” Esta forma específica de frasear pode não *parecer* uma regra, mas podemos ver que há uma regra implicitamente atrás dela, nomeadamente, “Ao menos às vezes a radiação causa o nascimento de vitelos com cinco patas.” Finalmente, podemos concluir abdutivamente a partir das Premissas Maiores, também

¹⁵ Peirce, “On the Classification of Arguments”, vol. 2 de *Writings of Charles S. Peirce*, ed. Edward C. Moore (Bloomington, Illinois: Indiana University Press, 1867), 23-48.

conhecidas como regras (combinadas com uma Premissa Menor, também conhecida como fato), que “Este vitelo pode ter sofrido radiação”-- o que Peirce chama de “caso”.

Allan: Exatamente. E isto incorpora as revisões que Phillip e eu sugerimos.

Justin: Então, depois da abdução, reunimos a maior quantidade de informação que conseguirmos sobre esse vitelo e seu contexto histórico. Se tivermos fatos suficientes, podemos ser capazes de fazer uma reivindicação parcialmente amparada sobre o não observado: esse vitelo possivelmente sofre contaminação por radiação.

Allan: Carlo Ginzburg tende a deixar de lado os “*possivelmente*” em seu próprio estudo abdutivo, *O Queijo e os Vermes*. Em contraste, em seu livro *O Retorno de Martin Guerre*, outra historiadora do primeiro período moderno, Natalie Davis, enfaticamente não deixa de fora os “possivelmente.”.¹⁶

Justin: Então uma diferença crítica entre abdução e indução é que a regra na indução deveria ser *descoberta* como um universal enquanto, na abdução, a regra é *presumida como uma possibilidade* mas nunca é transformada em um universal.

Allan: Não estou persuadido no momento de que esta caracterização é adequada. O caso oposto de “universal” é “particular” e o problema é que a regra empregada na abdução parece ser algo mais do que apenas um particular. Suspeito, na realidade, da aplicabilidade dos conceitos de “universal” e “particular” aqui.

Jesse: Por outro lado, podemos dizer que a indução é uma questão de ir de um particular para um universal...

Allan: Sei que é assim que a indução é comumente caracterizada, mas porque não igualmente bem “a indução é um argumento no qual a conclusão provavelmente segue das premissas”? Seria esta definição incompatível com sua análise?

Jesse: ... e a dedução como indo do universal ao particular...

Allan: Eu diria, “no qual a conclusão necessariamente segue...”

¹⁶ Carlo Ginzburg, *The Cheese and the Worms: The Cosmos of a Sixteenth-Century Miller*, traduzido por John Tedeschi e Anne C. Tedeschi (Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1992a); Natalie Zemon Davis, *The Return of Martin Guerre* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1983).

Jesse: ... e a abdução é usar um universal *possível* para estabelecer um particular possível. Então o historiador usa particulares definidos para fazer o possível provável.

Allan: Da primeira parte eu gosto; mas ao invés de dizer “usa particulares definidos para fazer o possível provável”, diria o seguinte: “a abdução é suscetível de ser transformada em uma indução pela adição de particulares definidos, portando concedendo probabilidade à possibilidade.”

Justin: Aqui está mais uma rodada de resumo:

A DEFINIÇÃO DE D.I.A DE JUSTIN

Na Dedução você toma um fato observado e uma regra aceita e deduz um fato não observado.

Na Indução você toma o mesmo fato observado e um fato não observado aceito e induz uma regra.

Na Abdução você toma o mesmo fato e uma regra que possa possivelmente ser verdade e abduz um fato não observado.

Depois de abduzir, o historiador reúne outros fatos para tornar (ele ou ela espera) a conclusão da abdução provável. E, como Allan enfatizou, você não trata a regra como um universal.

Portanto a maioria do pensamento histórico procede por abdução. Para pegar um exemplo familiar:

Guerras podem ter sido iniciadas por espões.	(Premissa Maior Condicional; regra).
A Primeira Guerra Mundial começou.	(Premissa Menor; resultado).
Portanto, a Primeira Guerra Mundial pode ter sido iniciada por espões.	(Conclusão possível; caso).

O historiador iria então procurar mais fatos para fazer o possível provável.

A abdução tenderá à indução assim que você começar a substituir “possivelmente” com “frequentemente” ou “quase certamente” – e em história, isto é feito por aquisição de novas informações.

Allan: “Premissa Maior Condicional” – isto é bom.

Justin: Comparado com a história, o raciocínio em sociologia ou ciência política é muito mais indutivo – põe muito mais ênfase em leis universais e teorias, sejam essas leis ou teorias a serem *aplicadas* ou, muito mais raramente, leis e teorias a serem descobertas.

Phillip: Também gosto da descrição da abdução como uso de um universal possível para estabelecer um particular possível, mas acho que deveria ser modificado da seguinte maneira: “Usando universais possíveis e particulares possíveis para inferir a existência de particulares possíveis.” E penso que esta é uma boa descrição da prática típica dos historiadores. Mas mesmo neste caso, a abdução nunca seria realmente “transformada” em indução, primeiramente porque induções não têm esta forma lógica em particular e, em segundo lugar, porque enquanto os fatos relevantes são reunidos, a hipótese guia do historiador sobre os eventos passados em questão estão destinados à mudança. Penso que o que deveríamos dizer é que o historiador busca evidências que, se a hipótese fosse falsa, seriam altamente inesperadas, e outras evidências que, se a hipótese fosse verdadeira, seriam também altamente inesperadas. E essa busca por evidência é frequentemente, mas não sempre, um processo indutivo. (Peirce diz que *sempre* é, mas não tenho tanta certeza.).

Penso que pesquisadores históricos treinados tipicamente passam por esse processo em velocidade rápida. Um historiador pesquisador pode fazer milhares de inferências abduativas por dia, uma atrás da outra, tantos quanto novas informações ou novos raciocínios requisitarem. E ele ou ela está frequentemente cogitando, comparando e aceitando provisoriamente muitas hipóteses ao mesmo tempo.

No entanto, deixe-me também oferecer qualificação. Penso que não concordo com a sugestão que, numa inferência abduativa, a premissa maior é *especialmente* condicionante (como quando contrastada com a premissa maior na dedução ou indução, por exemplo). Penso que é simplesmente suposto por Peirce (e pode da mesma forma ser suposto por nós) que *podemos estar errados sobre qualquer coisa* – a premissa maior, a premissa menor, etc. – sem que isso tenha nenhum efeito significativo na forma lógica das inferências que estamos estudando.

Allan: Certo, esta parece ser a forma que Peirce pensou – sempre o lógico, o formalista.

Phillip: Podemos estar tão errados sobre declarações probabilísticas como declarações universais e tanto sobre as premissas de deduções quanto as de abdução. Não é algo que distingue a abdução, como uma forma de inferência, de outras formas de inferência. Da mesma forma, podemos sempre estipular, ou especular, que alguma premissa é o caso (nossas inferências podem ser conduzidas na base de condições imaginadas ou presumidas ou supostas, ao invés de premissas conhecidas), sem que isso mude a forma lógica da inferência em questão. E podemos até suavizar nossas inferências dedutivas na direção de um raciocínio probabilístico ou estatístico sem fazer destas inferências algo não dedutivo, ao menos enquanto definirmos dedução e indução em termos de regras, casos e resultados, como Peirce faz. Não temos que adicionar “algumas vezes” à premissa maior de cada adução para salientar estas possibilidades.

Allan: Mas às vezes penso que meus colegas historiadores *realmente* precisam ser lembrados do “às vezes”, especialmente quando eles correm o risco de serem seduzidos por tal e tal teoria proposta por tal e tal teórico fora da história.

Phillip: Interessante. Imagino que seja verdade que os historiadores – em contraste com físicos ou sociólogos, por exemplo – fazem uso com mais frequência do que pode ser chamado declarações universais “qualificadas” em suas abduções: por exemplo, “Na Inglaterra do século XVI um nobre quase sempre teria estudado latim.”

Allan: Bom, um nobre *rico* quase sempre teria estudado latim, sim.

Phillip: Ou “donos de escravos homens no sul dos Estados Unidos frequentemente faziam sexo com suas escravas.” Então abduções em história podem apelar mais frequentemente para declarações universais qualificadas do que não qualificadas. Mas esse é outro ponto do que dizer que a *abdução*, como uma forma de inferência, é sempre especialmente caracterizada por esta qualificação.

John: Acredito que haja uma dificuldade mais básica aqui.

Allan: Qual seria? Aliás, presumo que alguns de vocês viram a foto do John no *New York Times* de domingo e o artigo que a acompanhava. (*Risadas amigáveis e outros sinais de reconhecimento da classe.*)

John: Um dos problemas do modelo de três eixos (conclusão, premissa maior, premissa menor) é que ele não responde as questões que os historiadores perguntam. Por exemplo: Se a conclusão é que a Primeira Guerra Mundial foi causada pelo assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando e a premissa menor é que Ferdinando foi uma figura política importante, a premissa maior seria que o assassinato de uma figura política importante causa guerras. Mesmo que este seja um exemplo trivial, ele mostra o quanto a conclusão não é válida para o historiador. Isto ocorre porque o historiador não tem necessidade da premissa maior.

Allan: Você está oferecendo a objeção historiográfica padrão à análise de Hempel em seu artigo de 1942, “A Função das Leis Gerais em História,” o qual é aludido (e em parte parodiado) em “Repensando o Passado.”¹⁷

¹⁷ Carl G. Hempel, “The Function of General Laws in History”, *The Journal of Philosophy*. [vol.] 39, 2(1942): 35-48; Allan Megill, “Recounting the Past: ‘Description,’ Explanation, and Narrative in Historiography”, *American Historical Review*, 94 (1989): 627-53, revisado em “Narrative and the Four Tasks of History-Writing” em Megill, *Historical Knowledge*, 78-103.

John: Mais ainda, a premissa maior nem ao menos é um universal. Poder-se-ia dizer que a premissa maior é uma probabilidade ou ao menos uma possibilidade (“o assassinato de uma figura política importante pode causar uma guerra”), mas isto é inútil para descrever as raízes da Primeira Guerra Mundial. O modelo dedutivo de raciocínio propõe que “se A (premissa maior), então C (Conclusão).” Sabendo que Sócrates é homem e dada a verdade da premissa maior, a saber, todos os homens são mortais, Sócrates irá necessariamente morrer. Mas o modelo dedutivo simplesmente não diz algo para os historiadores. Não fornece um modelo do que os historiadores realmente fazem. Em uma palavra, não é funcional.

Allan: Segundo penso, o que você diz é correto no nível das atividades específicas de pesquisa do historiador. Mas eu também argumentaria que a dedução entra na história de outros modos. Por exemplo, penso que a dedução, ou um equivalente funcional, é inserida implicitamente no momento da definição da área de ocupação do/da historiador(a). Escrever uma “história política da América” é ter – ao menos implicitamente – um conceito de política que então determina o que será incluído na história. O historiador político *assume* caracteristicamente uma definição particular de política (ou o historiador cultural uma definição particular de cultura): isto funciona como uma premissa maior de trabalho não anunciada.

John : Parte do problema é que os historiadores não buscam universais...

Allan: ... mas fazem uso deles ao máximo – isto é, eles são “consumidores” de universais. Por exemplo, historiadores claramente fazem uso de pressupostos sobre o caráter da motivação e dos desejos humanos, pressuposições que são frequentemente tão óbvias e truístas que na maior parte do tempo dificilmente as notamos. E, num nível mais particular, eles ficam frequentemente felizes em pegar emprestadas teorias (ou pseudoteorias) de outras disciplinas, as quais depois os guiam em suas abordagens de problemas históricos particulares. Por exemplo, houve um tempo em que a noção de Clifford Geertz de cultura, como ela aparecia no que foi talvez o livro mais fraco de Geertz, *A Interpretação das Culturas*, estava em moda entre poucos historiadores e entre um grande número de alunos de pós-graduação, ao menos nos Estados Unidos.¹⁸

John: Mas quais premissas maiores universais são apropriadas para o enquadramento da disciplina histórica? Supondo que a conclusão da inferência do historiador é, “A Primeira Guerra Mundial foi causada por vários fatores, incluindo a ambição imperial, tratados comprometedores e o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando.” A premissa menor, a qual deve ser conhecida – o que Peirce chama “o resultado”, se entendi a apresentação do Phillip corretamente – seria apenas o fato de que a Primeira Guerra Mundial aconteceu. Qual seria, então, a premissa maior? Neste caso, a premissa maior (a “regra”) poderia ser “Guerras são multicausais”: em outras palavras, “A ambição imperial, e/ou tratados comprometedores, e/ou o assassinato de um grande dignitário, e/ou... etc. são capazes de causar guerras.” Mas tal premissa maior é tão aberta ao ponto de não ter quase significado. Guerras serem multicausais não nos provê muito conhecimento – não da mesma forma que, por exemplo, “Todos os homens são mortais.”

¹⁸ Clifford Geertz, *The Interpretation of Cultures: Selected Essays* (New York: Basic Books, 1973).

Allan: Certo. É um universal verdadeiro trivial.

John: O raciocínio histórico não pode caber no molde silogístico enquanto a premissa maior tiver que ser geralmente verdadeira. Ou, se insistirmos em encaixá-lo nesse molde, e que a premissa maior deva ser sempre verdadeira, então a declaração constituindo aquela premissa maior deve ser tão ampla ao ponto de quase não ter significado.

Allan: Outro caminho, tomado conhecidamente pelo filósofo Michael Scriven em resposta a Hempel, foi dizer que os universais ficavam mais e mais específicos até que eles se transmutavam em uma descrição de uma situação particular que o historiador arranhou para abordar.¹⁹

John: Os vitelos então. O modelo de Jesse propõe dois tipos de abdução, a orientada por regra (Abdução 1) e a orientada por caso (Abdução 2). A questão histórica posta seria: “Por que os vitelos nasceram com cinco patas?” ou “Havia radiação em uma determinada área?” Elas parecem ser respondidas pela Abdução Orientada por Caso:

Estes vitelos nasceram com cinco patas.	(premissa menor, “resultado”: conhecido).
A radiação causa cinco patas.	(premissa maior, “regra”: por hipótese).
Havia radiação.	(conclusão, “caso”: descoberta).

Exceto que o historiador não poderia aplicar este modelo confortavelmente. Por exemplo:

Houve um levante na cidade Y em 1832.	(premissa menor, “resultado”: conhecido).
A pobreza causa levantes.	(premissa maior, “regra”: por hipótese)
Este levante foi causado pela pobreza	(conclusão, “caso”: descoberta)

A premissa maior feita por hipótese não inclui a consideração de outras causas possíveis de levantes, eventos particulares caracterizando *este* levante e incidentes onde a pobreza não casou levantes.

¹⁹ Michael Scriven, “Truisms as the Grounds for Historical Explanation” em *Theories of History*, ed. Patrick Gardiner (New York: Free Press, 1959), 443-475.

Allan: Exatamente. Para torná-lo aplicável, precisa-se adicionar mais e mais qualificadores a ele até que ele se transforme em uma descrição *deste* levante, como Scriven apontou há vários anos.

John: E se fosse feito, acabaríamos com uma resposta do tipo, “Levantes são multicausais” e, portanto, de volta à estaca zero. Como a reflexão hipotética de Collingwood do acidente de carro indica, podem-se imaginar diferentes causas até mesmo em um evento bastante simples.²⁰ Mas como o historiador deve processar as várias possíveis causas como uma *regra*? Ele pode dizer que esse levante nesse momento em particular foi causado pela pobreza, mas também deve dizer por que a pobreza atuou causalmente nesse momento e não em outros.

Por outro lado, penso que os historiadores às vezes tentam atingir *conclusões* gerais através de seu trabalho. Considerem o exemplo seguinte:

A Revolução Americana foi feita para prevenir a “tirania.”	(“resultado”: conhecido)
“Tirania” foi uma concepção mental baseada nas ideias políticas do iluminismo whig , tendo pouca conexão com a verdadeira experiência dos colonos.	(“caso”: conhecido)
Palavras devem ser compreendidas como significantes operando dentro de um contexto histórico particular.	(“regra”: descoberta)

Na verdade, penso que o modelo indutivo tradicional funciona melhor aqui. Poder-se-ia dizer que as palavras são janelas para diferentes processos de pensamento e “tirania” significava algo muito diferente no século XVIII. Como resultado, quando os americanos lutaram contra a tirania, eles o fizeram por causa da sua concepção da palavra ou ideia, não por causa de nenhuma “tirania” objetiva.

Allan: Tenho uma pergunta. Esta reflexão sobre o que o historiador tenta parece muito focada no nível da linguagem. Ouso invocar aquele termo superutilizado “discurso”? Mas suponha que você queira ir além “da interpretação das ideias” (categoria de Droysen) para a “interpretação das condições (materiais).”²¹ Suspeito que as induções comecem a parecer trêmulas quando você o fizer. Acho que você seria forçado a tornar-se especulativo muito mais explicitamente (se você quiser se manter epistemologicamente são). Eu *realmente* simpatizo com o movimento da “virada linguística” aqui. Na pós-graduação, me flagrei desconfiando das reivindicações que ouvia de colegas de classe sobre a relação entre ideias e o mundo social/material – eu simplesmente não podia ver como eles chegavam a conclusões tão confiantes – e um resultado foi que, saído do desencantamento e do cuidado, eu me confinei nas análises dos sistemas de ideias (agora poder-se-ia até dizer inacuradamente “discurso”). Mas naquele momento eu não tinha outras categorias senão dedução e indução. Agora estou inclinado a ver, na abdução, uma forma de pensar sobre como se pode “ir além da evidência”,

²⁰ R. G. Collingwood, *An Essay on Metaphysics* (Oxford: Clarendon Press, 1940), 304ff.

²¹ Johann Gustav Droysen, *Outlines of the Principles of History (Grundriss der Historik)*, com um esboço biográfico do autor. Trad. E. Benjamin Andrews (Boston: Ginn & Co., 1893), 30-36.

enquanto refletindo sobre a incerteza do “ir além.” Talvez pudéssemos chamar a “abdução” de algo como “especulação identificada.”

Steven: Talvez pudéssemos pensar na Premissa Menor como uma aplicação da Premissa Maior ao particular. Aqui chamo a Premissa Maior apenas “premissa”:

MODELO DO STEVEN: PREMISSE, APLICAÇÃO, CONCLUSÃO

Todos os homens são mortais.	(premissa)
Sócrates é homem.	(aplicação)
Sócrates é mortal.	(conclusão)

Na indução, frequentemente perdemos a aplicação porque ela é muito óbvia para ser declarada:

O sol sempre nasceu todos os dias observados.	(premissa)
Amanhã é um dia.	(aplicação)
O sol nascerá amanhã.	(conclusão)

Para a abdução, temos:

O sol <i>algumas vezes</i> nasceu todos os dias.	(premissa)
Amanhã é um dia.	(aplicação)
O sol <i>possivelmente</i> nascerá amanhã.	(conclusão)

E para o exemplo do novilho:

Vitelos de cinco patas <i>algumas vezes</i> sofreram contaminação por radiação.	(premissa)
Bessie é um vitelo de cinco patas.	(aplicação)
Bessie <i>possivelmente</i> sofreu contaminação por radiação.	(conclusão)

Esse é mais fácil para eu entender porque o grau de possibilidade é sempre declarado na premissa, a aplicação está sempre garantida (semântica ou empiricamente) e a conclusão é garantida precisamente no grau que a premissa é garantida. Gosto de usar a palavra “aplicação” porque nos mantém na linha.

Isto é na maior parte uma reafirmação da definição mais exaustiva de Justin. Como ele afirmou, “A abdução tenderá à indução assim que você começar a substituir “possivelmente” por “frequentemente” ou “quase certamente” – e na história, isto é feito através da aquisição de novos dados.”

Notem também que, neste modelo, adicionar mais informações não altera a matriz ou a relação das três partes. Apenas justifica o historiador alterar o grau de probabilidade da premissa e, portanto, da conclusão. Se *nenhuma exceção* for encontrada para a premissa (se, em outras palavras, todos os cisnes forem brancos e um cisne negro nunca tiver sido observado), então temos indução.

Para dar um outro exemplo:

Democracias	<i>provavelmente</i>	recolhem	(premissa)
impostos.			
América, França e Grã-Bretanha		são	(aplicação)
democracias.			
América, França e Grã-Bretanha		recolhem	(conclusão)
impostos.			

Justin: Discordo da sua caracterização de indução: “Temos uma série de instâncias do sol nascendo então inferimos que o sol nascerá amanhã.” Direi mais acuradamente, “Temos uma série de instâncias do sol nascendo então (*indutivamente*) inferimos que o sol sempre nasce.” Então deduzimos que o sol nascerá amanhã.

Allan: Sim, do ponto de vista lógico a revisão está inteiramente justificada e então a revisão deveria ser feita. Claro, como uma caracterização de como as pessoas pensam na vida cotidiana, é estranho, uma vez que as pessoas, eu sugiro, normalmente presumem que o sol nascerá amanhã sem pensar no assunto num nível teórico.

Phillip: Interessante. Penso que os lógicos profissionais usam o termo “indução” de forma ambígua entre estes dois significados. Mas concordo com a análise de Justin.

Allan: Steven, alguns de seus exemplos são mais ancorados na descrição do que na explicação. O que é impressionante no exemplo do recebimento de impostos e democracia, por exemplo, é que nada *causal* é sugerido: há correlação, mas nenhuma conexão causal é postulada. Penso que é preciso distinguir entre algo desconhecido que apenas aconteceu de ainda não ter sido investigado, e algo desconhecido que é desconhecido porque repousa num nível mais profundo, digamos, no nível da explicação.

“Mais dados” alcançando certeza parece mais aplicável no nível da descrição do que naquele da explicação. No último caso, eu argumentaria, apenas um nível divino de recolhimento de dados poderia alcançar qualquer coisa próxima da certeza.

Phillip: Certo. Steven, você diz, concordando com Justin, que, “a abdução tenderá à indução assim que você começar a substituir “possivelmente” por “frequentemente” ou “quase certamente” – e na história, isto é feito através da aquisição de novos dados.” Mas suspeito que os modelos indutivos de confirmação sejam normalmente inapropriados para a investigação histórica pelas razões que Allan apresentou no começo da aula quando disse “mesmo que todos os outros donos de escravos na Virginia tivessem estuprado suas escravas, isto não nos diz nada sobre se Jefferson o fizera.” Uma forma de apresentar este ponto é que não podemos simplesmente deduzir, com base em uma generalização verdadeira sobre uma classe histórica, que qualquer entidade individual que recaia naquela classe tem as características atribuídas geralmente. Nem, estritamente falando, podemos legitimamente concluir que é mais *provável* que assim seja. As razões para o segundo ponto são complicadas e espero entrar em detalhe sobre elas em outro lugar.²² Mas elas podem ser resumidos brevemente da seguinte maneira: (1) O raciocínio sobre “tendências” ou segue os cânones da probabilidade matemática e estatística ou não. (2) Se não seguir, é ou (a) uma expressão dos preconceitos de um pesquisador, e portanto apenas tão confiável ou justificado quanto estes próprios preconceitos, ou (b) em si mesmo uma forma vaga de falar sobre o que é ainda uma inferência abdutiva. Finalmente, (3) é apenas muito raramente que os cânones da probabilidade matemática e estatísticas são diretamente aplicáveis às questões históricas. A inferência a partir do comportamento dos pares de Jefferson para o comportamento do próprio Jefferson, por exemplo, não é um caso desse tipo. (Nenhum estatístico competente aceitaria a inferência.) A maior parte das questões históricas não são do tipo que podem ser respondidas diretamente por dados estatísticos. O raciocínio estatístico e até o cálculo *são* às vezes úteis, para uma ou outra dimensão do passado: mas não são universalmente aplicáveis, e até mesmo naqueles casos em que são aplicáveis, devem basicamente servir como suporte ou desafio para uma inferência abdutiva.

Não estou muito certo do que dizer sobre a quase “certeza”, exceto que o processo de embasar e defender uma hipótese histórica geralmente toma a forma de um argumento no qual a hipótese explica melhor a evidência do que hipóteses rivais. E talvez isso possa ser descrito como “quase-certeza”, ao menos em alguns casos.

Penso que nós eventualmente devemos fazer o esforço para uma maior clareza sobre o processo através do qual os historiadores recolhem evidências para embasar (ou, mais abrangentemente, avaliar) a validade de suas abduções. Penso que ele não seja bem modelado, por exemplo, pela concepção de Latour de formação de alianças, como apresentada em *Ciência em Ação*.²³ A reflexão de Peirce sobre *deduzir* as consequências e depois testar estas consequências é bem melhor. O modelo de Latour pode ser melhor como uma sociologia descritiva, mas penso que o modelo de Peirce é uma melhor *epistemologia* – isto é, ele fornece um melhor conjunto de noções diretrizes para a conduta do historiador. Reconheço já ter expressado alguma hesitação sobre a reivindicação de Peirce que o processo de teste é sempre principalmente indutivo - logo, também, que os fatos podem tornar uma hipótese histórica “mais provável” em qualquer sentido que não seja vago.

Hillary: Esta discussão levantou várias questões para mim. Infelizmente, ofereço mais perguntas do que respostas.

²² Peirce, “On the Logic of Drawing History from Ancient Documents, Especially from Testimonies”, 1901.

²³ Bruno Latour, *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1987).

Dado os comentários de Jesse sobre a “Abdução 1” e a “Abdução 2” e os comentários de John sobre a aplicabilidade limitada das afirmações universais no raciocínio dos historiadores, pergunto-me se ainda é necessário fazer uma distinção qualitativa entre os dois tipos de premissa. Qual é a relação entre as premissas e entre as premissas e a conclusão que nos leva a querer classificar as coisas desta forma? É a premissa menor do historiador necessariamente descritiva e a premissa maior explicativa? Ou esta bifurcação sutil é problemática (como sugere o artigo de Megill²⁴ sobre as quatro tarefas da historiografia)? As diferentes premissas qualificam a conclusão em diferentes graus? Sobre as questões de falseabilidade: se não há diferença qualitativa entre as premissas maiores e menores, então devem haver caminhos múltiplos para mostrar que uma conclusão em particular é falsa. Sendo assim, como devemos proceder ao “testar” nossas hipóteses, como a apresentação do Phillip sugeriu que deveríamos?

Esta última questão parece de relevância particular para o historiador. Se um historiador declara que as causas A, B e C (cada uma variando em probabilidade ou possibilidade) causa um levante, então como alguém deveria buscar a falsificação (ou confirmação) dessa conclusão? Lembrem-se do acidente automobilístico hipotético de Collingwood que discutimos na nossa aula passada. A ideia de Collingwood era que a importância relativa de cada causa sugerida (o estado do pavimento da via, o motorista tendo bebido um bocado, o motorista ter derrubado o cigarro aceso no seu colo; o limite de velocidade elevado demais; a falta de sinalização adequada, e assim por diante) difere de acordo com o ponto de vista do observador. O inspetor de rodovias pode assumir um ponto de vista, promotor outro, o motorista, que sempre bebe um bocado antes de voltar para casa, ainda outro. Como se retificam e se relacionam os diferentes tipos de causas e explicações? Finalmente, o caráter particular deste conjunto (talvez infinito) de causas individuais determina a conclusão. Qual é então a tarefa do historiador?

A resposta, alguns autores sugerem, é uma mudança das questões de “por que” para as de “como” (ou da explicação para a descrição). Esse movimento, no entanto, também é problemático.

Allan: Sim, é uma escapatória. Uma vez tentei construir um mezanino entre a descrição e a explicação, o qual eu defini como o nível do “Como” ou “Agência”. Mas isso foi em grande parte um epíclito inútil. Mas vejam Kenneth Burke, que tem um modelo de cinco termos: Ato, Agente, *Agência*, Cena e Propósito.²⁵

Hillary: Certo. Até mesmo uma história narrativa requer que o historiador identifique os fatores particulares que contribuíram para ou formaram um evento histórico. Identificar esses fatores e separar os relevantes dos irrelevantes depende de pressupostos particulares sobre a natureza do mundo. Esses pressupostos portanto conferem um nível implícito de probabilidade ou possibilidade e reintroduzem as dificuldades de abdução e de falseabilidade ou da confirmação. A narrativa não escapa dos “perigos” da história explicativa.

Allan: Esta foi uma ótima discussão. Quero finalizar dizendo algumas coisas acerca das formas como Umberto Eco e Carlo Ginzburg lidaram com a abdução.

²⁴ Megill, “Recounting the Past”, 1989.

²⁵ Kenneth Burke, *A Grammar of Motives* (University of California Press, 1945).

Curiosamente, depois de ser um detetive por 14 dias, eu não fui capaz de encontrar o ensaio de Eco sobre Sherlock Holmes, no qual ele escreve sobre abdução. Os vestígios que tenho são algumas vagas memórias de uma versão sueca que me lembrei de ser referida há quatro ou cinco anos, e isto não é suficiente. Construí algumas hipóteses, mas elas falharam. Estava perto de mandar um e-mail ao Eco, mas não ousei. Há um livro chamado *O Signo dos Três: Dupin, Holmes, Peirce*, editado por Umberto Eco e Thomas A. Sebeok. *Pode* estar lá, mas o livro não está disponível na biblioteca.²⁶

De qualquer forma, Eco trata da abdução em *Uma Teoria de Semiótica*.²⁷ Lá, ele coloca a abdução próxima da interpretação e da hipótese (“um tipo de interpretação comparável a inferência”). Sua visão geral das inferências é que elas podem ser vistas como fenômenos semióticos: “uma regra pode ser o sinal de seu resultado deduzido da mesma forma que um caso específico pode ser o sinal de sua regra deduzida.” Mas no caso da abdução, é difícil de “reconhecer a regra como um sinal à luz do qual a hipótese interpreta o caso, a não ser que a abdução realizada torne-se um reflexo social costumeiro” (132). Ele concorda com Peirce ao ver a abdução como um caso de “inferência sintética,” “onde encontramos algumas circunstâncias bastante curiosas, que seriam explicadas pela suposição de que era um caso de alguma regra geral e a partir disto adotamos aquele pressuposto.” A abdução parece ser um movimento livre da imaginação, mais próxima da emoção ou da intuição do que de outros tipos de decodificação, diz Eco.

Eco diz mais sobre os tipos de abdução em “Abdução e Natureza Inferencial dos Signos” (em *Semiótica e a Filosofia da Linguagem*²⁸). Ele distingue entre uma abdução supercodificada (onde a lei é dada automaticamente ou quase automaticamente), abdução subcodificada (onde a regra deve ser selecionada entre uma série de alternativas equiprováveis) e abdução criativa (onde a regra agindo como uma explicação tem que ser criada). Alguns destes tipos podem servir para as diferentes reflexões sobre a natureza da abdução propostas em nossa discussão. Parece que Eco está bastante interessado neste último tipo, o qual ele vê como o tipo utilizado na interpretação da poesia e na investigação de casos criminosos.

Um dos méritos do trabalho de Ginzburg é que ele chama a atenção para o lugar da abdução (“pistas”) na historiografia. Uma de suas deficiências, no entanto, é que Ginzburg frequentemente confunde possibilidade com probabilidade, apresentando hipóteses para as quais as evidências de embasamento adequadas não podem ser encontradas como se elas fossem verdade. (Ver *O Queijo e os Vermes*, por exemplo.) Prontidão para o raciocínio possibilista em história é para ser aplaudido, mas a apresentação de generalizações embasadas fracamente como se fossem embasadas adequadamente deve ser rejeitada. Prontidão para a possibilidade na história é especialmente importante quando é uma questão de testemunho (e uma questão de memória, uma vez que memória e testemunho são inseparavelmente conectados). De fato, um testemunho apresenta uma interpretação do passado *a partir de alguma perspectiva posterior* – afinal testemunho é “após o fato.” Por si mesmo, o testemunho não estabelece probabilidade mas apenas possibilidade (pois um testemunho pode ser um mentira, um exercício de autoengano ou um erro de boa fé). Assim, “apenas uma testemunha”²⁹ não pode estabelecer a verdade da história, mas apenas uma possibilidade da verdade. Quando há mais do que uma testemunha e as testemunhas são independentes umas das outras, a força da possibilidade aumenta, mas o que se precisa além do testemunho é a evidência material provida

²⁶ Eco discute Holmes em Umberto Eco e Thomas A. Sebeok (eds.), *The Sign of Three: Dupin, Holmes, Peirce* (Bloomington: Indiana University Press, 1983), 215-220.

²⁷ Umberto Eco, *A Theory of Semiotics* (Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1978), 131seg.

²⁸ Umberto Eco, *Semiotics and the Philosophy of Language* (Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1984), 39seg.

²⁹ Carlo Ginzburg, “Just One Witness” em *Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”*, ed. Saul Friedlander (Cambridge MA: Harvard University Press, 1992c). 82-96.

pelos vestígios. Notem que uma *ausência* de vestígios materiais pode, em casos extremos, constituir evidência material – por exemplo, quando as pessoas estiverem “desaparecidas”.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Peirce, *Science: A History of Science*, 2 Vols. (Berlin: Walter de Gruyter & Co.), vol. 2, 732-737.

Paul Thagard. *Computational Philosophy of Science* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988).

_____. *Conceptual Revolutions* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1992).



ARTIGOS - ARTICLES

Metamorfoses temáticas, conceituais e emblemáticas: a construção de um método epistemológico histórico morfológico

Maurício de Carvalho Ramos

Departamento de Filosofia
Universidade de São Paulo
maucramos@gmail.com

Como citar este artigo: Ramos, M. de C. "Metamorfoses temáticas, conceituais e emblemáticas: a construção de um método epistemológico histórico morfológico". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 1, nº1, p. 82-115. 2015. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Proponho a construção de um método epistemológico histórico sob uma perspectiva morfológica. Isso envolve a elaboração de um processo genético racional de conceitualização no qual problemas, temas e conceitos se organizam como expressões históricas crescentemente mais objetivas e determinadas. Tais expressões devem se articular gerando um contínuo de metamorfoses de um conceito ou núcleo conceitual capaz de conferir inteligibilidade a unidades da cultura científica sem restrições de amplitude espacial, temporal e conceitual. A ligação dos componentes morfológico e histórico que proponho se baseia nos resultados obtidos e no método utilizado por Carlo Ginzburg em *Mitos, emblemas e sinais*, especialmente no ensaio *O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII*. Após apresentar uma caracterização dos componentes mínimos do método epistemológico histórico, passarei a incorporar-lhe elementos da morfologia histórica de Ginzburg por meio de um diálogo em que procuro perceber como o autor procedeu metodicamente e conceitualmente em sua investigação. Por fim, através do estudo preliminar de um emblema alquímico em que Hermes é a figura central, farei um experimento morfológico de aplicação do referido procedimento ao âmbito da cultura científica da química.

Palavras-chave: epistemologia histórica - história morfológica – emblemas - cultura científica da química - Ginzburg.

Thematic, conceptual and iconic metamorphosis: the construction of a morphological history epistemological method

Abstract: In this essay, I propose the construction of an epistemological historical method through a morphological perspective. That involves the elaboration of a genetic rational process of conceptualization in which problems, themes and concepts organize in historical expressions increasingly more objective and determined. Such expressions should be articulated generating a *continuum* of metamorphosis of a concept or conceptual core. This continuum should be capable of conferring intelligibility for scientific culture units without restrictions of spatial, temporal and conceptual amplitude. The connection of morphological and historical components that I propose is based on the results as well as the method used by Carlo Ginzburg in *Myths, emblems and signs*, especially in *High and low: the theme of forbidden knowledge in the sixteenth and seventeenth centuries*. After presenting a characterization of the minimal components of the historical epistemological method, I will start to incorporate elements of Ginzburg's historical morphology through a dialogue in which I'll try to understand how the author proceeds methodically and conceptually in his investigation. Finally, through a preliminary study of an alchemical emblem in which Hermes is the central figure, I will make a morphological experiment of application of this procedure to the scope of the scientific culture of chemistry

Keywords: historical epistemology - morphological history – emblems - scientific culture of chemistry - Ginzburg.

Introdução

Construirei neste ensaio algumas relações entre morfologia, história e epistemologia com o objetivo de avançar na elaboração de um método de investigação que designo como *epistemológico histórico morfológico* (MEHM). Para tanto, estabelecerei primeiramente um conjunto de nove elementos metódicos mínimos que serão aplicados na construção das referidas relações. Obtida uma versão do MEHM, sua aplicação a projetos específicos de pesquisa poderá conduzir a novas revisões e à ampliação de suas funções metódicas básicas. Na obra *Mitos, emblemas e sinais* percebi a poderosa ação da força heurística, construtiva e sintética que a relação entre morfologia e história possui. Operada pelas mãos de Ginzburg, tal força nos oferece o entendimento preciso de componentes de amplíssimo alcance conceitual e temporal agindo em profundidade na história. Considero a ideia de um *paradigma indiciário* a operar continuamente, desde a pré-história até finais do século XIX, o principal desses componentes. Como resultado de investigação histórica, ele reveste-se de um caráter metódico a partir da aproximação conceitual entre “índice” e “forma”.¹ Assim, no meu entender, investigando as diversas expressões históricas desse paradigma, Ginzburg confere-lhe um caráter metódico morfológico que estabelece uma ligação contínua entre os nove ensaios (incluído o *Prefácio*) da obra. Diante da unidade e da fecundidade de tal projeto, minha principal ideia foi importar para meu método a eficácia investigativa da morfologia histórica de Ginzburg, o que fiz acompanhando e compreendendo os passos de sua construção articulada aos resultados que eles vão oferecendo.

Inicialmente pensei em trabalhar com cinco desses ensaios, mas, dado o tamanho que o artigo necessariamente atingiria, decidi trabalhar apenas com *O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII*. Ele é particularmente apropriado para minha proposta porque possui vários elementos metódicos muito próximos daqueles que escolhi para compor a forma mínima inicial do MEHM. Além disso, e não menos importante, está o fato de que, a partir de alguns resultados históricos que Ginzburg oferece – o entendimento das metamorfoses do tema do conhecimento proibido expressas em emblemas dos séculos XVI e XVII – pude estabelecer ligações importantes com dois temas de minha própria pesquisa: uma investigação epistemológica histórica do (i) conceito de *encheiresin naturae* (manipulação da

¹ Uma orientação indiciária da pesquisa encontra-se em vários momentos de C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989), não apenas no estudo específico ao tema, *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, mas, por exemplo, no *Prefácio* (p. 13) e em seus ensaios sobre Gombrich (p. 62-3) e Dumézil. Neste último, Ginzburg persegue pistas que relacionam os temas que circulavam no *Colégio de sociologia*, nascido em Paris em 1937, a uma atitude “extremamente ambígua em relação às ideologias fascista e nazista” (p. 203). Indiciário pode ser dito do padrão de investigação que procura descobrir o âmago singular das coisas a partir de suas manifestações externas. A internalidade que se busca remete à essência, à individualidade, à autenticidade, àquilo que está oculto nos seres e que precisa ser desvendado. Os elementos externos podem ser índices, sinais, sintomas, indícios, pistas, traços, assinaturas, fisionomias etc. O paradigma também está associado a um amplo processo de *identificação da autoria* que é interpretado tecnicamente em diversas práticas, profissões, artes e ciências. São indiciárias as seguintes identificações: do autor do crime pelo detetive, do autor e da autenticidade das pinturas pelo historiador da arte e da causa da doença, em sua expressão individualizada, pelo médico. Esse mesmo padrão de investigação aproximaria episódios históricos muito diferentes e extremamente afastados no tempo: a identificação da presa por suas pegadas na cultura da caça pré-histórica (p. 151-4) e a “caça” de indivíduos inferiores por métodos fisiognômicos, frenológicos e dactiloscópicos do século XIX (p. 171-7). Creio que o mesmo paradigma talvez ainda sustente “mito-historicamente” atuais projetos eugênicos e de identificação de pessoas geneticamente “inaptas” por meio de exames laboratoriais, especialmente os que empregam biotecnologias do DNA.

natureza) na química e na morfologia vegetal² e da (ii) expressão do conceito de mônada orgânica na construção conceitual de unidades biológicas elementares (células, centros nutritivos, “animais elementares” etc.) na morfologia e na anatomia do século XIX³.

Organizei meu texto em quatro partes: (1) a exposição dos nove componentes mínimos do MEHM, (2) um exame dos resultados gerais da investigação de Ginzburg sobre as metamorfoses do tema do conhecimento proibido incorporando gradativamente seus elementos metódicos e parte de seus resultados ao MEHM, (3) a extensão de alguns desses resultados para a história epistemológica da química e da alquimia e (4) um breve encerramento avaliando os resultados obtidos.

Antes de passar à primeira parte, é essencial afirmar que, já recorrendo a algumas orientações do MEHM, não pretendo elaborar um argumento analiticamente e hierarquicamente organizado, mas um ensaio *experimental* que procura imbricar a construção metódica com a obtenção de resultados, mesmo que eles sejam basicamente a proposição de algumas conjecturas e hipóteses. Uma retroalimentação alternada desses dois componentes, usualmente separados pela exigência de *primeiro* fundamentar e justificar o método para, *depois*, aplicá-lo, produz uma gênese contínua do método cuja precisão e determinação resulta de sua aplicação constante na obtenção de resultados parciais que, na medida em que vão aparecendo, corrigem, ampliam e refinam o método. Assim, o que designo como elementos mínimos metódicos iniciais não representa um momento de elaboração *a priori* que se separa do contato com a história, não havendo igualmente uma fase de aplicação na qual o método opera de maneira invariável. Ambos se autocorrigem permanentemente, de modo que, com diferentes intensidades, a experimentação ensaística que proponho na parte 3 contém, desde suas primeiras linhas, tanto resultados da elaboração do método como da aplicação do mesmo a conteúdos históricos concretos.

A partir do que acabo de dizer, também esclareço que não proponho neste ensaio qualquer construção teórica que seja ou que pareça ser uma *interpretação* ou um *comentário* de Ginzburg, de sua obra, de seu método, de sua filiação a escolas ou a metodologias historiográficas. O que ofereço não é um estudo *crítico*, mas uma investigação positiva *a partir de* Ginzburg, a quem convido, sem preocupar-me com fundamentos, alcances e limitações metodológicas, para um diálogo cuja fecundidade heurística está, em boa medida, baseada em certa “simpatia” gerada pela percepção de pistas que aproximaram nossas formas de trabalhar.

As condições iniciais do MEHM

Entendo por condições iniciais do método o conjunto de elementos ou componentes que é selecionado e caracterizado a partir de um dado momento do desenvolvimento de um projeto mais amplo de pesquisa no qual esse mesmo método já vinha sendo aplicado. Esse projeto chama-se *Epistemologia histórica do conceito de forma e de morfologia*, cuja primeira realização é a proposição do conceito de *mônada orgânica* a partir de uma investigação da filosofia natural de

² M. de C. Ramos, “Encheiresis naturae: Goethe, Spielmann, Henckel e a dimensão química tecnológica da natureza”. Comunicação apresentada no VII Simpósio de Filosofia “Filosofia e Ciência” da Universidade Estadual de Maringá (18 a 21 de agosto de 2012), 2012b.

³ M. de C. Ramos, “Morfologia genética em Schleiden e Grant: a célula vegetal e o animal elementar”, *Aurora* (2012a); “Goodsir e Bütschli: centros celulares nutritivos e espumas microscópicas como formas de vida elementar”. Comunicação apresentada no V Seminário de História e Filosofia da Ciência. Universidade Federal do ABC (26 a 29 de novembro de 2012), 2012c.

Leibniz.⁴ Nesse estudo, também apresentei um conjunto de elementos metódicos iniciais que são, em parte, aqui retomados em uma nova elaboração que ainda receberá, a partir do presente trabalho com o texto de Ginzburg, novos aperfeiçoamentos. Algo semelhante acontece relativamente a um artigo que preparei, cujo tema central é a expressão histórica, na segunda metade do século XVIII, do conceito de mônada orgânica na teoria da geração dos corpos organizados de Maupertuis.⁵ São essas relações internas do desenvolvimento de um projeto amplo e unificado de pesquisa que sustentam a presença constante do componente histórico na elaboração do MEHM. Tal componente permite, a cada realização parcial do projeto, a construção de novas condições metódicas iniciais que nunca se fixam como componentes primários absolutos e imutáveis. Isso nos remete ao primeiro componente inicial do MEHM a ser desenvolvido, aquele que estabelece a *interação entre epistemologia e história*.

Todas as propriedades metódicas da epistemologia histórica morfológica devem, desde o início,⁶ estabelecer e preservar integralmente uma (1) *relação dialética entre epistemologia e história*. Isso significa que não deverá existir qualquer instância na qual o método assuma um caráter epistemológico ou histórico “puro” ou *a priori*, e nem que se estabeleça uma relação que dê maior proeminência, por mais tênue que seja, à história ou à epistemologia. É de se esperar que, na realização concreta de um projeto, acabe se estabelecendo algum desequilíbrio entre essas duas dimensões, mas ele deve ser considerado como provisório e passível de eliminação ao longo da investigação. No MEHM, a precisão não é obtida separando, definindo e tornando claro o que é epistemológico e o que é histórico para, depois, estabelecer a articulação de ambos. A precisão decorre do aprofundamento da indistinção desses dois componentes situando a abordagem interdisciplinar na origem de todas as elaborações e aplicações do método, de modo a mitigar ou anular a disciplinaridade. Assim, a *interdisciplinaridade* é outro componente mínimo do MEHM.

Caracterizo o MEHM como (2) *radicalmente interdisciplinar*, pois ele confere à pesquisa a possibilidade de construções conceituais que, em princípio, dispense (ou deixe em suspenso até o momento apropriado de retomá-las no desenrolar da pesquisa) a inteligibilidade conferida por unidades teóricas fixadas consensualmente no interior de disciplinas historicamente consagradas e atualmente em plena atividade. O conjunto dessas unidades pode ser designado como uma tradição intelectual. São exemplos de tais unidades as visões de mundo, as ideias, os sistemas, as teorias, os conceitos, as disciplinas, as escolas, as periodizações, as obras, as comunidades de pesquisadores e os autores isolados. Tais categorias ou quaisquer outras unidades de intelecção disciplinar que tomemos como material inicial “bruto” de investigação podem ser metamorfoseadas tanto quanto necessário para a construção e a solução dos problemas específicos que foram, pela aplicação do MEHM, autonomamente determinados no interior de um projeto de pesquisa. Mas esse caráter radical não significa desenvolver uma investigação “a partir do zero”, sendo que o método que proponho incorpora a orientação geral de que todo novo conhecimento começa a partir de conhecimentos pré-existentes. A diferença está na forma metódica de selecionar e articular esse conhecimento já dado, o que significa fundamentalmente duas coisas. O método indica qual é a fonte adequada desse

⁴ No atual estágio de desenvolvimento de meu projeto, trabalho em uma série de pesquisas paralelas que estão em diferentes fases de elaboração. Para dar ao leitor pelo menos uma ideia da unidade do projeto, faço referência a trabalhos ainda não publicados (aceitos e enviados para publicação) e a comunicações orais cujas sínteses estão publicadas em cadernos de resumos dos eventos em que foram apresentadas – cf. M. de C. Ramos, “O conceito de mônada orgânica”, *Metatheoria*, 2012d.

⁵ M. de C. Ramos, “The organic monadology in Maupertuis”, *Isis* (2012e). Os demais estudos ainda em andamento, citados na *Introdução* (M. de C. Ramos, 2012a, 2012b e 2012c), também contribuem da mesma maneira para a determinação dos componentes iniciais que passarei a expor.

⁶ Dizer que uma orientação metódica específica deve valer desde “o início” não deve conduzir a elaboração de uma estrutura linear e hierárquica de princípios metódicos. No momento, posso caracterizar apenas superficialmente esse tipo de início como o primeiro momento de uma gênese conceitual cujo caráter cíclico permite que a ele retorne novamente em novos momentos de elaboração do método.

conhecimento e quais são as categorias ou unidades de inteligência mais adequadas que nele encontramos como ponto de partida da pesquisa. Dois novos componentes preliminares do método são responsáveis por tais tarefas.

A fonte ou ponto de partida de toda pesquisa orientada pela “perspectiva”⁷ epistemológica histórica morfológica deve ser um (3) *amplo e contínuo processo investigativo* no qual uma *ação investigativa* se desenrola em três níveis: a *biografia*, a *trajetória de pesquisa* e o *projeto de pesquisa*. Tal ação está muito precisamente localizada no *indivíduo* e na *pessoa* que investiga, sendo uma das funções principais do MEHM permitir que ela se organize racionalmente e objetivamente no interior de um projeto pessoal de pesquisa. Assim que tomamos a decisão de partir concentradamente para uma atividade investigativa e, movido por esse desejo, começamos a desenvolver um projeto de pesquisa, o método propõe que isso ocorra através da construção de um processo que comece por buscar na interioridade de nossa história biográfica os desejos e as motivações investigativas originais que se dão concretamente nessa história. Tais desejos potencialmente racionalizáveis estarão confusamente diluídos no fluxo contínuo de nossa biografia na forma de componentes caracterizáveis como psicológicos, antropológicos, biológicos, linguísticos, mitológicos etc. Concebo o conjunto de tais componentes como sendo primordialmente de caráter *simbólico* e o processo nos quais eles nascem e se transformam como sendo *biocultural*. Entretanto, não será necessário desenvolver aqui tal assunto.⁸ Em termos metódicos, o mais importante é caracterizar o trabalho no âmbito da biografia como sendo um processo que começa introspectivo, reflexivo e “mnemônico” e vai continuamente se transformando em elaborações racionais mais organizadas. Trata-se de um esforço ativo do indivíduo no sentido de conferir às intuições e às impressões que começaram a se individualizar no trabalho reflexivo um caráter progressivamente *conceitual*. Já me valendo de uma imagem morfológica, trata-se de “extrair”, sem ruptura, do fluxo simbólico da história biográfica um novo nível igualmente contínuo e processual de racionalização que concebo e designo como uma *trajetória de pesquisa*. A construção dessa trajetória ocorre através de concatenações racionais que articulam em uma nova unidade de significação e de *objetivação* daquelas unidades que foram introspectivamente individualizadas no interior do fluxo biográfico. Isso significa aceitar a ideia de que toda biografia individual traz acoplada em si uma trajetória de pesquisa potencial que o esforço racional do pesquisador consegue atualizar. Se for gerada eficazmente, a trajetória de pesquisa coloca conscientemente à disposição do

⁷ Doravante mantereí essa aplicação do termo “perspectiva” (também poderia ser “abordagem”) para reunir aquilo que diz respeito à construção do método epistemológico histórico, à sua aplicação e aos resultados daí obtidos. Deixarei o termo entre aspas para que não se confunda “perspectiva” com *escola* epistemológica histórica. A escola (ou termo equivalente) não é um objeto próprio de investigação e, por isso, está inteiramente fora dos objetivos de meu projeto defini-la ou caracterizá-la. Venho estudando como elaborar um conceito mais preciso que substitua “perspectiva” e que esteja de acordo com o MEHM. O principal candidato é “estilo”, mas também é possível pensar em “paisagem”.

⁸ Refiro-me aqui a uma investigação acerca do caráter biocultural do próprio processo investigativo que o MEHM orienta. Na parte 2, abordo o conceito de biocultural sob outro ponto de vista. Trato-o como uma das racionalidades que operam na construção morfológica histórica de Ginzburg e, em dois rodapés (notas 29 e 33), avanço outras considerações. Contudo, estou elaborando um estudo preliminar do conceito de processo biocultural no primeiro sentido, cujas teses principais são: (1) mostrar que é possível inserir o caráter da individualidade do desejo de conhecer em um contexto universal que neutralize seu potencial personalismo e relativismo; (2) pretendo erigir tal universalização em bases *bioculturais dialéticas*, ou seja, em uma verdadeira síntese natural e cultural que não permita qualquer forma de reducionismo tanto pelas ciências biológicas quanto pelas ciências humanas ou da cultura; (3) a partir de tal perspectiva, proponho a noção de *valores vitais* como parte de uma trajetória de pesquisa, estando a *criatividade* e a *expressividade* entre os principais deles; (4) pretendo associar esse tipo de valor à noção de florescimento humano, no sentido que Lacey dá a essa noção - cf. H. Lacey, *Is science value free? Values and scientific understanding* (London/New York: Routledge, 2005), 104-7 -, juntamente com suas ideias acerca da natureza, da formação e da transformação dos valores - cf. H. Lacey, *Valores e atividade científica*. v. 1. (São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2008), cap. 2.

investigador uma totalidade que recebeu de seu esforço de objetivação um significado racional dotado de certa universalidade conceitual. Mas tal totalidade também está intimamente e continuamente conectada a um *significado pessoal* que teve origem em certa racionalidade de caráter individual, aquela em ação no trabalho reflexivo que detectou na biografia os primeiros “embriões” de unidades que chamei de “desejos racionalizáveis”. Expressando-a algo poeticamente, essa trajetória revela o sentido que a pesquisa possui na vida do pesquisador. O próximo passo metódico a ser dado no amplo e contínuo processo investigativo (processo em que toda a pesquisa na “perspectiva” epistemológica histórica que proponho deve se desenrolar) pode ser descrito a partir de uma dupla analogia. Da mesma maneira que a elaboração racional que se segue à reflexão inicial extraiu do fluxo da biografia uma trajetória mais organizada de pesquisa, o aprofundamento dessa elaboração extrairá, ou melhor, desacoplará da trajetória um os mais *projetos de pesquisa*.⁹ Esse passo deve representar metodicamente o acréscimo de objetivação e de racionalização capaz de realizar, na forma de um projeto preciso e bem delimitado, o desejo do pesquisador ao tomar a decisão de concentrar-se em uma atividade investigativa.

Caracterizada a fonte adequada de conteúdos preliminares para a pesquisa, passemos à caracterização do componente do método que estabelece, a partir do processo acima descrito, qual é o *objetivo* e quais são os *objetos* adequados dentro das condições estabelecidas pelo MEHM. Uma vez que o ponto de partida de toda pesquisa é aquele processo contínuo em que se desenrolará uma ação investigativa gerada pelo desejo de conhecer presente na biografia, o (4) *objetivo de toda pesquisa é fundamentalmente a satisfação desse desejo*. Entretanto, tais desejos estão imersos no fluxo biográfico e, para conferir-lhe determinação e objetividade, o método propõe que eles sejam concebidos e organizados na forma de *problemas intelectuais*. Isso delimita metodicamente a satisfação do desejo de conhecer à *solução* dessa forma específica de problema, ou seja, a que envolve, em algum nível e sob uma grande pluralidade de aspectos e racionalidades, a *obtenção de entendimento*. O trabalho introspectivo e reflexivo de individualização dos desejos potencialmente racionalizáveis da biografia deve dirigir-se para a caracterização tão clara e precisa quanto possível desses problemas. Assim, essa primeira delimitação metódica do objetivo determina o (5) *problema* como primeiro objeto adequado de pesquisa e o *locus* de sua gênese é a biografia. Todo esforço racional que, atraído pela necessidade de obter a solução, se segue à construção dos problemas determina mais dois objetos, o *tema* e o *conceito*, completando o conjunto de objetos adequados da pesquisa que é orientada pelo MEHM. Tal determinação é feita seguindo o mesmo processo: da biografia emergem os problemas e, destes, os temas, que passarão a ser o paradigma metódico das unidades de intelecção que engendram uma trajetória de pesquisa contínua e unificada. O trabalho de construção genética racional, para além da simples reflexão, consistirá em explorar os problemas procurando por unidades mais objetivas e significativas que apontam caminhos possíveis para sua solução. Raciocinando concentradamente sobre o significado de um problema, tanto em função de sua origem biográfica quanto em relação à sua futura solução, podemos criar uma grande trama de temas, mais ou menos conectados entre si, da qual participa grande diversidade de unidades teóricas, sobretudo aquelas que acima eu listei como parte do conhecimento “dado” nas disciplinas consagradas existentes. Ampliando um pouco a lista, sem a pretensão de esgotar ou classificar seus componentes, teríamos: teorias, conceitos, noções, sistemas teóricos, ideias, disciplinas, autores, períodos, histórias, panoramas, metafísicas, teses, modelos, princípios, métodos, metodologias, fundamentos, “panos de fundo” (filosófico, histórico, científico etc.), interpretações, epistemologias e escolas. Neste momento da pesquisa, o trabalho consiste em

⁹ O projeto de pesquisa é uma construção racional complexa que envolve o enredamento de problemas, temas, conceitos, objetos e objetivos. Ele é um “mapa simbólico” que orienta ações mentais que se desenrolam no tempo com a finalidade de obter resultados intelectuais. Evidentemente não deve ser entendido como o simples e conhecido documento solicitado nas instituições de pesquisa e de ensino. Tal documento é importante para informar as linhas gerais do projeto racional, porém, não é raro que, para atender a exigências institucionais e necessidades pessoais (ambas, em geral, motivadas pela economia de tempo), o documento acabe sendo redigido antes da própria existência do projeto.

conferir unidade e objetividade aos temas, o que é feito fundamentalmente submetendo todo o conteúdo da tradição intelectual que está acoplado à nossa biografia e à nossa trajetória de pesquisa à objetivação e significação dos temas de pesquisa. Daqui aparece, então, (6) *o tema como o segundo tipo de objeto adequado à pesquisa* conforme o MEHM. A conclusão desse processo consiste apenas em continuar na mesma direção e extrair os conceitos dessa trama de temas e dos temas individuais. Em sua forma mais organizada, um tema de pesquisa possui um ou mais conceitos primários que funcionam como “sementes” para a construção de uma rede conceitual cujo objetivo é conduzir à solução do problema inicial. Mostrarei de modo mais concreto como essa rede é construída a partir do diálogo com Ginzburg sobre o tema do conhecimento proibido. (7) *O conceito é, então, o terceiro e último objeto adequado de investigação*. É assim que nasce, então, o projeto de pesquisa, cujo desenvolvimento conduz, por um lado, à obtenção dos resultados da pesquisa que serão tornados públicos nas formas usuais de comunicação e, por outro, à satisfação intelectual que confere sentido àquela ação investigativa original que foi o motor de todo o processo. Individualmente, essa satisfação advém da maior e melhor compreensão e entendimento que temos dos fenômenos e das ideias (e, talvez, das coisas), o que conduz ao enriquecimento simbólico de nossa biografia. Como contribuição universal, a solução do problema pretende enriquecer simbolicamente a cultura intelectual em geral.

Os problemas, temas e conceitos que a tradição nos lega são apenas pontos de partida para a construção de nossos problemas, temas e conceitos que se objetivarão em nosso projeto individual de pesquisa. Isso nos coloca desde o início da pesquisa, na (8) *situação de autores*, uma condição cognitiva e afetiva a partir da qual recorreremos e nos reportamos à tradição intelectual. Isso é metodicamente fundamental, já que conduz a uma seleção prévia das unidades de intelecção que recebemos como o “estado da arte” atual do conhecimento nas várias disciplinas e escolas. Tal seleção se dá sob duas formas principais: dentre as unidades de intelecção já disponíveis, ela toma, primariamente, apenas aquelas que possuem afinidade com os três objetos metodicamente pré-determinados como adequados para a pesquisa. Secundariamente, a seleção tomará todas as outras unidades somente na medida em que puderem passar pelo processo de transformação racional que as torne adequadas à objetivação dos problemas, dos temas e dos conceitos que construímos em nossa ação como investigadores. Estes dois momentos de seleção e transformação do conhecimento que tomamos da tradição estão igualmente orientados para a obtenção dos resultados que conterão a solução dos problemas. Isso significa que, por exemplo, diante da necessidade de situar a construção inicial de um projeto de pesquisa em uma dada área do conhecimento existente, ela primeiramente se ocupará apenas dos problemas, temas e conceitos que tal área nos oferece. As demais unidades ou categorias, independentemente do quão solidamente estejam estabelecidas pelo consenso da comunidade que representa a área, poderão ser profundamente alteradas em sua unidade para se ajustarem à construção de problemas, temas e conceitos conforme as diretrizes do MEHM. Como já afirmei, não há limite para as áreas, disciplinas, escolas, etc. às quais a pesquisa poderá recorrer para construir seus objetos, o que conduz, na prática da elaboração do projeto, à dissolução de suas fronteiras para que se comuniquem e estabeleçam todas as conexões necessárias à construção dos objetos através do processo genético de conceitualização racional que o método preconiza. Na medida em que o projeto vai, desde o trabalho com a biografia, criando suas próprias unidades de intelecção, vai igualmente criando afinidades com a “perspectiva” que é mais consistente com o método, a saber, a epistemologia histórica. Assim, dentre as áreas e unidades do conhecimento, será na epistemologia histórica que os projetos de início se situarão pragmaticamente. Isso porque é nessa “perspectiva” que, por exemplo, os problemas, os temas e os conceitos aparecem em maior proeminência comparativamente a outras unidades de intelecção (as teorias, por exemplo, mais visadas pelas epistemologias de tradição analítica). Porém, na forma de uma escola já estruturada, a epistemologia histórica não difere, diante da profundidade com que a interdisciplinaridade é praticada pelo método, de quaisquer outras escolas ou disciplinas e,

assim, também deve passar pelo mesmo processo de transformação para ajustar-se às determinações do MEHM. Isso feito, todos os projetos de pesquisa que o método organiza podem ser corretamente designados como projetos de epistemologia histórica, desde que isso implique um comprometimento metódico, e não disciplinar. Daí, esse método, mesmo que mais afinado com a “perspectiva” epistemológica histórica, não deve e não pode ser utilizado na criação de uma nova escola, por exemplo, de uma variante “morfológica” da escola francesa de epistemologia histórica. Em síntese, para cumprir suas funções, o método deve manter-se invariável em seu gênero, sem transformar-se em uma *metodologia*; o mesmo pode ser dito para possíveis metodologias aliadas a escolas de história morfológica ou intelectual.

O último dos nove componentes metódicos iniciais a ser delimitado decorre do que acabei de dizer, especialmente no que se refere à necessidade de assumir a condição de autor para a aplicação do MEHM. O estudo de Ginzburg que exporei logo a seguir foi conduzido na forma de um *diálogo* entre dois autores que compartilham interesses investigativos e orientações metódicas comuns, o que permite a formação de interações criativas e produtivas entre suas trajetórias ou projetos de pesquisa. Tomado como orientação metódica geral, tal expediente estabelece um (9) *colóquio entre autores* como componente central do MEHM. Ele determina que o pesquisador e todos os nomes a que ele recorrem no desenvolvimento de seu projeto sejam equiparados à condição de autores, no sentido de que todos serão metodicamente concebidos como pessoas que possuem trajetórias de pesquisa nas quais desenvolvem ou desenvolveram projetos de pesquisa com o objetivo de resolver problemas intelectuais. Para o MEHM, o pesquisador estuda autores colocando-se na condição de participante de um colóquio “virtual” no qual conversa diretamente com outros pesquisadores. A obra é o acesso à fala do autor e, havendo mais de um autor, também podemos ouvir o que eles conversam entre si. Nessas conversas, perguntamos aos demais colegas de colóquio quais são os problemas que eles estão tentando resolver, como estão conduzindo sua pesquisa e que resultados já obtiveram, tudo isso com o preciso objetivo de obter elementos para o desenvolvimento de nosso próprio projeto. No colóquio, também apresentamos nossos projetos e resultados para que os demais autores opinem sobre eles, o que representa concretamente para nossa pesquisa identificar, explorar e aplicar as soluções que a história contém para problemas intelectuais semelhantes aos nossos. Tal colóquio é uma forma bem concreta de “colocar os autores para conversar”, pois, longe de ser apenas uma ficção, trata-se da construção de uma condição em que nosso ato investigativo é colocado sob uma disposição simbólica que efetivamente organize nosso raciocínio e nossas construções conceituais. Apesar de simples, adotar esse componente metódico implica abrir mão de alguns cânones da pesquisa compartilhados por muitas áreas do conhecimento e cuja adoção é apresentada como condição mínima para o reconhecimento da validade de um projeto de pesquisa. Primeiramente, fica claro que esse componente do método exige que o pesquisador, ao invés de tomar a distância crítica que se postula como indispensável para a objetividade da pesquisa, aproxime-se bem de perto dos autores e de suas obras. Disso decorre que a diferença entre autor e *comentador* ou *intérprete* não é relevante para a pesquisa que adota o MEHM, seja na relação entre o pesquisador e os autores que ele estuda, seja entre os autores que são estudados.¹⁰ Todos que são chamados a contribuir para a solução de problemas intelectuais são igualmente autores e a autoridade e a centralidade que a história lhes confere é secundária em relação a tal contribuição; tal posição acaba por relativizar ou eliminar a diferença entre o autor canônico e os autores secundários, terciários, etc. Acredito

¹⁰ A interpretação de autores e de suas obras certamente pode ser concebida como um problema intelectual. Contudo, para que a dinâmica interna da elaboração conceitual do MEHM opere eficazmente, deve-se atender a exigência de tomar como objetos autênticos de pesquisa apenas os problemas, os temas e os conceitos, e não os próprios autores ou a “internalidade” de suas obras. A história intelectual oferece diálogos e colóquios em profusão, constituídos segundo diversas racionalidades e moldados por diversos fatores culturais. Compreender tais diálogos, sua gênese, dinâmica e valor epistemológico *não é* um objetivo estabelecido pelo MEHM, apesar de que seria interessante descobrir interações e sobreposições entre o diálogo que construímos e diálogos historicamente existentes. O mesmo se aplica às comunidades de pesquisadores que praticam tais diálogos.

que, ao nos situarmos racional e simbolicamente nessa condição investigativa, podemos obter dos autores o que eles têm de melhor. Em segundo lugar, apesar de importantes para a pesquisa, a diferença entre os contextos históricos, culturais e intelectuais em que se situam os vários autores do colóquio, bem como a distância cronológica entre eles, não são fatores limitantes para o estabelecimento do referido diálogo. No colóquio, a cultura intelectual com suas diversas formas de racionalidade apresenta-se em bloco ao pesquisador e é dela que o autor metodicamente constrói a comunidade primária de pesquisadores com a qual interagirá. Isso certamente não impede que se estabeleçam interações regulares com as atuais comunidades já organizadas intelectualmente, institucionalmente e profissionalmente, mas elas serão uma decorrência dessa interação primária com a comunidade constituída especificamente para a solução de problemas específicos de investigação.¹¹

Com o que propus e discuti até aqui, posso encerrar a construção do conjunto contendo os nove componentes iniciais do MEHM. O próximo passo em sua determinação, que se concentrará na caracterização de sua dimensão morfológica, será dado já em conformidade com um desses componentes iniciais: o aperfeiçoamento do método através de sua aplicação. Há certamente muitos outros elementos metódicos iniciais importantes que não foram considerados, mas, como espero ter deixado claro, a construção de um método através de uma exploração ideal que determine previamente o máximo possível de seus elementos e de suas relações epistemológicas e lógicas “puras”, submetendo-o a uma crítica que o torne tão fundamentado, preciso e completo quanto possível *antes* de sua aplicação, produz algo que é o oposto do que ofereço.¹²

¹¹ As relações mais estáveis com autores e coletivo de autores que venham a se estabelecer ao longo do desenvolvimento de um projeto de pesquisa são reguladas pelas orientações do MEHM. É o caso, já introduzido na nota anterior, de restringir-se, no seio dessas relações, aos objetos e objetivos adequados de pesquisa. Assim, por exemplo, meu projeto particular de pesquisa depende da consolidação de um diálogo essencial (já bem adiantado) com Cassirer. Desse modo, tal como fiz com Ginzburg, dirijo-me a Cassirer como um autor que possui seus próprios problemas, trajetórias e projetos de pesquisa para encontrar novos problemas e temas de pesquisa que, além de enriquecer minha trajetória, contribuirão para a solução dos problemas que, na condição de autor, como Cassirer, delimitei em meu próprio projeto. Mas, para que isso se realize concretamente, é necessário que, dentre os objetos e objetivos presentes na obra de Cassirer, eu selecione apenas aqueles que são preconizados pelo MEHM, ou seja, os problemas e suas soluções, os temas e os conceitos. Quanto mais o autor estiver envolvido e interessado nesses objetos, mais íntimo e duradouro poderá ser o colóquio que com ele estabelecerei. Até agora, esse é o caso em relação a Cassirer, o que pode ser ilustrado com um exemplo. Sua obra monumental *O problema do conhecimento na filosofia e na ciência moderna* é inteiramente fiel ao título. O autor projeta nos vários períodos, escolas, sistemas e autores o conhecimento como um *problema* e vai construindo uma história das soluções por eles oferecidas. A natureza desse problema é em boa medida estabelecida por um método que determina a racionalidade de fundo que lhe confere contorno e inteligibilidade, ligada a muitos dos componentes de sua filosofia das formas simbólicas (o principal desses componentes é a tensão entre substância e função). Nessas condições, a pesquisa do problema do conhecimento amadurece na direção de estabelecer um *conceito geral de conhecimento* que vai se tornando logicamente e matematicamente mais rigoroso e preciso na medida em que vai se expressando nas racionalidades próprias a cada forma simbólica. Tudo isso está bastante afinado com o MEHM e, por essa razão, posso assumir muitas das posições, perspectivas, resultados etc. presentes na obra de Cassirer. Mas isso não me torna, em nenhum sentido, um *cassiriano*, *neo-kantiano*, ou *filósofo continental* e, menos ainda, um comentador ou intérprete de Cassirer e das escolas da história da filosofia contemporânea a ele afiliadas. Se o exemplo que acabo de oferecer não reflete o que Cassirer “realmente fez, pensou ou falou”, teremos um problema de interpretação com o qual o pesquisador sob a “perspectiva” epistemológica histórica poderá ou não se envolver.

¹² Estão entre os tópicos importantes não discutidos neste ensaio: (1) A construção de um projeto pessoal de pesquisa determina sua originalidade. (2) A história biográfica estabelece uma conexão contínua com a história geral em que o indivíduo está inserido, de modo que “não há nada no interior da biografia que não tenha antes passado pela história geral”. Esse elemento determina que (a) o caráter pessoal da pesquisa seja sempre imanente, (b) afasta-o de qualquer associação ao inatismo, ao subjetivismo ou ao personalismo e, (c) atende ao requisito metódico de que todas as construções epistemológicas e históricas estejam dialeticamente ligadas de modo contínuo. (3) Disso decorre também um detalhe sobre o uso do termo “epistemologia histórica”: a referida ligação dialética torna indiferente designar o método como “epistemológico histórico” ou “histórico epistemológico”. Isso porque, mesmo que cada uma dessas

As metamorfoses do conhecimento proibido: do problema ao conceito

Passarei agora ao trabalho como ensaio *O alto e o baixo* seguindo o mais proximamente possível as orientações metódicas anteriores, o que significará principalmente relacionar meu projeto de pesquisa ao de Ginzburg através do diálogo entre autores. Dentre os vários resultados que espero obter, conhecer as propriedades metódicas da relação entre morfologia e história que Ginzburg estabelece está entre os principais. Como expliquei, obterei parte da compreensão dessas propriedades aplicando alguns resultados obtidos pelo autor aos que venho obtendo em meu projeto sobre o conceito de forma e de morfologia.

Sobressai-se logo de início que, sendo objeto de investigação de Ginzburg um *tema*, ele encontra-se entre os objetos adequados segundo o MEHM, o que já estabelece uma afinidade metódica entre os dois projetos. Ginzburg explica-nos que seu tema é muito amplo e, assim, prefere começar seu tratamento a partir de um “texto definitivo”,¹³ a *Epístola aos romanos 11.20*. Conceberei um texto escolhido nessas circunstâncias como o *texto-raiz* de uma investigação. A frase no interior dessa passagem que significativamente associa-se ao tema é, na *Vulgata* de São Jerônimo, “*nolli altum sapere, sed time*”, “não te ensoberbeças, mas teme”.¹⁴ Trata-se de uma exortação, advertência ou admoestação de São Paulo aos romanos convertidos para que não desprezem os hebreus. O fato de ser uma exortação relaciona a referida passagem tanto a um ato mais forte de proibição como ao de um mais atenuado de prudência, o que é essencial para que Ginzburg relacione, tal como exige sua escolha temática, a relação entre proibição e conhecimento. Observando e discutindo o que o autor faz a seguir, essa escolha aparece-me como a razão central para que ele selecione da frase original o fragmento “*altum sapere*” e, deste, o verbo “*sapere*”. Sua intenção é buscar pelo significado mais profundo destes fragmentos investigando as variações de “*altum sapere*” sob dois aspectos que percebo como mais proeminentes. Para Ginzburg, “*sapere*” foi posteriormente entendido “não como um verbo de significado moral (‘sê sábio’), mas como um verbo de significado intelectual (‘conhecer’)” e a expressão adverbial “*altum*” “foi entendida como um substantivo que designa aquilo que está no alto”.¹⁵ Desse primeiro passo investigativo do tema vem a conclusão de que “a condenação da soberba moral pronunciada por São Paulo tornou-se uma censura contra a curiosidade

fórmulas remeta respectivamente à epistemologia e à história como disciplinas, trata-se de uma associação pragmática, contingente ou provisória que não reflete os reais compromissos metódicos e conceituais da pesquisa. Um projeto maduro orientado pelo MEHM possui compromissos exclusivos com problemas, temas e conceitos integralmente interdisciplinares. (4) Ainda discutirei no momento apropriado se não seriam outras formas de articulação disciplinar diferente da interdisciplinaridade (como a multidisciplinaridade) que melhor se ajustem ao método. (5) Uma grande questão que parece criar um vácuo nessas condições iniciais é o da validade objetiva e universal de uma epistemologia que é identificada a nada mais do que um processo de construção racional de conceitos visando a solução de problemas intelectuais específicos cuja validade repousa no significado pessoal que eles possuem para o pesquisador.

¹³ Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, 95.

¹⁴ Antes de citar a *Vulgata*, Ginzburg apresenta o texto grego como sendo, de fato, em seu projeto, o ponto de partida de tal investigação.

¹⁵ Na *Bíblia: tradução ecumênica* (São Paulo: Loyola, 1994), há um breve comentário à essa passagem que reforça seu caráter moral e teológico. A admoestação teria o sentido de que os romanos deveriam agir segundo a fé, pois, “por sua própria natureza, a fé se opõe ao orgulho, a toda presunção” (p. 2192, nota t). A nota remete a outra (p. 2177, nota d, para *Romanos 4.2*) que traz mais esclarecimentos acerca da relação entre fé e orgulho em São Paulo. Para alguns intérpretes, tal relação seria o tema central de seu pensamento. Segundo Bultmann, “Em sua essência o pecado é essa pretensão (orgulho) do homem de se fazer valer diante de Deus, quer pela justiça das obras (entre os judaizantes), quer pela sabedoria (entre os gregos)” (p. 2127). Veremos adiante como isso se apresenta na associação central que Ginzburg constrói entre moralidade e intelectualidade. Rudolf Bultmann defende uma “desmitologização” da palavra bíblica – cf. F. Polak, *The image of the future* (New York: Elsevier, 1973), 209 –, enquanto Ginzburg a enxerta num mundo simbólico no qual o mito é apenas um de seus domínios.

intelectual”.¹⁶ Para mim, Ginzburg descobriu uma espécie de operador ético-epistêmico que articula moralidade e intelectualidade a partir da polaridade alto-baixo, de caráter mais ontológico.¹⁷

Já podemos extrair desses primeiros resultados alguns elementos que aproximam o MEHM ao que passo a chamar método histórico morfológico. “Alto e baixo” e “conhecimento proibido” são unidades de intelecção que caracterizarei respectivamente como um *problema* e um *tema* no sentido do MEHM. O primeiro pode ser percebido em operação não apenas no projeto, mas no plano da trajetória de pesquisa de Ginzburg. O tema do conhecimento proibido é um segundo nível de objetivação que demarca um limite conceitual e histórico do problema intelectual. A principal função metódica do problema é tornar-se o embrião de um processo de racionalização que, partindo do significado profundo difundido ou diluído no contínuo biográfico, começa a “montar” um tema a partir de “intuições” que indicam quais são os textos, autores, períodos, conceitos etc. capazes de trazer as respostas que nosso desejo de conhecer exige. Vejo esse processo em ação na trajetória de Ginzburg quando ele diz que, tendo-se deixado guiar no passado “pelo acaso e pela curiosidade, e não por uma estratégia consciente”,¹⁸ o que pareciam ser desvios na pesquisa sobre um de seus temas centrais, o *sabá*, não mais o são atualmente. O que fora um processo investigativo espontaneamente alimentado pela curiosidade, sujeito, em princípio, à dispersão (muitas vezes chamado pejorativamente de “viagem”), mostrou-se retrospectivamente dotado de um sentido capaz de ser racionalizado. Foi algo dessa natureza que, a meu juízo, conduziu Ginzburg a escolher o texto específico de São Paulo como início *genético* da pesquisa conduzida em *Alto e baixo*. Um novo nível de objetivação entra em curso quando, do interior desse texto, o autor seleciona um fragmento dotado, por assim dizer, de um “centro dinâmico” de significado capaz de conectar-se a outros a ele semelhantes. Tais centros podem ser localizados em inumeráveis fontes, textuais ou não, e, uma vez estabelecidas as devidas conexões, o sentido e a unidade do tema, como objeto apropriado de pesquisa, são consolidados através da criação de uma *continuidade* entre fontes históricas e conceituais no interior da qual a racionalização e a objetivação vão crescendo progressivamente. Isso corresponde, nos termos do MEHM, às passagens do problema ao tema e, deste, ao *conceito*.

¹⁶ C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, 95.

¹⁷ Em *Ética e razão*, Leopoldo e Silva apresenta o que considero uma articulação muito esclarecedora de componentes epistêmicos e éticos que pode caracterizar o que seriam os elementos mais propriamente filosóficos de um campo da cultura como o de Ginzburg. Partindo de uma interpretação do processo de limitação da razão no iluminismo, o primeiro autor diz que “[...] a razão se constitui positivamente ordenando-se negativamente em relação àquilo que não pode alcançar nos parâmetros do que instituiu como ser objetivo. [...] as noções explícitas ou implícitas, de verdade, objetividade, limite, teoria, interesse especulativo, uso da razão, finalidade, sentido do conhecimento etc., e tudo aquilo que a elas se contrapõe, delimitam a intersecção, nunca muito bem determinada, entre conhecimento e valor, ciência e sentido, verdade e finalidade. Pode-se dizer que nunca o conhecimento se institui, nos seus procedimentos e na demarcação dos seus horizontes, sem que se tenha constituído, simultaneamente, embora nem sempre reflexivamente, o quadro axiológico imanente ao desejo de saber. Há, portanto, em princípio, uma indissociabilidade entre razão e ética” - cf. F. Leopoldo e Silva, “Ética e razão” em A. Novaes (org.), *A crise da razão* (São Paulo: Minc-Funarte/Companhia das letras, 1999), 351-2. Nos campos conceitualmente mais alargados da morfologia histórica e da epistemologia histórica, talvez possamos obter novos entendimentos dessa intersecção entre conhecimento e valor a partir de suas expressões históricas concretas individuais e coletivas. Vejo, por exemplo, o processo de instituição e de ordenamento do conhecimento positivo a partir de sua negatividade de natureza ética e existencial expresso historicamente na forma do par antitético conhecer-proibir investigado por Ginzburg. Isso porque, em minha forma de ver como esse par opera culturalmente, há uma profunda afinidade entre o que Leopoldo e Silva apresenta como quadro axiológico imanente ao desejo de saber e às ações investigativas movidas pelos afetos emanados por certo quadro *antropológico* radical desse mesmo desejo.

¹⁸ C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, 12.

A sequência de transformações (i) “*nolli altum sapere, sed time*”, (ii) “*nolli altum sapere*”, (iii) “*altum sapere*” e (iv) “*sapere*” são os primeiros movimentos do tema de onde brotará um conceito que sintetiza o sentido mais geral de um par antitético “conhecer-proibir”, dotado do que chamei antes de um operador ético-epistêmico. Do texto-raiz embrionário, escolhido pela função de significação do tema, vai surgindo um *conceito raiz* ou conceito genético primário (que, na primeira parte do ensaio, chamei de “semente”) que se consolidará na medida em que as conexões de significado mais gerais transformem-se em um sistema orgânico de conceitos. Por fim, esses componentes preliminares recebem do MEHM outra importante qualificação: esse processo de geração de unidades de intelecção através de transformações e metamorfoses orgânicas de elementos historicamente “dados” é concebido como um *processo morfológico* de geração racional de *conceitos morfológicos* que se organizam como uma *disposição morfológica*. Temos aqui uma primeira descrição da totalidade do processo genético racional e morfológico de conceitualização que integra a caracterização inicial do método. Será mais fácil entendê-lo observando-o em ação no interior do projeto de Ginzburg.

A partir dos fragmentos extraídos do texto-raiz, Ginzburg obtém outros significados através de novas decomposições e composições envolvendo outros textos, autores, períodos, escolas, ideias etc. A lista abaixo contém parte dos próximos passos no interior desse processo de transformações:

(1) Ginzburg identifica e seleciona:

(1a) Duas exortações contidas em duas outras passagens da *Epístola aos romanos*: “Digo ... a cada um de vós que não tenhais de vós próprios um conceito mais alto do que o que é certo” (Rm 12,3) e “Não tenhais o ânimo nas coisas altas, e deixai-vos atrair pelas humildes” (Rm 12,16).

(1b) “Phronein” como a palavra chave nas duas exortações anteriores, traduzida como “sapere” por São Jerônimo.

(1c) A afirmação de Lactâncio (séc. III) de que “sapere” significa “procurar a verdade”.

(1d) A crítica que Pelágio (séc. V) fez àqueles que interpretam a exortação de São Paulo como uma proibição ao “estudo da sabedoria (*sapientiae studium*)”.

(1e) A afirmação de Erasmo de Rotterdan (séc.XVI) de que “o alvo das palavras de São Paulo fora um vício moral, não intelectual” não condena a erudição, mas o “orgulho pelos nossos sucessos mundanos”, sendo dirigida aos ricos, e não aos doutos.

(2) Ginzburg afirma conjecturalmente o fato geral de que havia uma tendência persistente em se entender mal o significado de “*nolli altum sapere*”.

(3) Afirma não conjecturalmente o fato geral de que:

(3a) O uso incorreto, (por aqueles que Pelágio criticou) e o correto (o de Pelágio e de Erasmo) conviveram no tempo.

(3b) Os comentadores medievais e renascentistas fizeram a leitura correta: “*nolli altum sapere*” consiste em uma “admoestação dirigida contra o orgulho intelectual”.

(4) Afirma, na forma de uma declaração que combina a proposição de uma conclusão, tese e conjectura, que

Por séculos e séculos, as palavras paulinas ‘non altum sapere’, extraídas do contexto, foram citadas por autores laicos ou eclesiásticos como texto óbvio contra qualquer tentativa de ultrapassar os limites do intelecto humano.¹⁹

Essa lista e a ordem que conecta suas “proposições” são, de forma simplificada, uma expressão concreta do referido processo genético racional de conceitualização. Em minha opinião, não há aqui um argumento linear que conecta logicamente e hierarquicamente um conjunto de proposições, mas há a síntese racional de uma rede de conceitos que vai conferindo inteligibilidade a um tema na medida em que aponta para a solução de um problema intelectual que lhe antecede. Podemos ver um novo e importante avanço nessa síntese quando Ginzburg obtém, a partir de (4), um novo resultado que envolve a admissão de posições teóricas de longo alcance, juntamente com uma grande ampliação do período histórico no qual o tema do conhecimento proibido é investigado:

Encontramo-nos, portanto, frente a um lapso não individual, mas coletivo, ou quase coletivo. O desliz das palavras de São Paulo, passando de um significado moral para um significado intelectual, foi certamente favorecido por fatores de ordem lingüística e textual. Mas o fato de que as palavras ‘nolli altum sapere’ foram interpretadas como uma admoestação contra o conhecimento ilícito das ‘coisas altas’ implica também elementos mais profundos.²⁰

Dentre os vários temas que a necessidade intelectual de entender o problema gerado pela tensão alto-baixo, surgiu, como parte da trajetória de pesquisa de Ginzburg, o tema do conhecimento proibido, cuja investigação vai dando corpo a um conceito que se organiza como uma tensão proibir-conhecer. Este conceito organiza igualmente um processo histórico onde as dimensões epistemológica e moral se relacionam e se intercambiam. Mas a racionalidade que confere inteligibilidade a esse processo não se reduz àquela aplicada ao estudo específico dos textos como parte do campo bem amplo de conhecimento que poderíamos designar como “ciências da linguagem”. A partir do diálogo com Ginzburg, entendi que tal racionalidade conceberia primariamente as metamorfoses de “*nolli altum sapere*” como objetos singulares e contingentes do tipo “erro”, “lapso” ou “desvio”. Isso tornaria invisível a ordem que subjaz a essas metamorfoses, pois sua percepção depende de uma racionalidade que articula fatores lingüísticos e não lingüísticos – mais restritivamente, fatores textuais e não textuais. A ação cognitiva dessa racionalidade organizou e localizou para Ginzburg os referidos deslizamentos textuais no interior de um processo histórico de longo alcance. Assim, percebi que é a partir do significado que essa racionalidade confere ao problema alto-baixo que levou o autor a concluir que, o fato histórico dos acidentes lingüísticos terem produzido especificamente “uma admoestação contra o conhecimento ilícito das ‘coisas altas’” envolve “elementos mais profundos”. No colóquio com Ginzburg também vi que tal racionalidade situa-se em um plano simbólico mais amplo no qual a linguagem é um ingrediente essencial, mas não exclusivo (nem um ingrediente ideal perseguido pelas ciências da linguagem de reduzir ao plano lingüístico tudo o que *ainda* lhe é exterior) Concebo esse plano e essa racionalidade como precisamente morfológicos. Eles proporcionam a inteligibilidade do método histórico morfológico que, articulado dialeticamente a uma racionalidade que legitimamente reivindica o qualificativo *epistemológico*, confere ao método epistemológico histórico aquela dimensão morfológica que ainda não estava presente entre seus componentes mínimos iniciais. Isso já significa obter parte do resultado que procuro: ampliar e tornar mais precisas as propriedades investigativas do MEHM.

Balizado nos resultados oferecido por Ginzburg, adotar a morfologia como âmbito simbólico primordial, do qual provêm as novas propriedades metodicas, significa assumir que um processo transformacional “puro” possua um valor *exclusivamente metodico* para a solução de

¹⁹ *Ibid.*, 96-97.

²⁰ *Ibid.*, 97.

problemas intelectuais. Tal valor pode e deve ser independente de quaisquer significados ontológicos,²¹ metodológicos ou lógicos que se possa atribuir a essas transformações. Significa que o processo transformacional possui um valor cognitivo, no sentido de valor racional, que confere inteligibilidade àquilo que na racionalidade da investigação linguística e textual seria ruído. A racionalidade morfológica situa-os dentro de um processo simbólico morfogenético²² que se expressa ontogeneticamente e filogeneticamente. A primeira expressão confere inteligibilidade aos referidos lapsos linguísticos no plano individual e a segunda o faz no plano coletivo. Na racionalidade morfológica, o acidente linguístico torna-se uma mutação criativa.²³

Voltemos agora ao que Ginzburg encontrou de mais profundo nas metamorfoses de “*nolli altum sapere*”. No interior do plano simbólico e da racionalidade morfológica, passarei a conceber todas as unidades de inteligência como *formas*, ou seja, como unidades simbólicas que conferem inteligibilidade dinamicamente através de um processo histórico e conceitual de transformações. O processo de racionalização e objetivação das formas coincide com o de delimitação e precisão dos conceitos – “tomar forma” equivale a “tornar-se conceito”. Temos aqui um novo momento em que o método epistemológico histórico assume mais diretamente uma propriedade morfológica. Sendo assim, para compreender o achado de Ginzburg, devemos compreender quais são as racionalidades, unidades de inteligência, disciplinas, perspectivas teóricas, etc. que o plano simbólico morfológico articula consistentemente. Dentro da síntese de racionalidades e de “perspectivas” teóricas que esse plano realiza, poderemos ver o que há de regular e de universal naquilo que a racionalidade da análise textual

²¹ Em minha formulação do conceito de mônada orgânica, parto da metafísica da substância de Leibniz para conceber um processo transformacional que poderia ser dito “puro” (necessariamente entre aspas), o que significa operacionalizar uma ontologia de modo a metamorfosé-la em um possível método de investigação. Essa operacionalização deve ser feita de modo a tornar o método independente de qualquer fundamento ontológico ou metafísico. Esse processo transformacional é obtido, a partir da monadologia leibniziana, através da proposição de que o simples imutável e o composto dinâmico (orgânico ou transformacional “puros”) coexistem de modo não contraditório na interioridade absoluta da mônada metafísica (M. de C. Ramos, “O conceito de mônada orgânica”, 2012d, parte 1). Embora não tenha informado em meu artigo, tais resultados foram obtidos sob a orientação da abordagem epistemológica histórica e, até certo ponto, do MEHM. Isso permitiu que eu operacionalizasse metodicamente a robusta e substancial metafísica leibniziana sem tomá-la como *fundamento* do método. Em futuros desenvolvimentos do presente projeto, explorarei uma possível síntese entre estas várias modalidades de processos transformacionais – parece interessante, por exemplo, levar a substancialidade relacional da monadologia até os padrões de transformações de imagens inteligíveis sob uma racionalidade iconológica. Tratarei um pouco dessa racionalidade na parte três do presente ensaio.

²² Usei este termo apenas para dar maior ênfase ao fato de que as mudanças simbólicas são consistentes com um dinamismo da forma; o mais correto seria dizer simplesmente morfológico, já que a lógica da forma é, tal como a concebo metodicamente, sempre genética – ao contrário da lógica formal que é sempre não histórica e mais ligada à ideia de estrutura do que à de forma.

²³ Incluir neste ponto do ensaio o conceito de *evolução* não acarretaria nenhuma inconsistência conceitual ou metódica. Bastaria elaborar uma concepção morfológica nos termos do método histórico morfológico ou do MEHM que evocaria um conceito mais amplo (e igualmente preciso) de evolução que não se restringisse às racionalidades fundadas no darwinismo e no neodarwinismo (como as vinculadas, por exemplo, ao adaptacionismo, ao selecionismo ou a outras tentativas de criar um darwinismo universal). Uma concepção morfológica de evolução articular-se-ia ao que Roger concebe como a entrada da história da natureza no campo da *história natural* – cf. J. Roger, “Buffon et l'introduction de l'histoire dans l'histoire naturelle” em J.-C. et al Beaune (org.), *Buffon* 88: *actes du colloque international* (J. Vrin/Institut Interdisciplinaire d'Etudes Epistémologiques: Paris/Lyon, 1992), 193; M. de C. Ramos, “As mônadas físicas como unidades gerativas no *Sistema da natureza* de Maupertuis”, *Scientiae Studia*, 7, 3, (2009): 467 - e ao que Lovejoy concebe como a temporalização da cadeia do ser – cf. A. Lovejoy, *The great chain of being: a study of the history of an idea* (Harvard: Harvard University Press, 1971), cap. IX. Contudo, não será possível desenvolver agora tais articulações e, assim, exceto em uma breve nota (30), não mais tratarei dos conceitos de filogênese e de evolução.

concebe como meros acidentes linguísticos. Cabe, então, perguntar a Ginzburg que ingredientes ele utilizou em tal síntese.

O primeiro desses ingredientes é precisamente indicado pelo autor: “Ao analisar esse tipo de lapso, tive presente como modelo E. Panofsky”,²⁴ mais precisamente seu ensaio “*Et in Arcadia ego*”: Poussin e a tradição elegiática. Assim, uma racionalidade *iconológica*, concebida no interior da história da arte, operará funcionalmente com grande poder de organização morfológica dos conceitos. Seria muito fecundo e interessante examinar este texto da mesma forma como estou fazendo com *O alto e o baixo*, o que corresponderia a convidar Panofsky para participar, juntamente com Ginzburg, do diálogo entre autores, mas ele deve ficar para outra ocasião. Assim, mostrarei a articulação das racionalidades iconológica e morfológica aplicando-a, como indiquei anteriormente, na proposição experimental de uma hipótese de pesquisa a partir da expansão do processo descoberto por Ginzburg para o âmbito da cultura científica da alquimia e da química; farei isso na terceira parte deste ensaio, onde tratarei de alguns elementos do referido texto de Panofsky.

Ginzburg desenvolve sua investigação recorrendo também a outra forma de racionalidade, marcadamente diferente da iconológica. Retomando *O alto e o baixo* logo após a referência aos “elementos mais profundos”, vemos o autor afirmar que “a espécie humana tende a representar a realidade em termos de opostos”. Isso é apresentado como um fato geral de amplo alcance que ele toma das concepções de L. Bertalanffy sobre o caráter cultural e biológico da cognição e da formação de categorias da percepção e da linguagem. Nas palavras de Ginzburg, nossa

*obsessão centrada na polaridade tem profundas raízes biológicas, na medida em que a mente humana é comparada a um computador que opera na base de uma lógica de tipo sim/não, tudo/nada.*²⁵

Temos aqui uma utilização, mesmo que conjectural, do conhecimento e da racionalidade das ciências biológicas para conferir maior objetividade às tensões conhecer-proibir e alto-baixo em seu processo de tornarem-se conceitos. Porém, essa associação recebe um adendo crítico “preventivo” com um importante significado metódico. Ginzburg diz que sua proposta, aliada ao referido componente biológico, envolveria um antropomorfismo contra o qual a física está imune.²⁶ Porém, tal como a entendi, essa declaração não é feita para criticar a validade do recurso ao conhecimento biológico, mas para introduzir o valer-se da objetividade de outra ciência, a antropologia. Para Ginzburg, apesar do referido adendo,

²⁴ C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, 254.

²⁵ *Ibid.*, 97-98.

²⁶ A tese de Bertalanffy, que ele denomina *perspectivista*, entende que “O sistema da física é obrigatório para qualquer ser racional no sentido explicado, isto é, por um processo de desantropomorfização esse sistema aproxima-se da representação de certos aspectos racionais da realidade. É essencialmente um algoritmo simbólico conveniente para tal propósito. No entanto, a escolha dos simbolismos que aplicamos, e por conseguinte dos aspectos da realidade que representamos, depende de fatores biológicos e culturais [...] Há talvez uma razão profunda em virtude da qual nossa representação mental do universo espelha sempre apenas certos aspectos ou perspectivas da realidade. Nosso entendimento, pelo menos na linguagem ocidental, mas possivelmente em qualquer língua humana, faz-se essencialmente em termos de opostos” — cf. L. Bertalanffy, *Teoria geral dos sistemas* (Petrópolis: Vozes, 1973), 328-9. Em termos metodológicos, penso que a posição perspectivista de Bertalanffy pode deixar de ser relativista se entendermos que a pluralidade de sistemas simbólicos igualmente legítimos pode ser subsumida a um processo de construção conceitual geral, o que proponho como um sistema simbólico morfológico.

*os seres humanos continuam a se comportar e a pensar da maneira mencionada. Para eles, a realidade, enquanto refletida pela linguagem e, consequentemente, pelo pensamento, não é um continuum, mas um âmbito regulado por categorias descontínuas, substancialmente antitéticas.*²⁷

Estas afirmações envolvem a aceitação de fatos antropológicos “fortes” reconhecíveis apenas à luz da racionalidade que confere inteligibilidade ao campo geral da antropologia. Tais categorias “têm um significado cultural ou simbólico, além do nível biológico”, mas *também* do biológico, representado pelo “algoritmo” tudo/nada de Bertalanffy. No processo de conceitualização em curso, temos um novo resultado importante a ser fixado: os conceitos construídos por Ginzburg são caracteristicamente antitéticos, o que significa para mim que o método morfológico conferiu uma precisão conceitual adequada ao tema investigado. São conceitos que organizam e conferem objetividade a um processo dinâmico de simbolização, a uma tensão de ideias que possivelmente não seria adequadamente compreendida por meio de instrumentos metódicos analíticos. No desenvolvimento de sua investigação, Ginzburg sugere uma articulação dessas duas ciências sobrepondo ao significado biológico de categoria antitética um significado antropológico. Nesse sentido, ele menciona, sem discutir, um estudo da oposição direita/esquerda presente, *Right and left: essays on dual symbolic classification* (1973), do antropólogo social R. Needham. Nesse mesmo âmbito teórico, Ginzburg afirma, como outro grande fato geral acerca das categorias e conceitos antitéticos, que o mais universal dentre eles é a oposição alto/baixo: “É significativo que digamos que algo é ‘elevado’ ou ‘superior’ – ou, inversamente, ‘baixo’ ou ‘inferior’ – sem nos darmos conta do motivo por que aquilo a que atribuímos maior valor (a bondade, a força etc.) deva ser colocado no alto”. Aqui ele está falando de nós, humanos, mas, logo a seguir, vemos o componente biológico geral ainda em operação: “Também os primatas, ao que parece, reagem à contraposição entre alto e baixo”. O raciocínio de Ginzburg está, neste ponto, claramente localizado no encontro da biologia com a antropologia. Ele aceita a validade de situar a origem de categorias antitéticas universais valorativas entre os animais, mas, na história dessas categorias, algo de especificamente humano deve surgir, a saber, “o intenso valor cultural atribuído a essa contraposição em todas as sociedades conhecidas”.²⁸ Em síntese, considerando apenas os elementos que obtive no diálogo, conceberei a segunda forma de racionalidade e o campo conceitual que confere inteligibilidade a estes últimos raciocínios do autor como sendo *biocultural*. Já atribui essa mesma característica ao processo geral investigativo contínuo que vai da biografia ao projeto de pesquisa, o que implica a abertura de uma hipotética imbricação entre um processo simbólico bioantropológico histórico e factual e um processo simbólico metódico de investigação, produção e aquisição de conhecimento.²⁹ Não é o caso de desenvolvê-la neste ensaio, mas ela pode servir para conferir novos refinamentos futuros ao MEHM. Voltando ao diálogo com Ginzburg, entendo que o recurso à racionalidade biocultural torna inteligível a atribuição de propriedades “protovalorativas” a padrões de comportamento animal conferindo-lhes um claro caráter cultural. Com tal atribuição, a fronteira entre comportamento e ação fica mais plástica – mas, consistentemente ao que proponho, a ação deve sempre ser primária. O mesmo ocorre na direção oposta, pois aquilo que se tornou tipicamente humano pode ser pensado dentro de uma história contínua que começa, sem rupturas drásticas, nesses

²⁷ C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, 98.

²⁸ *Ibid.*, 97-98.

²⁹ Um diálogo com John Dewey acerca da teoria da pesquisa que ele desenvolve em J. Dewey, *Logic: the theory of inquiry* (New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960), especialmente o capítulo 2, seria muito profícuo. O naturalismo e a história morfológica poderiam ser aproximados no sentido de conceber o paradigma indiciário como base para a articulação de um processo epistemológico a um processo biocultural. Mas tal aproximação deve ser completamente operacionalizada metodicamente de modo a eliminar qualquer tentativa de naturalização da epistemologia (que sempre conduz a alguma forma de redução não dialética), seja em termos evolutivos, antropológicos ou psicológicos.

“protovalores” mais conspicuamente, mas não completamente, biológicos. Rupturas drásticas conduziriam, no limite, a dualismos fortes cujas limitações são combatidas por reducionismos fortes, sejam biológicos ou culturais, que apresentam suas próprias limitações. A abordagem continuísta que proponho pode, em princípio, contornar metodicamente estas duas fontes de limitação.

Ginzburg também recorre ao que seria, a julgar pelas breves indicações que fornece, outra fonte de conteúdos para consolidar a continuidade e a unidade de seu projeto. O *fato* de o homem possuir uma infância prolongada e um desenvolvimento físico e intelectual (ontogênese psico-orgânica) lento aparece como um componente *psicobiológico* que fortalece a síntese dos caracteres simbólico, valorativo e biológico que singulariza o par antitético alto-baixo. Ginzburg obteve tais ideias em *Primitive high gods* (1972), do antropólogo e psicanalista húngaro-americano G. Róheim, de modo que a antropologia alia-se à psicanálise³⁰ e, acrescento, à racionalidade geral que recorre à casualidade e à organização conceitual e simbólica da psicologia em sentido lato. Para utilizá-las metodicamente com eficácia, essas sínteses sucessivas de racionalidades – teríamos agora o tipo *biopsicocultural* – devem ser todas orientadas pela racionalidade morfológica, lembrando que se trata apenas do uso de um recurso metódico que não envolve a criação de novas formas fixas de racionalidade híbridas fundadoras de novas escolas ou categorias. Na continuidade do texto, Ginzburg nos diz que esse fato da ontogênese humana pode plausivelmente *explicar*

*a identificação imediata daquilo que é alto com a força, a bondade e assim por diante. A criança privada de qualquer recurso, o adulto poderosíssimo aparece como a encarnação de todos os 'valores'.*³¹

Eis que as metamorfoses particulares do significado e, acrescento agora, do valor da exortação “*nolli altum sapere*”, percebidas de início basicamente através de um estudo comparativo no âmbito textual e da linguagem, expandem-se amplamente graças à síntese de várias áreas do conhecimento, tanto das ciências humanas ou da cultura, quanto das naturais. Na continuidade do processo que Ginzburg investiga, essa expansão vai avançando temporalmente da Antiguidade aos tempos modernos (no ensaio *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, como já aponte, ela se estende da pré-história ao século XIX), enquanto vai organizando novas unidades de intelecção e tornando mais precisas aquelas já construídas: a tensão alto-baixo criou uma trama de temas na qual os conceitos antitético alto-baixo e conhecer-proibir se determinaram.

Como um dos pontos altos de *O alto e o baixo*, a síntese de vários processos genéticos – mutações textuais e linguísticas, transformações iconológicas, biogênese, psicogênese e antropogênese – permitiu que Ginzburg descobrisse e nos mostrasse como a articulação

³⁰ No capítulo X (*The unity of mankind*) de G. Róheim, *Psychoanalysis and anthropology: culture, personality and the unconscious* (New York: International Universities Press, 1950), Róheim articula psicanálise e evolução biológica recorrendo a grande quantidade de teorias e fatos acerca da reprodução, embriogênese, desenvolvimento pós-embriológico e cuidado parental humanos. Para o autor “A concepção de evolução humana é interessante sob muitos pontos de vista. Primeiro, ela confirma minha interpretação das atividades econômicas da humanidade [...]. Em segundo lugar ela reforça a visão de Freud. Primeiramente, havia o Id que, ajustando-se à pressão externa, tornou-se Ego [...]. Em terceiro lugar, devemos levar em conta que o Id pré-humano e o Id animal são duas coisas diferentes. Enquanto o Id animal também é Ego (ou seja, o animal quer o que é melhor para ele), o Id humano é, em grande medida, fantasia, o produto de um cérebro ativo em situação de defesa” (p. 418). Em linhas gerais, parece-me que tais ideias são utilizadas por Ginzburg pela assunção da seguinte tese: o caráter essencialmente conflituoso e agonístico que conjuntamente participa da organização ontogenética e psicogenética é o palco para a organização simbólica de conflitos de natureza cultural (epistêmica, moral, estética, etc.) sob a forma de pares antitéticos como alto-baixo.

³¹ C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, 98.

morfológica dos conceitos antitéticos de alto-baixo e conhecer-proibir expressa-se na construção de várias “realidades”: a cósmica, “é proibido olhar os céus e, em geral, os segredos da Natureza (*arcana naturae*)”, a religiosa, “é proibido conhecer os segredos de Deus (*arcana Dei*), como a predestinação, o dogma da Trindade e assim por diante” e a política, “é proibido conhecer os segredos do poder (*arca imperii*), isto é os mistérios do poder”. Conversemos melhor sobre essa descoberta. Para o autor, tais aspectos da realidade apresentam-se como diferentes hierarquias mutuamente reforçadas por analogias. O ressurgimento em vários contextos de “*nolli altum sapere*” (e, acrescento, das metamorfoses de seus significados) “reflete um pressuposto unitário implícito”, dado pela referida analogia entre as hierarquias. Vejo aqui uma imagem na qual essas hierarquias assumem a forma de *cadeias do ser* de três tipos, sobrenatural, política e natural, que convergem em seu polo superior circunscrevendo um campo ou região simbólica que identifico ao que Ginzburg concebe como “um âmbito separado, cósmico, religioso e político, definível como ‘alto’ e vedado ao conhecimento humano”.³² Acredito que o próprio fato da existência dessas múltiplas hierarquias é um efeito da organização de elementos axiológicos e “topológicos” que se ligam intimamente para formar unidades simbólicas culturais de significado que se assemelha a uma *forma simbólica* de E. Cassirer. A investigação dessa semelhança é tema para outra parte de meu projeto, mas posso adiantar que, desenvolvendo conceitualmente uma das possibilidades do referido conceito cassireano,³³ o que

³² *Ibid.*, 98-9.

³³ Estou fazendo isso através da aplicação de elementos do conceito de forma simbólica de Cassirer às funções metódicas gerais do MEHM para torná-las mais eficazes na construção dos contínuos de transformações que sustentam a epistemologia histórica de conceitos. A partir dessa aplicação, a aludida ligação de elementos axiológicos e topológicos pode ser entendida como ocorrendo, primeiramente, no interior do *espaço mitológico*, que “ocupa uma *posição intermediária* entre o espaço da percepção sensível e o espaço do conhecimento puro, o espaço da intuição geométrica” – cf. E. Cassirer, *Filosofia de las formas simbólicas* (Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998b), vol. 2, 116. Porém, para atingir a precisão exigida pelo MEHM, proponho diferenciar esse espaço geral do mito pela interposição de um “espaço orgânico” simbólico, não substancial, mediando o da sensibilidade e o da intuição geométrica. Espaço orgânico identifica-se a espaço morfológico ou simplesmente forma. Como forma especializada dentro da forma simbólica geral do mito de Cassirer, tal espaço (penso que o termo “região” seria bem melhor do que espaço, mas manterei por enquanto a terminologia do autor) suportaria simbolicamente o que já expliquei como sendo um processo genético de construção de conceitos orientado pela racionalidade sintética morfológica. Cassirer fala dos espaços da percepção e do mito como formando certa unidade: ambos são heterogêneos, pois seus “pontos” ou individualizações são construídos a partir das particularidades do que é imediatamente dado na percepção; a intuição geométrica emergiria da negação da singularidade dos pontos que determinaria a homogeneização do espaço. O autor qualifica tal heterogeneidade como sendo *fisiológica* e a coloca em oposição à homogeneidade *métrica* do espaço geométrico (p. 118). É a partir desse sentido de fisiologia que caracterizarei o conceito de espaço ou região morfológico que aprimorará as funções metódicas do MEHM. O cerne desse aprimoramento está no seguinte: para Cassirer, o espaço fisiológico difere do métrico porque “no primeiro, em frente e atrás, esquerda e direita, acima e abaixo não são intercambiáveis, dado que, ao nos movermos em cada uma dessas direções, produzem-se sensações orgânicas específicas; pois bem, cada uma de essas direções está ligada correlativamente a específicos valores emotivos mitológicos” (p. 118). Vejo aqui a aplicação da mesma forma de integração das racionalidades biológica e antropológicas (biocultural) que percebi no projeto de Ginzburg. Esses valores emotivos do mito, gerados a partir da singularidade fisiológica da percepção local, diferenciariam o componente axiológico-topológico associado à polaridade geral acima-abaixo de Cassirer na polaridade específica alto-baixo de Ginzburg, que vem associada à polaridade “pré-valorativa” moral da tensão conhecer-proibir. A qualificação e a regionalização do “alto” seria uma fonte de valores, comuns às três cadeias do ser (sobrenatural, política e natural) mencionadas, da qual emanariam as unidades simbólicas de significado e de inteligibilidade. Assim, do mesmo modo que há, na caracterização de Ginzburg, uma região superior teológica, política e cosmológica proibida ao conhecimento humano, haveria uma região homóloga a partir do que Cassirer concebe como a “única distinção especial primogênita que sempre se repete nas criações mais complexas do mito”, a saber, “a distinção de duas regiões do ser: uma normal geralmente acessível, e outra que, como região sagrada, aparece realçada, separada, cercada e protegida do que a rodeia” (p. 118).

são apresentados como âmbitos diversos de uma realidade dada, inteligíveis a partir de pressupostos ontológicos que servirão como fundamento de processos de transformação histórica, passam a ser núcleos simbólicos específicos da cultura utilizados metodicamente para a organização dos fatos-fenômenos históricos em unidades com sentido objetivo.³⁴ O núcleo conhecer-proibir, detectado por Ginzburg no texto bíblico e progressivamente determinado pela aplicação sintética de várias racionalidades, modifica-se da condição de unidade problematizante para a de unidade temática e, desta, para a de unidade conceitual. Assim, o *conceito de conhecimento proibido*, entendido como base simbólica dinâmica de um processo epistemológico histórico, passou por metamorfoses específicas que organizaram aqueles três âmbitos da cultura, o cosmológico, o religioso e o político, cada qual com seus segredos protegidos por censuras morais que estiveram em atividade por séculos. O par antitético alto-baixo criou a tensão de significados e valores que se expressaram como “razões” para tais censuras. Para o âmbito específico da política e do poder, Ginzburg desenvolve o tema caracterizando isso que chamei de razões como sendo de caráter ideológico: “O valor ideológico dessa tríplice exortação é evidente. Ela tendia a conservar a hierarquia social e política existente, condenando os pensadores políticos subversivos que tentavam penetrar os mistérios do Estado”³⁵. Entendo que tal “evidência” é o efeito da transformação simbólica de certo componente “pré-valorativo” difuso no componente também geral, mas mais preciso dos valores ideológicos. A partir deles, obtém-se o entendimento da organização “material”, que pode se expressar, por exemplo, na esfera das instituições, reportando-a a uma organização na esfera das ideias ou da “racionalidade”. Esse entendimento é possível a partir daquele processo morfológico simbólico que conferiu um significado sintético valorativo e epistemológico àquela região “superior” das três hierarquias analogicamente conectadas e que associei a três “cadeias dos seres”.

Além do político e do social, no plano da histórica geral em que Ginzburg desenvolve seu projeto, o referido processo morfológico também produz consideráveis transformações de unidades e categorias “clássicas” estabelecidas por amplos consensos. Os conceitos de “Renascimento”, de “Idade Média” e de “oitocentista” que aparecem na citação a seguir, recebem de Ginzburg uma reformulação quanto ao modo específico deles expressarem o conhecimento proibido como limite da razão: “A insistência nos limites da razão contradiz, à primeira vista, a imagem oitocentista do Renascimento como uma época claramente contraposta ao mundo ‘medieval’ tradicional”. A partir do exame do *De imitatione Christi*, de Tomás de Kempis (1380-1541), e de uma carta de Erasmo a John Carondelet (1543), Ginzburg diz que “medieval” é um “termo muito vago e genérico” e mostra que a utilização, pelas ordens monásticas “medievais” (refere-se aos *Irmãos da Vida Comum*), da humildade contra o orgulho intelectual da escolástica, fato histórico também “medieval”, não é interrompida em Erasmo, autor canônico do “Renascimento”: “Erasmo, que na juventude fora seguidor dos Irmãos da Vida Comum, não se identificou com a tradição das ordens monásticas, e tampouco com a da escolástica. Nos *Antibárbaros*, com efeito, ele refutou ambas como exemplo de

³⁴ A crítica de Bevir – cf. M. Bevir, *A lógica da história das ideias* (Bauru: EDUSC, 2008) – ao conceito de ideia-unidade de Lovejoy serve para ilustrar a importância dessa propriedade metódica que transforma um âmbito substancial da realidade em um núcleo ou forma simbólica de organização de fenômenos. Para o primeiro, “A falácia essencialista é exemplificada pelo projeto de A. O. Lovejoy de estudar ideias-unidades porque elas mudam sua forma exterior e entram em várias relações inconstantes uma com as outras ao longo do tempo [...] devemos evitar o essencialismo: devemos ser cautelosos em relação a qualquer referência a objetos ‘primários e persistentes’ na história das ideias” (p. 256). O antídoto para essa forma de “platonismo histórico” que Bevir propõe é fundamentalmente de caráter analítico. Para mim, a partir da inteligibilidade sintética que a racionalidade morfológica oferece, é possível conferir um caráter funcional à ideia-unidade de Lovejoy que a afasta integralmente do suposto essencialismo identificado por Bevir.

³⁵ C. Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, 99.

‘barbárie’”.³⁶ Mesmo localizando Erasmo no interior de outras unidades ou categorias históricas, que antes chamei de consensuais, tais como “tradição humanista” e “Reforma”, o conceito histórico de “conhecimento proibido”, tornado objetivo e delimitado pela organização metódica morfológica, cria uma continuidade entre “medieval” e “renascentista” consolidada não somente pelo estudo comparativo textual dos autores envolvidos, mas também pela articulação do conhecimento histórico ao biológico, antropológico, psicológico e, como veremos, ao iconológico; temos aqui um claro exemplo de aplicação da interdisciplinaridade radical que caracteriza o MEHM. Situada nessa continuidade, as ideias e posicionamentos de Erasmo são entendidos como metamorfoses de um núcleo de valores epistêmico-morais. Essas metamorfoses ocorridas no período renascentista e aquelas sofridas pelo texto de São Paulo entre os séculos II e IV fazem parte de um *mesmo* processo morfológico histórico que garante a inteligibilidade, a objetividade e a racionalidade de ligações cronologicamente e contextualmente tão distantes. Isso torna evidente porque o processo de transformações genéticas é concebido como *conceitual*: a ligação entre os episódios históricos concretos se dá primordialmente no plano das “ideias”, ou no da racionalidade geral, gerando uma transmissão conceitual que é prioritária em relação à transmissão material (lembrando que não há aqui qualquer forma de fundamentação ou redução do material ao racional). A partir da articulação do método histórico morfológico de Ginzburg com o MEHM, a dimensão epistemológica da construção histórica contínua conduz as categorias materiais, temporais, institucionais, ideológicas, sociais e políticas do entendimento à condição de conceitos que se expressam inteligivelmente graças a uma racionalidade morfológica de fundo.

Encerro aqui a primeira parte do diálogo com Ginzburg. Sua retomada na próxima seção começará em um momento do texto (segundo parágrafo, página 100) que contém uma importante novidade. Veremos ali surgir uma nova unidade de entendimento, a *emblemática*, cuja peculiaridade é a de sobrepor metamorfoses plásticas de elementos icônicos às metamorfoses de significados textuais.

Metamorfoses emblemáticas: a mão de Hermes

Ginzburg continua a desenvolver seu projeto identificando e expondo outras metamorfoses do núcleo simbólico conhecer-proibir articulado à tensão alto-baixo que, nesse ponto do ensaio, já assumiu de forma bem determinada seu caráter conceitual. O diálogo com o autor foi mostrando-me como essa determinação e precisão resultaram da expressão morfológicamente coordenada de várias racionalidades. O que aparecerá agora são as metamorfoses do conceito de conhecimento proibido expressas historicamente em *emblemas* dos quais emergem unidades de inteligibilidade organizadas por uma forma iconológica de racionalidade. Assim, tratarei mais abaixo de alguns elementos do texto de Panofsky que Ginzburg tomou como modelo para entender os lapsos de tradução e de interpretação que, começando em um texto-raiz bíblico, encontram-se agora nos livros de emblemas dos séculos XVI e XVII. Novos fragmentos de textos lematizados associados aos emblemas articular-se-ão à exortação “*nolli altum sapere*”, tornando inteligível outras formas da relação epistemológica-moral do conceito de conhecimento proibido – que também caracterizei como operador ético-epistêmico. Ginzburg continua a orientar-se por aqueles três domínios da exortação-raiz temer-conhecer, a saber, o cosmológico, o político e o religioso, dando agora maior ênfase ao primeiro. Não será possível dialogar com o autor, como vinha fazendo, sobre todos esses resultados. Tratarei apenas daquilo que remete diretamente às metamorfoses emblemáticas dessa exortação, mais especificamente, dos elementos que permitirão que eu formule uma

³⁶ *Ibid.*, 99-100.

conjectura que, a partir do contexto histórico e conceitual de Ginzburg, envolve a química no domínio dos *arcana naturae*.

Em função das condições históricas da Reforma, Ginzburg diz que Erasmo passou a citar um antigo lema atribuído a Sócrates “*Quae supra nos, ea nihil ad nos*” – “daquilo que esta acima de nós, não devemos nos ocupar”. Partindo desse lema, o autor buscará nos livros de emblemas do período moderno novas expressões do conceito epistêmico-moral de conhecimento proibido associado à tensão alto-baixo. Tais expressões terão como elemento unificador “a citação recorrente, devidamente mal-entendida, das palavras de São Paulo, ‘*nolli altum sapere*’”³⁷. A fórmula algo paradoxal “devidamente mal-entendida” remete ao que discuti páginas atrás sobre o papel histórico positivo do “erro”: o que para dada racionalidade aparece como desvios ou lapsos contingentes, torna-se inteligível como parte de um processo regular organizado por outra forma de racionalidade. Assim, da mesma forma que elementos bioculturais não textuais foram utilizados para revelar uma possível ordem subjacente àquilo que no estudo especializado das traduções e interpretações de textos aparecem como lapsos, elementos iconológicos não textuais serão agora evocados para conferir-lhes significado como partes de um processo racional maior. Isso significa que a associação de uma criação icônica que obedece a padrões simbólicos específicos a um lema que foi aparentemente gerado apenas como o efeito singular de más traduções e más interpretações, cria uma nova metamorfose inteligível e significativa situada na unidade simbólica do emblema. Ginzburg tratará de duas dessas associações nas quais comparecem as imagens mitológicas de Prometeu e de Ícaro; eu examinarei apenas a primeira. Segundo Guinzburg,

*Ícaro que cai dos céus e Prometeu punido por ter roubado o fogo divino [...] foram considerados símbolos dos astrólogos, dos astrónomos, dos teólogos heréticos, dos filósofos inclinados a pensamentos ousados, de indefinidos teóricos da política.*³⁸

Assim, esses personagens já estão historicamente distribuídos como violadores das três variações daquela exortação de base refratadora do orgulho intelectual. Dentre eles escolherei o campo de atuação cultural intelectual de um tipo particular de “filósofo inclinado a pensamentos ousados”, o *filósofo químico* ou *alquimista*.

Dialogando com Ginzburg acerca das expressões emblemáticas do conceito de conhecimento, é fácil perceber a construção de um eixo de transformações de valores no qual aparece o que concebo como duas “ações” ou atitudes simbólicas antagônicas que combinam elementos epistêmicos e morais: as ações expressas pelos verbos *temer* e *ousar*. A primeira aparece claramente no emblema CVI do *Emblemata* (1531) de Andreae Alciati (1492-1550), que contém a conhecida imagem de Prometeu acorrentado com uma águia a comer-lhe o fígado, acompanhada do referido lema socrático “*quae supra nos, nihil ad nos*” (figura 1a). Essa associação imagem-texto produz o dramático efeito valorativo de que aqueles que não temem as coisas do alto, os deuses de quem Prometeu roubou o fogo, são severamente castigados. Já a atitude simbólica da ousadia é construída morfológicamente por Ginzburg nas articulações que faz entre política, cosmologia e religião no contexto histórico de transição do Renascimento para a modernidade (transição que cria uma continuidade que relativiza a unidade dessas temporalizações). Nesse contexto, as proibições que incidem nesses três domínios culturais começam a ser desafiadas. Articulando controvérsias científicas, teológicas e políticas ao tema do heliocentrismo,³⁹ Ginzburg nos diz que

[a] superação dos antigos limites foi devidamente registrada nas coletâneas de emblemas. Durante o século XVII, Ícaro e Prometeu tornaram-se símbolos de um forte impulso intelectual para as descobertas. Uma nítida transvaloração dos valores fez com que a ‘ousadia’

³⁷ *Ibid.*, 100.

³⁸ *Ibid.*, 102-3.

³⁹ *Ibid.*, 103-111.

a ‘curiosidade’ e o ‘orgulho intelectual’ – vícios tradicionalmente associados àqueles mitos – também fossem considerados virtudes.⁴⁰

Nessas metamorfoses de significados e de valores temos, na modernidade, praticamente a inversão de uma unidade antitética epistêmica-moral que vinha se propagando desde Antiguidade. Como expressão histórica dessa transvaloração, Ginzburg apresenta um emblema que aparece em M. Marciano, *Pompe funebri dell’universo nella morte di Filippo IV. Il Grande* (figura 1b), composta em Nápoles por ocasião das exéquias do rei Filipe IV (1605-1665) de Espanha. Na verdade, é apenas um detalhe do emblema que contém iconologicamente a referida metamorfose, a saber, a *mão de Prometeu*. “Prometeu não mais aparece como um deus derrotado, acorrentado à montanha. Sua mão, no gesto de roçar o sol, vinha acompanhada pelo altivo tema: ‘Nihil mortalibus arduum’ [...] ‘nada é difícil demais para os mortais’”.⁴¹



Figura 1: (a) Andrea Alciato, “Emblematum liber” ou “Emblemata”, *Kunstbuch*, Frankfurt am Main (1566-7), p. 70, <http://www.emblems.arts.gla.ac.uk/alciato/picturae.php?id=A67a106>;

⁴⁰ *Ibid.*, 111.

⁴¹ *Ibid.*, 111.



Figura 1: (b) Marcello Marciano, “Pompe funebri dell’universo, Nella Morte di Pilippo Quarto il Grande Re delle Spagne, Monarca Cattolico, Celebrate in Napoli alli XVIII. Di Febraro MDCLXVI”, Napoli, (1666), p. 102,
http://warburg.sas.ac.uk/vpc/VPC_search/pdf_frame.php?image=b2924177044.

A partir desse último resultado, proporei a hipótese de uma nova metamorfose da mão de Prometeu na figura de Hermes, patrono das artes alquímicas. Minha intenção principal é mostrar o funcionamento da racionalidade morfológica que integra o MEHM e, para tanto, a utilizarei no que venho chamando de um breve experimento de associação sintética da racionalidade que opera no estudo iconológico de Panofsky sobre as metamorfoses de Arcádia em torno do mote “*Et in Arcadia ego*”, desenvolvidas no referido ensaio inspirador de Gunzburg, e a racionalidade da morfologia histórica deste último.

Como Ginzburg, Panofsky constrói uma tensão entre dois significados antitéticos que utiliza como unidade de entendimento das metamorfoses sofridas por um texto literário em associação a outras expressões artísticas. A tensão diz respeito a uma transformação não mais epistêmica-moral, como no conceito de conhecimento proibido, mas uma transformação estética-moral da imagem da Arcádia em sua associação a duas concepções contrastantes do estado natural do homem. A Arcádia da Antiguidade grega “era o domínio de Pã [...] seus habitantes eram famosos por suas realizações musicais [...] sua linhagem antiga, hospitalidade rústica e austera virtude; mas eram também famosos por sua extrema ignorância e baixos padrões de vida”. A essa imagem corresponderia uma natureza humana manifesta como uma “forma ‘dura’ do primitivismo que concebe a vida primitiva como uma existência quase subumana, cheia de terríveis dificuldades e desprovida de todo conforto – em outras palavras, como a vida civilizada despojada de suas virtudes”. Já a Arcádia da cultura moderna, que passou a ser universalmente aceita “como um reino ideal de bem-aventurança e beleza perfeitas, um sonho encarnado de felicidade inefável, cercado, no entanto, por um halo de melancolia

‘docemente triste’”, seria uma metamorfose da Arcádia rústica e corresponderia a uma concepção da vida arcaica humana como um primitivismo “suave”, “uma idade de ouro de abundância, de inocência e de felicidade [...] uma vida civilizada purgada de seus vícios”.⁴² Como fez Ginzburg em relação a “*nolli altum sapere*”, Panofsky selecionou o mote “*Et in Arcadia ego*” como um texto-raiz que, sofrendo uma série de interpretações, traduções e paráfrases, integra um processo contínuo de transformações que expressam historicamente uma transvaloração estética e moral; a dimensão moral refere-se àquela presença dos vícios e das virtudes da vida humana em sua condição primitiva. Dentre as referidas metamorfoses temos “*Et tu in Arcadia vexisti*” (“Eu também nasci em Arcádia”), “*Ego fui in Arcadia*” (“Eu, também, nasci na Arcádia”), “*Auch ich war in Arkadien geboren*”, “*Moi, aussi, je fus Pasteur en Arcadie*” e “Eu, também, pastores, morei em Arcádia”. Analogamente ao que ocorre com a unidade emblemática, a pintura e a gravura aparecem no estudo de Panofsky como expressões plásticas que se associam à literária, de modo a criar uma síntese de significados textuais-pictóricos que se transformam historicamente. Para ver o método iconológico em ação, considerarei três pinturas estudadas pelo autor que possuem como título comum “*Ei in Arcadia ego*”, uma de Giovanni Francesco Guercino (1591-1666) e duas de Nicolas Poussin (1594-1665).

Os elementos que servem como ponte de transição entre as duas formas de Arcádia e, assim, entre os dois significados estético-morais antagônicos, são símbolos da morte. A brutalidade ou a suavidade da vida primitiva que será utilizada como fonte originária de valores para todas as épocas está associada à forma de manifestação da presença simbólica da morte. Esse efeito pode ser percebido como um “brutalizar a suavidade” da vida humana não permitindo que nos esqueçamos de sua precariedade e de sua finitude, mesmo quando vivida como “sonho encarnado de felicidade inefável”. É sob essa chave que a composição de Guercino é apresentada por Panofsky como “a primeira versão pictórica da Morte no tema Arcádia. [...] é nesse quadro, pintado em Roma entre 1621 e 1623 [...] que encontramos pela primeira vez a frase *Et in Arcadia ego*”⁴³ (figura 2). Segundo o autor, há uma tendência atual em traduzir tal frase como “‘Eu, também, nasci ou vivi em Arcádia’”. Isto quer dizer que admitimos que o *et* signifique ‘também’ e refira-se a *ego* e ainda assumimos que o verbo não expresso esteja no passado”. Assim entendida, a frase associada à composição do quadro transmite a ideia de que “um defunto habitante da Arcádia” é quem diz “Eu também vivi em Arcádia”. Contudo, Panofsky mostra-nos que tal tradução é incompatível com as regras gramaticais do latim, sendo a forma correta “Mesmo em Arcádia ali estou eu”.⁴⁴ Com tal tradução, a associação dos componentes pictórico e textual é assim descrita:

*[...] dois pastores árcades são confrontados em suas andanças por uma visão súbita, não de um monumento funerário, mas de uma enorme caveira humana que repousa sobre uma peça embolorada de alvenaria e que recebe as atenções de uma mosca e de um rato, símbolos populares da decomposição e do tempo que tudo devora. Na alvenaria estão gravadas as palavras *Et in Arcadia ego*, e admite-se, sem dúvida, que é a própria caveira que as pronuncia.*⁴⁵

⁴² E. Panofsky, *Significado nas artes visuais*. (São Paulo: Perspectiva, 2011), 297.

⁴³ *Ibid.*, 304.

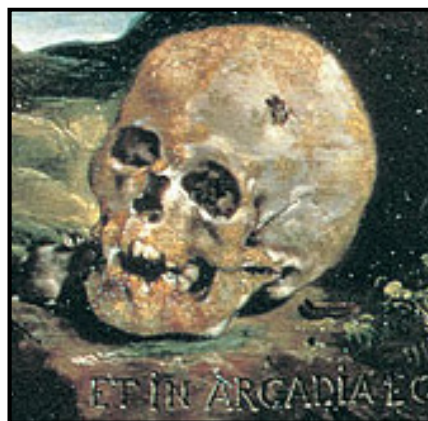
⁴⁴ *Ibid.*, 306-307.

⁴⁵ *Ibid.*, 307-308.



Figura 2: Giovanni Francesco Barbieri, dito Guercino, “Et in Arcadia ego”, óleo sobre tela, Roma (1618), Galleria Corsini,

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Guercino_Et_in_Arcadia_ego.jpg



Detalhamento da figura 2.

A partir desse resultado, o autor vai localizando e interligando outras metamorfoses dessa caveira falante até que ela personifique a própria morte, cuja presença em Arcádia introduzirá a brutalidade em uma vida primitiva inicialmente valorizada como feliz e suave. Mais precisamente, a mensagem da pintura de Guercino “Transmite mais um aviso do que doces e tristes lembranças”,⁴⁶ o que, pensando nas metamorfoses de “*nolli altum sapere*”, pode significar uma admoestação da onipresença da morte contra a possível ilusão de que ainda resta alguma doçura na tristeza nostálgica das origens. Passando à segunda pintura, que aparece como nova fase da mesma série “iconogenética”, o autor nos diz que Poussin a produziu, presumivelmente em 1630, modificando a composição de Guercino: a caveira reduziu bastante de tamanho e a alvenaria em ruínas sob a qual repousava transformou-se em um sarcófago clássico contendo a inscrição *Et in Arcadia ego* (figura 3). Comparando, então, as duas metamorfoses, o caráter dramático e de surpresa moralizante que a presença da morte exerce sobre os ternos habitantes de Arcádia é mantido. Na Arcádia de Poussin, “os pastores aproximam-se como um grupo,

⁴⁶ E. Panofsky, *Significados nas artes visuais*, 309.

vindo da esquerda, e são inesperadamente detidos pela tumba”,⁴⁷ semelhante ao que ocorre com os dois pastores da composição de Guercino em relação à caveira. Porém, Panofsky assinala a significativa diferença de que a morte, simbolizada por uma pequena e inconspícua caveira, não chama mais a atenção dos pastores que parecem se mostrar mais interessados na inscrição.



Figura 3 e detalhe: Nicolas Poussin, “Et in Arcadia ego”, óleo sobre tela, Chatsworth (1629-30), Devonshire Collection,
http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nicolas_Poussin_031.jpg.

O autor explica que essa tal diferença é um sintoma das inclinações intelectuais de Poussin, o que indica, para mim, também como um sintoma, uma espécie de mudança de foco

⁴⁷ *Ibid.*, 311-312.

do componente icônico para o textual. Acrescento ainda que o gesto de apontar com o dedo indiciador para a frase sobre o túmulo já sugere fortemente que este se tornou um *livro*, algo que Panofsky sugerirá apenas no exame do segundo quadro de Poussin (o terceiro da série que estou considerando). Como veículo de transmissão de significados e valores culturais, a *leitura* de um lema, “*Et in Arcadia ego*”, contrapõe-se à *visão* de uma imagem, a caveira. No composto sintético entre texto e imagem, o primeiro torna-se algo mais importante que o segundo. Para explicar a mudança no teor da mensagem presente nesse composto, Panofsky recorre a outros componentes morais que não considerarei aqui (admoestações associadas à busca desenfreada e irrefletida por riquezas e prazeres que logo terão fim). Para mim, o mais importante está no fato de que

*A frase Et in Arcadia ego ainda pode ser aqui entendida como sendo pronunciada pela Morte personificada, e pode ainda ser traduzida como ‘Mesmo em Arcádia, eu, Morte, detenho poder’, sem estar em desacordo com o que é visível na própria pintura.*⁴⁸

Assim, a meu juízo, nessa pintura ainda opera a força moralizante do “aviso” da presença da morte que Panofsky vê no quadro de Guercino, mas que, em Poussin, aparece mais abrandada pelos componentes intelectuais e racionais.

Encerrando meu exame do ensaio de Panofsky, considerarei o que ele disse sobre o segundo quadro de Poussin, tomando-o como expressão simbólica de outra metamorfose dos valores vitais ligado às origens. Poussin pintou, cinco ou seis anos depois do quadro anterior, sua versão final do tema “*Et in Arcadia ego*”, na qual “podemos observar uma ruptura radical com a tradição medieval, moralizante”: os árcades não são mais surpreendidos pelo encontro dramático e aterrador com um túmulo, mas “encontram-se absorvidos em uma calma discussão em uma pensativa contemplação”⁴⁹ (figura 4).



Figura 4: Nicolas Poussin, “*Et in Arcadia ego*”, óleo sobre tela (1637-8), Museu do Louvre, http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nicolas_Poussin_052.jpg

⁴⁸ E. Panofsky, *Significados nas artes visuais*, 312.

⁴⁹ *Ibid.*, 312.



detalhe da Figura 4.

Comparando os dois túmulos, vejo expressar-se a típica metamorfose do orgânico ao geométrico que tanto caracteriza a passagem ao moderno. Digo o mesmo para as metamorfoses da caveira: em Guercino, o crânio inicialmente orgânico, dilatado, vivo e falante – pregador de repreensões morais – está acompanhado de símbolos da corrupção (a mosca e o rato) que, nas pinturas de Poussin, conduzirá tal crânio à dissolução, a contração e o desaparecimento. Com isso, a mensagem do *motto* pronunciada pela Morte personificada somente pode ser lida no túmulo-livro geométrico de mármore. Tal leitura, já presente na primeira pintura de Poussin, é assim descrita, na segunda, por Panofsky: “Um dos pastores ajoelha-se no chão, como se estivesse relendo a inscrição para si mesmo. O segundo parece discuti-la com uma adorável jovem que medita sobre ela em uma atitude tranquila e pensativa”.⁵⁰ O gesto de apontar ao qual me referi é realizado por dois personagens de modo a tornar ainda mais proeminente a centralidade do componente textual em relação ao visual, mesmo que isso se expresse pela criação de uma “imagem de leitura” através da reprodução pictórica de um texto. Assim, o que designei acima como um abrandamento da mensagem moral através da associação de elementos intelectuais realiza-se plenamente na segunda pintura de Poussin. Creio que isso está claramente expresso na interpretação de Panofsky:

*[...] temos uma mudança básica de interpretação. Os árcades não estão muito alarmados com um futuro implacável quanto estão imersos em uma doce meditação sobre um belo passado [...] o quadro de Poussin do Louvre já não mostra um encontro dramático com a Morte, mas um absorção contemplativa na ideia de mortalidade.*⁵¹

Da vivência moral concreta da morte à reflexão moralizante da ideia de morte temos os polos de uma típica síntese moral-epistêmica cuja plasticidade gera as fases de um contínuo genético que posso chamar de morfológico. O predomínio de um dos polos indica amplas transições de grande significado cultural: (i) da Arcádia da vida embrutecida para a da vida serena e melancolicamente doce, e *vice-versa*, que corresponde simbolicamente aos polos de um núcleo que determina a natureza do valor que emana dos primórdios da antropogênese; (ii) do medieval ao moderno com suas múltiplas metamorfoses orgânico-geométricas, expressas em tantas manifestações da cultura científica (cosmogonia-cosmologia, alquimia-química, embriogenia-fisiologia, etc.); enfim, temos aqui aqueles pares antitéticos que vi Ginzburg desenhar através da

⁵⁰ E. Panofsky, *Significados nas artes visuais*, 313.

⁵¹ *Ibid.*, 401.

aplicação sintética de múltiplas racionalidades, a saber, da tradução-interpretação histórica dos textos, da biologia, da antropologia, da psicologia e, agora, da história da arte. Nesta última, ocorre a interação dialética entre iconologia e morfologia histórica que me leva a perceber como formas, valores e significados moldam-se em um processo genético contínuo de metamorfoses de núcleos expressivo-cognitivos ou de unidades antitéticas de entendimento. Com isso em mente, volto à minha hipótese sobre as metamorfoses da mão de Prometeu.

Como expliquei, meu principal objetivo é realizar um experimento ou ensaio no qual possa mostrar como a racionalidade morfológica pode ser aplicada metodicamente em uma investigação específica que, na hipótese que apresentarei, envolve a articulação da história geral morfológica, a história da arte e a história epistemológica da cultura científica da química e da alquimia. Mas é preciso que eu adiante aqui um importante esclarecimento. O que estou chamando de “resultado” é especificamente a percepção de como um método funciona na criação heurística de problemas, temas e conceitos de uma investigação que não realizarei efetivamente no presente artigo. Em outras palavras, a extensão que proporei para minha pesquisa a partir dos resultados que Ginzburg e Panofsky oferecem em nada se assemelham àquilo que efetivamente encontramos nos dois ensaios principiais que examinei. Em *O alto e o baixo* e em *In Arcadia ego* há uma profunda e detalhada pesquisa que mostra concretamente como se dão as expressões históricas das unidades de inteligibilidade que o método indica, o que exige recorrer ao vasto campo de conhecimento que os dois autores utilizaram. Assim, meu trabalho tenta “aferir” a eficácia e a funcionalidade do MEHM na construção de conjecturas que serão, espero, desenvolvidas em outros projetos que integram minha trajetória de pesquisa (além daqueles aos quais já me referi). Daí, o que apresentarei no restante do texto será fortemente especulativo e imaginativo, pois é assim que decidi avaliar até que ponto o poder heurístico do método pode organizar objetivamente a criação de problemas, temas e conceitos que formarão a unidade cognitiva inicial de um projeto de pesquisa. Em suma, avaliar a eficácia do MEHM não é testar as poucas conjecturas que livremente criei através de um estudo aprofundado das fontes históricas que deverão mostrar o quão material e documentalmente elas estão fundamentadas.

A pintura e o emblema podem ser tomados como documentos materiais para a expressão de metamorfoses de núcleos simbólicos de entendimento e de valoração cuja unidade transformacional mantém-se continuamente para longos intervalos históricos e conceituais. Assim, o que ocorreu na pintura com caveiras, túmulos, lemas, atitudes e gestos de pastores (gestos que geraram imagens de leitura) acontecerá no emblema que contém a mão e o gesto de Prometeu, juntamente com outros elementos emblemáticos associados. Sugeri acima a existência de uma espécie de “iconogênese degenerativa” da caveira como processo que promove, simbolicamente, uma inversão de valores estético-morais; analogamente, Ginzburg apresenta outra iconogênese (progressiva?) com duas fases representadas por uma mão acorrentada que padece seguida por uma mão gloriosa que aponta para o Sol. Também simbolicamente, este processo promove uma inversão de valores epistêmico-morais que terá profundo efeito sobre a organização da cultura no que depende do tema do conhecimento proibido. Dou meu primeiro passo explícito no experimento que construirá minha hipótese explicando que, enquanto me envolvia no diálogo com Ginzburg, entendi que aquilo que nunca “é difícil demais aos mortais” está profundamente entrelaçado ao domínio da *ação técnica*, tão ou mais do que está ao domínio do conhecimento “teórico-contemplativo”, semelhante àquele que antes plasmou e sublimou a experiência concreta da morte como meditação do conceito de mortalidade. Entretanto, na ordem genética de meu diálogo investigativo, esse entendimento foi *posterior* à simples visão de Prometeu roçando o Sol com o seu dedo indicador. Tal visão evocou-me uma espécie de lembrança “imagética cognitiva” de alguns emblemas alquímicos em que Prometeu aparece fazendo um gesto semelhante ao do emblema da pompa fúnebre de Marciano. Tal lembrança é o componente genético e empírico principal que heurísticamente indicou-me a alquimia e a figura do filósofo químico como outro filão investigativo que nasce do processo morfológico construído por Ginzburg. Temos aqui um claro exemplo da descoberta, seleção e utilização de

elementos ou “dados” da biografia que são objetivados no interior de uma investigação epistemológica histórica. A objetividade desses elementos é garantida tanto por seu caráter empírico ligado à “presentificação” da memória e às observações realizadas no presente, como pela organização sintética desses elementos pela racionalidade morfológica. Para que se perceba o resultado concreto dessa “evocação” mnemônica e cognitiva, proponho que se observe a sequência de imagens da figura 5.



Figura 5: no alto, detalhes da mão de Prometeu obtidos da figura 1a (esquerda) e da figura 1b (direita); abaixo dos dois detalhes, o emblema completo da *Pompe funebri*.

As duas figuras superiores da página anterior mostram mais conspicuamente a metamorfose do gesto de Prometeu que desdobrou o vício em virtude no que tange à busca pelos conhecimentos e poderes superiores. Na última figura da página anterior, o gesto glorioso é restituído à unidade do emblema de onde proveio. A compreensão dessa unidade está fora do escopo de meu presente experimento e destacarei conjecturalmente apenas alguns dos elementos significativos para minha hipótese. Trata-se, no todo, de uma imagem dotada de certa complexidade orgânica na qual estão combinados componentes ou subunidades textuais e imagéticas internas. Tais subunidades, que poderíamos caracterizar como os “órgãos” de um organismo fisiologicamente estável ou como as “fases” de uma ontogênese, organizam-se na forma de um ciclo elíptico orientando por uma polaridade alto-baixo. A região superior é “potencializada” pela presença da imagem da hidra que, como animal-constelação carregado de significados mitológicos e astrológicos, funciona, nessa região, como um “polo de atração” externo ao ciclo. Entretanto, a mesma hidra “desce” para participar internamente do ciclo constituindo, tal como a mão de Prometeu, um de seus órgãos ou uma de suas fases ontogenéticas. Em seu conjunto, essas fases podem ser concebidas como singularidades parciais de um ciclo metamórfico completo intra-emblemático. Assim, o que acabo de fazer é uma espécie de ensaio que desdobra um documento histórico material específico por meio de uma morfologia que reúne indissociavelmente componentes estruturais e funcionais. Proponho agora que se observe a figura 6, passando para uma metamorfose inter-emblemática.



Figura 6: No alto à esquerda, repetição do mesmo detalhe reproduzido na figura 5; à direita, detalhe obtido da figura inferior – cf. D. Stolcio, “Viridarium chymicun figuris cupro”, Franckfurt, Lucae Jennisi (1624), figura XVI, <http://dx.doi.org/10.3931/e-rara-8328>.

Temos aqui uma metamorfose de Prometeu, cuja mão que toca o Sol transforma-se na mão de *Hermes trismegistus*, presente na figura XVI do *Viridarium chymicum figuris cupro incisus adornatum, et poeticis picturis illustratum* (1624) (*Jardim químico adornado com figuras gravadas em cobre e ilustrado com pinturas poética*), do médico Daniel Stolcius.⁵² Comparando as duas mãos, vemos o mesmo gesto de apontar agora dirigido para um ciclo no qual o Sol está presente junto com a Lua. Nele, o dedo de Hermes que determina a região *inferior* aponta precisamente para uma espécie de “quiasma” formado pelo encontro de duas labaredas que enlaçam uma região solar superior e uma lunar inferior. Nessa metamorfose de Prometeu-Hermes houve, por meio da conservação parcial de um elemento particular da composição, uma transmissão simbólica de significado e de entendimento para dois grandes domínios da cultura onde, tal como Ginzburg nos mostrou, o tema do conhecimento proibido age simbolicamente: como segredos do poder expressos nos emblemas que celebram a morte de um rei e como segredos da natureza expressos nos emblemas alquímicos. Nos dois casos, Hermes é o *revelador*, aquele que anuncia “indiciariamente” não mais uma admoestação ou interdição, mas um caminho para que a ação humana imite aquilo que está no alto. No contexto do poder político, um gesto ensina-nos que “nada é difícil demais para os mortais” e no do poder do homem sobre a natureza, o apontar para o “quiasma” que enlaça o Sol e a Lua evoca imediatamente o lema que talvez desvele o maior de todos segredos da natureza: “*Quod est inferius est sicut quod est superius, et quod est superius est sicut quod est inferius*” (“O que está embaixo é como o que está em cima e o que está em cima é como o que está embaixo”).⁵³ É fácil perceber o quão transgressora é essa revelação comparativamente à admoestação de São Paulo “*nolli altum sapere*”, em todas as suas metamorfoses, especialmente como a que aparece no emblema de Alciate: “daquilo que está cima de nós, não devemos nos ocupar”. Com a transvaloração alquímica-química expressa no emblema do *Jardim químico*, o que está acima de nós não é mais diferente do que está à nossa mão, daquilo que podemos tomar como um *dispositivo*. No lema hermético, “*inferius*” e “*superius*” geram uma polaridade que, na mesma medida em que estabelece extremos morfológicos de regiões dinâmicas funcionais, também os aproxima e, em certo sentido, *homogeneiza-os*. Teríamos aqui um análogo químico à homogeneização do mundo supra e sublunar promovida pela revolução científica e astronômica modernas. As metamorfoses do lema “*nolli altum sapere*” que preservam o efeito epistêmico-moral de valorizar a prudência e repudiar a altivez em relação ao conhecimento do que é superior, sustentam uma polaridade cujos extremos devem ser radicalmente *heterogêneos*, o que os torna capazes de estabelecer um “tônus” gerador de um gradiente qualitativo de forças expressivas – uma espécie de “diferença de potencial morfológica”. Substancializado, esse gradiente transforma-se em uma emanção ou eflúvio etéreo plasmático que confere os fundamentos ontológicos, teológicos, morais e naturais às várias expressões da cadeia dos seres.⁵⁴ Com isso, tais cadeias passam a ser uma expressão histórica específica (mas de longo alcance) daquilo que concebi como um operador ético-epistêmico que, vemos agora, pode articular atributos naturais, intelectuais e morais a

⁵² Nascido na Boêmia, não antes de 1587, adquiriu, em 1618, o grau de Bacharel pela *Charles University* de Praga e, um ano depois, o grau de Mestre. Manteve correspondência com Comenius entre 1639 e 1640 e atuou como médico em Gdansk – cf. V. Karpenko, “Viridarium Chymicum: The Encyclopedia of Alchemy”, *The Journal of Chemical Education*, [vol.] 50, 4, (1973): 272.

⁵³ R. Steele & D. W. Singer, “The Emerald Table” em ed. T. W. Eden & H. Thursfield, *Proceedings of the Royal Society of Medicine, Section of the History of Medicine*, 21, Part I (1927-8), 492 [48].

⁵⁴ No contexto da investigação morfológica histórica, o que designei como “força expressiva”, além de possuir um sentido plenamente metódico, está primeiramente associada a manifestações e metamorfoses de significados *individuais*. Identificando-o ontologicamente a um eflúvio substancial, ele adquire um caráter universal e passa, como uma espécie de alma do mundo, a expressar a totalidade do cosmo. Podemos conhecer melhor essa contraposição, importante para estabelecer os limites metódicos e ontológicos do MEHM, relacionando-a ao problema clássico da transmissão das espécies, tal como discutido por Cassirer – cf. E. Cassirer, *El problema del conocimiento* (Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2004), vol. 1, 246-53 -: como podemos criar a ideia de uma categoria universal de seres através dos eflúvios singulares que os indivíduos emanam e que afetam nossa percepção, já que neles encontram-se sinteticamente a expressão de suas qualidades essenciais e acidentais?

partir da polaridade alto-baixo. Qualidades naturais e morais estão, por exemplo, profundamente entrelaçadas na clássica associação das gradações da sensibilidade orgânica e fisiológica às gradações da perfectibilidade dos seres criados. O mesmo pode ser dito para as relações morais-epistêmicas: quanto mais próximo do polo superior, mais intensa é a relação entre, de um lado, excelência e respeitabilidade (valores morais), e, do outro, verdade e certeza cognitivas (valores epistêmicos). Em suma, essa forma sintética e dinâmica polar funciona como uma matriz simbólica geral que organiza matrizes de valores particulares com sentido e direção específicos. Esse processo transformacional morfológico abstrato produz resultados muito concretos, pois ele gerou lemas, emblemas e imagens milenares que funcionaram como fonte de estabilidade e unidade para vários âmbitos da cultura.

Concluindo a construção de minha hipótese, remeto-me, então, à minha intuição inicial sobre o papel da técnica como ingrediente cultural catalisador das transvalorações que indiquei. A reprovação do orgulho por conhecer o que é superior transforma-se em encorajamento para a superação dos valores tradicionais pondo à disposição do homem a chave de *segredos operacionais*: os *arcana naturae* qualificam-se como *arcana artis*. Nesse sentido, o gesto glorioso da mão de Prometeu no emblema da hidra ganha outro significado, expresso no domínio científico da cultura: combinando os lemas “nada é difícil demais para os mortais” e “o que está embaixo é como o que está em cima e o que está em cima é como o que está embaixo”, a superação das *limitações morais* impostas pela tradicional (antiga e medieval) reprovação “daquilo que está acima de nós, não devemos nos ocupar”, está simbolicamente ligada à superação das *limitações da própria natureza*. Os mortais poderão, como homens modernos de ação, produzir “novas naturezas” a partir das técnicas e operações químicas. É possível que, no curso contínuo do desenvolvimento da química e da alquimia, a negação dos valores tradicionais tenha gerado uma nova matriz que possui como centro valorativo principal os pares *autoria-ousadia* e *autoria-transgressão* capazes de anular o efeito moral que, a partir do temor por aquilo que é superior, acabou gerando o *temor de ser autor ou artífice de si e da natureza*. Entender a história morfológica dessa transgressão parece-me fundamental para enfrentar as sérias tensões atuais entre ética e tecnologia e entre ciência e valores.

Encerramento

Com os resultados obtidos nas seções 2 e 3, considero que as propriedades metódicas exibidas pelo componente morfológico foram satisfatórias e eficazes o bastante para que eu o incorpore como a décima condição inicial do método epistemológico histórico morfológico. Conforme estabeleci no início da parte 1, tais condições valem para um dado momento do desenvolvimento de um projeto mais amplo de pesquisa, cuja continuidade poderá exigir que se incluam, excluam ou modifiquem os dez componentes aqui estabelecidos. Para cumprir suas principais funções, a construção do próprio método deve ocorrer como um processo genético metamórfico cuja precisão e objetividade são aperfeiçoadas conforme as necessidades reais do pesquisador, que são concebidas como a satisfação do desejo investigativo através da solução de problemas intelectuais que nascem na racionalidade de fundo da biografia. Entretanto, é fundamental que tal solução também satisfaça outros desejos, interesses ou objetivos para além dos pessoais. Neste caso, a avaliação e a aceitação mais universal das soluções obtidas serão feitas confrontando o entendimento que elas oferecem com o proporcionado por quaisquer pesquisadores envolvidos com problemas de pesquisa semelhantes, independentemente do método que empregaram, das escolas a que pertencem ou mesmo das grandes áreas do conhecimento às quais se situam intelectualmente e institucionalmente. Isso significa que, a partir daqui, se estabelecem possibilidades de interação com pesquisadores de vários domínios da história, da filosofia e das ciências, todos membros potenciais de colóquios de autores que

compartilham motivações e desejos investigativos. Isso se aplica em especial à possibilidade de interação com a comunidade de colaboradores e leitores de *Intelligere*, revista que nasce neste primeiro número como realização do *Grupo de Pesquisa em História Intelectual* (Departamento de História, FFLCH, USP). Acredito que a centralidade que confiro à solução de problemas de natureza intelectual como razão e justificativa para grandes realizações investigativas esteja, em alguma medida, presente no domínio da *história intelectual*.



ENTREVISTAS - INTERVIEWS

Bergson revisitado: entrevista com François Azouvi

Marcos Camolezi
Doutorando em Filosofia
Universidade de São Paulo
marcos.camolezi@usp.br

Como citar esta entrevista: Camolezi, Marcos. "Bergson revisitado: entrevista com François Azouvi". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 1, nº1, p. 116-125. 2015. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Nesta entrevista, François Azouvi apresenta as razões teóricas que o levaram a escrever *La gloire de Bergson: essai sur le magistère philosophique* a partir de Maine de Biran e de Descartes. A partir disso, aproveita para discutir o significado possível do fazer história da filosofia; não se furta a comentar as relações tecidas nas primeiras décadas do século XX entre a obra de Bergson e as vanguardas artísticas; expõe as motivações de poder que resultaram na condenação e, anos depois, na absolvição do bergsonismo pela Igreja; e ressalta o comportamento distanciado, por parte do filósofo, de temas crônicos e políticos que dividiram a França. Azouvi procura mostrar, ainda, o papel da crítica da ciência na gênese da notoriedade de um filósofo capaz de oferecer a seu público a ambição metafísica mais exigente por meio das correntes científicas mais avançadas de sua época.

Palavras-chave: Bergson - história da recepção - história intelectual – vanguardas - Igreja Católica.

Bergson revisited: interview with François Azouvi

Abstract: In this interview, François Azouvi presents the theoretical reasons that led him, from Maine de Biran and Descartes, to write *La gloire Bergson: essai sur le magistère philosophique*. From this he discuss the possible significance of doing history of philosophy; comments on the links created in the first decades of the twentieth century between the work of Bergson and the artistic avant-gardes; exposes the motivations of catholic power that resulted in the conviction and, years later, in the absolution of Bergsonism; comments the distanced Bergson's behavior of chronic and political issues that divided France. Azouvi also highlights the critical role of science in the genesis of the reputation of a philosopher who was able to offer to his audience a exacting metaphysical ambition through the most advanced scientific currents of his time.

Keywords: Bergson - reception history - intellectual history - avant-gardes - Catholic Church.

Não é exagero afirmar que François Azouvi dedica-se à compreensão dos pilares da cultura filosófica francesa. Coordenador de pesquisa do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*) e professor aposentado da EHESS (*École des Hautes Études en Sciences Sociales*), na França, Azouvi é conhecido no Brasil como especialista em filosofia moderna pela publicação de artigos de grande relevância sobre a noção clássica de corpo, especialmente em Descartes e Maine de Biran – sobre quem publicou sua tese de doutorado (1995). É coautor de *De Königsberg à Paris: La réception de Kant en France (1788-1804)*, de 1991; é diretor de obra sobre os aspectos culturais promovidos pela Ideologia e pelos teóricos da Revolução Francesa (1992). Foi editor-chefe da *Revue de métaphysique et de morale* na década de 1990, quando também dirigiu a publicação da edição crítica das obras completas de Maine de Biran em dezoito volumes pela editora *Vrin*. Inscrevendo-se definitivamente na linha de estudos conhecida como história da recepção, publicou *Descartes et la France* (2002), traduzido em diversos idiomas. Nele, mostra a pluralidade de caminhos não raro conflitantes pelos quais se constituiu a “história de uma paixão nacional”, a saber, a fortuna das apropriações e interpretações do filósofo e matemático. Ao lado de Marc de Launay, realizou a entrevista que deu lugar ao livro *La critique et la conviction* (1995), de Paul Ricœur, e é codiretor dos *Cahiers de l’Herne Ricœur* (2004). Em sua mais recente obra, *Le mythe du grand silence*, ganhadora do prêmio Sophie Barluet 2012 e do prêmio François-Joseph Audiffred da *Académie des Sciences morales et politiques*, discute a maneira como intelectuais franceses do pós-guerra interpretaram o holocausto.

Azouvi também é autor de *La gloire de Bergson: essai sur le magistère philosophique*, ainda pouco conhecido no Brasil. Publicado em 2007 sob os selos *Gallimard* e *NRF*, o livro pretende mapear as vozes dissonantes que constituem a disputada recepção da obra bergsoniana até 1941. As três partes do extenso ensaio apontam um fenômeno particular na história dos filósofos franceses: Bergson conheceu em vida tanto sua própria “glória” em torno dos cursos do *Collège de France* e da publicação de *A evolução criadora* em 1907 quanto seu apagamento diante das jovens gerações do entreguerras. Amparado em um levantamento bibliográfico farto e comentado, Azouvi detém-se em todas as etapas dessa trajetória e, ao mesmo tempo, almeja compreender o lugar de um fenômeno congênito: o advento do prestigioso magistério filosófico na França na alvorada do século XX, que, em razão da fundação da Universidade de São Paulo, fez-se chegar ao Brasil em 1934. Entre história da filosofia, história da recepção e sociologia histórica, o ensaio recupera fato esquecido há tempo: enquanto filósofo notório, Bergson teve de haver-se com os volteios do pensamento profundo bem como com as desmedidas do sucesso mundano. Azouvi retoma as clássicas interpretações da filosofia bergsoniana e, é claro, aquelas redigidas com o carinho especial dos discípulos Édouard Le Roy, Vladimir Jankélévitch e Jacques Chevalier. Contudo, não abafa as aproximações perigosas com as vanguardas e com Nietzsche no calor da virada do século XIX nem menospreza os argumentos “adversários”, inclusive os da crítica marxista que apontava, na década de 1930, Bergson como filósofo da elite. Seu propósito historiográfico parece muito mais complexo e promissor do que a defesa compreensiva ou a denúncia politizada: procura no próprio discurso filosófico e no exercício magisterial as condições capazes de conferir autoridade a uma personalidade recatada. Se filósofos exerciam altos cargos da educação nacional, se, durante a Primeira Guerra Mundial, Bergson pôde discursar diante de chefes de Estado como o presidente Woodrow Wilson enquanto representante nacional, o autor procura entender uma questão que ultrapassa largamente os limites da exegese filosófica: como filósofos puderam, em dado período, ser tão notáveis quanto os mais eminentes escritores, quanto as mais reconhecidas personalidades?

Nesta entrevista, Azouvi apresenta as razões teóricas que o levaram a Bergson a partir de Maine de Biran e de Descartes. A partir disso, aproveita para discutir o significado possível do fazer história da filosofia. Não se furta a comentar as relações tecidas nas primeiras décadas do século XX entre a obra de Bergson e as vanguardas artísticas; expõe as motivações de poder

que resultaram na condenação e, anos depois, na absolvição do bergsonismo pela Igreja; e resalta o comportamento distanciado, por parte do filósofo, de temas crônicos e políticos que dividiram a França. Azouvi procura mostrar, ainda, o papel da crítica da ciência na gênese da notoriedade de um filósofo capaz de oferecer ao seu público a ambição metafísica mais exigente por meio das correntes científicas mais avançadas de sua época.

Marcos Camolezi: *O senhor tem um livro importante sobre Maine de Biran.*

François Azouvi: No início de minhas pesquisas, comecei a trabalhar com a história das ciências médicas, da psicologia, da psiquiatria etc. Era o princípio de um projeto abortado. Mas, trabalhando sobre essas questões, caí sobre a figura de Maine de Biran, que leu bastante os médicos de seu tempo e do passado, que fundou uma sociedade médica, cuja obra tem uma dimensão de filosofia primeira incontestável, mas também uma dimensão muito grande de filosofia antropológica. Ele se interessou muito pela constituição da individualidade pelo viés do corpo, do corpo próprio. Penso que se possa dizer sem exagero que ele é verdadeiramente o primeiro teórico do corpo próprio. Interessei-me, então, por sua obra, de modo que o que devia ser uma parte de minha tese tornou-se progressivamente a totalidade, ou seja, esse livro sobre Maine de Biran. Depois, paralelamente, também dirigi a edição crítica em vinte volumes de sua obra.

Parece que o senhor reencontrou Descartes por uma espécie de via interior a esse percurso.

F. Azouvi: Progressivamente, outro tipo de trabalho me ocupou a partir do começo dos anos 1990 e deu lugar ao *Descartes*, assim como ao livro sobre a recepção da filosofia de Kant na França. É sempre um pouco fruto de um acaso e de um impulso que vinha de longe. Foi durante a empreitada historiográfica conduzida por Pierre Nora, “*Lieux de mémoire*”, em que ele pediu a diferentes especialistas que trabalhassem sobre objetos, lugares, pessoas, instituições que, de uma maneira ou outra, simbolizam a França. Conversando com ele, veio-me a ideia de lhe propor um *Descartes*, porque na França Descartes é considerado como um bem nacional. Costuma-se dizer que os franceses são cartesianos, que eles têm o espírito cartesiano, o que é, acredito, uma singularidade na paisagem dos países comparáveis. Não há equivalente na Alemanha, na Inglaterra, na Itália a um país que defina, ao menos parcialmente, sua identidade em relação a um filósofo. Tive, portanto, vontade de trabalhar sobre o caso Descartes na perspectiva dessa empreitada nos “*Lieux de mémoire*”, o que reencontrava uma preocupação que já era minha há algum tempo. Sempre tive o interesse de seguir a maneira como as ideias, por vezes até mesmo as palavras, as fórmulas, os sintagmas transmitem-se na história das ideias, com variações de sentido muito consideráveis. Eu tinha trabalhado dessa maneira nos anos 1980 na história de uma fórmula latina, *homo duplex* (o homem é duplo), que conheceu uma extraordinária fortuna em todos os países de alta cultura desde o quarto século depois de Cristo, nos escritos herméticos, gnósticos, até o século XIX e até hoje. Sempre tive interesse, portanto, pela maneira como as ideias, as obras, as doutrinas, as palavras transformam-se no curso da história passando por variações que nunca são nem previsíveis nem perfeitamente aleatórias. Nos anos 1990, interessei-me pela primeira recepção na França da obra de Kant, em torno da qual publiquei, com Dominique Bourel, certo número de textos, que em seguida comentamos. Esse trabalho sobre a recepção das doutrinas e das obras estava sem dúvida em gestação há muito tempo, mas não tinha me dado conta disso. Quando houve os “*Lieux de mémoire*”, fiz, então, essa contribuição, e alguns anos depois um editor me pediu para fazer um livro disso.

E como o senhor chegou a Bergson?

F. Azouvi: Cheguei a Bergson por Descartes. Na história das apropriações de Descartes na França, constatei que, de maneira quase sistemática, os que reivindicavam Descartes, aqueles que dele faziam um grande homem, só tinham desprezo por Bergson. Este era considerado como um filósofo muito fraco e, inversamente, os que consideravam Bergson como imenso filósofo e imensa personagem eram ao mesmo tempo anticartesianos. Houve uma exceção, notável e interessante, que é Péguy, já que ele é ao mesmo tempo admirador de Descartes e muito grande admirador e amigo de Bergson. Mas esse é um exemplo muito singular; para os outros, a repartição das afinidades faz-se verdadeiramente como acabei de lhe dizer. Portanto, cheguei a Bergson a partir de Descartes. Pareceu-me interessante consagrar um livro àquele que é de fato o anti-Descartes e que se instalou em glória na França, que se estabeleceu em parte sobre a ideia de ser uma alternativa ao cartesianismo. É, evidentemente, muito mais complexo e muito mais rico do que isso, mas essa ideia desempenhou um papel muito grande. São dois trabalhos que se completam, que entram um no outro, porque no livro sobre Bergson eu entrecruzo, do ponto de vista da acolhida, diversos dos personagens de quem tive a ocasião de falar no livro sobre Descartes. Além disso, o caso Bergson interessou-me particularmente porque, acredito, trata do primeiro filósofo a ter celebridade mundial. Em todo caso, na França é certo que ele seja o primeiro. É também a época que o permite, já que é quando se vê nascer a possibilidade de uma difusão midiática muito ampliada. Resta, então, que esse filósofo de quem não se falou mais por muitos anos foi em seu tempo um filósofo mundialmente célebre, e não é uma maneira de falar quando digo mundialmente, porque sua obra foi célebre nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na Rússia, na Suécia, na Espanha, na Itália. Enfim, houve durante a vida de Bergson uma extraordinária difusão de suas ideias, e na França evidentemente mais ainda. Portanto, por intermédio de Bergson eu quis refletir sobre a maneira como na França do século XX fabricou-se o que chamei de magistério filosófico, ou seja, no fundo, se preferir, a autoridade filosófica. Diz-se frequentemente que a França é o país da literatura, de grandes escritores, o que é certamente verdade, mas no século XX os filósofos, certos filósofos, tiveram uma autoridade intelectual ao menos tão grande quanto à dos escritores e por vezes até mesmo maior. Um fenômeno social interessante: como uma celebridade filosófica se constrói e com base em quê? É por isso que fiz esse *Bergson*, subintitulado “Ensaio sobre o magistério filosófico”.

Retomando a epígrafe de Montaigne, “A palavra é metade de quem fala, metade de quem escuta”, poderíamos dizer que seu livro entretém-se quase inteiramente ou o máximo possível com a parte daqueles que escutaram Bergson?

F. Azouvi: Acredito que se dê uma atenção insuficiente à maneira como as obras filosóficas são lidas, interpretadas, compreendidas. Acredito que haja diversas razões para isso que interpreto como uma lacuna, que haja diversas razões que se devem sem dúvida à história da tradição universitária na França e à maneira como se compreende a história da filosofia. Sempre consideramos que uma história da filosofia, como se faz na história da literatura, deva interessar-se pelos filósofos e deva, por conseguinte, retratar seus pensamentos, suas doutrinas, suas obras. Então, tem-se um capítulo sobre Platão, um capítulo sobre Aristóteles etc. É uma perspectiva plenamente legítima, que tem sua inteira validade e que na França foi posta nas nuvens e tornada exemplar pelo trabalho de certo número de historiadores da filosofia, de pesquisadores, e Martial Guérout foi provavelmente o mestre de obras de todos eles. Essa maneira de considerar os filósofos consiste em vê-los como mundos fechados, ou seja, como sistemas em que a regra de coerência é a regra principal e em que, com efeito, tudo se desempenha sobre um sistema de correspondência. É um procedimento muito poderoso, que produziu resultados muito fascinantes por vezes – em certo número de casos, certamente. É um procedimento que foi experimentado com maior sucesso sobre os pensadores mais

sistemáticos, evidentemente, em particular sobre os grandes promotores do racionalismo clássico, Descartes, Espinosa, Leibniz, Malebranche, Kant – ao menos de outro modo. Não estou seguro de que se chegaria ao mesmo resultado com Nietzsche, por exemplo. Temos na França, portanto, uma tradição muito forte de cuidado com a arquitetura dos sistemas, ou seja, com a construção interna dos sistemas, e muito se diz na França, o que não é falso, que a filosofia caracteriza-se por sua ambição sistemática e por sua capacidade precisamente de construir sistemas. Assim, tem-se uma história da filosofia em que os filósofos conversam somente com os filósofos: Platão conversa com Aristóteles, Aristóteles conversa com São Tomás etc. O que é verdade, evidentemente, pois é certo que é lendo os escolásticos que Descartes aprende a filosofia e é lendo Descartes que Espinosa aprende a filosofia. Portanto, desse ponto de vista, há uma espécie de engendramento dos filósofos uns pelos outros, da mesma maneira que, se alguém decidir tornar-se pintor, não aprenderá seu ofício olhando uma árvore, mas olhando Cézanne. Isso é verdade, e é preciso ter isso em mente, mas resta o fato de que os filósofos, como os escritores, não escreveram para serem lidos apenas por filósofos. Penso que nossos historiadores da filosofia são muito cegos, pois eles agem como se Descartes tivesse escrito apenas para Espinosa, Leibniz e Malebranche, enquanto que Descartes escreveu para ser ouvido, compreendido por todos aqueles que tinham acesso à linguagem e aos textos filosóficos. Ele escreveu para produzir uma verdade – coloco-me na perspectiva dele e de todos os filósofos – que valesse para todos, uma verdade que não fosse limitada à esfera de seus pares. Nenhum filósofo, acredito, pensou em destinar sua obra simplesmente a seus colegas de filosofia, da mesma maneira que um romancista jamais escreveu livros para serem lidos apenas por seus colegas da *Académie française*. É uma coisa que me parece de bom senso, que me parece evidente, mas que é sempre omitida pelos historiadores da filosofia ou pelos historiadores da literatura, que, para retornar à frase de Montaigne, esquecem, portanto, a metade do que é uma obra. Eles veem a metade escrita e não veem a metade que é lida por pessoas em geral. Ora, acredito que essa metade seja tão importante quanto a outra. Não digo que seja a única, e cumpre conservar a legitimidade de uma história internalista da filosofia, de uma história que se interessa pelos sistemas. Mas essa metade tal como é difundida, tal como é lida, tal como é compreendida é tão importante quanto a outra e, evidentemente, elas são inseparáveis. Acredito que aí haja um campo de pesquisa imenso, porque, na realidade, poderíamos retomar toda a história do pensamento e da filosofia ocidentais do ponto de vista de sua recepção, do ponto de vista do uso que foi feito das obras. Isso foi feito em certo número de casos, muito se estudou a fortuna de Aristóteles, por exemplo, assim como a fortuna de Platão no neoplatonismo, a patrologia. Há estudos, mas sempre com a ideia de que convém parar na esfera dos filósofos, ou seja, na esfera dos que são iguais àqueles que leem. Por exemplo, vai se estudar o aristotelismo na patrologia, ou nos grandes teólogos dos séculos XII e XIII, ou nos físicos do século XIV, ou seja, dentre os filósofos. Mas interrompe-se o estudo da difusão de uma obra, de uma doutrina, na esfera daqueles sobre quem se pensa que sejam os intérpretes esclarecidos da obra. Ora, constato simplesmente que obras são lidas por todos os que queiram lê-las, inclusive por pessoas que não são filósofos de profissão. É claro que no século XII ou no século XIV as coisas não se colocam de modo algum nos mesmos termos, mas na época moderna – e ela já começa no século XVII –, em que a esfera de leitura transborda largamente a esfera dos especialistas e dos filósofos, as obras saem do campo filosófico e conhecem destinos por vezes bizarros. Mas elas conhecem destinos que são em todo caso muito interessantes de estudar e penso que se poderia fazer uma história – seria preciso de muitas pessoas – das filosofias ocidentais desde o século XVII a exemplo do que fiz com Descartes ou com Bergson. Ou seja, vendo toda a difusão de uma obra, indo até o limite, se preferir, até aos maus leitores, que não compreendem, que compreendem atravessadamente, que compreendem muito mal, que deformam completamente. Mas penso, de minha parte, que a deformação de uma obra faz parte da obra, e faz parte da vida da obra. No limite, poder-se-ia empregar outras palavras que a de deformação, porque deformação pode ter um lado pejorativo, pressupõe que se tenha a verdadeira leitura, e penso que a verdadeira leitura não existe. Penso que haja leituras mais ou menos densas, mais ou menos consistentes e sólidas, e

que, aliás, são aquelas que em geral duram por mais tempo. Mas penso que leituras totalmente deformadas de uma obra, e no livro sobre Bergson dou alguns exemplos disso, são inteiramente interessantes e tão interessantes quanto leituras muito mais cuidadosas com a verdade dos textos. Tem-se aí um imenso campo de investigação, mas para isso é preciso aceitar procurar pelos cantos. Não são somente os livros que escapam, são por vezes pedaços de filosofia, se você preferir, que são relativamente autônomos. Creio nessa autonomia das ideias com relação àqueles que as emitem, com relação aos livros em que se as encontra, e essa autonomia das ideias explica sua vida, sua vida póstuma por vezes ou em todo caso sua vida independente dos autores, através de mundos extraordinariamente variados. É a razão pela qual há uma outra maneira de fazer a história da filosofia, que seria escrever justamente interessando-se pela maneira como as ideias migram de seu terreno de origem e deslocam-se em constelações intelectuais, políticas ou artísticas muito diversas. Insisto no aspecto da autonomia das ideias. Por exemplo, a *Crítica da razão pura* vai ser traduzida, vai passar em tais meios: esse é um aspecto evidente, é verdade, ele existe. Mas há também essa extraordinária mobilidade das ideias, independentes de seus terrenos de origem; por vezes trata-se simplesmente de uma fórmula.

Como o senhor realizou a pesquisa que deu lugar a seu livro?

F. Azouvi: A princípio, há bibliografias que me ajudaram muito, como aquela de Gunter para Bergson, e depois, como todo pesquisador, parto um pouco à aventura, passo muito tempo na biblioteca, examino jornais, revistas, livros. Examinei seis vezes mais material do que há nos livros sobre Descartes e Bergson, porque há montes em que não se encontra nada, ou nada de interessante, ou coisas repetitivas; é preciso evidentemente podar muito. Não se pode fazer a economia desse investimento pesado.

Bergson dá testemunho de certo otimismo? É possível traçar uma relação entre o período da Terceira República francesa e a obra de Bergson?

F. Azouvi: Em certos aspectos sim, mas muitos outros aspectos estão ausentes de sua obra, em particular, todas as questões que dizem respeito à política. A dimensão política é ausente da obra de Bergson praticamente até seu último livro, *As duas fontes da moral e da religião*, que é muito tardio, poucos anos anterior a sua morte. Até aí, Bergson quase sempre se absteve das considerações sobre seu tempo, mesmo que certo número de pessoas as tenham feito por ele. Portanto, há uma dimensão em sua obra que é estranhamente intemporal. Pode-se crer, quando se lê *As duas fontes da moral e da religião* ou outros livros, que ele seria escrito em qualquer época. Na realidade, isso é falso. Mas é falso por outra razão. É falso porque seus livros sustentam-se, baseiam-se sobre a ciência de seu tempo. Desse ponto de vista, ele está perfeitamente de acordo com a cultura de sua época: *Os dados imediatos* funda-se sobre a psicofísica, *Matéria e memória* funda-se sobre a neurofisiologia do cérebro, *A evolução criadora* sobre o evolucionismo biológico etc. Ele está, portanto, de acordo com seu tempo, mas com seu tempo científico, não com seu tempo político, que está extraordinariamente longe de sua época. Em contrapartida, há certamente em sua obra alguma coisa da Terceira República pelo viés do que você chama de otimismo. A *belle époque* é incontestavelmente marcada por uma espécie de fervor, de alegria, pelo gosto pelas inovações, pela velocidade. Mas ao mesmo tempo ela é trabalhada por uma extraordinária inquietação com a decadência. Em todo caso, o período em torno de 1880 a 1900 é frequentado pela decadência, muito mais do que se pensa, porque se guardou justamente apenas a imagem da *belle époque*. Havia as Exposições Universais,

a *fée électricité* etc. Em realidade, o temor da decadência, por vezes mesmo o terror da decadência ocupam os espíritos e, para tomar apenas um exemplo disso, pense em Zola. Toda a saga dos *Rougon-Macquart* é fundada sobre a ideia científica que tinha curso na época, a da decadência hereditária, que se chamava na época, oriunda dos trabalhos de certos médicos, de degenerescência. Portanto, essa época não olha somente para o futuro, ela é também muito atingida pela crença de que tudo tende a cair, a declinar. Mas resta que Bergson situa-se incontestavelmente na outra corrente dessa época, ou seja, na corrente, eu diria, mais conquistadora, mais dinâmica. Há no bergsonismo uma apologia da vida, uma apologia do movimento, da mudança, e, ao contrário, uma desvalorização do que seja hábito, do que seja congelado e esclerosado. É uma das grandes razões pelas quais, aliás, a filosofia de Bergson esteve em acordo com seu tempo e, mais exatamente, foi apropriada pelas vanguardas. As vanguardas viram na filosofia de Bergson a doutrina que correspondia à sua própria prática e que permitia conceitualizá-la. Por este viés, sim, ele é de seu tempo. Mas, também, essa *belle époque* é muito curta. É preciso não se esquecer que ela cessa em 1914, e na época que se segue também há muito movimento, muita inovação, mas ela é terrivelmente marcada pela catástrofe da Primeira Guerra Mundial. Ela é muito rapidamente marcada pelos dramas que o mundo ocidental conhece e que vão culminar na Segunda Guerra Mundial. No fundo, a época das vanguardas alegres, que creem no futuro, interrompe-se em 1914.

O senhor poderia alongar-se um pouco sobre a relação entre Bergson e as vanguardas?

F. Azouvi: A própria fórmula “vanguarda” data dessa época. Ela não existiu desde sempre, e foram jovens, jovens artistas desse momento que fabricaram esse neologismo. Eles se autoproclamaram vanguardistas e quiseram promover formas artísticas que estivessem de acordo com sua época. No fundo, é uma variante da guerra já mantida por seus ancestrais contra o academicismo a partir dos anos 1860 e um pouco mais tarde com a música. As vanguardas dos anos 1900 e 1910 carregam esse desejo de ruptura com o academicismo em um grau superior e querem promover formas picturais, literárias, musicais que sejam inteiramente marcadas pelo que lhes parece ser o próprio símbolo da época que vivem, a saber, a velocidade, o movimento. A velocidade e o movimento tornaram-se banalidade para nós, mas é preciso recolocar-se na época, em torno dos anos 1900. Em muito pouco tempo, a velocidade de deslocamento, a eletricidade são meios técnicos que decuplicam, centuplicam as performances das pessoas que vivem esses aperfeiçoamentos. É verdadeiramente uma subversão, como talvez tenha sido a entrada da informática e da eletrônica em nossas vidas; penso que seja uma subversão da mesma ordem. Esses jovens querem estar de acordo com seu tempo, e seu tempo é a velocidade, o movimento, o deslocamento, a simultaneidade, é, por exemplo, ver a Torre Eiffel e pintá-la sob todos os ângulos ao mesmo tempo². Esses jovens começam fabricando seu ideal estético em contato com outras obras, e em seguida descobrem Bergson. Essa descoberta se faz por estágios, mas é sobretudo *A evolução criadora*, em 1907, que marca o grande ponto de viragem e a entrada do bergsonismo nos movimentos de vanguarda. *A evolução criadora* é a celebração pura do movimento, da vida, das formas imprevisíveis que a vida cria. “Formas imprevisíveis que a vida cria” é uma fórmula que cai muito bem para os vanguardistas, para os futuristas, cubistas, aos músicos, a todos os jovens que fabricam formas novas. Não são filósofos, eles compreendem como podem, mas se colocam a ler Bergson e são tomados pela caução filosófica que esse grande e célebre filósofo pode lhes dar. Rapidamente dizem que, no fundo, Bergson escreveu o que eles tentavam pôr em forma.

¹ Com usos registrados em 1892 e 1906 (*Base Historique du Vocabulaire Français, atilff*), esta expressão, que exprime a eletricidade como uma espécie de magia (*fée*, fada), deu nome ao quadro de 624m² de Raoul Dufy, exposto pela primeira vez na Exposição Universal de Paris de 1937.

² Alusão às representações cubistas, diversas delas em técnica simultaneísta, da cidade de Paris e da Torre Eiffel por Robert Delaunay (1885-1941).

Ainda assim, Bergson sempre foi evasivo.

F. Azouvi: De modo geral, Bergson sempre temeu as recuperações de sua obra. Ele era um burguês muito organizado, tinha hábitos muito regulares e previstos, trabalhava enormemente, trabalhava todo o tempo, e cujo terror era ser perturbado. Além disso, não sei se ele era apaixonado por seu tempo – esse é o paradoxo –, pelo mundo em que vivia. Ele vivia em seus livros, era um homem de leitura, de gabinete; lia muitos trabalhos científicos, tinha uma imensa cultura científica, filosófica, e havia também seus cursos. Ele vivia nos livros. E quando jovens mais ou menos apressados queriam utilizar suas ideias, ele via como se se tratassem de deformações e como uma empreitada um pouco suspeita. Ele não estava errado, aliás, porque é verdade que são deformações. Portanto, ele quase sempre freou ou recusou as interpretações, as apropriações que se fez de sua obra. Ele teve alguns discípulos, em particular Édouard Le Roy, cuja interpretação em direção ao pragmatismo ele aceitou em parte. Mas quando se trataram em seguida de apropriações muito menos filosóficas como a dos vanguardistas, dos futuristas, assim como a dos teóricos da literatura, dos simbolistas, de todas as pequenas escolas de literatura que floresceram nos anos 1900, Bergson não quis arriscar-se em um processo irreversível. Em seguida, nos anos entre 1910 e 1912, chegou também o tempo de polêmicas, em particular com a igreja católica, que recebeu muito mal *A evolução criadora* e chegou a colocar suas obras no *Index* em 1914, polêmicas também sobre o plano filosófico. Em resumo, ele entrou em um momento de discussão difícil com alguns e não queria abrir ainda mais margem a interpretações que iam em todos os sentidos, verdadeiramente em todos os sentidos. Certos anarquistas o reivindicaram, por exemplo, no momento da *Bande à Bonnot*³. Ele sempre foi muito prudente em tudo, em particular na utilização de suas ideias.

A trajetória de um filósofo pode ser marcada pelo cuidado constante com a própria imagem. O que o senhor pensa disso no caso de Bergson?

F. Azouvi: Penso que Sartre era infinitamente preocupado com sua imagem e que Bergson não o era. Bergson importava-se com sua tranquilidade, com sua vida organizada, com a possibilidade de trabalhar, era o essencial de sua vida. Mas não era alguém, penso, que fosse preocupado com sua imagem, ele não tinha vontade de entrar na querela política, na arena política. As vezes em que a ocasião lhe foi dada, ele se retirou. Não é alguém, ao contrário de Sartre, que teve uma estratégia de carreira. Sartre construiu muito deliberadamente sua carreira mobilizando o campo filosófico, o campo literário, o campo teatral.

Em geral, quais são as relações entre Bergson e o catolicismo, da indexação à absolvição?

F. Azouvi: Em um primeiro momento, sua obra parecia estar em poderoso desacordo com a filosofia católica reinante. Do papa Leão XIII até longe no século XX, é o momento em que se inventa o neotomismo, recolocando São Tomás em vigor. O bergsonismo aparece, então, como um antitomismo, justamente porque faz apologia do movimento, do deslocamento, da mudança, e, ao contrário, o tomismo está do lado da forma. Bergson é mal acolhido pelos católicos, e creio que inicialmente existam mesmo aspectos políticos nessa acolhida. O catolicismo da época na França é muito fortemente impregnado pelo pensamento de Maurras, fundador da *Action Française*. Ora, Maurras é um antibergsonianismo encarnado, ele está, para retomar o quadro que tracei para começar, do lado de Descartes e contra Bergson. Ademais, Bergson é judeu, Maurras é muito antisemita. Maurras representa a tradição, é a favor, de certo modo, dos que não se movem; para ele, Bergson é, ao contrário, aquele que vem

³ Caso extremamente popular da imprensa policial em torno do grupo liderado pelo anarquista Jules Bonnot, responsável por assaltos e assassinatos entre 1910 e 1912.

subverter tudo e que introduz mobilismo em tudo, como diz Maurras, nas ideias, na verdade, aquele que tem ar de ser o defensor do relativismo. Para Maurras, Bergson é o mau filósofo, o filósofo a abater. Pelas redes maurrassianas, por Maritain, por exemplo, os católicos obtêm a condenação de Bergson em 1914. Em seguida, no entre guerras, a paisagem política do catolicismo muda muito, chega um momento na metade dos anos vinte em que a *Action Française* é colocada fora de jogo, o novo papa distingue-se muito explicitamente do maurrassismo. Portanto, politicamente, a mão muda e nesse ínterim Bergson torna-se um clássico. Ele não é mais nada do filósofo que flerta com as vanguardas, que tem ar de fazer apologia do relativismo; ele torna-se, ao contrário, um símbolo do classicismo, em uma época extraordinariamente confusa, subvertida, em que faltam aos católicos muitas referências intelectuais. Por essa razão, Bergson torna-se novamente um autor frequentável.

Uma das teses principais de seu livro é que o esforço para integrar filosofia e ciência tornou possível o sucesso de Bergson.

F. Azouvi: Bergson deu a impressão de que podia reunir de fato a grande tradição metafísica, a via real da filosofia desde as origens, e a ciência, e mais exatamente até mesmo o positivismo. É verdade que no século XIX os dois caminhos foram mais e mais divergentes. De um lado, há a grande tradição metafísica, com Ravaisson, por exemplo, que, aliás, vem em parte do kantismo. De outro lado, há o positivismo, ou seja, a filosofia que reflete sobre a ciência, sobre o progresso da ciência que estava por se fazer. Trata-se evidentemente de Auguste Comte, mas não somente dele: é também Renan, Littré etc. No século XIX, esses dois caminhos não cessaram de divergir, a um ponto tal que os grandes espíritos contemporâneos acreditavam terem de escolher: ou estavam do lado da metafísica ou da ciência. E quando estavam do lado da ciência, eles eram antimetafísicos, e quando eram metafísicos ignoravam a ciência. Eis, então, um filósofo que chega, investe na disciplina científica por seu interior e retorna-a contra si própria. Quando digo que investe do interior, quero dizer que se torna capaz de discutir de igual para igual com os cientistas de cada uma das ciências a que ele dá atenção: ao discutir a psicofísica ou a neurofisiologia do cérebro, ele não discute apenas as interpretações, ele discute verdadeiramente os artigos dos psicofísicos mais contemporâneos. Ele se coloca nos passos do pensamento científico, mas o submete a uma espécie de viragem sobre si próprio para analisar seus pressupostos, fundamentos, condições e limites, e assim reintroduz a grande ambição metafísica, a grande tradição metafísica. Isso é particularmente flagrante em *Matéria e memória*, de 1896, com a restauração do dualismo. Bergson torna-se alguém que permite a seus contemporâneos não terem mais de escolher entre a ciência e a metafísica, pois lhes dá os dois: lhes dá a metafísica por intermédio da ciência. E não se trata da ciência de Pitágoras ou Galileu, mas da ciência mais contemporânea, mais atual, aquela que está em curso de se fazer. Assim, coloque-se na perspectiva desse tempo. Para espíritos exigentes e curiosos, tudo isso passa a ser de pronto um anúncio extraordinariamente atraente. Pode-se ter a exigência científica mais aguda, mais contemporânea, mais precisa e ao mesmo tempo a ambição da grande metafísica clássica. Penso que esse seja um elemento capital para explicar a extraordinária reunião que pôde se fazer em um momento dado, e muito rapidamente, aliás, sobre essa obra. No fundo, ela era a reconciliação das duas irmãs, das duas disciplinas mais e mais divergentes há um século e meio. Esse momento bergsoniano é muito extraordinário porque, penso, é a última vez na história – ao lado de Husserl, que não teve celebridade – que tal síntese pareceu possível: com Bergson, estamos nesse último momento em que, no fundo, filosofia e ciência pareceram poder coexistir em uma mesma cabeça.

Bibliografia complementar

- F. Azouvi, *Descartes et la France. Histoire d'une passion nationale* (Paris: Fayard, 2002).
- F. Azouvi, *Descartes et la France. Histoire d'une passion nationale* (Paris: Hachette, 2006).
- F. Azouvi, *La gloire de Bergson: essai sur le magistère philosophique* (NRF essais. Paris: Gallimard, 2007).
- F. Azouvi, *Maine de Biran: La science de l'homme* (Paris: Vrin, 1995).
- F. Azouvi, *Le mythe du grand silence: Auschwitz, les Français, la Mémoire* (Paris: Fayard, 2012).
- F. Azouvi, (Dir.). *L'institution de la Raison: la révolution culturelle des idéologues* (Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales; Vrin, 1992).
- F. Azouvi et D. Bourel, *De Königsberg à Paris: La réception de Kant en France (1788-1804)* (Paris: Vrin, 1991).
- M. de Biran, *Œuvres*, Dix-huit volumes. (Paris: Vrin, 1984-1998).
- P. Ricœur, *La critique et la conviction: entretien avec François Azouvi et Marc de Launay* (Paris: Calmann-Lévy, 1995).



ENTREVISTAS - INTERVIEWS

Bergson revisité: entretien avec François Azouvi

Marcos Camolezi
Doutorando em Filosofia
Universidade de São Paulo
marcos.camolezi@usp.br

Como citar esta entrevista: Camolezi, Marcos. "Bergson revisité: entretien avec François Azouvi". Traduzido pelo entrevistador. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 1, nº1, p. 126-133. 2015. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Dans cet entretien, François Azouvi présente les raisons théoriques qui l'ont amené à écrire *La gloire de Bergson : essai sur le magistère philosophique* à partir de Maine de Biran et de Descartes. A cet effet, il profite de cette occasion pour discuter du sens possible de ce que signifie faire de l'histoire de la philosophie ; il ne manque pas de commenter les rapports construits pendant les premières décennies du XX^e siècle entre l'œuvre de Bergson et les avant-gardes artistiques ; il expose les motivations politiques ayant entraîné la condamnation et, peu de temps après, l'absolution du bergsonisme par l'Église ; il souligne l'attitude d'éloignement, de la part du philosophe, des thèmes chroniques et politiques ayant divisé la France. Azouvi cherche également à montrer le rôle que la critique de la science a joué dans la genèse de la notoriété d'un philosophe capable d'offrir à son public l'ambition métaphysique la plus exigeante par le biais des courants scientifiques de pointe à son époque.

Palavras-chave: Bergson - histoire de la réception - histoire intellectuelle - avant-gardes - Église catholique.

Bergson revisited: interview with François Azouvi

Abstract: In this interview, François Azouvi presents the theoretical reasons that led him, from Maine de Biran and Descartes, to write *La gloire Bergson: essai sur le magistère philosophique*. From this he discusses the possible significance of doing history of philosophy; comments on the links created in the first decades of the twentieth century between the work of Bergson and the artistic avant-gardes; exposes the motivations of catholic power that resulted in the conviction and, years later, in the absolution of Bergsonism; comments the distanced Bergson's behavior of chronic and political issues that divided France. Azouvi also highlights the critical role of science in the genesis of the reputation of a philosopher who was able to offer to his audience an exacting metaphysical ambition through the most advanced scientific currents of his time.

Keywords: Bergson - reception history - intellectual history - avant-gardes - Catholic Church.

Marcos Camolezi: *Vous avez écrit un livre important sur Maine de Biran.*

François Azouvi: C'est le résultat d'une longue histoire. Au début de mes recherches, j'ai commencé à travailler sur l'histoire des sciences médicales, de la psychologie, de la psychiatrie, etc. C'était au départ un projet de thèse qui a avorté. Mais, en travaillant sur ces questions, je suis tombé sur la figure de Maine de Biran, qui a lui-même beaucoup lu les médecins de son temps et du passé et a lui-même fondé une société médicale, dont l'œuvre a une dimension de philosophie première incontestable, mais aussi une très grande dimension de philosophie anthropologique. Il s'est beaucoup intéressé à la constitution de l'individualité par le biais du corps, du corps propre. Je pense qu'on peut dire sans exagérer qu'il est véritablement le premier théoricien du corps propre. Je me suis donc intéressé à son œuvre, de sorte que ce qui devait être une partie de ma thèse en est devenu progressivement la totalité, c'est-à-dire ce livre sur Maine de Biran. Puis, parallèlement j'ai aussi dirigé l'édition critique en vingt volumes de son œuvre.

Il semble que vous ayez retrouvé Descartes par une sorte de voie intérieure à ce parcours.

F. Azouvi: Progressivement un autre type de travail m'a occupé à partir du début des années 1990 et a donné lieu à *Descartes et la France*, également au livre portant sur la réception de la philosophie de Kant en France. C'est un peu comme toujours le fruit d'un hasard et d'une impulsion qui venait de plus loin. C'est durant l'entreprise historiographique qu'a menée Pierre Nora, les « Lieux de mémoire », pour laquelle il a demandé à différents spécialistes de travailler sur des objets, des lieux, des personnes, des institutions qui, d'une façon ou d'une autre, symbolisent la France. En parlant avec lui, l'idée m'est venue de lui proposer un *Descartes*, parce qu'en France Descartes est considéré comme un bien national. Il est de coutume de dire que les Français sont cartésiens, qu'ils ont l'esprit cartésien, ce qui est, je crois, une singularité dans le paysage des pays comparables. Il n'y a pas d'équivalent en Allemagne, en Angleterre, en Italie, de pays qui définisse, au moins partiellement, son identité par rapport à un philosophe. J'ai donc eu envie de travailler sur le cas Descartes dans la perspective de cette entreprise des « Lieux de mémoire ». Cela rejoignait une préoccupation qui était déjà la mienne depuis un peu longtemps, j'avais toujours eu de l'intérêt pour suivre la façon dont les idées, parfois même les mots, les formules, les syntagmes se transmettent dans l'histoire des idées, avec des variations de sens très considérables. J'avais travaillé comme cela dans les années 1980 à l'histoire d'une formule latine, *homo duplex* (l'homme est double), qui a connu une extraordinaire fortune dans tous les pays de haute culture depuis le IV^e siècle après Jésus-Christ, dans les écrits hermétiques, gnostiques, jusqu'au XIX^e siècle et jusqu'à aujourd'hui. J'ai donc toujours eu de l'intérêt pour la façon dont les idées, les œuvres, les doctrines, les mots se transforment au cours de l'histoire en subissant des variations qui ne sont jamais ni prévisibles ni parfaitement aléatoires. Dans les années 1990, je me suis intéressé à la première réception en France de l'œuvre de Kant, dont j'ai publié avec Dominique Bourel un certain nombre de textes, qu'on a ensuite commentés. Ce travail sur la réception des doctrines et des œuvres était sans doute en gestation depuis longtemps, mais je ne le savais pas moi-même. Quand il y a eu les « Lieux de mémoire » j'ai donc fait cette contribution, et quelques années après un éditeur m'a demandé d'en faire un livre.

Et là vous en être arrivé à Bergson.

F. Azouvi: Je suis venu à Bergson par Descartes. Dans l'histoire des appropriations de Descartes en France j'ai constaté que de façon presque systématique ceux qui revendiquaient Descartes, ceux qui faisaient de lui un grand homme n'avaient que du mépris pour Bergson. Il était alors considéré comme un très piètre philosophe et inversement, ceux qui considéraient que Bergson était un immense philosophe et un immense personnage étaient en même temps des anticartésiens. Il y a eu une exception, qui est une exception notable et intéressante, celle de Péguy, puisqu'il est à la fois un admirateur de Descartes et un très grand admirateur et ami de Bergson. Mais c'est un exemple très singulier ; pour les autres, la répartition des affinités s'est vraiment faite comme je viens de vous le dire. Donc, comme je vous le disais, je suis venu à Bergson à partir de Descartes. Il m'a paru intéressant de consacrer un livre à celui qui est en

fait l'anti-Descartes et qui s'est installé en France dans la gloire, qui s'est établie en partie sur cette idée d'être une alternative au cartésianisme. C'est évidemment beaucoup plus complexe que cela et beaucoup plus riche, mais cela a joué un très grand rôle. Ce sont deux travaux qui se complètent, qui rentrent l'un dans l'autre, parce que dans le livre sur Bergson je recroise, du point de vue de l'accueil, plusieurs des personnages dont j'ai eu l'occasion de parler dans le livre sur Descartes. En outre, le cas Bergson m'a particulièrement intéressé parce qu'il a été, je crois, le premier philosophe à acquérir une célébrité mondiale. En tout cas, en France c'est certain qu'il est le premier. C'est aussi l'époque qui le permet puisque c'est une époque qui voit naître la possibilité d'une diffusion médiatique très accrue. Mais il n'en reste pas moins que ce philosophe dont on n'a plus beaucoup parlé depuis beaucoup d'années a été en son temps un philosophe mondialement célébré, et quand je dis mondialement, ce n'est pas une façon de parler, parce que son œuvre a été célèbre aux États-Unis, en Grande-Bretagne, en Russie, en Suède, en Espagne, en Italie. Enfin, de son vivant Bergson a connu une extraordinaire diffusion de ses idées, et en France évidemment au premier chef. Donc, par l'intermédiaire de Bergson j'ai voulu réfléchir à la façon dont en France s'est fabriqué au XX^e siècle ce que j'ai appelé le magistère philosophique, c'est-à-dire au fond, si vous voulez, l'autorité philosophique. On dit souvent que la France est le pays de la littérature, des grands écrivains, ce qui est certainement vrai, mais au XX^e siècle, les philosophes, certains philosophes en tout cas, ont eu une autorité intellectuelle au moins aussi grande que les écrivains et parfois même plus grande. C'est un phénomène social intéressant : comment une célébrité philosophique se construit-elle et sur la base de quoi ? C'est pour cela que j'ai fait ce *Bergson* qui est sous-titré « Essai sur le magistère philosophique en France ».

En reprenant l'épigraphe de Montaigne, « La parole est moitié à celui qui parle, moitié à celui qui écoute », on pourrait dire que votre livre est presque entièrement ou le plus possible un entretien avec ceux qui ont écouté Bergson...

F. Azouvi : Je crois qu'on apporte une attention insuffisante à la façon dont les œuvres philosophiques sont lues, interprétées, comprises. Je crois qu'il y a diverses raisons à ce que j'interprète comme une lacune, il y a diverses raisons qui tiennent sans doute à l'histoire de la tradition universitaire en France et sans doute à la façon dont on comprend l'histoire de la philosophie. On a toujours considéré qu'une histoire de la philosophie, comme sans doute on le fait pour l'histoire de la littérature, doit s'intéresser aux philosophes et doit par conséquent retracer leurs pensées, leurs doctrines, leurs œuvres. Alors, on a un chapitre sur Platon, un chapitre sur Aristote, etc. C'est une perspective pleinement légitime, qui a sa validité entière et qui a été en France portée aux nues et rendue exemplaire par le travail d'un certain nombre d'historiens de la philosophie, de chercheurs, dont Martial Guéroult a été probablement le maître d'œuvre. Cette façon de considérer les philosophes consiste à les voir comme des mondes clos, c'est-à-dire comme des systèmes où la règle de cohérence est la règle principale et où, en effet, tout se joue sur un système de correspondance. C'est une démarche très puissante, qui a produit des résultats très fascinants, parfois, dans un certain nombre de cas certainement. C'est une démarche qui a été tentée avec le plus de succès évidemment sur les penseurs les plus systématiques, en particulier les grands promoteurs du rationalisme classique, Descartes, Spinoza, Leibniz, Malebranche, Kant – au moins d'une autre façon. Je ne suis pas sûr qu'on arriverait à un même résultat avec Nietzsche, par exemple. Nous avons donc en France une tradition très forte de souci de l'architectonique des systèmes, c'est-à-dire, de la construction interne des systèmes, et l'on dit beaucoup en France, ce qui n'est pas faux, que la philosophie se caractérise par son ambition systématique et par sa capacité précisément à construire des systèmes. Du coup, on a une histoire de la philosophie dans laquelle les philosophes parlent seulement aux philosophes : Platon parle à Aristote, Aristote parle à Saint-Thomas, etc. Ce qui est vrai, évidemment, car il est certain que c'est en lisant les scolastiques que Descartes apprend la philosophie et c'est en lisant Descartes que Spinoza apprend la philosophie. Donc, de ce point de vue, il y a une sorte d'engendrement des philosophes les uns par les autres, de la même manière que, si un peintre décide de devenir peintre, il n'apprend pas son métier en regardant un arbre, mais en regardant Cézanne. Cela est vrai, et il faut garder en tête cette chose, mais il n'en reste pas moins que les philosophes, comme les écrivains, n'ont pas écrit pour être lus seulement par des philosophes. Je pense que nos historiens de la philosophie sont très aveugles, car ils font comme si Descartes n'avait écrit que pour Spinoza, Leibniz et Malebranche, alors que Descartes a écrit pour être entendu, compris de tous ceux qui ont accès

au langage et aux textes philosophiques. Il a écrit pour produire une vérité – je me place dans une perspective propre à lui et à tous les philosophes – qui vaille pour tous, une vérité qui ne soit pas limitée à la sphère des philosophes. Aucun philosophe, je crois, n’a jamais songé à destiner son œuvre simplement à ses collègues de philosophie, de la même manière qu’un romancier n’a jamais écrit des livres pour être lu seulement de ses collègues de l’Académie française. C’est une chose qui me paraît du bon sens, qui me paraît évidente, mais qui est toujours omise par les historiens de la philosophie ou les historiens de la littérature, qui, pour en revenir à la phrase de Montaigne, oublient donc la moitié de ce qu’est une œuvre. Ils voient la moitié écrite et ils ne voient pas la moitié qui est lue par les gens. Or, je crois que cette moitié est aussi importante que l’autre moitié. Je ne dis pas qu’elle est la seule, et je tiens beaucoup à conserver la légitimité d’une histoire internaliste de la philosophie, d’une histoire qui s’intéresse aux systèmes. Mais cette moitié telle qu’elle est diffusée, telle qu’elle est lue, telle qu’elle est comprise est aussi importante que l’autre et évidemment elles sont inséparables. Je crois qu’il y a là un champ de recherche qui est immense, parce qu’en réalité l’on pourrait reprendre toute l’histoire de la pensée et de la philosophie occidentale du point de vue de sa réception, du point de vue de l’usage qu’a été fait des œuvres. Cela a été fait dans un certain nombre de cas. On a beaucoup étudié la fortune d’Aristote, par exemple, ainsi que la fortune de Platon dans le néo-platonisme, la patrologie. Il y a des études, mais, si vous voulez, toujours associées à l’idée qu’il convient de s’en tenir à la sphère des philosophes, c’est-à-dire à la sphère de ceux qui sont les égaux de celui qu’ils lisent. Par exemple, on va étudier l’aristotélisme dans la patrologie, ou chez les physiciens du XIV^e siècle, ou chez les grands théologiens du XII^e et du XIII^e siècle, c’est-à-dire, chez des philosophes. Mais on arrête l’étude de la diffusion d’une œuvre, d’une doctrine à la sphère de ceux dont on pense qu’ils sont des interprètes éclairés de l’œuvre. Or, je constate simplement que les œuvres sont lues par tous ceux qui ont envie de les lire, y compris par des gens qui ne sont pas des philosophes de métier. Bien sûr, au XII^e ou au XIV^e siècle cela ne se pose pas du tout dans les mêmes termes, mais à l’époque moderne – et elle commence déjà au XVII^e siècle –, où la sphère de la lecture déborde largement la sphère des spécialistes et des philosophes, les œuvres sortent du champ philosophique et connaissent des destins parfois bizarres. Mais, elles connaissent des destins qui sont en tout cas très intéressants à étudier et je pense qu’on pourrait faire une histoire – il faudrait plusieurs personnes – des philosophies occidentales depuis le XVII^e siècle sur le modèle de ce que j’ai fait avec Descartes ou avec Bergson. C’est-à-dire, en voyant toute la diffusion d’une œuvre, en allant jusqu’au bout, si vous voulez, jusqu’aux lecteurs qui sont de mauvais lecteurs, qui ne comprennent pas, qui comprennent de travers, qui comprennent très mal, qui déforment complètement. Mais, je pense, pour ma part, que la déformation d’une œuvre fait partie de l’œuvre, et fait partie de la vie de l’œuvre. À la limite même, on peut employer d’autres mots que ceux de déformation, parce que déformation a un côté péjoratif, présuppose qu’on ait la vraie lecture, et je pense que la vraie lecture n’existe pas, je pense qu’il y a des lectures plus ou moins denses, plus ou moins consistantes et solides, et qui d’ailleurs sont celles qui en général durent le plus longtemps. Mais je pense que des lectures totalement déformées d’une œuvre, et dans le livre sur Bergson j’en donne des exemples, sont tout à fait intéressantes et aussi intéressantes que des lectures beaucoup plus soucieuses de la vérité des textes. On a là un immense champ d’investigation, mais il faut pour cela accepter d’aller chercher dans les coins. Ce n’est pas seulement les livres qui échappent, c’est parfois des morceaux de livres, c’est des idées, des formules, des philosophèmes, c’est des morceaux de philosophie, si vous voulez, qui sont relativement autonomes. Je crois à cette autonomie des idées par rapport à ceux qui les émettent, par rapport aux livres dans lesquels on les trouve, et cette autonomie des idées explique leur vie, leur vie posthume parfois ou en tout cas leur vie indépendante des auteurs, à travers des mondes extraordinairement variés. C’est la raison pour laquelle il y a une autre façon d’écrire l’histoire de la philosophie, qui serait d’écrire justement en s’intéressant à la façon dont les idées migrent de leur terrain d’origine et se déplacent dans des constellations intellectuelles, politiques ou artistiques très diverses. J’insiste sur l’aspect de l’autonomie des idées. Par exemple, la *Critique de la raison pure* va être traduite, va passer dans tels milieux : cela est un aspect évident, c’est vrai, cela existe. Mais il y a aussi cette extraordinaire mobilité des idées, indépendantes de leurs terrains d’origine ; parfois c’est simplement une formule.

Comment avez-vous réalisé la recherche qui a donné lieu à votre livre?

F. Azouvi: D'abord, il y a des bibliographies qui m'ont beaucoup aidé, comme celle de Gunter pour Bergson, et puis, comme tout chercheur, je pars un peu à l'aventure, je passe beaucoup de temps à la bibliothèque, je dépouille des journaux, des revues, des livres. J'en ai dépouillé six fois plus qu'il n'y en a dans les livres sur Descartes et Bergson, parce qu'il y en a des tas où l'on ne trouve rien, ou rien d'intéressant, ou c'est répétitif ; il faut évidemment beaucoup élaguer. On ne peut pas faire l'économie de cet investissement lourd.

Bergson témoigne-t-il d'un optimisme ? Est-il possible de retracer un rapport entre la période de la Troisième République et l'œuvre de Bergson ?

F. Azouvi: Sur certains aspects, oui, mais beaucoup d'autres aspects sont absents de son œuvre. En particulier, toutes les questions qui ont trait à la politique. La dimension politique est absente de l'œuvre de Bergson pratiquement jusqu'à son dernier livre, *Les deux sources de la morale et de la religion*, qui est très tardif, date de très peu de temps avant sa mort. Jusque-là il s'était presque toujours abstenu de considérations sur son temps, même si un certain nombre de personnes qui l'avaient interviewé les avaient faites pour lui. Donc, il y a une dimension dans son œuvre qui est étrangement intemporelle. On peut croire, quand on lit *Les deux sources de la morale et de la religion* ou d'autres livres, que c'est écrit n'importe quand. En réalité, c'est faux. Mais c'est faux pour une autre raison. C'est faux parce que ses livres partent, se basent, font fond sur une science qui est celle de son temps. De ce point de vue-là, il est parfaitement en phase avec la culture de son époque : *Les données immédiates* se fondent sur la psychophysique, *Matière et Mémoire* se fonde sur la neurophysiologie du cerveau, *L'évolution créatrice* sur l'évolutionnisme biologique, etc. Il est donc en phase avec son temps, mais avec son temps scientifique, pas avec son temps politique, qui est extraordinairement éloigné de son œuvre. En revanche, il y a certainement dans son œuvre quelque chose de la Troisième République par le biais de ce que vous appelez l'optimisme. La Belle Époque est incontestablement marquée par une sorte de ferveur, de gaieté, par le goût pour les innovations, pour la vitesse. Mais en même temps elle est traversée par une extraordinaire inquiétude de la décadence. En tout cas, la période autour de 1880 et 1900 est hantée par la décadence, beaucoup plus qu'on ne le croit, parce que justement on a gardé seulement l'image de la Belle Époque. Il y avait les Expositions Universelles, de la Fée électricité, etc. En réalité, la crainte de la décadence, parfois même la terreur de la décadence, occupent les esprits et, pour n'en prendre qu'un seul exemple, pensez à Zola. Toute la saga des *Rougon-Macquart* est fondée sur l'idée scientifique qui avait cours à l'époque, celle de la décadence héréditaire. Ce qu'on appelait à l'époque, à l'issue des travaux de certains médecins, la dégénérescence. Donc, cette époque ne regarde pas seulement vers l'avenir, elle est aussi très frappée par la croyance que tout va en tombant, en déclinant. Mais il n'en reste pas moins que Bergson se situe incontestablement sur l'autre versant de cette époque, c'est-à-dire, sur le versant, je dirais, plus conquérant, plus dynamique. Il y a dans le bergsonisme une apologie de la vie, une apologie du mouvement, une apologie du changement, et à l'inverse une dévalorisation de ce qui est habitude, de ce qui est figé et sclérosé. C'est l'une des grandes raisons pour lesquelles, d'ailleurs, la philosophie de Bergson a été en accord avec son temps et, plus exactement, les avant-gardes s'en sont approprié. Les avant-gardes ont vu dans la philosophie de Bergson la doctrine qui correspondait à leur propre pratique et qui permettait de la conceptualiser. Par ce biais-là, oui, il est de son temps. Mais, cette Belle Époque est aussi très courte. Il ne faut pas oublier qu'elle cesse en 1914, et l'époque qui suit est une époque durant laquelle il y a aussi beaucoup de mouvement, beaucoup d'innovations, mais qu'elle est terriblement marquée par la catastrophe de la Première Guerre Mondiale. Elle est très vite marquée aussi par les drames que connaît le monde occidental et qui vont donner naissance à la Seconde Guerre Mondiale. Au fond, c'est cette époque, celle des avant-gardes, des avant-gardes joyeuses, qui croient à l'avenir, et qui s'arrête en 1914.

Voulez-vous développer un peu le rapport entre Bergson et les avant-gardes ?

F. Azouvi: La formule « avant-garde » date elle-même de cette époque. Elle n’a pas toujours existé, et ce sont de jeunes gens, de jeunes artistes de ce moment-là qui ont fabriqué ce néologisme d’avant-garde. Ils se sont autoproclamés avant-gardistes et ont voulu promouvoir des formes artistiques qui soient en phase avec leur époque. Au fond, c’est une variante de la guerre déjà menée par leurs ancêtres contre l’académisme à partir des années 1860 et un peu plus tard avec la musique. Les avant-gardes des années 1900 et 1910 portent ce désir de rupture avec l’académisme à un degré supérieur et veulent promouvoir des formes picturales, des formes littéraires, des formes musicales qui soient entièrement marquées par ce qui leur paraît être le symbole même de l’époque qu’ils vivent, à savoir, la vitesse, le mouvement. La vitesse et le mouvement pour nous sont devenus une banalité, mais il faut bien se replacer dans l’époque, vers les années 1900. En très peu de temps, la vitesse de déplacement, l’électricité sont des moyens techniques qui décuplent, qui centuplent les performances des gens qui vivent ces perfectionnements. C’est véritablement un bouleversement, comme l’a peut-être été l’entrée de l’informatique et de l’électronique dans nos vies ; je pense que c’est un bouleversement du même ordre. Ces jeunes gens veulent être en phase avec leur temps, et leur temps c’est la vitesse, le mouvement, le déplacement, c’est la simultanéité, c’est voir la Tour Eiffel et la peindre sous tous les angles à la fois. Ces jeunes gens commencent par fabriquer leur idéal esthétique au contact des autres œuvres, et puis ils découvrent Bergson. Cette découverte se fait par paliers, mais c’est surtout *L’évolution créatrice* en 1907 qui marque le gros point de basculement et l’entrée du bergsonisme dans les mouvements d’avant-garde. *L’évolution créatrice*, c’est la célébration pure du mouvement, de la vie, des formes imprévisibles que la vie crée. « Des formes imprévisibles que la vie crée » est une formule qui va très bien aux avant-gardistes, aux futuristes, aux cubistes, aux musiciens, à tous les jeunes gens qui fabriquent des formes nouvelles. Ce ne sont pas des philosophes, ils comprennent comme ils le peuvent, mais ils se mettent à lire Bergson et sont saisis par la caution philosophique que ce grand philosophe, célèbre, peut leur donner. Tout à coup ils se disent qu’au fond il a écrit ce qu’ils essayaient de mettre en forme. Et là se fait la grande rencontre de Bergson avec les avant-gardes.

Bergson a quand même été toujours évasif.

F. Azouvi: D’une façon générale, Bergson a toujours beaucoup craint les récupérations de son œuvre. C’était un bourgeois très rangé, à la vie réglée comme du papier à musique, qui travaillait énormément, qui travaillait tout le temps, et dont la terreur était d’être dérangé. Puis, je ne sais pas s’il était passionné par son temps – c’est cela le paradoxe –, par le monde dans lequel il vivait. Il vivait dans ses livres, c’est un homme de lecture, de cabinet ; il lisait beaucoup de travaux scientifiques, il avait une immense culture scientifique, philosophique, puis il y avait ses cours. Il vivait dans les livres. Et quand des jeunes gens, plus ou moins pressés, voulaient utiliser ses idées, il le voyait comme des déformations, et comme une entreprise quelque peu suspecte. Il n’avait pas tort, d’ailleurs, parce que c’est vrai que ce sont des déformations. Il a donc presque toujours freiné ou refusé les interprétations, les appropriations que l’on a faites de son œuvre. Il a eu quelques disciples, en particulier Édouard Le Roy. Il a accepté en partie l’interprétation que Le Roy donnait de son œuvre en direction du pragmatisme. Mais quand il s’est ensuite agi d’appropriations beaucoup moins philosophiques comme celles des avant-gardistes, des futuristes, comme celles des théoriciens de la littérature, des symbolistes, de toutes les petites écoles de littérature qui ont fleuri au cours des années 1900, Bergson n’a pas voulu mettre le petit doigt dans cet engrenage. Ensuite, dans les années 1910-1912, est venu aussi le temps des polémiques, en particulier avec l’Église catholique, qui a très mal accepté *L’évolution créatrice* et qui a mis ses œuvres à l’Index en 1914, polémiques aussi sur le plan philosophique. Bref, il est entré dans un moment de discussion difficile avec certains et il ne voulait pas prêter encore davantage le flanc à des interprétations qui allaient dans tous les sens, vraiment dans tous les sens. Certains anarchistes se sont réclamés de lui, au moment de la bande à Bonnot. Il a toujours été très prudent en tout, en particulier dans l’utilisation de ses idées.

La trajectoire d’un philosophe passe parfois par un souci constant de son image.

F. Azouvi: Je pense que Sartre était infiniment préoccupé par son image et que Bergson ne l'était pas. Bergson tenait à sa tranquillité, à sa vie rangée, à sa possibilité de travailler, c'était l'essentiel de sa vie. Mais ce n'était pas quelqu'un, je pense, qui était soucieux de son image, il n'avait pas envie d'entrer dans la querelle politique, dans l'arène politique. Les fois où l'occasion lui en a été donnée, il s'est retiré. Ce n'est pas quelqu'un, au contraire de Sartre, qui a eu une stratégie de carrière. Sartre a très délibérément construit sa carrière en mobilisant le champ philosophique, le champ littéraire, le champ théâtral.

Quels sont les rapports entre Bergson et le catholicisme?

F. Azouvi: Dans un premier temps, son œuvre semblait être en profond désaccord avec la philosophie catholique régnante. Depuis le pape Léon XIII jusque loin dans le XX^e siècle, c'est le moment où s'invente le néothomisme, une façon de remettre Saint-Thomas en vigueur. Le bergsonisme apparaît alors comme un anti-thomisme, parce que justement il fait l'apologie du mouvement, du déplacement, du changement, et qu'au contraire le thomisme est du côté de la forme. Bergson est mal accueilli par les catholiques, et je crois qu'il y a même d'abord des aspects politiques dans cette attitude des catholiques. En France le catholicisme de l'époque est très fortement imprégné par la pensée de Maurras, fondateur de l'Action Française. Or, Maurras est un anti-bergsonien acharné, il est, pour reprendre le tableau dont je parlais pour commencer, du côté de Descartes et contre Bergson. De plus, Bergson est juif, Maurras est très antisémite. Pour Maurras, Bergson est le mauvais philosophe, le philosophe à abattre. Maurras est du côté de la tradition, il est pour ceux qui, d'une certaine façon, ne bougent pas ; pour lui Bergson est, au contraire, celui qui vient tout bouleverser et qui introduit du mobilisme partout, comme le dit Maurras, dans les idées, dans la vérité, celui qui a l'air d'être le défenseur du relativisme. Par les réseaux maurrassiens, par Maritain, par exemple, les catholiques obtiennent la condamnation de Bergson en 1914. Ensuite, dans l'entre-deux-guerres, le paysage politique du catholicisme change beaucoup, vient un moment où l'Action Française est mise hors circuit au milieu des années vingt, le nouveau pape se démarque très explicitement du maurrassisme. Donc, politiquement, la donne change et, entre-temps, Bergson est devenu un classique. Il n'est plus du tout ce philosophe qui flirtait avec les avant-gardes, qui avait l'air de faire l'apologie du relativisme, il est devenu au contraire un symbole du classicisme, à une époque qui est extraordinairement chahutée, bouleversée, et durant laquelle les catholiques manquent beaucoup de repères intellectuels. Pour cette raison, Bergson redevient un auteur fréquentable.

L'une des thèses principales de votre livre, est que l'effort pour intégrer philosophie et science a rendu possible le succès de Bergson.

F. Azouvi: C'est vrai que Bergson a donné le sentiment qu'il pouvait réunir la grande tradition métaphysique, la voie royale de la philosophie depuis les origines, et la science, et même plus exactement le positivisme. Jusque-là, il est vrai qu'au XIX^e siècle, ces deux chemins ont été de plus en plus divergents. D'un côté vous avez la grande tradition métaphysique, c'est par exemple justement Ravaissan, qui vient d'ailleurs aussi en partie du kantisme. De l'autre côté, il y a le positivisme, c'est-à-dire, la philosophie qui réfléchit sur la science, sur les progrès de la science en train de se faire. C'est évidemment Auguste Comte, mais pas seulement lui, c'est aussi Renan, Littré, etc. Au XIX^e siècle, ces deux chemins n'ont cessé de diverger, au point que les contemporains, les grands esprits se croyaient tenus de choisir : ils étaient soit du côté de la métaphysique soit ils étaient du côté de la science. Et quand ils étaient du côté de la science ils étaient anti-métaphysiciens, et quand ils étaient métaphysiciens ils ignoraient la science. Voilà un philosophe qui arrive et qui, en gros, investit de l'intérieur le mouvement scientifique la discipline scientifique et retourne contre lui-même ce mouvement scientifique. Quand je dis qu'il l'investit de l'intérieur, c'est-à-dire qu'il a acquis la capacité à discuter d'égal à égal avec les scientifiques de chacune des sciences sur lesquelles il porte son attention : quand il discute de la psychophysique ou de la neurophysiologie du cerveau, il ne discute pas des interprétations, il discute vraiment le bout de gras, les articles des psychophysiciens les plus avancés. Dans le cheminement de la pensée scientifique, mais qui fait subir à la pensée scientifique une sorte de retournement sur lui-même pour en analyser les présupposés, les fondements, les conditions et

limites, et qui réintroduit là-dedans la grande ambition métaphysique, la grande tradition métaphysique. C'est particulièrement flagrant avec *Matière et Mémoire* en 1896, avec la restauration du dualisme. C'est quelqu'un qui permet à ses contemporains de ne plus avoir à choisir entre la science et la métaphysique, mais qui leur donne les deux : qui leur donne la métaphysique par l'intermédiaire de la science. Et ce n'est pas la science de Pythagore ou de Galilée, mais la science la plus contemporaine, la plus actuelle, celle qui est en train de se faire. Alors, remettez-vous dans la perspective de ce temps. Pour des esprits exigeants et curieux, c'est tout d'un coup un extraordinaire effet d'annonce. On peut avoir à la fois l'exigence scientifique la plus aiguë, la plus contemporaine, la plus précise et l'ambition de la grande métaphysique classique. Je pense qu'il s'agit là d'un élément capital pour expliquer l'extraordinaire rassemblement qui a pu se faire à un moment donné, et très vite, d'ailleurs, autour de cette œuvre. Elle donnait à la fois la science et la métaphysique : c'était au fond la réconciliation des deux sœurs, des deux disciplines de plus en plus divergentes depuis un siècle et demi. Ce moment bergsonien a été assez extraordinaire parce que, je pense, c'est la dernière fois dans l'histoire – à côté de Husserl, qui n'a pas eu de célébrité – qu'une telle synthèse a paru possible. Prenez les autres très grands philosophes du XX^e siècle. Heidegger s'est situé complètement en marge de toute science – la science ne pense pas –, il ne dialogue qu'avec les présocratiques, qu'avec Kant, etc. Chez Heidegger il y a une mise de côté extraordinaire de toute la science de son temps, c'est comme si elle n'avait jamais existé pour lui. Ensuite, vous avez Sartre, qui ne sait rien non plus des sciences de son temps. Puis vous avez aussi des philosophes qui choisissent la voie de la science, résolument, mais qui abandonnent complètement toute espèce d'ambition métaphysique. Je pense donc qu'avec Bergson nous sommes dans ce dernier moment où au fond philosophie et science ont paru pouvoir coexister dans une même tête.

Bibliographie supplémentaire

- F. Azouvi, *Descartes et la France. Histoire d'une passion nationale* (Paris: Fayard, 2002).
- F. Azouvi, *Descartes et la France. Histoire d'une passion nationale* (Paris: Hachette, 2006).
- F. Azouvi, *La gloire de Bergson: essai sur le magistère philosophique* (NRF essais. Paris: Gallimard, 2007).
- F. Azouvi, *Maine de Biran: La science de l'homme* (Paris: Vrin, 1995).
- F. Azouvi, *Le mythe du grand silence: Auschwitz, les Français, la Mémoire* (Paris: Fayard, 2012).
- F. Azouvi, (Dir.). *L'institution de la Raison: la révolution culturelle des idéologues* (Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales; Vrin, 1992).
- F. Azouvi et D. Bourel, *De Königsberg à Paris: La réception de Kant en France (1788-1804)* (Paris: Vrin, 1991).
- M. de Biran, *Œuvres*, Dix-huit volumes. (Paris: Vrin, 1984-1998).
- P. Ricœur, *La critique et la conviction: entretien avec François Azouvi et Marc de Launay* (Paris: Calmann-Lévy, 1995).